



Mnemosine Revista

Volume 6, n.2, abr/jun 2015

ISSN:2237.3217

Dossiê



História, Corpo e Saúde

Mnemosine Revista

Volume 6, n.2, abr/jun 2015

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG
Vol. 6 – nº 2 Abr/Jun 2015.
Campina Grande: PPGH, 2015.
Trimestral.
ISSN: 2237-3217.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882 – Bodocongó –
Campina Grande – Paraíba
BRASIL – CEP:58.429-140
Telefone: 2101-1742
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

Mnemosine Revista

Volume 6, n.2, abr/jun 2015

MNEMOSINE REVISTA

Número 2 - Volume 6 - Abr/Jun 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof^a. Michelly Pereira de Sousa Cordão

CONSELHO EDITORIAL

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Sumário

Apresentação

Kyara Maria de Almeida Vieira 05

DOSSIÊ HISTÓRIA, CORPO E SAÚDE

AS FERIDAS DO TEMPO: UMA HISTÓRIA DO CORPO E DA SAUDADE ATRAVÉS DA POESIA DE SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

Durval Muniz de Albuquerque Júnior 09

A (DES) GOVERNABILIDADE DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES AMOROSAS E A INFIDELIDADE FEMININA

Eronides Câmara de Araújo 34

A IMPRENSA E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO PARANÁ (SUL DO BRASIL)

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz / Danieli Aparecida Lima 48

SER *CHIQUE*, MODERNO E CIVILIZADO: A IMPRENSA PARAIBANA A SERVIÇO DE UMA EDUCAÇÃO DA SAÚDE

Azemar dos Santos Soares Júnior / Joedna Reis de Meneses 65

O EDUCAR NO CRIAR: A ALIMENTAÇÃO E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E DAS SUAS MÃES (1945 - 1958)

*Carla Cardoso Vilhena
Antônio Gomes Ferreira* 80

“O ASSEIO ADQUIRIDO NA ESCOLA É UMA VIRTUDE OU PELO MENOS O SIGNAL EXTERIOR DA DIGNIDADE HUMANA”: O DISCIPLINAMENTO ORTOPÉDICO DOS CORPOS INFANTIS

Maria do Socorro Nóbrega Queiroga 99

NÃO HÁ EDUCAÇÃO COMPLETA SEM A SEXUAL: O CONTROLE DO CORPO, EM BELÉM, NOS ANOS 30

Lucélia de Moraes Braga Bassalo 119

CORPO, SUBJETIVIDADE E DINÂMICAS DO DESEJO

Antonio de Pádua Dias da Silva 135

**"A ÚNICA COISA QUE NOS UNE É O DESEJO":
PRÁTICAS DA HOMOSSEXUALIDADE (CAMPINA GRANDE-PB)**
Kyara Maria de Almeida Vieira _____ 150

**PARA A FUGA NÃO TEM REMÉDIO: CORPOS ESCRAVOS
EM ANÚNCIOS DE JORNAL NAS MINAS OITOCENTISTAS**
Matheus da Cruz e Zica _____ 180

ARTIGOS DE FLUXO

**O CORSO NAS ÁGUAS DO ATLÂNTICO SUL:
PRÁTICA DE GUERRA NO LITORAL DA GUIANA FRANCESA.**
Ivete Machado de Miranda Pereira _____ 196

**O MOVIMENTO MISSIONÁRIO PROTESTANTE,
O EXPANSIONISMO NORTE-AMERICANO E O BRASIL:
DOS PRIMÓRDIOS AO CONGRESSO DO PANAMÁ (1916)**
Paulo Donizéti Siepierski _____ 208

**OS TRÓPICOS BRASILEIROS NO SÉCULO XIX:
A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA TROPICAL**
Luis Fernando Tosta Barbato _____ 229

**¿ES IMPORTANTE LA HISTORIA DE LA SALUD-ENFERMEDAD
PARA LA SALUD PÚBLICA?**
Jorge Márquez Valderrama _____ 248

**O CUIDAR DE SI E A EXPERIÊNCIA DA RESISTÊNCIA
EM "A PELE QUE HABITO" (2011) DE ALMODÓVAR**
Taciano Valério Alves da Silva _____ 255

Apresentação

O que temos de mais concreto e material? O que temos e carregamos como nossa maior "marca"? Qual um dos principais locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem dizem que nós somos ou que acreditamos ser? Qual o lócus a partir do qual cada pessoa pode dizer sobre seu íntimo, sua personalidade, suas virtudes e seus defeitos? Para onde se direcionam intervenções que podem oferecer aos sujeitos práticas de liberdade e, ao mesmo tempo, invocam também estratégias de (auto) controle e interdição? As respostas para essas indagações tem seu começo no corpo, com o corpo. O CORPO!

Durante um bom tempo o corpo foi tomado em sua ontologia, enquanto última fronteira que precedia à cultura, mera realidade física e que, por isso, era objeto apenas das Ciências Naturais. Quanto à saúde, esta foi lida por longas décadas como espaço de definição de hierarquias e classificações simbólicas, de estratificação técnica e profissional, de conflitos em torno das classificações nosológicas e das representações de doença etc. Em que pesem as peculiaridades de cada tempo e cultura, o culto ao corpo que observamos em nossa época tem seu limiar no final do século XVIII e se intensifica no século XIX porque é nesse momento que o corpo adquire preponderância nas relações que se estabelecem entre os sujeitos.

Todavia, um corpo não é um só um corpo. Não é apenas uma matéria que carrega um nome, uma

filiação parental, um número de identificação. Não é simplesmente um todo biológico que se limita ao funcionamento dos órgãos, à racionalidade, às sensações e aos sentidos. O corpo é, também, o que está a sua volta e o que o envolve: suas roupas, seus adornos, seus cheiros, a educação de seus gestos, as máquinas que a ele são acopladas, as intervenções que nele se operam, os sentidos que a ele são direcionados e associados, os silêncios que por ele falam ou o censuram.

O corpo não é uma *a priori* nem é universal. Ele é provisório, flutuante, mutável, suscetível a inúmeras mudanças com/ no tempo e com/ no espaço. O corpo é histórico! Portanto, é preciso colocá-lo sob suspeição, estranhá-lo, questioná-lo, problematizá-lo. Assim, esse dossiê especial da *Mnemosine Revista* foi organizado com o objetivo percorrer histórias, alargar as percepções reunindo trabalhos acadêmicos que entrelacem "História, Corpo e Saúde", interconectando-os às práticas culturais produzidas em diferentes tempos e espaços. Indo além de aspectos que naturalizam e essencializam as experiências com o corpo e com a saúde, reunindo pesquisas que operacionalizaram variadas fontes e, que, recortando diferentes temporalidades e objetos, os artigos foram posicionados levando em consideração algumas possíveis aproximações.

Num primeiro momento, três artigos versam sobre experiências que tem o feminino como referencial.

O artigo que inaugura o dossiê, escrito pelo professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), toma como inspiração a obra da poeta portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen. Nele, o autor faz um passeio analítico sobre a relação entre corpo e tempo, entre corpo e saudade na história da sociedade portuguesa do século XX. Em sua escrita questiona como as transformações históricas do século passado provocaram a emergência de novas sensibilidades e exigiram a construção de distintas corporeidades e distintas maneiras de lidar com e de entender o tempo, o que levou ao surgimento de sensibilidades e consciências saudosistas.

Ainda na esteira do feminino, se propondo a pensar a infidelidade feminina e as relações amorosas na contemporaneidade, Eronides Câmara de Araújo (Universidade Federal de Campina Grande) nos oferta um artigo que traz uma reflexão teórica sobre a construção da segurança das relações afetivas na modernidade colaborando com as discussões sobre historicidade do corpo e das práticas dos gêneros a partir da governabilidade do Eu sobre o Outro, apontando a fluidez das relações na pós-modernidade.

Percorrendo caminhos que nos colocam em contato com zonas áridas das experiências femininas, as autoras Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Danieli Aparecida Lima (Universidade Estadual do Centro Oeste) se inspiraram nas narrativas do jornal *Diário de Guarapuava* (2006- 2008) para discutir como a imprensa regional tem trabalhado a violência contra as mulheres, numa

leitura que interconecta a história e os estudos de gênero.

Num segundo momento, nosso dossiê está composto por trabalhos que entrecruzam as discussões acerca do corpo, saúde, educação, crianças. A narrativa produzida pela parceria do professor Azemar dos Santos Soares Júnior (Universidade Federal da Paraíba) e da professora Joedna Reis de Meneses (Universidade Estadual da Paraíba), analisa a constituição da educação de corpos por meio da saúde na Paraíba durante as primeiras décadas do século XX. Priorizando os discursos, em sua maioria de médicos, que circularam nos periódicos como *A União*, *A Imprensa* e na *Era Nova* problematizam a formação do corpo que se aspirava chique, moderno e civilizado.

Ampliando nossos horizontes para além do Atlântico recebemos a contribuição produzida por Carla Cardoso Vilhena (Universidade do Algarve) e por António Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra) com um artigo que analisa os discursos acerca da alimentação das crianças em idade pré-escolar publicados em duas revistas portuguesas de educação familiar: *Os Nossos Filhos* e *Saúde e Lar* (1945-1958). Essa escrita nos dar a ver como um elemento central para a construção de corpos saudáveis, a alimentação se constitui simultaneamente num momento de formação, ou seja, de educação e disciplinarização do corpo. Estas últimas não se circunscrevem apenas ao corpo infantil, mas, também, se direcionam ao corpo dos adultos que educam as crianças.

Os corpos infantis tomam a atenção de outra autora sob outra perspectiva. Trata-se do artigo de Maria do Socorro Nóbrega Queiroga (Universidade Federal da Paraíba), que nos brinda com uma discussão sobre os discursos presentes no impresso educacional paraibano: o jornal *O educador* – Orgam do Professorado Primario, e as teses da I Conferência Nacional de Educação. Documentos importantes na composição do cenário educacional brasileiro na Primeira República. Ao interrogar as condições históricas de constituição do discurso higienista, o texto analisa o disciplinamento dos corpos infantis como dispositivo fundamental no controle das populações, na desterritorialização da infância e na produção de novos territórios e de novos equipamentos coletivos de regulação.

O impacto do discurso da higiene sobre a educação no Brasil no início do século XX pode também ser observado em outras paisagens. Discutindo a formulação de várias estratégias de controle do corpo a partir das obras de Othon Chateau (*Traços de Hygiene*-1935) e de Arthur Porto (*Conselho a escolares (Sobre educação sexual)*-1938), a autora Lucélia de Moraes Braga Bassalo (Universidade do Estado do Pará/ Universidade da Amazônia) problematiza os argumentos contidos nas referidas obras acerca da importância e necessidade da educação sexual de meninos e meninas para a organização racional e moral da vida social na Belém do Pará nos anos 30.

Dando continuidade ao dossiê temos um terceiro momento composto por artigos que tomam o

corpo como esfera privilegiada a partir do qual e no qual se operacionalizam desejos, práticas de correspondências e/ ou transgressões aos códigos que são compartilhados culturalmente. Dando início a essas discussões, o professor Antonio de Pádua Dias da Silva (Universidade Estadual da Paraíba) nos proporciona a leitura de um artigo que visa pensar a questão do corpo físico como vetor dos desejos e o *lócus* em que se operacionalizam, se caracterizam e se identificam as subjetividades humanas, sobretudo, na atualidade, quando discussões e “transformações” em torno dele parecem ocupar lugares-comuns na cultura. Partindo da leitura do miniconto “*Apoiando-se no espaço vazio*”, de Marina Colasanti, o autor ratifica a ideia de o corpo manifestar subjetividades, desejos, mas questiona o fato desse *lócus* não alterado ser capaz de operar dinâmicas do desejo quando a pessoa opta por manter-se existindo no masculino ou no feminino.

Destacando a experiência da resistência a partir de um corpo que rasura as posições dos gêneros e a correspondência destas com as práticas da sexualidade e desejo, Taciano Valério Alves da Silva (Faculdade Vale do Ipojuca – UNIFAVIP) se debruça na análise do filme *A Pele que Habito* (2011) do cineasta Pedro Almodóvar tomando as intrincadas redes que se formam em torno do personagem binômio Vicente/Vera. A partir de planos cinematográficos específicos, o autor discute como a condição do filme *A Pele que Habito* nos afigura com características diversas e, conseqüentemente, gera efeitos

construindo outras vias de aberturas para pensarmos possibilidades das questões de gênero nas suas relações com o poder e as práticas de resistência.

No artigo em que analisa algumas experiências narradas por homens homossexuais de Campina Grande-PB, a autora Kyara Maria de Almeida Vieira (Universidade Federal de Campina Grande) faz uma articulação entre corpo, desejo e as práticas da sexualidade. Seu texto problematiza as narrativas desses homens, pensando como estes se constroem e constroem aos outros em detrimento dos códigos culturais a eles direcionados: ora se alinhando, ora questionando, ora sendo indiferentes em sua multiplicidade de práticas da sexualidade e do desejo.

Recuando no tempo, versando sobre outros espaços, cabe ao professor Matheus da Cruz e Zica (Universidade Federal da Paraíba) nos trazer sua cuidadosa leitura sobre os anúncios de negros fugidos veiculados no jornal mineiro *O Noticiador de Minas* (1869-1873). Seu trabalho evidenciou que além do assistemático aprendizado de trabalhos manuais obrigatórios e precoces naquelas circunstâncias, muitos negros continuaram a aprender as visões de mundo presentes nas religiões africanas de seus antepassados, bem como as práticas corporais e sensitivas a elas associadas. Vestindo-se à europeia,

após roubar as roupas mais modernas dos patrões no momento da fuga, os escravos se afastaram da figura do africano que se orientava por estéticas que os aproximavam, na época, da falta de cultura e do universo da escravidão.

O ensaio do professor Jorge Márquez Valderrama (Universidade Nacional de Colômbia) demarca o desfecho do dossiê. Ele nos convida a fazer questionamentos sobre a importância da história da saúde e da doença para a saúde pública hoje como, também, pensarmos sobre a distância entre um objeto da história política e a mesma política; ou entre o que está sendo estudado na História da Ciência e o que pode ser para a Ciência. Seu texto, portanto, fecha as cortinas temporariamente desse encontro entre pessoas que diante de suas tantas particularidades e diferenças se dispuseram a colaborar com esse projeto coletivo de desnaturalizar o corpo, torná-lo estrangeiro de nós, pensá-lo de maneiras outras. Assim, nossa expectativa é que, os textos aqui compartilhados, aqui ofertados em bandeja prateada, possam mobilizar outras inquietações, outros questionamentos, outros encontros, outros pensamentos, outros corpos. Afinal, como nos interpela Angela Klopstech: "*O que é esse corpo com o qual nós devemos compor?*" Bom encontro com as palavras!

Dr^a. Kyara Maria de Almeida Vieira
Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Campina Grande
Dr. Iranilson Buriti de Oiveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Campina Grande
Organizadores

**AS FERIDAS DO TEMPO: UMA
HISTÓRIA DO CORPO E DA
SAUDADE ATRAVÉS DA POESIA
DE SOPHIA DE MELLO BREYNER
ANDRESEN**

**Durval Muniz de Albuquerque
Júnior¹**

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte

RESUMO

A partir da obra da poeta portuguesa Sophia de Mello BreynerAndresen busca-se tratar da relação entre corpo e tempo, entre corpo e saudade na história da sociedade portuguesa do século XX. Aborda-se como as transformações históricas do século passado promoveram a emergência de novas sensibilidades, que exigiram a construção de distintas corporeidades e distintas maneiras de lidar com e de entender o tempo, o que levou ao surgimento de sensibilidades e consciências saudosistas. As saudades de um tempo primordial e de um corpo integrado ao cosmos surgem na poesia andresiana.

Palavras-chave: Tempo dividido. Feridas do tempo. Corpo.Saudade e cosmos.

ABSTRACT

From the work of the Portuguese poetess Sophia de Mello Breyner Andresen, we intend to deal with the relation between the body and the time, between the body and *saudade* in the history of the Portuguese society from the 20th century. We approach how the historical transformation from the last century promoted the emergency of new sensibilities, which demanded the creation of distinct corporeity and different ways of dealing with and understanding time, what led to the appearance of sensibilities and consciences from the past. The *saudades* of a primordial time and of a body

integrated with the cosmos emerged in the Andresen Poetry.

Keywords: Divided Time.Time Wounds.Body.*Saudade*and Cosmos.

Pois o tempo me corta
O tempo me divide
O tempo me atravessa
E me separa viva
Do chão e da parede
Da casa primitiva.
(Musa – Obra Poética, p. 391)

**1.Eu que não morri, quando o rei
foi morto e o reino dividido**

Quando ela nasceu, às 11 horas da manhã, do dia 6 de novembro de 1919, havia onze anos que o rei, D. Carlos I, e o príncipe D. Luís Felipe, herdeiro do trono de Portugal, tinham sido assassinados no Terreiro do Paço. Coube a seu avô materno, Thomaz de Mello Breyner, segundo conde de Mafra, como médico da Casa Real, supervisionar o embalsamamento dos corpos. A monarquia havia sido substituída pelo regime republicano havia nove anos, sem que os conflitos e tensões políticas que antecederam e levaram àqueles fatos marcantes tivessem desaparecido. Entre 1910, quando fora instaurada a República, até o ano de seu nascimento, Portugal já havia conhecido a ascensão e queda de trinta um governos, entre governos provisórios, governos constitucionais e juntas constitucionais e revolucionárias. Presidentes da república e presidentes do ministério se sucediam ao sabor das mudanças, golpes e contragolpes políticos. Após a chegada ao poder do Partido Republicano, que lá ficou por apenas três anos, outras agremiações partidárias se sucederam no poder, sem conseguir nenhum sucesso na

¹Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, colaborador da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História, com pós-doutorado pela Universidade de Barcelona (2001-2002) e pela Universidade de Coimbra (2012-2013).

tentativa de estabilizar politicamente o país e tentar solucionar a grave crise econômica e social em que ele vivia, desde pelo menos a segunda metade do século anterior. Quando ela nasceu, governava o Partido Democrático, mas por um curto período, já que o governo que se iniciara a 29 de junho daquele ano de 1919 só duraria até 15 de janeiro de 1920, quando foi substituído por um governo comandado pelo Partido Liberal. Esse governo do Partido Democrático havia sido antecedido por governos comandados por outras agremiações partidárias como: o Partido Independente, a União Sagrada e o Partido Nacional Republicano(SERRÃO, 1990; MATTOSO E RAMOS, 1998).

Se ela nasceu quando não só o príncipe e o rei estavam mortos, mas quando o próprio reino de Portugal desaparecera, esse reino havia muito tempo sofria a ameaça de divisão e perda de suas colônias e possessões na África. Já em 11 de janeiro de 1890, é entregue ao monarca português um memorando, vindo do antigo e histórico aliado do país, a Inglaterra, em que em forma de ultimatum exigia que Portugal retirasse as tropas chefiadas pelo major Serpa Pinto do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola, onde hoje se localizam o Zimbábue e Zâmbia. A zona reclamada por Portugal, a partir da Conferência de Berlim, que a havia feito constar do famoso Mapa Cor-de-Rosa, passou assim ao domínio britânico, sendo considerado um episódio de suma humilhação para o país. O ano de seu nascimento marca, também, o final da Primeira Guerra Mundial, um sangrento conflito que,

para muitos historiadores, efetivamente inaugura o século XX, abrindo um longo período de crises e transformações políticas, sociais e culturais profundas. Portugal havia participado do conflito ao lado dos Aliados, como forma de defesa contra as pretensões territoriais alemãs na África, que incluía suas colônias. Não muito tempo depois de ser humilhado pela Inglaterra, Portugal teve que se aliar a esse país para evitar a perda de Angola e Moçambique para a Alemanha, pois as colônias se tornavam cada vez mais indispensáveis para a sobrevivência econômica do país. Já em 1914, foram enviadas tropas para a África, entrando em combates e sofrendo sucessivas derrotas para os exércitos alemães, além de terem de enfrentar as revoltas das populações locais. Em 1917, num esforço de guerra que chegou a mobilizar cerca de 200 mil homens, o Corpo Expedicionário Português participa da guerra, inicialmente nos Países Baixos e depois na França. O saldo dessa aventura, muito acima das possibilidades econômicas do país e do treinamento e organização das tropas nacionais, é a morte de cerca de dez mil soldados e o retorno de outros milhares de feridos (ARRIFES, 2005; MARQUES, 2008).

Ela nasce, portanto, num tempo marcado, não somente pela ameaça de divisão do corpo da nação, de esquitejamento do território pátrio; num tempo marcado, não somente, pela memória do corpo ferido do rei e do príncipe, a agonizar em praça pública, trespassados a bala; mas, ela conhece a vida, no momento em que milhares de corpos de homens portugueses chegam aos

portos, vindos destroçados dos campos de batalha, para serem pranteados dolorosamente por quem na terra ficou; no momento em que outros milhares de corpos de soldados portugueses retornam feridos, amputados, cegos, rasgados, enlouquecidos, intoxicados, traumatizados dos embates nas trincheiras mortais da Primeira Guerra Mundial e, em que, outros tantos, nem sequer retornam: corpos destroçados, abandonados, não identificados, enterrados precariamente em algum lugar distante ou em covas simples arrumadas em filas intermináveis de cruces, onde são identificados apenas por um número. São os corpos dos soldados desconhecidos, destinados a se tornar monumento em praça pública, monumento ambíguo, pois ritualiza e petrifica a memória de um corpo ausente e sem nome; que convoca a lembrança e saudade de um corpo sem identidade e sem figura, de um corpo desfigurado, a lembrança e a saudade de uma falta sem objeto (LINNA, 1968).

Mas aquele corpinho de menina, nascido naquele final de outono de 1919, estava longe de ser um corpo anônimo e desconhecido, um corpo qualquer. Sua entrada na vida foi saudada por ninguém menos que a rainha D. Amélia, que desde Londres, onde vivia o exílio por motivo da proclamação da República e tentava se restaurar do golpe da perda de seu marido e filho assassinados, envia cartão de felicitações a seu avô materno Thomaz de Mello Breyner, que foi recebido em Lisboa no dia 25 de novembro, portanto, apenas seis dias após o nascimento da neta Andresen,

como denominou a rainha². Mais do que indiciar a distinção social daquela pequerrucha, o cartão da rainha indica a manutenção dos laços monárquicos da família da menina e a fidelidade política ao regime decaído. Ela nasce, portanto, não apenas no seio de uma família pertencente à aristocracia portuguesa, mas numa família que mantinha estreitos laços com a Casa Real, já que seu avô materno estava a seu serviço como médico. Sua mãe, que será fundamental em sua educação, por ser uma mulher culta e afeiçãoada às artes, Maria Amélia de Mello Breyner, além de ser filha do segundo conde de Mafra, médico e amigo do rei D. Carlos I, era neta do conde Henrique de Burnay, um dos homens mais ricos do seu tempo. Já seu pai, João Henrique Andresen Júnior, embora fizesse parte da burguesia comercial do Porto, administrando a empresa de produção e exportação de vinho do Porto herdada de seus antepassados, herdara também o nobilitamento pelo casamento de seu avô com uma integrante da nobreza portuguesa. Num momento de declínio da aristocracia rural portuguesa, o casamento de filhas com enriquecidos homens da burguesia comercial e industrial em ascensão era uma das estratégias possíveis para a manutenção do poder e da fortuna de famílias ameaçadas pela debacle da nobreza³.

Talvez, o fascínio que vai demonstrar ter pelo mar, em toda a sua obra, se deva ao fato de ter ouvido muitas vezes lhe ser contada a saga marítima que trouxe seu bisavô paterno da Dinamarca até Portugal. Jan Heinrich Andresen, em 1842, abandona a ilha de Föhr, uma das

²Cartão da Rainha D. Amélia felicitando Thomaz de Mello Breyner pelo nascimento de sua neta. Recebido em 25 de novembro de 1919. (Espólio de Sophia de Mello BreynerAndresen – Biblioteca Nacional de Portugal).

³GUIMARÃES, Elisa Andresen. *História da Família Andresen*. 1950 (Texto datilografado que faz parte do espólio de Sophia de Mello BreynerAndresen – Biblioteca Nacional de Portugal).

ilhas Frísias, na Dinamarca, e após atribulada viagem de barco, onde termina por se desentender com o capitão da embarcação, desembarca no Porto onde passa a trabalhar na casa do comerciante Francisco dos Santos, na Rua de S. João, o retirando, com seus conselhos e trabalho, de uma situação de eminente falência. Três anos após a sua chegada, quando contava com apenas dezenove anos, se estabelece por conta própria, obtendo prosperidade em curto espaço de tempo. Ao fim de um ano já possuía seu primeiro barco a vela, iniciando a produção de vinhos do Porto que levavam o seu nome. Em Vila Nova de Gaia monta a primeira tancaria a vapor do país. Chegou a construir, nessa mesma cidade, uma fábrica de moagem, uma destilação de álcool, além de vários armazéns. Comprou uma quinta no Douro donde provinha alguns vinhos que exportava em barcos próprios. Fundou também, em Manaus, uma sucursal de sua casa e organizou a primeira carreira de vapor no curso do rio Amazonas. Em 1854, adquire um barco a vapor para fazer o transporte de passageiros entre Lisboa e o Porto, mesmo ano em que o rei D. Fernando I lhe concede a naturalização como português. Naturalizado e rico, embora cultuasse a religião protestante, termina por casar-se com uma moça nascida numa casa aristocrática e católica, como todas as casas aristocráticas portuguesas, a casa do morgado Triste do Campo de Vinha, Maria Leopoldina de Brito. Embora tenha recusado tanto o título de conde, como o de marquês que lhe foram oferecidos, passou a residir desde o casamento até a sua morte no Palácio

de Penafiel exemplificando esse processo de nobilitamento da burguesia em ascensão realizada pela monarquia portuguesa como uma estratégia de legitimação e manutenção do regime. A menina nasce, portanto, numa família em que tanto o lado paterno quanto o lado materno faziam parte da aristocracia portuguesa, seja por seus vínculos tradicionais de sangue, seja pelo nobilitamento provocado pela fortuna⁴.

Mas, se quando ela nasce já não há mais rei e o reino parecia estar sendo dividido, não deixa de ser tratada como uma princesa, protegida e encastelada em um reino particular, onde a realidade conflitiva, violenta e injusta de seu país ficava para além dos muros que separavam os jardins de sonho, que cercavam a sua casa, do bulício e ferocidade das ruas. Nascida numa família que reunia pelo lado materno toda uma linhagem aristocrática e pelo lado paterno a tradição de comerciantes enobrecidos pela fortuna, seus sobrenomes e a própria grafia do nome que escolheram para designá-la testemunham sua origem diferenciada, são signos de que não nasceu entre os comuns dos mortais, pois recebeu na pia batismal o nome de Sophia de Mello BreynerAndresen. E se o nome pode ser o indicativo de um destino, mito cultivado por toda uma tradição biográfica, ela teria nascido para possuir um saber profundo, para ser dotada de sabedoria (LOURENÇO, 1985). No entanto, como não sou daqueles que acreditam em destino, para mim seu nome indicia a presença da cultura clássica no interior de sua família. Seu nome de origem e grafia gregas me

⁴GUITARÃES, Elisa Andresen. *História da Família Andresen*. 1950 (Texto datilografado que faz parte do espólio de Sophia de Mello BreynerAndresen – Biblioteca Nacional de Portugal).

parecem ser indícios do cultivo da leitura e conhecimento dos autores clássicos gregos por parte de sua parentela. Fácil seria ver nesse detalhe um signo premonitório de seu futuro fascínio pela Grécia, à qual fez mais de uma viagem e à qual dedicou inúmeros poemas, mas também sua decisão de cursar como formação universitária Filologia Clássica na Universidade de Lisboa. Creio que, sem dúvida, sua formação incluiu, desde muito jovem, o contatos com os autores, escritores, filósofos e historiadores gregos e latinos, que deveria encontrar na biblioteca de sua casa ou que para ela eram especialmente adquiridos, uma marca da educação ministrada no interior dos grupos aristocráticos portugueses. Mais tarde ela irá confessar a importância da leitura das obras de Homero para o seu fazer poético e se tornará tradutora para o português do livro de Émile Mireaux, *A vida quotidiana no tempo de Homero* e da peça teatral *Medéia* de Eurípedes, que têm presenças marcantes e constantes em sua obra⁵.

Se a partir de 1958, incentivada pela necessidade de contar histórias para seus cinco filhos, escreve oito livros de contos infantis, sua infância vivida entre a casa e os jardins da Quinta do Campo Alegre, adquirida e totalmente reformada no ano de 1895, no estilo romântico, pelo seu avô João Henrique Andresen, parece ter sido quase um conto de fadas. Localizada na estrada do Lordelo, na cidade do Porto, a Casa Andresen, não era a casa de seus pais, mas de seus avós, um palacete de cor vermelha, cercado por jardins de modelo inglês, tão extensos e ricos em variedade de espécies vegetais,

que se tornou, a partir de 1949, quando o Estado dele tomará posse, o Jardim Botânico do Porto e hoje é nomeado de Galeria da Biodiversidade da Faculdade de Ciências. Em texto escrito em 1950, Elisa Andresen Guimarães fala que os avós paternos de Sophia nutriam um verdadeiro culto pelos seus jardins - culto que emergirá mais tarde na poesia escrita pela neta -, mandando vir de outros países coleções de bulbos e rizomas, junquinhos, íris, lírios da Inglaterra e crocus da Holanda. Inúmeras estufas guardavam uma coleção única de avencas e plantas ornamentais. Neles estavam plantadas várias árvores frutíferas, algumas exóticas, como bananeiras e ananases, além de cerejeiras e morangos de diversas espécies, que faziam a fama do Campo Alegre⁶. A poetisa assim os relembra:

Era uma vez um jardim maravilhoso, cheio de grandes tílias, bétulas, carvalhos, magnólias e plátanos. Havia nele roseiras, jardins de buxo e pomares. E ruas muito compridas, entre muros de camélias talhadas. E havia nele uma estufa cheia de avencas onde cresciam plantas extraordinárias que tinham, atada ao pé, uma placa de metal onde seu nome estava escrito em latim⁷.

Nas férias, a princesinha abandonava seu reino no Porto e se instalava em um casa branca, de janelas largas na beira do mar, na praia de Granja. Como dirá em algumas entrevistas, o mar de Granja, a casa branca onde passou muitos verões e onde mais tarde, já adulta, morou por algumas temporadas, era para ela sua terra prometida. A presença do mar em seus poemas, muitos deles escritos no

⁵Entrevista concedida a Eduardo Prado Coelho e Lúcia Garcia Marques. In: *ICALP - Revista*, n. 6, Agosto/Dezembro, 1986, p. 60-77.

⁶GUIMARÃES, Elisa Andresen. *História da Família Andresen*. 1950 (Texto datilografado que faz parte do espólio de Sophia de Mello Breyner Andresen - Biblioteca Nacional de Portugal).

⁷Ver: www.centenario.up.pt. Consultado em 19 de março de 2015.

interior dessa casa, sob a luz branca e clara de suas janelas, se deve a essa vivência infantil, ao lado da família, nos verões à beira do Atlântico, seu mar de eleição. Mar que foi também o caminho que construiu a glória e a perdição dos portugueses. Mar ao qual permanecia ligado o trabalho, a labuta diária, que marcava a pele dos corpos e tatuava as almas de muitos homens e mulheres, que ela veio a conhecer e a se preocupar com seu destino. Mar que trouxe muitas riquezas e se constituía em morada de muita miséria. Os homens e as mulheres do mar se constituíram na primeira presença dissonante em relação ao mundo protegido em que vivia. É certo que homens e mulheres do povo faziam parte do cotidiano de seu palacete, servido por grande criadagem. A princesinha tinha à sua disposição babás e camareiras, governantas e amas que habitavam, normalmente, a única parte escura da casa, a única parte da casa onde não se fazia presente a luz, além de ter paredes enegrecidas pela fumaça do carvão do fogão a lenha: a cozinha. Nessa divisão da casa, virada ao norte, habitava uma espécie de oráculo, uma cozinheira fabulosa, que embora fosse analfabeta, impressionava a menina da casa com seu conhecimento profundo não só de culinária, mas das pessoas e das coisas. Foi com uma das criadas, Laura, uma jovem loira e bonita, que teve o seu primeiro aprendizado de poesia. Como um primo havia aprendido um poema para recitá-lo na noite de Natal, Laura achou que a princesa do lugar não poderia ficar para trás e lhe ensinou a recitar os versos da Nau Catarineta. Foi com a criadagem supersticiosa que ficou

conhecendo história de medos e mistérios e aprendeu a recitar a Magnífica, para acalmar a revolta do céu nas noites de trovoada. Foi nessas noites de temporal que teve as primeiras notícias sobre os homens do mar, quando suas acompanhantes preocupadas com o que pudesse a vir a acontecer com eles, em meio a um oceano noturno e revoltado, lhes propunham uma oração conjunta. Mais tarde, em entrevista, ela dirá que foi dessas noites de tempestade que teria nela surgido uma certa preocupação social e humana. Vivendo num grande porto, numa cidade cuja vida estava ligada ao rio e ao mar, sujeita a temporais terríveis, vendo a chegada do vento Sul fazer as portas baterem, as janelas se abrirem de par a par, provocando um verdadeiro redemoinho no interior da casa, podia aquilatar como estaria o mar enfrentado por aqueles homens dos quais falavam suas companheiras⁸.

Para as famílias aristocráticas como as de Sophia, a casa tinha um sentido muito mais vasto do que ela passará a ter na sociedade burguesa. A casa era muito mais do que o lugar de moradia, em seu interior se passava grande parte das atividades culturais e políticas que envolviam os membros da nobreza. A casa personificava cada família, ela era uma espécie de corpo heráldico, de símbolo do poder e da riqueza de seus moradores. O esmero com que eram construídas casas e palácios, o tamanho monumental que possuíam, a própria desmesura dos terrenos e jardins em que ficavam, o lugar escolhido para serem erguidos tudo devia significar publicamente o status daquele agrupamento familiar. A

⁸Ver: Entrevista concedida à Maria Amanda Passos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 26, 16 de fevereiro de 1982 e Entrevista concedida a Miguel Serras Pereira. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 135, 5 de fevereiro de 1985.

mistura entre casa e sangue, entre casa e família se explicitava no fato de que normalmente as casas passavam a levar o nome da família, a personificá-la. A designação casa era utilizada, inclusive, para se referir a um dado agrupamento familiar. Foi no interior da Casa Andresen ou no interior da casa de veraneio da praia de Granja, no interior de seus desmesurados espaços internos e em seus espaçosos jardins, entre seus inúmeros objetos que a sensibilidade de Sophia foi sendo produzida, que seus sentidos foram sendo educados, que seu corpinho de menina foi sendo domesticado e civilizado. A saudade dessas casas, de seus quartos, de seus objetos, de seus jardins, de seus esconderijos e lugares protegidos, da presença materna a reger todos esses espaços imensos que sempre lhe parecerão encantados será uma presença marcante em toda a sua poesia, que é fruto de uma sensibilidade que se desenvolveu nesses espaços e a eles permanecerá ligada por toda a vida. Na vastidão de um espaço protegido dos sons exteriores, dos sons da rua, do ruído do mundo moderno e urbano pelos imensos jardins que cercavam a casa vermelha e funcionavam como verdadeiras estufas de proteção, ela aprendeu a importância do silêncio e o silêncio a fez desenvolver uma escuta atenta aos ruídos do cotidiano, aos sons das coisas, “ao vento acordando entre as folhagens uma vida secreta e fugitiva”(ANDRESEN, 2011, p. 15), permitiu-lhe ouvir os vários cantos que vinham dos jardins e da cozinha, o arrulhar dos pássaros, o barulho das águas das fontes; na casa branca, o som das águas em movimento, das ondas batendo sobre

as pedras ou quebrando na areia, da chuva pingando nas janelas e telhados, do vento Sul assobiando no interior da casa. Escuta que vai ser educada na poesia da Nau Catarineta cantada por Laura, mas também pelos versos de Camões e de Antero que aprendeu com seu avô entre os três e sete anos, a ponto de achar que a poesia era parte do mundo, era uma coisa como outra qualquer, que não tinha autoria. Escuta aprimorada ainda pela audição de peças musicais dos grandes mestres da música clássica nos saraus e festas que se realizavam naquela casa. Casas onde educou e sofisticou seu olfato, dando a ele uma configuração singular, sentindo o cheiro de terra, sentindo o perfume das inúmeras e diversas flores, sentindo o cheiro da maresia, o cheiro dos vinhos, das frutas, das resinas, da brisa marinha. Tato educado e excitado pelo contato com as texturas dos inúmeros e diferentes objetos que povoavam as casas, que eram como presenças fantasmagóricas nos quartos quando escurecidos a observá-la e olhá-la, pela textura dos diferentes tecidos que compunham seu guarda-roupa farto de menina rica, sedas, brocados, algodões, tafetás, pelo contato com a terra, com a água, com as flores, com os frutos, com as árvores, com o vento, com as pedras em seus imensos jardins, mãos atoladas no mar azul e salgado, alisando as paredes vermelhas e brancas de suas casas. Foi também com o tato que aprendeu a ver, que procurou ver de perto, em detalhe os objetos que lhe fascinavam, objetos em profusão em casas onde suas presenças indicavam posição social e riqueza. O fascínio burguês pelas mercadorias, pelas

coisas, aliada de forma singular, numa sociedade como a portuguesa, com os valores aristocráticos da ostentação e do fausto. Sua poesia visual é ao mesmo tempo tátil pois nascida de um tato e de um olhar educados para o detalhe, talvez um apanágio da educação de um corpo feminino, nesse momento. Sua forma de olhar, sua forma de enxergar o mundo também é fruto desse ambiente de fartura das formas, de diversidade das cores, da claridade de casas de grandes janelas, localizadas numa elevação ou à beira-mar onde o sol não encontrava nenhum obstáculo para se derramar pelos seus cômodos, provocando o contraste acentuado entre luz e sombra, mesma paisagem que seus olhos construirão no contato com os jardins e em frente ao mar. Casas onde tudo parecia claro, limpo, puro, ordenado, como sonhará por toda vida que pudesse ser o mundo e a vida humana. Para a casa vermelha do Porto ou para a casa branca da praia de Granjaela sempre vai querer voltar em busca de todas essas coisas que formaram seus próprios sentidos, a sua sensibilidade, que fabricaram o seu corpo de poeta⁹:

Casa branca em frente ao mar enorme
Com teu jardim de areia e flores
marinhas
E o teu silencio intacto em que dorme
O milagre das coisas que eram minhas.

A ti eu voltarei após o incerto
Calor de tantos gestos recebidos
Passados os tumultos e o deserto
Beijados os fantasmas, percorridos
Os murmúrios da terra indefinida
(ANDRESEN, 2011, p. 30)

Mas esse corpo feminino, educado no que poderíamos chamar de pedagogias aristocráticas,

essa sensibilidade formada no interior da casa, nos jardins, em frente ao mar, em contato com a natureza, com uma vida social hierarquizada, numa simbólica do sangue, remetida a uma temporalidade cultural onde o mundo Antigo e os valores ligados a uma sociedade medieval, a uma estética romântica, em plenos anos vinte, em plena época aberta na Europa com o final da Primeira Guerra Mundial, nos chamados anos loucos, vão criar uma corporeidade inadaptada à sociedade burguesa, urbana, industrial, capitalista que de maneira retardatária se instalava de modo definitivo em seu país. Esse corpo produzido pelo o que Foucault nomeou de dispositivo da sanguinidade (FOUCAULT, 2007), corpo hereditário, de casas aristocráticas, corpo de casta, de estamentos, corpos preparados para a vivência de lugares sociais fixos se sentirá despedaçado, fora de lugar, desterritorializado, desarraigado, nessa nova sociedade que se instala à sua volta e com a qual terá que conviver a partir do momento que também o seu reino privado, o seu castelo de menina, seu refúgio de infância tiver desaparecido ou tiver que ser abandonado pelas novas circunstâncias trazidas pela vida de adolescente e adulto. Esse corpo que cresceu, em grande medida, mergulhado, absorto, confundido com a natureza, inseparável dos cenários naturais onde nasceu e cresceu, terá que sofrer com o rompimento dessa unidade quando a vida de artifício, a vida de cidade se sobrepuser e se impuser a essa menina educada pelas coisas da natureza. Casa que além de representar o sangue do qual descendia, estava de maneira

⁹Ver: Entrevista concedida à Maria Amanda Passos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 26, 16 de fevereiro de 1982; Entrevista concedida a Miguel Serras Pereira. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 135, 5 de fevereiro de 1985; Entrevista concedida a José Carlos de Vasconcelos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 468, 25 de junho de 1991.

inseparável ligada à sua mãe, à presença materna, como um útero de onde vai ser paulatinamente arrancada para ser lançada nas intempéries e vagas da vida de gente grande. À medida que seu corpo foi educado e sua sensibilidade preparada para a vivência de um modelo de sociedade, para a vivência de relações econômicas e sociais, de experiências culturais, conforme códigos políticos e éticos que estavam ficando para trás com a história, vai ser preciso que ela construa para si outro corpo, que reedifique e reelabore sua sensibilidade, que adote para si outros rostos, que constitua outras rostidades, o que não se fará sem o sentimento de perda, de luto, de dilaceramento, de separação, de divisão, de corte com aquele outro corpo que um dia tivera. Tendo permanecido viva, quando o rei foi morto e o reino dividido, quando o seu próprio reino infantil perdeu a realidade e o encanto, quando teve suas raízes arrancadas da terra onde nasceu, quando teve que deixar o convívio daquela que lhe deu a vida, teve que construir para si outros corpos, corpo de matéria e corpo de símbolos, corpo de mulher e corpo de poeta; desprendida da terra tece para si um corpo leve e etéreo de poesia, um corpo feito de saudades:

És como a Terra-Mãe que nos devora
Prendendo a nossa vida no seu peso.
De ti nos veio a morte, e trazemos
A tristeza e a sombra de teus membros
Colada ao nosso sonho e o teu amor
Rói-nos na raiz. Larga os nossos
braços.
Deixa crescer os gestos que nos
brotam.
Nós temos outro corpo para formar,
Não o corpo pesado que nos deste
Mas um outro que está no horizonte.

Deixa-nos crescer, deixa-nos nascer
E que a nossa raiz de ti se arranque.
(ANDRESEN, 2011, p. 855)

2. Vida suja, hostil, inutilmente gasta

A menina que começou a fazer versos, aos doze anos, numa noite de primavera, “uma incrível noite de vento leste e junho”, quando o fervor do universo transbordava, tenta através de seus versos reter, cercar, conter esse transbordamento e, ao mesmo tempo, sonha em desfazer-se na noite, em fundir-se com a noite¹⁰. A poesia de Sophia de Mello BreynerAndresen nasce desse desejo de nomear, de dizer, de fazer caber nas palavras, de tornar em palavras a grandeza das coisas, da natureza, do universo, a verdade mais íntima e precisa de suas formas e, ao mesmo tempo, nasce desse desejo de fusão, de retorno, de dissolução no interior da natureza, do universo. Leitora e admiradora de Teixeira de Pascoaes, da poesia saudosista, Sophia compartilha com o mestre do Marão a visão panteísta da natureza e do mundo.

Os troncos das árvores doem-me como
se fossem meus ombros
Doem-me as ondas do mar como
gargantas de cristal
Dói-me o luar – branco pano que se
rasga. (ANDRESEN, 2011, p. 211)

Embora tenha sido formada numa família cristã e católica, tendo sido dirigente de movimentos universitários católicos, no período em que cursou Filologia Clássica na Universidade de Lisboa, entre 1936 e 1939, curso que não concluiu, é uma constante na poesia de Sophia a busca e a dúvida da existência do Deus pregado por sua religião,

notadamente quando observa a vida dos homens, a realidade social e humana à sua volta (AMADO e MOURÃO, 2011). A presença do divino, a presença do sagrado parece se manifestar de maneira incontestemente apenas quando se observa a natureza, seus mistérios e grandiosidade. Cada forma da natureza aparece a seus olhos como rodeada por um alo de sacralidade, o que a aproxima de uma visão pagã e pré-cristã da divindade, daí seu fascínio pelos deuses da antiguidade, notadamente pelos deuses gregos, deuses sem espinhos e sem cruz, deuses das formas e da embriaguez. Para Sophia a morte dessas divindades, a morte dos deuses ou a morte de Deus, tema constante da cultura ocidental, desde o fim do século XIX, se materializava na separação do Homem em relação à natureza, na perda da unidade entre homem e o cosmos, o que ela interpreta como sendo a emergência de um estágio de alienação do Homem, de perda de si mesmo. A uma época, a um tempo original, a um tempo perdido das origens, em que os humanos caminhavam entre deuses, em que homens e deuses conviviam e habitavam um mesmo mundo, em que os humanos teriam mantido com a natureza uma relação harmoniosa, quando uma divindade imanente e não transcendente fazia presença em cada ser do universo, quando Deus não era a ausência das ausências, a dúvida e a dívida, a procura e a busca incessantes, sem sossego dos humanos, é que a poesia de Sophia quer retornar:

Eis-me
Tendo-me despido de todos os meus
mantos

Tendo-me separado de adivinhos
mágicos e deuses
Para ficar sozinha ante o silêncio
Ante o silêncio e o esplendor de tua
face

Mas tu és de todos os ausentes o
ausente
Nem o teu ombro me apoia nem a tua
mão me toca
O meu coração desce as escadas do
tempo em que não moras
E o teu encontro
São planícies e planícies de silêncio.
(ANDRESEN, 2011, p. 406)

A um Deus informe,
descarnado, desencorpado,
desincorporado, etéreo, tornado um
grande vazio, um grande silêncio, a
poesia de Sophia contrapõe deuses
materializados através das formas da
natureza, encarnados pelos objetos
de arte, uma divindade que se
expressa através da beleza, da
liberdade e da justiça, valores que
aparecerão como centrais na ética que
preside sua obra e sua vida. Com a
morte do sagrado, com a
dessacralização do mundo trazida
pela emergência da sociedade das
mercadorias, pela sociedade do
dinheiro, onde tudo passa a ser
avaliado pelo seu valor de troca, onde
tudo é profanado pelo interesse e pelo
desejo de lucro, de acumulação, as
coisas perdem o seu sol interior, as
coisas perdem aquilo que delas nos
aproximava, os homens se veem
definitivamente apartados e distintos
das coisas, colocadas a seu serviço,
tornadas objetos, esvaziadas, como
vai dizer Walter Benjamin, de sua
aura (BENJAMIN, 1994). Entre o
Homem e o mundo cavou-se um
fosso, um abismo, atirando nós
humanos em profunda solidão e numa
profunda saudade: a saudade do
divino, a saudade dos deuses, a

saudade de um tempo original de fusão do homem com a sacralidade do mundo. Desertado dos deuses, do sagrado, o mundo se tornou prosaico, não poético, tornou-se imperfeito e incompleto. Para Sophia, assim como Orpheu, personagem recorrente em sua poesia, o poeta, a poesia, tem a função de reencantar, de ressacralizar o mundo, só ela teria o poder de cura, de cicatrizar a ferida aberta entre os homens e a natureza, entre os homens e as coisas do mundo. Médico e poeta, o tocador de lira grego, que encantava a todos com sua música, simboliza para a poetiza portuguesa o poder da poesia de vencer as forças negativas do mundo, de aplacar as dores e dissabores da vida dos homens, de curar as chagas trazidas pelo tempo, única força capaz de afrontar os poderes da morte e de todas as forças mortíferas presentes no mundo humano:

Mas eis que se apagaram
Os antigos deuses sol interior das
coisas
Eis que se abriu o vazio que nos separa
das coisas
Somos alucinados pela ausência
bebidos pela ausência
E aos mensageiros de Juliano a Sibila
respondeu:

"Ide dizer ao rei que o belo palácio jaz
por terra quebrado
Phebo já não tem cabana nem loureiro
profético nem fonte melodiosa
A água que fala calou-se".
(ANDRESEN, 2011, p. 506)

Com a morte de seu pai, em 1950, o seu belo palácio de Campo Alegre também entrará definitivamente em ruínas. Sua mãe casa em segundas núpcias com Severiano José da Silva, um "déspota republicano e maçom", segundo

Francisco de Sousa Tavares, marido de Sophia, um monarquista católico, o que causa inúmeros problemas familiares. O padrasto chega a cobrar mensalidades dos enteados para que eles possam continuar a viver no palacete da Quinta do Campo Alegre. As disputas e conflitos em torno da partilha da herança terminaram por levar a decadência da própria família Andresen¹¹. Mas o afastamento de seu reino protegido já se iniciara quase vinte anos antes, quando em 1936 inicia o curso universitário em Lisboa, após dez anos de formação no colégio católico Sagrado Coração de Maria, onde permaneceu dos sete aos dezessete anos. O encontro com a cidade, com a vida urbana de Lisboa, lhe causa profundo estranhamento, a ponto de abandonar o curso sem concluí-lo, refugiando-se novamente no Porto. Assaltada e atormentada pela dúvida sobre o valor de sua própria poesia, chega a rasgar os cadernos de capa preta de linóleo onde vinha escrevendo seus versos desde os quatorze anos. No entanto, o amigo e admirador de seus versos António Calém, salva-os da destruição, colando meticulosamente página por página. É também António Calém, ao lado de outro amigo, Fernando Valle, que inicia a luta pela publicação e conhecimento do que escrevia Sophia. Eles enviam seus versos a Miguel Torga, importante poeta do momento, que entusiasmado foi ao Porto conhecer a poeta¹².

Em 1940, alguns poemas seus aparecem numa publicação organizada pelos poetas Tomaz Kim, José Blanc de Portugal e Ruy Cinatti, os *Cadernos de Poesia*, levados por Luís Forjaz Trigueiro, que integrava o círculo de amigos dos

¹¹Ver: As memórias de Francisco de Sousa Tavares. Assim Atravessei o Mundo. Ideia tumultuosa e doce. In: *Diário de Notícias*, Domingo, 11 de abril de 1993, p. 7.

¹²Ver: Entrevista concedida à Maria Amanda Passos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 26, 16 de fevereiro de 1982; Entrevista concedida a Miguel Serras Pereira. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 135, 5 de fevereiro de 1985; Entrevista concedida a José Carlos de Vasconcelos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 468, 25 de junho de 1991.

verões em Granja, que passou a contar com presenças lisboetas. Convencido do valor do que sua filha escrevia, seu pai patrocinou então a publicação de seu primeiro livro, intitulado *Poesias*, publicado em 1944, numa edição de trezentos exemplares, impressa numa gráfica de Coimbra, arranjada por Fernando Valle, que lá estudava. Para surpresa dela, e de todos, o livro vendeu toda a edição e sua poesia a levou a receber correspondências e críticas de grandes nomes da literatura e da cultura portuguesas, como um cartão postal enviado pelo próprio Teixeira de Pascoaes, onde chegava a enumerar os poemas de que mais havia gostado¹³. As dúvidas familiares em torno do valor do que fazia também levarão a um encontro decisivo na vida de Sophia. Sua mãe, Maria Amélia, muito culta, consulta o jornalista e escritor Francisco de Sousa Tavares sobre o valor da poesia da filha e da possibilidade dela seguir carreira literária. Ele conhecerá então Sophia e terminará por vir a se tornar o seu marido. O casamento se dá em 27 de novembro de 1946, e levará a poetisa a se afastar definitivamente de seu reino encantado da infância, da praia de Granja, da sua mãe e de tudo o que mais amava. O casamento a levará ao exílio definitivo em Lisboa, na casa da Travessa das Mônicas, n. 57, no bairro da Graça, onde chega em 1951. Casa com janelas para o rio Tejo, com jardins desenhados pelo arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, talvez numa busca de compensação pelos jardins perdidos de sua infância, que vieram substituir um terreno que servia de lixeira e amenizar o fato de que o outro lado da casa dava para um presídio. Lixo e

prisão, signos do que vai significar para ela a vida nessa cidade. A casa contará ainda com o luxo de uma lareira, mas seus dias não terão nunca mais o mesmo calor, embora vivendo em uma cidade de clima mais ameno do que a cidade do Porto. O encontro com a vida da metrópole do país, com a vida hostil, suja e inutilmente gasta em suas ruas, aliado a convivência com um esposo com ideias políticas bem definidas provocarão mudanças subjetivas importantes em Sophia, o que repercutirá em sua poesia (VIEIRA, 2013).

Em Francisco parece ter encontrado valores e ideias comuns, mas também um jeito de ser e estar no mundo diametralmente oposto ao seu. Advogado e jornalista, Francisco era um monarquista democrático, militante anti-salazarista e defensor da causa real de Maria Pia de Saxe-Coburgo e Bragança de Laredo, assim como Sophia, o que o levou a passar por situações difíceis no interior do Estado Novo. Ele e Sophia intensificarão sua participação política, a partir do final dos anos cinquenta, quando a repressão termina por levar para o exílio grandes amigos, como o poeta Jorge de Sena (TAVARES, 2014). Em 1962, publica *Livro Sexto* (ANDRESEN, 2011, p. 379-442), onde se leem poemas de claro conteúdo político, entre eles "O Velho Abutre", uma referência direta a Salazar. A Sociedade Portuguesa de Escritores, numa demonstração clara de apoio às ideias contidas no livro, lhe concede a premiação de melhor livro de poesia do ano: três anos depois será proibida de funcionar:

¹³Cartão postal enviado desde São João do Gatão, em 17 de setembro de 1944, pelo poeta Teixeira de Pascoaes à Sophia de Mello BreynerAndresen comentando o seu primeiro livro. Segundo ele, a leitura do livro lhe deu um *frisson nouveau* tal como ocorrera a Hugo quando leu *As Flores do Mal* de Baudelaire. (Espólio de Sophia de Mello BreynerAndresen - Biblioteca Nacional de Portugal)

O velho abutre é sábio e alisa as suas penas
A podridão lhe agrada e seus discursos
Têm o dom de tornar as almas mais pequenas (ANDRESEN, 2011, p. 439)

Em 1957, Francisco funda o Centro Nacional de Cultura que vai aglutinar os intelectuais e artistas contrários ao regime salazarista. Em 1958 apoia entusiasticamente Humberto Delgado quando ele se lança como candidato de oposição à Presidência da República, tendo como consequência seu banimento da função pública. Foi um dos contatos civis dos militares que em 1959 tentaram derrubar o regime naquela que ficou conhecida como Revolta da Sé. Em 1965, ele e Sophia estão entre os que subscrevem o *Manifesto dos 101*, um documento assinado por pessoas que se definiam como católicas e que, em nome dos valores cristãos, notadamente daqueles emanados do Concílio Vaticano II, teciam fortíssimas críticas ao regime, notadamente no que dizia respeito aos constantes desrespeitos às liberdades e direitos humanos. Entre 1966 e 1968, Francisco permanecerá na prisão de Caxias, na condição de preso político. Para Sophia, tempo de espera, de sofrimento e revolta, tempo de novas feridas que se alojarão em sua subjetividade. Mas também, tempo de ação: compõe a *Cantata da Paz*, música de intervenção ou música de protesto que fará enorme sucesso entre os militantes católicos progressistas; será uma das fundadoras e dirigirá a Associação Nacional de Socorro aos Presos Políticos e representará os escritores portugueses em reuniões internacionais que congregavam artistas e intelectuais de esquerda.

Quando finalmente o dia esperado chegou, no dia 25 de abril de 1974, todo país pôde presenciar Francisco, com seu costumeiro destemor e verve inflamada, do alto de uma guarita, com um megafone, falando para a multidão que se aglomerava no Largo do Carmo à espera da rendição de Marcelo Caetano diante das tropas comandadas por Salgueiro Maia. Tanto Francisco quanto Sophia vão então filiar-se ao Partido Socialista, sendo eleitos para a Assembleia Nacional em 1974. Mas as diferenças de temperamento entre os dois se manifesta no precoce desencanto de Sophia com a política partidária, com o que percebia como sendo demagogia da política parlamentar, ao contrário do marido, que continuará na vida partidária por toda a vida, fazendo uma trajetória política que o levará de posições de esquerda para abraçar posições mais conservadoras, terminando por abandonar o PS e se filiar ao PSD, Partido Social Democrata, que embora tenha esse nome, em Portugal, como ocorre com o PSDB no Brasil, representa posições de direita e as políticas econômicas neoliberais. Em 1983, Francisco de Sousa Tavares alcançou o cargo de Ministro da Qualidade de Vida, do IX Governo Constitucional, encabeçado por uma coalizção entre o PS e o PSD, nomeada de Bloco Central, nascida de um acordo realizado após nenhum dos partidos conseguir ser majoritário nas eleições legislativas daquele ano. Ainda como jornalista, desde o início de sua carreira, Francisco notabilizou-se por uma personalidade e por escritos marcados pela truculência, o que lhe rendeu a alcunha de Tareco. Em vários poemas Sophia parece falar desse

descompasso entre sua sensibilidade, sua forma discreta, aristocrática e refinada de ser e a forma explosiva, fulgurante e apaixonada de seu companheiro. Parece culpar o amor que por ele sentia pelo seu exílio de tudo que amava, pela vida numa cidade que parecerá nunca de todo sua, por viver num espaço que não é o seu lugar, um espaço estranho, estrangeiro, distinto e distante daquele de seus sonhos (TAVARES, 2014; MATTOSO e ROSAS, 1998; SERRÃO, 2006; PONTES, CASTRO E AFONSO, 2012):

Para atravessar contigo o deserto do mundo
Para enfrentarmos juntos o terror da morte
Para ver a verdade para perder o medo
Ao lado de teus passos caminhei

Por ti deixei meu reino meu segredo
Minha rápida noite meu silêncio
Minha pérola redonda e seu oriente
Meu espelho minha vida minha imagem
E abandonei os jardins do paraíso.(ANDRESEN, 2011, p. 417)

Seu corpo educado e construído entre os jardins e as paredes da Quinta de Campo Alegre tem que se reeducar, sua sensibilidade terá que se transmutar no contato com a pele da cidade, com seus sons, ruídos, com suas paisagens, com seus sofrimentos, com seus costumes, com suas sensações táteis e gustativas, com seus cheiros e exalações pútridas e pestilentas. A cidade aparece na poesia de Sophia como o espaço da

separação e da perda de si, da fragmentação, da solidão:

Cidade, rumor e vaivém sem paz das ruas,
Ó vida suja, hostil, inutilmente gasta
Saber que existe o mar e as praias nuas,
Montanhas sem nome e planícies mais vastas
Que o mais vasto desejo,
E eu estou em ti fechada e apenas vejo
Os muros e as paredes, e não vejo
Nem o crescer do mar, nem o mudar das luas. (ANDRESEN, 2011, p. 26)

Sua escuta educada no silêncio, educada para perceber uma paisagem sonora feita de sons sutis e baixos como o de uma folha caindo, da brisa sibilando entre as árvores, o chilrear de um inseto ou o canto de um pássaro, terá que se adaptar a barulhos e ruídos mecânicos, dos automóveis, dos bondes, das buzinas, dos rádios, aos gritos e guinchos das multidões, ao rumor e vaivém sem paz das ruas. Sua escuta educada pela audição, desde muito pequena, das músicas de Bach, que ouvia no gramofone do escritório do avô, pelo violão que José Ribeiro tocava nas tardes de Granja, pela música de Mahler ouvida em casa de amigos em Matosinhos, teria agora que se adaptar aos fados e canções populares que uivavam no rádio ou nos bares e tavernas de Lisboa. Seu ouvido ansiará pela chegada da noite, quando a redução dos ruídos, o silêncio permitirá que possa escutar a poesia que ressoa em germe no interior de si. Seu fascínio pela noite se amplia, pois é nessa hora de recolhimento, quando a cidade

adormece, que nela desperta a sensibilidade poética. Noites que parecem romper com o ritmo do tempo da própria cidade, que parecem ancoradas para além da temporalidade frenética da cidade, da capital e do capital. Atarefada durante o dia em criar uma família que vai se tornando numerosa, com o nascimento de seus cinco filhos, família em crescentes dificuldades financeiras à medida que o marido passa por percalços profissionais e políticos, é nas noites que se reencontra com esse outro corpo que a habita, para além do corpo de esposa e de mãe, o corpo da poesia¹⁴:

Noites sem nome, do tempo desligadas,
Solidão mais pura do que o fogo e a água,
Silêncio altíssimo e brilhante

As imagens vivem e vão cantando libertadas
E no secreto murmurar de cada instante
Colhi a absolvição de toda a mágoa. (ANDRESEN, 2011, p. 27)

A cidade é para ela o contraponto negativo em relação à casa e ao jardim que, agora, mesmo em miniatura, continua sendo onde se passa a sua vida. Mas a cidade é sobretudo o oposto do mar, o espaço do aperto, da prisão, da tristeza em contraponto à imensidão, à liberdade e à alegria da beira mar. Seu olhar educado pelo convívio de verão com o mar de Granja, sofisticado pelas imagens do quadro de Picasso, *Mulheres à beira mar*, que lhe ensinará a deslocar, a quebrar a naturalidade das imagens, ou seja, lhe ensinará a ser menos realista e

mais surrealista, aguçado ainda pelas imagens da poesia de Lorca, tem que lidar agora com as imagens duras e enfumaçadas que a realidade da vida lisboeta lhe traz. A cidade lhe aparece, então, como o espaço do diabólico, onde a dessacralização do mundo atinge seu ponto culminante. O homem da cidade é um ser abandonado a sua própria sorte, vivendo num espaço do caos que se opõe à harmonia do divino. Enquanto os espaços naturais fariam da perfeição do divino, os espaços artificiais construídos pelos homens testemunhariam a imperfeição humana. A cidade burguesa é a materialização da alienação burguesa, da quebra da aliança das coisas com os homens. Na cidade as coisas se tornam hostis aos homens, as coisas transformadas em mercadorias se tornaram inimigas do humano, sendo a base de sua miséria e exploração. A divisão do trabalho capitalista fez o pensamento se desligar das mãos, a maquinofatura tornou os objetos formas estranhas aos homens, que perderam sua capacidade de criação, aquilo que os faz especificamente humanos¹⁵. A cidade sempre lhe apareceu como alheia, viciada, triste, melancólica, lúgubre, alucinada:

Brilha a cidade dos anúncios luminosos
Com espiritismo bares cinemas
Com torvas janelas e seus torvos gozos
Brilha a cidade alheia

Com seus bairros de becos e escadas
De candeeiros tristes e nostálgicas
Mulheres lavando a loiça em frente das janelas
Ruas densas de gritos abafados
Castanholas de passos pelas esquinas
Viragens chiadas de carros
Vultos atrás das cortinas
Ciclopes alucinados.

¹⁴Entrevista concedida a Eduardo Prado Coelho e Lúcia Garcia Marques. In: *ICALP - Revista*, n. 6, Agosto/Dezembro, 1986, p. 60-77.

¹⁵Entrevista concedida a Joaci Oliveira. In: *Cidade Nova*, n. 3, 2001.

.....
Mas a cidade alheia brilha
Numa noite insone
De luzes fluorescentes
Numa noite cega surda presa
Onde soluça uma queixa cortada.
(ANDRESEN, 2011, p. 349)

Sua consciência social, nascida do choque que a sociedade burguesa significava para uma sensibilidade formada por uma educação aristocrática, teria seu começo num dos primeiros encontros com um rosto humano abandonado na esquina de sua cidade. Esse poderíamos dizer, para usar uma expressão de Michel Onfray, terá sido seu há pax existencial, quando seu mundo protegido começa a desabar e ela começa a se dar conta que homens e mulheres viviam vidas muito diferentes da sua, para além dos muros do seu reino encantado (ONFRAY, 1999). O corpo da menina que inventava, desde pequena, passos de dança, que nunca pôde frequentar uma escola de balé, pois não as havia no Porto, continuava agora a dançar para seus filhos, que recordarão, mais tarde, a mãe, acordar às vezes à noite, e se pôr a bailar sozinha na sala, seguindo uma música interior, num exercício dionisíaco de experimentação do ritmo e da despersonalização¹⁶. Pois a possibilidade de se despersonalizar, de deixar de ter consciência do ser, de retornar a uma condição de irracionalidade, de animalidade que lhe permitisse voltar a se fundir com a natureza, era tudo que a cidade proibia. A cidade convocava a racionalidade, convocava e exigia a identidade, a identificação

permanente, ainda mais numa capital de um país sob uma regime ditatorial. Seu corpo que sofre, seu corpo que se fere no tempo da cidade, busca através da poesia, da música, da dança reencantar o mundo, recriar um outro tempo, construir um outro corpo e um outro espaço só para si, livre das amarras e do peso da carne e das pedras da cidade, das perdas da cidadania, das amarras do próprio ser feminino, do ser esposa e mãe, reconquistar um corpo de fêmea, nada mais (SENNET, 2008):

Um dia, mortos, gastos, voltaremos
A viver livres como os animais
E mesmo tão cansados floriremos
Irmãos vivos do mar e dos pinhais.
O vento levará os mil cansaços
Dos gestos agitados, irrealis,
E há-de voltar aos nossos membros
lassos
A leve rapidez dos animais
(ANDERSEN, 2011, p. 123).

3. Quem poderá deter o instante que não para de morrer?

Recriar um outro tempo, distinto e distante, daquele presente em que vivia. Eis um dos desejos expressos na poesia de Sophia de Mello BreynerAndresen. Sua poesia busca, através das imagens, das palavras, figurar não apenas as coisas e os espaços, da maneira mais exata e clara possível, mas também os tempos, tempos da memória e tempos do desejo (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 35). No poema *Projeto II* ela exprime de forma clara qual teria sido a razão, o objetivo de sua trajetória poética, qual foi sua empresa: reencontrar o limpo do dia primordial. Reencontrar o que teria sido um principio dos tempos, onde todas as coisas se harmonizavam, onde um

¹⁶Depoimento de Miguel de Sousa Tavares sobre sua mãe Sophia de Mello BreynerAndresen. In: *Público*, 12 de junho de 1999. Acessível em www.purl.pt. Acesso em 19 de março de 2015.

acordo livre e justo existia entre todas as coisas:

Esta foi sua empresa: reencontrar o limpo
Do dia primordial. Reencontrar a inteireza
Reencontrar o acordo livre e justo
E recomeçar cada coisa a partir do princípio. (ANDRESEN, 2011,p. 648)

Mais do que sua formação cristã, que a leva a pensar no início do tempo humano como uma queda do paraíso e a vida terrena como um peregrinar em busca do retorno a esse momento inicial paradisíaco, onde ainda não havíamos caído no tempo, onde ainda não éramos seres temporais e, portanto, mortais, finitos, momento em que corpo e espírito existiam fundidos, unidos, pesa para a elaboração da concepção filosófica que embasa a sua poesia e a sua vida, as leituras dos autores clássicos, notadamente as leituras de Platão. O platonismo, que foi, posteriormente, articulado ao pensamento cristão, parece assombrar o seu pensamento sobre o tempo. Essa busca por um retorno a um tempo primevo, às fontes da própria existência do cosmos, onde o divino e o humano não estivessem separados, em busca da unidade, do Uno inextricável, da harmonia entre ideias e formas, época livre dos simulacros, dos fantasmas, das ilusões, tempo de clareza e de pureza, se alimenta da filosofia platônica e de toda a tradição filosófica que ele abriu no Ocidente (DELEUZE, 2009; PLATÃO, 2009). Busca-se por um tempo distinto do tempo representado pela modernidade, tempo que Sophia nomeia de tempo dividido, de época da fragmentação do próprio ser do

Homem, de prevalência do conflito, das dissensões, das separações. Os avanços técnicos e tecnológicos afastando os homens da natureza, a divisão social do trabalho, a existência da propriedade privada, a exploração do trabalho, a divisão social em classes, afastando os homens uns dos outros, a potencialização dos conflitos entre povos e nações, o caráter destrutivo das armas e das guerras, as revoluções, a violência de regimes ditatoriais, como aquele em que vivia Portugal, levando os homens a se desentenderem cada vez mais. Como Orpheu, Sophia sonha que seu canto, que sua poesia reencante o mundo, possa refundar um tempo em que o Ser do homem teria sido pleno, límpido, claro, sem manchas, Ser completo, Ser inequívoco. Um Ser que se cumpriria em sua inteireza e plenitude. Um Ser que voltaria a ter maior importância de que o estar e o ter:

Um dia quebrarei todas as pontes
Que ligam o meu ser, vivo e total,
À agitação do mundo irreal,
E calma subirei até as fontes

Irei até as fontes onde mora
A plenitude, o límpido esplendor
Que me foi prometido em cada hora,
E na face incompleta do amor.

Irei beber a luz e o amanhecer,
Irei beber a voz dessa promessa
Que às vezes como um voo me atravessa,
E nela cumprirei todo o meu ser.(ANDRESEN, 2001, p. 58)

Assim como no pensamento platônico, para Sophia, o mundo presente, o mundo em que vive é um mundo irreal, ilusório, feito de simples cópias mal feitas do outro mundo, o verdadeiro mundo, o mundo

do ideal, o mundo das Ideias. A sede de absoluto, a recusa do temporal e do relativo, do contingente, assalta essa poesia que se precipita em busca do que teriam sido as fontes do Ser. Tentar dar forma, beber, se embriagar do que seriam as águas cristalinas dessa fonte, águas que teriam perdido seu curso, se extraviado, que se tornaram turvas, caóticas, cheias de torvelinhos e sumidouros, quando se fizeram humanas, é o que dirige seu projeto poético. Assim como na poesia de Teixeira de Pascoaes, há na poesia de Sophia uma saudade de um tempo primitivo, de uma origem, de um tempo onde o Ser estava de acordo consigo mesmo, longe do sujeito esquizofrênico dos tempos modernos. Mas enquanto em Pascoaes este tempo primordial era nebuloso, feito de sombras, constituído como por uma espessa nuvem de neblina, tão púmbleo como sua Serra do Marão em tempos inverniais, o tempo primordial para Sophia era um tempo claro, luminoso, limpo, puro, de formas perfeitas e bem delineadas como as estátuas de mármore gregas, tão límpido e luminoso quanto o mar e a luz do sol da praia de Granja. Enquanto em Pascoaes se faz notar, nessa saudade do Ser dos começos e na figuração da origem, uma presença mais marcante da estética romântica, em Sophia a estética clássica, ou mesmo uma leitura Iluminista do mundo parece fazer maior presença (NATÁRIO, 2011):

O reino dos antigos deuses não resgatou a morte
E buscamos um deus que vença conosco a nossa morte
É por isso que tu estás em prece até o fim do mundo

Pois sabes que nós caminhamos nos cadafalsos do tempo.

Tu sabes que para nós existe sempre

O instante em que se quebra a aliança do homem com as coisas

Os deuses de mármore afundam-se no mar

Homens e barcos pressentem o naufrágio. (ANDRESEN, 2011, p. 451)

A plenitude do Ser, que a poetisa busca, não se encontraria nem mesmo no amor terreno. Como que deixando escapar alguma queixa em relação à incompletude de sua relação amorosa com Francisco, uma possível decepção com sua vida de casada, que não lhe teria proporcionado a plenitude que esperava, Sophia parece atualizar o mito do andrógino, presente na cultura grega antiga, e a busca constante dos humanos por sua metade perdida, pela parte de seu corpo e de sua alma que foi dividida, apartada, provocando o que seria uma ferida ontológica, que teria inaugurado o próprio tempo dos humanos. Assim como os andróginos, que perderam com o corte de seu corpo ao meio, a sua forma perfeita e toda a sua força, Sophia parece viver olhando, mirando para esse Ser perdido, vive procurando um pedaço de si que teria se perdido na trajetória de sua vida e da vida de toda a espécie. Há em Sophia, como no mito do andrógino, uma saudade da união perfeita, com o divino, com o cosmos e com os outros homens. Seu corpo parece não ter ainda cicatrizado da ferida original, seu corpo aberto, ainda não aperfeiçoado pelos trabalhos de Apolo, parece sangrar e deixar exposta a alma, que lateja em

busca do encontro com a perfeição perdida (LIBIS, 2001).

Há em Sophia um desejo de abolição do tempo, de fuga do caráter temporal, do encontro com um instante perfeito que se transformasse num cristal de tempo, que ganhasse a eternidade. Sua poesia nasce do desejo de sequestrar dados momentos fugidios, de perpetuar dados instantes, de não deixar sem registro fugazes momentos de beleza e perfeição. A questão que lhe angustia é: quem poderá deter o instante que não para de morrer? (ANDRESEN, 2011, p. 359) Ela dá à poesia a tarefa de registrar e deter os instantes que passam, muitas vezes sem serem notados, ignorados pela multidão que se agita em suas muitas preocupações terrenas e diárias. Sua preferência pela noite, pelo trabalho poético noturno, além de ser motivada pelas circunstâncias de ser uma dona de casa e uma mãe que, embora tivesse sempre o auxílio de babás e empregadas, tinha tarefas domésticas e maternas a desempenhar durante o dia, era também motivada pela percepção do tempo noturno como um tempo distinto do diurno. A noite instaurava uma espécie de desaceleração do tempo, ao tempo agitado, corrido, atarefado, das atividades diurnas, se contrapunha o tempo mais lento, denso, misterioso, aberto a divagações da noite. A noite era sobretudo um tempo que dava lugar ao silêncio, que propiciava a solidão, o recolhimento necessários à sua produção poética. A noite parecia, em dados momentos, atingir a suspensão e a perfeição do tempo com que sonhava. A noite abria um tempo propício à imaginação, ao

devaneio, ao sonho, ao mistério, à ilusão. Embora sonhasse com a claridade, a luminosidade, a pureza, a perfeição das formas, com a exatidão das formas marinhas, de ensolaradas ilhas e praias mediterrânicas e atlânticas, era na escuridão da noite que elas eram produzidas, que elas emergiam, que elas se iluminavam na própria escuridão de seu interior, de sua cabeça (DIDI-HUBERMAN, 2009). Em perfeita dialética, eram as sombras da noite, que convocavam a claridade de suas imagens poéticas, assim como eram as saudades noturnas que sentia que vinham preencher a ausência da claridade de suas paisagens de infância e adolescência. Saudade, sentimento que traz à luz, o que desapareceu na escuridão das noites do tempo, que volta a iluminar, a figurar, a divisar corpos, rostos, paisagens, que sumiram nas trevas do esquecimento:

É esta a hora perfeita em que se cala
O confuso murmurar das gentes
E dentro de nós finalmente fala
A voz grave dos sonhos indolentes.

É esta a hora em que as rosas são as
rosas
Que floriram nos jardins persas
Onde Saadi e hafiz as viram e as
amaram.

É esta a hora das vozes misteriosas
Que os meus desejos preferiram e
chamaram.

É esta a hora das longas conversas
Das folhas com as folhas unicamente.
É esta a hora em que o tempo é abolido
E nem sequer conheço a minha face.
(ANDRESEN, 2011, p. 84)

A noite também propicia o sonhado tempo de despersonalização, de perda de identidade, de fusão com a natureza, com o cosmo, com a própria palavra poética. Se a

realidade cotidiana, diária, se o estar entre as gentes exige que se performe uma identidade, um ser, um sujeito, que se assuma e se adote máscaras socialmente elaboradas e aceitas, como a de esposa, mãe, filha, mesmo a de intelectual e poeta, a noite metaforiza o desejo de anonimato absoluto, de apagamento do vulto diurno que tem que representar, de retorno a uma espécie de ser indiferenciado, de corpo sem órgãos e sem formas, um corpo poético (DELEUZE e GUATTARI, 1996). O peso e a responsabilidade de se portar um corpo, um sangue, um nome, uma identidade, uma profissão, uma condição de gênero, de classe, uma nacionalidade, o peso de uma trajetória, de uma memória, pode ser substituída pela leveza da imagem poética, que pode fazer seu corpo dançar, como sempre sonhou, levitar, adquirir o caráter epifânico e sutil do corpo das deusas. Um corpo, assim como o jardim do Éden, ou os jardins de sua infância, jardins de sua memória, sem tempo, sem espaço, sem nome. Corpo que possa viver, através da poesia, momentos de perda da racionalidade, que possa retornar a um tempo em que não possuía saber e consciência.

A saudade da infância, que podemos localizar na poesia de Sophia, remete a esse desejo de despersonalização, de retorno a um tempo de inconsciência, um tempo livre da dor e do peso da racionalidade. Sonha-se com um retorno ao útero materno, a um condição inconsciente e protegida, a uma situação de fusão com o corpo que é começo, princípio e geração, fonte da própria vida. Ela também era mãe, e não apenas de seus filhos, mas

de seus poemas, podendo viver todas as noites a experiência do partejar, do gerar, do criar formas inexistentes. O feminino, a mãe, a avó, a casa, o quarto, figuras recorrentes em suas memórias e em sua poesia se remetem a esse desejo de retorno a tempos, a momentos geradores, a tempos e momentos de criação, de retorno a fontes de onde emanariam beleza, justiça e perfeição. A saudade de sua avó e de sua mãe significa também uma saudade de um tempo do feminino, de prevalência do feminino em sua vida e de um tempo primordial da criação, bem de acordo com o imaginário cristão. A memória da fonte translúcida da quinta em que viveu na infância, se mistura com a imagem das presenças femininas que povoaram sua meninice e remetem para sua sede de retorno a um tempo inicial, à fonte da própria criação:

Ouve a fonte translúcida da quinta
Cercada de varandas onde a ausência
De alguém eterna mora e se debruça.
(ANDRESEN, 2011, p. 200)

A relação problemática, de recusa que Sophia estabelece com a temporalidade, com a história, com o presente, pode ser medida pela recorrência da referência à eternidade em seus poemas. Coerente com uma formação e militância católicas, inclusive com uma militância monarquista, que se apoia na eternidade do sangue e na hereditariedade dos corpos para garantir permanência e estabilidade política, ou seja, que, em suma, busca a não mudança, a perpetuação de uma forma de governo, Sophia vive à procura da eternidade, trabalha em busca de eternizar instantes, formas,

sensações, afetos, sentimentos, coisas, pessoas, memórias. O caráter fugidio do tempo lhe causa angústia. O fato de que a modernidade, em grande medida, liberou o homem do tempo cósmico, que seria um tempo natural e divino, lhe submetendo a um tempo cronológico, mecânico, lhe causava espécie. Na natureza, em frente ao mar, diante do tempo cíclico e repetitivo do bater das ondas na areia, Sophia vê, contraditoriamente, o tempo liberado de sua prisão mecânica e cronológica, um tempo livre de relógios e calendários mas que, na realidade, é o seu tempo, o tempo humano em que ela vive e não propriamente o tempo da natureza, aprisionado em sua rodar ininterrupto:

Aqui nesta praia onde
Não há nenhum vestígio de impureza,
Aqui onde há somente
Ondas tombando ininterruptamente,
Puro espaço e lúcida unidade,
Aqui o tempo apaixonadamente
Encontra a própria liberdade.
(ANDRESEN, 2011, p. 324)

A vida de Sophia de Mello Breyner Andersen foi uma vida de muitas perdas, como é a vida da maioria dos humanos e, mais particularmente, dos portugueses que viveram grande parte do século XX assolados pela miséria, tendo que migrar em busca de melhores dias, e sob a brutalidade de um regime político ditatorial que levou muitos ao exílio, outros à prisão e à tortura e alguns à morte. Sophia perdeu suas paisagens de infância ao se casar e ter que se mudar para Lisboa, perdeu os jardins, o palacete, a casa de praia, a luz e o mar de seus primeiros anos de vida, levados pelas desavenças

familiares e pelo declínio econômico da família, notadamente após a perda do avô e do pai. Perdeu muitos amigos, que migraram ou foram para o exílio em busca da sobrevivência e para fugir das perseguições do salazarismo, muitos morrendo longe dela e de seu país, como foi o caso do amigo de muitos anos de correspondência, Jorge de Sena. Tendo perdido posição social, com o declínio da aristocracia e a prevalência da vida burguesa, tendo muitos motivos para discordar do regime sob o qual vivia, Sophia sentia como se tivesse perdido seu próprio país, não o reconhecia e não se reconhecia nele. Era uma estranha e uma estrangeira em sua própria terra. Talvez por isso buscava uma paisagem essencial, livre e eterna, um espaço perfeito, livre de nomes e divisões, uma pátria eterna, um tempo e um espaço onde os corpos que amava fossem eternos e não sofressem a corrupção do tempo e dos tempos que corriam:

Se tanto me dói que as coisas passem
É porque cada instante em mim foi vivo
Na luta por um bem definitivo
Em que as coisas de amor se eternizassem. (ANDRESEN, 2011, p. 36)

Em várias entrevistas e em diversos poemas, Sophia atribui ao poeta, justamente, a tarefa de produzir a eternidade¹⁷. Para ela o poeta era um devorador do tempo, transformando-o em beleza cristalina e eterna, dando a ele formas duradouras. Era ele que impediria que o tempo dividido, dilacerado, monstruoso, a si mesmo se devorasse, se esgotasse sem nada deixar que não mutilações, ruínas,

¹⁷Ver: Entrevista concedida à Maria Amanda Passos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 26, 16 de fevereiro de 1982; Entrevista concedida a Miguel Serras Pereira. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 135, 5 de fevereiro de 1985; Entrevista concedida a José Carlos de Vasconcelos. In: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 468, 25 de junho de 1991.

destroços, fragmentos, restos. O poeta ao sedimentar instantes em cristais de palavras, que era o poema, impedia que o deus Cronos engolisse interminavelmente todos os seus filhos. Sendo o poema a materialização do rasto do não-vivido, o tempo não conseguiria vencê-lo ou apagá-lo. O poeta existia para salvar alguns corpos, algumas formas, algumas figuras da gula eterna do tempo. O poeta se empenhava em povoar de formas o descampado do tempo, em salvar imagens significativas das intempéries da temporalidade. O poeta, notadamente o poeta português, almejava a construção de um tempo sem ausências, um tempo sem saudades. Mais do que um programa estético, aí se enuncia um programa ético e político. A poesia portuguesa, a poesia de Sophia, se fazia num tempo denso de sangue e de saudades, tempo de distâncias, tempo de selva obscura, onde muitos homens renunciavam a seu próprio ser, tempo de ditadura, de perseguição política, de decadência econômica e moral:

Não creias, Lídia, que nenhum estio
Por nós perdido possa regressar
Oferecendo a flor
Que adiamos colher.

Cada dia te é dado uma só vez
E no redondo círculo da noite
Não existe piedade
Para aquele que hesita.

Mais tarde será tarde e já é tarde.
O tempo apaga tudo menos esse
Longo indelével rasto
Que o não-vivido deixa. (ANDRESEN,
2011, p. 549)

Um poema, que faz parte do livro *Mar Novo* (ANDRESEN, 2011, p. 303-362), publicado em

1958, se refere a um período de recrudescimento do regime salazarista após o lançamento da candidatura de oposição de Humberto Delgado à presidência da República, nesse mesmo ano. Nesse livro e, principalmente, no livro seguinte, *Livro Sexto*, publicado em 1962, sua poesia se politiza, ela passa a escrever o que em Portugal se chamou de poemas de intervenção, onde o tempo em que vive seu país é muitas vezes tematizado. Se o tempo fraturado, dividido, que teria nascido com a morte dos deuses e a separação do homem da natureza, se manifestava com especial intensidade na sociedade capitalista, que sua vivência e sensibilidade aristocráticas recusavam, ele ganhava em Portugal contornos ainda mais sombrios devido à ditadura. Se o regime contara em sua instalação, em 1926, com a simpatia de muitos grupos monarquistas, insatisfeitos com os caminhos da república, os monarquistas democráticos vão paulatinamente se afastando do regime à medida que as arbitrariedades, a censura, as perseguições políticas se agudizam e atingem importantes nomes da cultura e das artes portuguesas. Com a morte do Presidente Oscar Carmona em 1951, importantes lideranças monarquistas como Cancela de Abreu e Mário de Figueiredo chegaram a propor o retorno da monarquia, o que foi rechaçado pelo regime, levando a que essas lideranças passassem à oposição (SERRÃO, 2000). Sem dúvida que a convivência de Sophia com o seu marido, liderança monarquista e crítico do regime, aliada a sua convivência com artistas e intelectuais de oposição, muitos

deles vítimas de prisões, demissões sumárias do serviço público, alguns tendo que optar pelo exílio, contribuíram para sua atitude cada vez mais crítica em relação aos tempos que se vivia em Portugal.

Este é o tempo
Da selva mais obscura

Até o ar azul se tornou grades
E a luz do sol se tornou impura

Esta é a noite
Densa de chacais
Pesada de amargura

Este é o tempo em que os homens
renunciam (ANDRESEN, 2011, p. 338).

Num tempo marcado pela morte, pelo terror de duas grandes guerras, pelo desfiguração e dilaceração dos corpos, um tempo de revoluções e de regimes totalitários, entre os quais figurava o de seu próprio país, seu corpo sensível de poeta, como um sismógrafo se deixa afetar, se deixa ferir, sangrar. Sua poesia nasce também desse sofrimento coletivo que vem se tornar consciência e preocupação social. Nascida numa sociedade ainda marcada pela simbologia do sangue, em meios aristocráticos onde a hereditariedade e os laços sanguíneos têm fundamental importância, Sophia se vê diante de espetáculos de derramamento, de desperdício e dispersão do sangue, como o signo mais agudo do próprio fim da sociedade estamental em que nascera. Como todos os europeus que viveram o atribulado século XX, Sophia enxerga o proliferar da morte, a presença dos cadáveres à sua volta. Talvez por isso, uma das presenças mais recorrentes em sua poesia seja o

par mitológico Eurídice e Orpheu, que parecem encarnar faces dúplices de si mesma. Eurídice, a auloníade, a ninfa pastora, amante dos vales e montanhas, uma das companheiras de Pã, o deus protetor da natureza, de pastores e rebanhos. Eurídice, que encontrou a morte ao pisar numa serpente, no vale do rio Pineios, num devir animal da ninfa Cirene, envenenada e venenosa de ciúmes, pelo fato de seu parceiro, o apicultor Aristeu, desejar possuir a ninfa pastora. Orpheu, poeta e médico, que encantava a todos com o som de sua lira, apaixonado, casa-se com Eurídice e quando de sua morte usa o poder de sua música para entrar na cidade dos mortos, o Hades, e tentar resgatar a sua amada, trazendo-a de volta das profundezas do mundo dos mortos. Encantada pela mitologia grega, Sophia simboliza em Orpheu o que seriam os poderes da poesia, a sua capacidade de reencantar o mundo, de ressacralizá-lo, o seu poder de vencer, através da criação, da imaginação, as forças da morte, de curar as feridas trazidas pelo tempo. Encarnação de Orpheu, Sophia também seria, a seu modo, uma nova Eurídice. Um ser da natureza, dos campos, dos vales e montanhas, uma sereia do mar, uma participante do reino de Pã (GRIMAL, 2015). O panteísmo presente em sua poesia, coloca o retorno à unidade da natureza, ao seio do mundo natural como uma das únicas maneiras de sair desse mundo de morticínio, das profundezas da morte onde esse tempo dividido atirara toda uma civilização. Retirar o mundo do escuro reino da morte, único reino que parecia prosperar nesse tempo de divisão e conflitos, seria sua missão

orfeônica. Restabelecer a harmonia trazida pela lira do argonauta, reencontrar a simplicidade, a pureza, a claridade do mundo da ninfa pastoril, eis o mito que dá forma ao corpo poético de Sophia de Mello BreynerAndresen e alimenta a sua saudade, saudades de um tempo sem divisão, de um tempo sem máculas e feridas, de um tempo das origens, enrolado sobre si mesmo, saudades de um tempo atemporal, imemorial, um tempo sem mortes, sem corpos

mortais, sem corpos feridos pelo tempo:

Este é o traço que traço em redor de
teu corpo amado e perdido
Para que cercado sejas minha

Este é o canto do amor em que te falo
Para que escutando sejas minha

Este é o poema – engano de teu rosto
No qual eu busco a abolição da morte.
(ANDRESEN, 2011, p.264)

REFERÊNCIAS

- AMADO, Teresa e MOURÃO, Paula. *Sophia de Mello BreynerAndresen: uma vida de poeta (Fotobiografia)*. Alfragide: Caminho, 2011.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Obra Poética*. 2 ed. Alfragide: Caminho, 2011.
- ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Grande Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique*. Lisboa: Edição Cosmos, 2005.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas 1: magia e técnica; arte e política*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 28 de novembro de 1947 – Como criar para si um corpo sem órgãos e Ano Zero – Rostidade. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta*. Lisboa: KKYM + EAUM, 2013.
- _____. *Ser Crânio: lugar, contato, pensamento, escultura*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GRIMAL Pierre. *Mitologia Clássica: mitos, deuses e heróis*. Lisboa: Texto & Grafia, 2015.
- LIBIS, Jean. *El mito del andrógino*. Madrid: Siruela, 2001.
- LINNA, Vaino. *Soldado Desconhecido*. Lisboa: Europa-América, 1968.
- LOURENÇO, Eduardo. Prefácio à *Antologia*. Porto: Figueirinhas, 1985, p. 7-8.
- MARQUES, Isabel Pestana. *Das Trincheiras, com Saudade: a vida cotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- MATTOSO, José (direção) e RAMOS, Rui (coordenação). *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- MATTOSO, José (direção); ROSAS, Fernando (coordenação). *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

- ONFRAY, Michel. *A Razão Gulosa: filosofia do gosto*. São Paulo: Rocco, 1999.
- PLATÃO. *Diálogos V*. São Paulo: Edipro, 2009.
- PONTES, Joana; CASTRO, Rodrigo de Sousa e; AFONSO, Aniceto. *A Hora da Liberdade: o 25 de abril, pelos protagonistas*. Lisboa: Bizâncio, 2012.
- NATÁRIO, Maria Celeste. *Teixeira de Pascoaes: saudade física e metafísica*. Lisboa: Zéfiro, 2011.
- SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. São Paulo: Best Bolso, 2008.
- SERRÃO, José Veríssimo. *História de Portugal. Vol. X. A Queda da Monarquia (1890-1910)*. Lisboa: Verbo, 1990.
- _____. *História de Portugal. Vol. XI. A Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Verbo, 1990.
- _____. *História de Portugal. Vol. XV. Da II Guerra à Morte do Marechal Carmona (1941-1951)*. 2 ed. Lisboa: Verbo, 2000.
- _____. *História de Portugal. Vol. XVI. O Terceiro Mundo contra o Portugal Ultramarino (1951-1960)*. 2 ed. Lisboa: Verbo, 2006.
- TAVARES, Francisco de Sousa. *Uma Voz na Revolução: testemunhos e causas*. Lisboa: Clube do Autor, 2014.
- VIEIRA, Cristina Costa. O exílio na vida e na poesia de Sophia de Mello BreynerAndresen. In: *Revista Ubletras* n. 4, p. 105-125. <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/ubiletras04/vieira-cristina-exilio-poesia-sophia.pdf>. Acesso: 23 de março de 2015.

Recebido em 11/04/2015

Aprovado em 26/05/2015

A (DES) GOVERNABILIDADE DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES AMOROSAS E A INFIDELIDADE FEMININA

Eronides Câmara de Araújo¹

Universidade Federal de Campina
Grande

RESUMO

Este artigo trata de uma reflexão teórica sobre a construção da segurança das relações afetivas na modernidade e a questão da infidelidade feminina. São rascunhos de reflexões realizadas para escrita da minha tese, defendida em 2011. Pela atualidade das discussões resolvi reescrevê-los por acreditar que estes escritos podem colaborar nas questões de corpo, história e gênero. Como problemática, pensei na seguinte questão: Como a modernidade elaborou a segurança nas relações amorosas? O artigo tem o objetivo de discutir teoricamente sobre a modernidade e a governabilidade do Eu sobre o Outro, mediada pela questão do corpo e apontar como estas relações estão fluidas na pós-modernidade.

Palavras-chave: Modernidade.
Governabilidade das relações
afetivas. Infidelidade.

ABSTRACT

This article presents a theoretical reflection on the construction of the safety of affective relationships in modernity and the female infidelity. It is drafts of considerations made for my thesis defended in 2011. For the current discussions I decided to rewrite them to believe that such material can collaborate on body issues, history and gender. As problematic, I thought the question: How modernity issuing data in love relationships? The article aims to discuss

theoretically about modernity and governance of the Self on Other mediated by the question of the body and point out how these relationships are fluid in postmodernity.

Keywords: Modernity. Governance of affective relationships. Infidelity.

Introdução

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio, uma necessidade. Um desafio porque rompe de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo que o corpo é histórico (GOELLNER).

Não faz muito tempo, possivelmente há 40 ou 50 anos atrás, falar de infidelidade feminina significava falar do 'Outro', (do masculino) com lamento, com os sentimentos de dor, angústia e muitas vezes, com o deboche, ou ainda, significava olhar a 'vítima' como o 'estranho'. Muito dos homens, depois de 'traídos', enveredavam ou pelo alcoolismo, ou ainda, no caso mais trágico, "lavavam a sua honra" com a morte de sua parceira. É necessário registrar que ainda hoje todas essas reações e atitudes são noticiadas através da mídia como vivas, mas também, concomitantemente a elas, novas representações e experiências foram (re) significadas para pensarmos as reações à infidelidade feminina, é o que na história é nomeado de continuidades e descontinuidades.

Os valores sobre o amor, a paixão e as relações conjugais têm passado por novas formas de

¹Professora da Unidade Acadêmica de História da UFCG. Doutora em Ciências Sociais pela UFCG com a tese "Fazer de algumas passagens, quadros, e quem sabe um dia, você possa assinar": homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor" Defendida em 2011.

representações na contemporaneidade. Vamos dar alguns exemplos: em uma reportagem de 2008 em um Jornal local² foi noticiada a existência de uma associação de homens traídos na cidade de João Pessoa-Pb em que a infidelidade feminina era tratada por seus membros de forma inusitada. O jornal afirmava na época, que "A CORNOLÂNDIA, ou Associação dos Cornos da Torre" que já existia há 16 anos, contava com muitos associados e funcionava em uma pequena lanchonete no mercado do bairro da torre.

Além do acompanhamento 'psicológico', os cornos filiados à Associação contavam com uma série de 'benefícios', como o "CARTÃO DE CRÉDITO CHIFROCARD", o TROFÉU "PAN-CORNO" e até "O BLOCO CARNAVALESCO CORNOS DA TORRE" que saía pelo bairro e era recorde de público todo ano. Seus membros,

ainda segundo o jornal, tratavam o tema de forma alegre e com sociabilidade na medida em que 'uns vão dando orientações aos outros' e tratando a questão com humor, diminuindo a dor daqueles que se sentem traídos.

Em 2010 fazendo a pesquisa para minha tese descobri que havia outras associações de homens traídos em todo Brasil com a mesma finalidade, como por exemplo, a "ASSOCIAÇÃO POTIGUAR DE CORNOS"³. Seu presidente era conhecido por Fábio diOjuara. Outros homens que se sentiam traídos e, independente de participarem de Associações criaram novos espaços de sociabilidades. No Recife, existe um bar conhecido como "CONFRARIA DOS CHIFRUDOS" Todos os anos há uma competição para eleger o presidente. Abaixo foto do presidente eleito em 2013:



Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/08/bar-na-zona-norte-do-recife-realiza-eleicao-do-corno-do-ano.html>> Acesso em agosto de 2014.

Também podemos citar a ASCRON- ASSOCIAÇÃO DOS CORNOS DE RONDÔNIA que tem até seu Estatuto Social⁴. Essas mudanças sobre as relações amorosas na contemporaneidade indicam que o corpo também tem sido (re) significado haja vista ser o corpo historicamente, o 'espaço', por excelência, de controle do 'Eu' sobre o 'Outro', pelas práticas de governabilidades. Este artigo trata de uma reflexão teórica sobre a modernidade e a governabilidade do Eu sobre o Outro, mediada pela questão do corpo. Ele está dividido em quatro itens: 1) a construção do sujeito na modernidade; 2) a problemática da ordem, da limpeza e da pureza construída para modernidade; 3) a insegurança nas relações amorosas e o descontrole do corpo e a infidelidade nas relações afetivas na pós-modernidade.

Estamos trabalhando com a ideia de que na contemporaneidade tudo é contingencial e muitas subjetividades circulam sobre o corpo. O corpo como 'espaço' de controle e de vigilância na modernidade, tem na pós-modernidade concomitantes às antigas, há novas formas de representação. A insegurança nas relações amorosas foi na modernidade narrada pela presença da infidelidade, chegando a mesma ser tratada como adultério pela lei que regia a instituição familiar. Na Pós-Modernidade supomos que mudou não só a lei, mas algumas práticas e modelos de família, como também, as concepções sobre o corpo e sobre as relações amorosas e/ou conjugais.

Neste texto faremos um exercício teórico sobre a segurança nas relações amorosas fazendo uma aproximação das formulações de Bauman (1998, 2001, 2004) e Taurine (1995) na modernidade e na pós-modernidade, problematizando as traições conjugais. Discutir as mudanças nas relações amorosas indica problematizar as novas formas de pensar o sujeito, o amor, a sexualidade e o corpo na modernidade e na pós-modernidade, por isso, utilizaremos as leituras de Foucault, Goldenberg, Louro, Viveros, Baudrillard, Rose, entre outros. Inicialmente faremos uma discussão como o sujeito foi idealizado na modernidade para pensarmos a centralidade do masculino e a marginalidade do feminino.

1. O sujeito nas tramas da modernidade

Na teoria social, o mundo, como o descrevemos e/ou como o narramos, ganha formas plurais dependendo de sua historicidade, dito de outra forma, o mundo é uma construção histórica e a história um instrumento científico de criar, inventar coisas para dar sentido às experiências humanas. A modernidade, através de vários saberes, como por exemplo, as ciências sociais, o saber histórico, o saber médico, o biológico e o saber jurídico elaboraram conceitos para dá sentido ao mundo. A classificação do sujeito, foi um dos caminhos para enquadrá-lo, classificá-lo e padronizá-lo com o objetivo de manter a ordem

⁴A ASSOCIAÇÃO DOS CORNOS DE RONDÔNIA, também denominada ASCRON, é uma sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativos, com sede e foro em Porto Velho - RO, localizada na rua Salvador, n.º 110, Bairro Meu Pedacinho de Chão, com prazo de duração indeterminado, que reger-se-á pelo presente estatuto." Disponível em <<http://ube-164.pop.com.br/repositorio/10930/meusite/index1.htm>> visitado em 28/03/2008> Acesso em agosto de 2014.

civilizatória e de dar 'brilho' e limpeza à sociedade moderna. Esta prática contribuiu para a construção identitária dos sujeitos, garantindo cientificamente, a suposta 'revelação' de sua identidade.

A primeira ideia de uma identidade de sujeito decorre de um campo discursivo datado do século XVI com a preocupação filosófica de René Descartes na qual afirmava que a nossa existência como homem ou mulher dependia do nosso pensamento, através da tese: '*penso, logo existo*'. Além disto, compreendeu o homem e o mundo divididos como corpo e mente/ sujeito e objeto. De acordo com Touraine (1995,p.217), "*Quanto mais entramos na modernidade mais o sujeito e os objetos se separaram, ao passo que estavam confundidos nas visões pré-modernas.*"

A formulação de Descartes contribuiu para que durante a construção da modernidade novas ideias, a partir do fortalecimento da razão, fossem edificadas e houvesse a circulação de subjetividades para dá existência a um sujeito considerado centrado, competente, ideal e totalitário, que mais tarde se fortaleceu no masculino, no branco e no europeu. Era para a modernidade o nascimento de um sujeito considerado soberano e libertador. Para vários saberes esse 'indivíduo soberano' teria se libertado das formulações divinas do ser/estar homem como criatura e colocado o sistema social da modernidade em movimento (HALL,2001).

A liberdade do indivíduo estaria associada ao rompimento da ignorância e ao processo de aperfeiçoamento da racionalidade.

Ser moderno era erradicar tudo que representasse a comunidade e as tradições, contribuindo para construir um ideal de sujeito pleno de seus deveres e direitos. Era a invenção de uma razão ocidental moderna. É na trama desta razão que temos sidos identificados como sujeitos. De acordo com Touraine(1995,p.218):

[...] a formação do homem como sujeito foi identificada, como se vê melhor nos programas de educação, com a aprendizagem do pensamento racional e a capacidade de resistir às pressões do hábito e do desejo, para submeter-se somente ao governo da razão.

A centralidade do sujeito soberano e libertador foi produzida para habitar o masculino, o europeu civilizador e branco. Estes foram edificados por vários saberes como sendo o "Eu" na relação o "Outro". Do ponto de vista da cultura o Outro, era o americano, o asiático e o africano. Do ponto de vista da afetividade as relações consideradas normais era as heterossexuais experimentadas pelo masculino e pelo feminino, mediadas por hierarquias e subjetivações pelo qual o masculino é superior ao feminino.

Ser homem indica ainda hoje, ser superior à mulher. Esta compreensão é, muitas vezes, concebida como parte constitutiva da natureza humana, ou seja, o ser humano teria uma natureza diferenciada como gênero⁵, em que o homem teria sido historicamente nascido não só como superior à mulher, mas também, como gênero humano em que seu corpo não havia interdição. A ideia de interdição do corpo estava a um modelo de moral

que só o corpo da mulher estava vulnerável, produzindo culturalmente a ideia de que em 'homem nada pega'. O fato de a mulher ter o biológico que possibilita a gravidez contribuiu para que vários saberes, entre eles os médicos do século XIX e XX, elaborassem um diagnóstico moral e ético para o social a partir do comportamento feminino. Nesse sentido, a modernidade para garantir a higienização do social, exige-se o cumprimento da segurança das relações afetivas através do casamento, o que na prática vai ter os desdobramentos culturais, éticos, jurídicos e sociais.

Esta concepção envolve uma rede de relações de poder que definem padrões de comportamento, relações afetivas e conjugais balizada por uma moral que indica o ser/estar humano na sociedade moderna. Sobre o poder afirma Foucault (apud LOURO, 2001, p.51):

Ele argumenta aqui que, no período moderno, deveríamos ver o poder não como uma força negativa que atua com base na proibição ("não deverás"), mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida ("você deve fazer isto ou aquilo").

A cultura⁶ valorada na sociedade ocidental é, em geral, aquela que carrega a historicidade de ser de cor branca, cristão, masculino e heterossexual. Essa política de identidades é descrita, 'explicada' e criticada de várias formas, mas continua realçando as relações entre homens e mulheres. Conforme afirma, Louro (2001, pp. 15/16):

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece historicamente, remete ao

homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como o 'segundo sexo' e gays e lésbicas descritos como desviantes da norma heterossexual.

Nessa trama cultural de dominação do masculino sobre o feminino está o corpo, como 'espaço' de controle e de vigilância (FOUCAULT, 1985). Neste sentido, poderíamos dizer que o corpo tem história, embora não sendo exclusividade da modernidade ter experiências diferenciadas sobre o corpo, foi neste momento que se intensificaram o controle e a disciplina sobre o mesmo, com mais intensidade, sobre o corpo feminino, através de vários saberes, como por exemplo, as prescrições dos discursos médico, educacional e higienista, entre tantos outros.

Em sua dissertação de mestrado, Cipriano (2001, p. XVII) afirma:

A família torna-se o centro de preocupações médicas, pois trata-se de "higienizar a família", prescrevendo normas principalmente para a mulher e para a criança. Nasce, então a ideologia da domesticidade que afirma ser a mulher a responsável pelo lar e pela família, tentando convencê-la de que a maternidade é sua vocação natural, e enfatizando a valorização do casamento higiênico, que garantiria o êxito das relações familiares, garantindo a saúde do corpo social.

A transgressão da ordem discursiva da modernidade significava ser o 'OUTRO', o estranho, o diferente. Transgredir a ordem estabelecida

para os relacionamentos conjugais era colocar em risco a ordem familiar edificada na modernidade. Ser diferente foi construído historicamente como anormal, como algo sujo que necessitava de limpeza (BAUMAN,1998).Vários conceitos constituíram as teorias da modernidade que foram edificando um perfil de sujeito em que indicava o “[...] o sujeito universal, estável, unificado, totalizado, individualizado, interiorizado”(ROSE, 2001, p.102).

Esta idealização do sujeito, segundo este autor, está com a morte decretada. Novas formulações teóricas indicam que o sujeito foi construído socialmente, dialogicamente, inscrito na superfície do corpo, do espaço, descentrado, nômade, múltiplo, entre outros (ROSE,2001). Estes novos conceitos permitem que a teoria social problematize os valores que historicamente tem dado existência ao sujeito, como por exemplo, o ser/estar homem ou mulher. O ser/estar sujeito na contemporaneidade tem sido refletido, em especial, pelo processo de subjetividade que temos dado a nós, ou seja, é a problematização de como nos tornamos homem/ mulher na modernidade.

Os críticos das teorias que problematizam a modernidade, embora tenham elaborado argumentos diferenciados, partem do pressuposto de que a modernidade, em nome do projeto civilizatório, construiu valores culturais para dar forma a um sujeito idealizado, sendo o mesmo, uma construção, uma invenção do ser/estar moderno, em oposição à experiência histórica anterior, considerada pelos teóricos

da modernidade como tradicional, arcaica etc.

O sujeito da modernidade, segundo seus idealizadores, deveria criar condições alternativas de produção (intelectual, material e cultural) para o desenvolvimento social, mas também modificar seus valores cotidianos e para dar um novo perfil ao mundo. Finalizamos a discussão desta temática neste item com a constatação de Touraine(1995,p.220) faz a respeito da distinção das formulações dos pré-modernos e os modernos sobre o mundo:

O homem pré-moderno procurava a sabedoria e se sentia obstaculizado por forças impessoais, por seu destino, pelo sagrado e também pelo amor. A modernidade triunfante quis substituir essa sujeição ao mundo pela integração social. Era preciso desempenhar seu papel de genitor, de soldado ou de cidadão, participar da obra coletiva, e antes de ser o ator de uma vida pessoal, tornar-se o agente de uma obra coletiva.

Esta formulação acima nos conforta na medida em que acreditamos na mudança dos valores, dos homens e das mulheres. As permanências e as mudanças constituem as experiências que precisam ser narradas, problematizadas: campo de disputas das ciências humanas.

2. A ordem, a limpeza e a pureza: o construto da segurança na modernidade

Analisando o mundo criado pela modernidade, em especial, sua ordenação Bauman(1998) utiliza os conceitos de pureza, ordem e de

limpeza para refletir teoricamente a exigência do ideal civilizatório. A modernidade construiu valores para por fim a crença de que o mundo era uma revelação divina e passou a creditar valores afirmando que: 'o que o homem faz pode ser desfeito', era a crítica à velha ordem pela modernidade. O mundo moderno deveria ter um perfil de criatividade, de liberdade e de progresso, para isso, os sujeitos deveriam limpar a desordem em que viviam, pensando e vivendo uma nova 'ordem social'. A limpeza deveria constituir um novo perfil do homem moderno, em uma nova ordem social, o que segundo Bauman(1998, p. 15) a ordem significa:

[...] um meio regular e estável para os nossos atos; um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estejam distribuídas ao acaso, mas arrumados numa hierarquia estrita - de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis.

Nesta nova ordem, o mundo era prescrito pelo um fim da história, pela existência de um Estado perfeito, pelo equilíbrio entre a oferta e a procura, pela transparência das coisas humanas, ou seja, era o fim da contingência, da imprevisibilidade e das experiências humanas. As teorias para construção de um mundo moderno elaborou metanarrativas que indicavam a existência da perfeição do mundo. Essas metanarrativas pareciam tão reais que influenciaram a elaboração de utopias não só do ponto de vista iluminista como do desejo de uma sociedade perfeita, como a sociedade comunista. Vajamos a crítica de

Bauman(1998, p.21) às metanarrativas do pensamento iluminista:

As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o "mundo perfeito" seria um que permanecesse para sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje apreendida permaneceria sábia amanhã e depois de amanhã, e em as habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade sempre.

Outro estudioso da modernidade, Touraine(1995,p.10) também criticou fortemente as formulações das metanarrativas iluminista, entre elas, a promessa de liberdade e de felicidade: "*A afirmação de que o progresso é o caminho para a abundância, a liberdade e a felicidade e que estes três objetivos estão interligados entre si, nada mais é que uma ideologia constantemente desmentida pela história.*"

As metanarrativas da modernidade construíram um ideal de mundo em que não haveria estranhos para desordenar a sociedade. Os estranhos ou os anormais seriam encaminhados e operacionalizados higienicamente pelos saberes em que o processo civilizatório havia trilhado. Conforme ainda Touraine(1995, p. 21):

O mundo retratado nas utopias era também, pelo que se esperava um mundo transparente - em nada de obscuro ou impenetrável se colocava no caminho do olhar; um mundo em que nada estragava a harmonia; nada "fora do lugar"; um mundo sem "sujeiras"; um mundo sem estranhos.

E ainda, como prova do alcance da perfeição, a modernidade

criou espaços de diálogos em que a crítica pudesse existir, surgindo assim, a teoria crítica. O principal objetivo da teoria crítica, era segundo Bauman (2001, p.34) "[...] a defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da auto-afirmação humanas, do direito de ser e permanecer diferente." Assim sendo, podemos compartilhar com Bauman (1998) quando afirma que a modernidade é a época da história que pensa a si mesmo historicamente. A modernidade não apostou na incerteza, na ambiguidade e na diferença, ao contrário, edificou uma ordem em que as relações entre os sujeitos e as experiências sobre si, fossem representadas como sólidas. Ser diferente significava estar ESTRANHO a essa nova ordem social.

A racionalidade era então, o principal alicerce da construção de uma nova ordem social e deveria ser exercitada para eliminar as impurezas da velha ordem. O corpo e a mente do sujeito, contaminados pela velha ordem, ou seja, o medieval deveria passar pelo processo de limpeza e/ou higienização contribuindo para formação de uma ordem contagiada pela ideia de felicidade. Na construção dessa nova ordem, perdemos e ganhamos coisas, algumas delas, incontáveis pelo homem, e mais: o que ganhamos não foi na mesma proporção do que perdemos. Vejamos o que nos diz Bauman (1998, p. 19) a respeito desse poder de troca.

Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma outra coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão herdeira quanto o era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: os homens e as mulheres pós-modernas trocaram um quinhão de suas

possibilidades de segurança por quinhão de felicidade.

Ou seja, cada cultura produz sua noção de sujeira, estabelecendo seu perfil de ordem em que a sujeira deve ser eliminada. A ordem anterior ao mundo moderno encontrava-se com sua morte decretada na medida em que seus campos sólidos eram inconfiáveis. Ao se referir a este processo de mudança de ordem, Bauman (2004, p. 10) afirma:

Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração e um dos motivos por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por sua vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez duradora, solidez em que se pudesse confiar e que tornava o mundo previsível e, portanto, admirável.

Na modernidade foram elaboradas várias formas de construir a suposta segurança para o sujeito moderno, como por exemplo, a organização (social e jurídica) das atividades de trabalho; a progressiva revolução tecnológica; a organização da família nuclear, (instituição promotora por excelência das relações amorosas e afetivas); o desenvolvimento da ciência com sua formulação de saúde social, a elaboração de uma formação educacional baseada em princípios de cidadania, entre tantas outras formas de fazer/ se sentir o sujeito seguro.

3. Insegurança nas relações amorosas ou os CACOS de uma segurança inventada?

Outra forma de segurança construída pela modernidade e que nos interessa particularmente nesta

reflexão é a das relações amorosas, ou seja, vamos discutir como a modernidade construiu subjetivamente a segurança do amor entre homens e mulheres. Escolhemos como foco de análise duas experiências históricas, embora haja a multiplicidade de outras experiências que produziram uma possível segurança nas relações afetivas.

Primeiro, pelo reconhecimento e controle oficial do Estado e da religião sobre a família e sobre os sujeitos⁷, e segundo, por elaborações discursivas da ciência, através de vários saberes (o médico, o educacional e jurídico). Na medida em que foram elaborados discursos de uma nova ordem política, econômica e social, se fazia necessário também a limpeza nos valores sobre as relações amorosas, e neste sentido, sobre o corpo foram (re) formulados novas formas de controle e segurança.

A possível segurança e a certeza do futuro indicavam o fortalecimento de relacionamentos duradouros, mas não só, a fidelidade entre os casais, em especial, pela mulher ao homem constituía em tese, a base da segurança, o que deveria ser preservado nas relações conjugais era o controle do corpo feminino pelo homem. Não é incomum que tantos casamentos tenham chegado ao tribunal para investigar a existência ou não do adultério. Cometer este "delito" era o indício de que alguém estava destruindo a 'ordem familiar' das relações conjugais ou a segurança das relações, ou seja, a infidelidade feminina era concebida como uma ameaça à moralidade, à governabilidade das relações.

Na atualidade estamos vivendo experiências compreendidas por

Bauman (2004) como líquidas, em que tudo é imprevisível e não há a solidez das relações de trabalho, das identidades, do ser/estar sujeito, das relações conjugais...tudo parece muito leve, o peso da fixidez, da certeza, da verdade deu lugar a leveza, à incerteza, as mudanças constantes, é uma concepção de um outro mundo, em que podemos representá-lo como líquido, leve, passageiro, instantâneo. Os líquidos, afirma Bauman (2004, p. 8): "[...] *diferentemente dos sólidos, não mantém sua forma com facilidade. Os fluídos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo...A extraordinária mobilidade dos fluídos é o que a associa à ideia de "leveza".*

Se na contemporaneidade tudo é passageiro, tudo é líquido e fluido, como poderíamos acreditar na existência da segurança nas relações amorosas? A segurança construída pela modernidade pode ser traduzida como algo sólido, firme, praticamente intocável, entretanto, tudo indica que a solidez como invenção da modernidade nunca existiu a não ser como uma farsa ou como conveniência, em particular, nas relações conjugais. Assim compartilho com Bauman quando afirma que estamos vivendo na contemporaneidade experiências pelas quais podemos traduzir este mundo como fluido e líquido. Na contemporaneidade não é possível assegurar a existência da solidez em nenhum tipo de relação, tudo é muito rápido, instantâneo, é uma cultura diferenciada que precisa de novos valores conceituais para examiná-la. Vejamos o que Bauman(2004, pp. 21/22) fala sobre a pós-modernidade:

[...] é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro.

A teoria social na contemporaneidade indica que estamos vivendo um momento de contingência, de incerteza e de fluidez, e nesse sentido, as leituras sobre o corpo precisam ser (re) significadas. O corpo é também uma construção histórica e, portanto, cultural, é o que veremos no próximo item.

4.O pavor da insegurança no controle da carne: corpo, infidelidade e (des) governabilidade

Embora Bauman não trabalhe com o tema da infidelidade poderíamos dizer que suas reflexões teóricas possibilitam a investigação do estranhamento ao uso do corpo como espaço de liberdade e desejo. A infidelidade feminina seria na pós-modernidade uma forma de escancarar: *"o corpo é meu, a governabilidade é minha."* A infidelidade feminina, na atualidade, ao que tudo indica, já não é concebida de forma tão rígida para todos. O corpo do ponto de vista teórico já é problematizado como um construto social e se liberta das amarras dos discursos da filosofia da moral e da religião. É importante que concebamos o corpo como espaço de produção cultural e não como algo natural. De modo que as noções sobre o corpo têm mudado historicamente.

Vejamos a leitura de Louro (2001, p.11) sobre o corpo:

Os corpos ganharam sentido socialmente. A inscrição de gênero-feminino ou masculino- nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas.

O corpo é concebido por Louro como uma produção de sentido, a partir da cultura, em que várias inscrições e subjetividades foram encarnadas. Na modernidade, no corpo masculino, foram construídas as inscrições de forte e de liberto; no corpo feminino a inscrição de frágil e aprisionada. No primeiro, a inscrição da superioridade e de que 'nada o afeta' e no segundo, a inversão, através da inferioridade como espaço do pecado (religião) e da procriação e do desejo (modernidade).

A liberdade do desejo na modernidade deveria ser usufruída com controle e vigilância através de vários saberes. Corpo, sexo e sexualidade estavam 'libertos' de um modelo de cultura e aprisionados por outro, como afirma Louro (2011, p.39) "[...] Desde então elas têm se tornado a preocupação generalizada de especialista, da medicina e de profissionais e reformadores morais." O desejo na modernidade está associado à sexualidade e esta se for poligâmica à infidelidade. A prática sexual feminina foi durante muito tempo, concebida somente para procriação. Desde a revolução sexual, a sexualidade feminina reivindicou a liberdade de poder sentir desejo, mas mesmo assim, não houve a (des)

governabilidade do corpo. E Touraine (1995, p. 234) afirma:

[...] o movimento das mulheres em nome da modernidade, reivindicou o reconhecimento do desejo das mulheres e também de sua identidade biocultural, desafio duplo lançado a uma sociedade de inovações técnico-econômicas.

Para mulher sentir prazer ou desejo só dentro de uma relação fiel entre dois. Diferentemente dos valores que foram construídos sobre a sexualidade masculina. A traição masculina é concebida diferentemente da feminina. São subjetividades diferenciadas que merecem atenção da teoria social, pois como sugere Louro (2011, p.39): "*A sexualidade é, entretanto, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosa*". E ainda: o nosso comportamento, o nosso olhar, o nosso dizer/fazer vêm historicamente sobre a mira e a vigilância, seja pelo estado, pela igreja, pela família e pelos os saberes. Para Louro (2011, p.42):

A igreja e o estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos. Podemos observar, nos últimos dois séculos, a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, todas procurando nos dizer quais as formas apropriadas para regular nossas atividades culturais.

E assim, podemos indagar: o que acontece com as relações amorosas nesta pós-modernidade? Como foram produzidas

novas subjetividades sobre a infidelidade feminina? As ciências sociais, a antropologia, a filosofia e a história (entre outros saberes) têm, na contemporaneidade, trilhado por caminhos de investigação para problematizar o discurso sobre esse novo mundo conceituado como pós-modernidade. Na busca para problematizar a questão de gênero, do amor das relações afetivas e conjugais, Goldenberg (2006, p. 17) no livro "Infiel - Notas de uma antropóloga" ao trabalhar com o tema da infidelidade, afirma:

O que fazem homens e mulheres que descobrem que são traídos? O que é a infidelidade? [...] Analisei diferentes discursos e me pergunto, após tantos anos de pesquisa, por que a infidelidade continua sendo um dos principais, se não o principal, problemas em um casamento. Pelo menos no universo que pesquiso - o das camadas médias urbanas-, um comportamento tão frequente continua sendo percebido como desvio, um problema gravíssimo e inaceitável, mesmo para aqueles que o praticam.

Em entrevista à Folha de São Paulo e registrada em seu livro, Goldenberg (2006) faz alguns comentários que achamos interessante registrar e problematizar:

Jornal Folha de São Paulo: Qual é a crise masculina?

Goldenberg: A crise não é masculina, mas de um modelo de masculinidade. Existia um modelo hegemônico até vinte, trinta anos atrás: o homem era o provedor, o protetor, o chefe da família. Hoje existem modelos concorrentes: o sensível, o delicado, o romântico, o vaidoso, o mais jovem, o que ganha menos. As mulheres exigem do homem coisas que não exigiam antes. Ele não tem que ser o

provedor bem-sucedido e poderoso. Tem que cuidar do corpo, vestir-se bem, ser romântico, carinhoso...(p, 248).

Folha: você entrevistou só pessoas do Rio e com renda acima de 2.000,00. Que alcance a pesquisa pode ter?

Goldenberg: Eu trabalho com o universo das chamadas camadas médias urbanas que são consideradas vanguardas do comportamento(p.249).

Folha: Lendo seu livro parece que o tabu da infidelidade continua com a mesma força. É isso?

Goldenberg: O que mudou é que as mulheres assumem que traem. Antes a infidelidade era privilégio masculino. Hoje, se o homem trai, a mulher se sente no direito de trair também.O curioso é que elas sempre culpam o homem.A mulher não se ver como sujeito da traição mas como vítima por falta do desejo do parceiro (p.250).

Analisando os fragmentos da entrevista registrados no livro de Goldenberg, podemos, a partir das reflexões já feitas neste texto, questionar algumas afirmações da autora: a crise é de um modelo de masculinidade em que o perfil de homem sensível, delicado, romântico, vaidoso, ou mais jovem substituiu o modelo de provedor, protetor e de chefe da família? Ou a crise, é dos papéis atribuídos na modernidade aos homens e as mulheres? O fato de algumas mulheres assumirem publicamente que não são infiéis não é uma afirmação de que a infidelidade, enquanto prática social está sendo concebida diferente? Afirmar que as mulheres traem porque novos modelos de masculinidade estão visíveis não é postular a tese de que a possível segurança de uma relação conjugal estaria na sensibilidade, na delicadeza, no romantismo, na vaidade e na jovialidade? Estes

atributos dado ao homem garantem, por si só, a fidelidade?

A autora afirma ainda que na sua pesquisa entrevistou as camadas médias urbanas por considerá-las como vanguardas do comportamento. Acredita a autora, que ao eleger como universo de pesquisa, pessoas do espaço urbano e pertencente à 'camada' socialmente média estaria se aproximando das mudanças que estavam ocorrendo nas de relações conjugais? A afirmativa da autora pode indicar que a produção de subjetividades passa pela questão da 'estrutura hierárquica de classes'? Na contemporaneidade com o desenvolvimento das mídias periféricas, como o Facebook, o Twitter, ou seja, a circulação de informações é instantânea, é uma experiência de que a história vive em constante processo de aceleração. A formação de opinião é construída através de uma rede de saberes que contribuem para formação de subjetividades. Assim, as mudanças de valores sobre o comportamento não pode ser compreendida a partir de estruturas.Outra questão que merece ser problematizada é a ideia de que "[...] a mulher não se ver como sujeito da traição, mas como vítima por falta do desejo do parceiro". A ausência do desejo por qualquer uma das partes e a permanência na relação não é uma prática de conveniência e, portanto, de mascaramento da relação?

A questão da infidelidade está associada a um 'tabu' que se constituiu como signo de alteridade na relação do 'eu' com o 'outro', mediada por relações de poder em que valores morais, religiosos e éticos sobre os corpos produzem campos de privacidade e de controle. Neste

sentido, o masculino (e também o feminino) representado pelo *eu*, foi produzido, produz e reproduz a cultura de dominação governando o corpo do *Outro*. Na medida em que o corpo do *Outro* é desejado por alguém e esse desejo é permitido pelo o *Outro*, o *Eu* se sente em processo (des) governabilidade, configurando-se assim, em um ato de infidelidade ao governante.

Assim, para a teoria social na contemporaneidade, problematizar a temática da infidelidade é questionar a historicidade dos valores que foram edificados para as relações conjugais,

em particular, na modernidade, (des) naturalizando os conceitos que foram dando forma identitária aos sujeitos. De modo que a possível segurança construída na modernidade para fortalecer as relações entre os amantes, está em vias de desaparecimento, e não só, porque as mulheres podem traduzir a infidelidade como uma conquista ou um direito de igualdade frente aos homens, mas porque todas as representações consideradas sólidas sobre o mundo, sobre os sujeitos e sobre as relações estão aos cacos.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, s/d.
- BAUMAN, Zygmunt. *O amor líquido: sobre as fragilidades das relações humanas*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.
- _____. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Riode Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman.- Rio de Janeiro :Jorge Zahar Editora, 1998; *Modernidade líquida/tradução*, Plínio Dentzien.- Riode janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.
- CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade (língua materna e estrangeira) plurilingüismo*. Tradução: Maria José Coracini.Campinas, SP: Mercado de Letras,2007.
- CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*.Campinas, SP: [s.n],2001.
- FOUCAULT, Michel.*História da sexualidade. O uso dos prazeres*.Vol. 2. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1985.
- GOLDENBERG, Mirian. *Infel- Notas de uma antropóloga*. Rio de janeiro: Record, 2006.
- _____. *A revolução das mulheres*.Mirian Goldenberg e Moema Toscano (org.). Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- HALL,Stuart.*A identidade cultural na Pós-Modernidade*.5 ed. Rio de janeiro: DP&A, 2001.
- JORNAL DA PARAÍBA."Eles são mais felizes na "Cornolândia"". Marina Magalhães - JORNAL DA PARAÍBA- Campina Grande, 30/03/2008.
- LOURO, Guacira Lopes (org).*O corpo Educado. Pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Tradução:Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. 3 ed. Guacira Lopes Louro, Silvana VilodreGoellner e Jane Felipe (orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e Prática. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na Educação*. Guacira Lopes Louro, Silvana VilodreGoellner e Jane Felipe (orgs). 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSE. Nikolas, Inventando nossos eus. In: *Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito*. Organização e tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VÍVEROS, Lílian. *O livro da traição feminina*. São Paulo: Matrix, 2003.

Sites visitados

<http://www.natalpress.com/index.php> acesso em 27/03/2008

<http://ube-164.pop.com.br/repositorio/10930/meusite/index1.htm> acesso em 28/03/2008

<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/08/bar-na-zona-norte-do-recife-realiza-eleicao-do-corno-do-ano.html>

Recebido em 30/03/2015

Aprovado em 30/04/2015

A IMPRENSA E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO PARANÁ (SUL DO BRASIL)

**Luciana Rosar Fornazari
Klanovicz¹**

Universidade Estadual do Centro
Oeste

Danieli Aparecida Lima²

Universidade Estadual do Centro
Oeste

RESUMO

O estado do Paraná é o terceiro do país em casos de violência contra a mulher. Ineficiência da segurança pública, ausência de agendas políticas ligadas à discussão e ao combate à violência e construções socioculturais que nos remetem à manutenção de estruturas de poder que consolidam assimetrias de gênero são alguns dos fatores que corroboram e refletem essa realidade. Nesse sentido, discutimos como a imprensa regional tem trabalhado a violência contra as mulheres a partir da leitura inter-relacionada de história e de estudos de gênero sobre as narrativas publicadas no jornal *Diário de Guarapuava*, entre 2006 e 2008.

Palavras-chave: Violência. Mulheres. Gênero e História. Paraná (Estado brasileiro).

ABSTRACT

The state of Paraná is the third place, in Brazil, in number of cases of violence against women. Inefficiency of public safety organisms, absence of political agendas linked to discussion and combating this violence, and sociocultural constructions that are related to the maintenance of power structures that consolidate gender differences are factors that support and reflect this reality. In this sense, we discuss how the regional press has reported the violence against women

from the inter-related reading of history and gender studies on narratives published by *Diário de Guarapuava* newspaper, between 2006 and 2008.

Keywords: Violence. Women. Gender and History. Parana (Brazil's state).

A Lei 11.340/2006, ou Lei Maria da Penha, além de tipificar o crime de violência contra a mulher e designar punições específicas para esse crime, tem servido, fundamentalmente, para escancarar, na esfera pública, os incômodos que a sociedade tem quando trata da violência no mundo privado. Nesse sentido, ela tem promovido, de forma prática e discursiva, a discussão sobre a violência doméstica e sobre um novo termo, o feminicídio, na opinião e espaço públicos. A partir dela, esses assuntos passaram a habitar de maneira mais presente, propagandas institucionais, reportagens e entrevistas nos cenários da mídia impressa, televisiva e digital.

Neste artigo, discutimos as peculiaridades da visibilidade dada aos casos de violência contra a mulher no estado do Paraná, entre o ano em que a lei foi publicada e 2008, período em que houve uma retração do número de casos que, imediatamente, voltou a patamares anteriores à vigência da lei. Assim, buscamos pensar como os sujeitos de violência e sujeitos violentos são tratados pela mídia impressa regional, tendo como ponto de partida a premissa o papel desempenhado pela lei Maria da Penha, pontuado acima. A ideia é discutir como os sujeitos são percebidos pelas páginas de jornais regionais, especialmente porque os casos de violência, que são complexos e multifacetados, são acabam sendo

¹ Doutora em História, com pós-doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas. Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação em História e Regiões e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), no Paraná. Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação Araucária.

² Licenciada em História pela UNICENTRO, Guarapuava, Paraná. Pesquisadora do Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG) - <http://sites.unicentro.br/wp/lhag> - UNICENTRO.

reduzidos e simplificados em meio às narrativas criadas nesses meios, quase que enquadrando as interpretações no que poderíamos chamar de dualismo mulher-vítima/homem-agressor, que também é compartilhado por autoridades de segurança pública.

Julio J. Waiselfisz (2011), ao analisar a violência doméstica e os homicídios de mulheres do ponto de vista de um estudo quantitativo, observa que o Brasil ocupava, em 2010, a sétima posição entre 84 países, em número de feminicídios. O autor afirma que, com a implantação da lei Maria da Penha, a quantidade de mortes de mulheres que em 2006 foi de 4.022, em 2007 caiu para 3.772. Contudo, o número voltou a crescer em 2008 (4.023 mortes) e em 2009 (4.297).

O estado do Paraná, no contexto descrito por Waiselfisz (2011), ocupava o terceiro lugar no número de feminicídios, com taxa apenas inferior a Espírito Santo e Alagoas, porém com um número absoluto maior de mortes do que os dois primeiros estados (338 contra 134 de Alagoas e 171 de Espírito Santo, em 2010). Das cidades com taxa de feminicídio superior a 8 por ano em populações com 26 mil mulheres ou mais, diversas cidades paranaenses ocupavam posições de destaque no cenário nacional da violência: Piraquara (2º lugar), Araucária (22º), Fazenda Rio Grande (32º), Telêmaco Borba (39º), União da Vitória (47º), Foz do Iguaçu (54º), Curitiba (58º), São José dos Pinhais (71º), Colombo (76º) e Guarapuava (92º) (WAISELFISZ, 2011: 9). O autor conclui que

Os pais são os principais responsáveis pelos incidentes violentos até os 14 anos de idade das vítimas. Nas idades iniciais, até os 4 anos, destaca-se sensivelmente a mãe. A partir dos 10 prepondera a figura paterna. Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou respectivos ex) que preponderam sensivelmente a partir dos 20 anos da mulher até os 59 anos. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar preponderante nessa violência contra a mulher (WAISELFISZ, 2011, p. 15).

Nesse sentido, Waiselfisz pontua as peculiaridades brasileiras frente a outros países com relação aos dados de violência contra a mulher: os altos níveis de feminicídio frequentemente vão acompanhados de elevados níveis de tolerância da violência contra a mulher, e, em alguns casos, são o resultado da dita tolerância (WAISELFISZ, 2011, p. 17).

Depois da lei Maria da Penha, houve crescimento no número absoluto de feminicídios no estado do Paraná, bem como no registro de agressões que não ocasionassem mortes. Tais dados têm motivado ações de organizações civis no sentido de buscar a construção de políticas públicas eficientes de combate à violência contra a mulher. Contudo, o processo de institucionalização de mecanismos de combate à violência contra a mulher é lento (para os 399 municípios do Paraná, existem apenas 16 delegacias da mulher), e as agendas municipais voltadas ao problema, com exceção de regiões que começaram esse processo ainda entre as décadas de 1980 e 1990 (Londrina e Curitiba) esbarram em entraves políticos ou na pouca articulação entre setores da sociedade

que poderiam contribuir fortemente para a consolidação dessas políticas. Em muitos casos, vê-se a problematização da violência apenas em ocasiões específicas, como o Dia da Mulher (8 de março), muitas vezes comemorado em função de interpretações que despolitizam e descontextualizam o debate.

A situação remete-nos à necessidade de problematizar as estruturas de poder e as construções socioculturais ligadas à assimetria de gênero na sociedade, além do patriarcado ainda forte e presente em todas as regiões brasileiras (RUSSELL, 2006; SAFFIOTI, 2004). Esses elementos conjugados, argumentamos, têm relação direta com o que Waiselfisz (2011) denomina de "tolerância [social] perante a violência".

A partir de matérias de jornais impressos publicados no interior do Paraná, na região de Guarapuava, município de cerca de 170 mil habitantes em 2010 e 92ª em casos de violência contra a mulher no Brasil, buscamos pontuar como se dá essa "tolerância", especialmente a partir da vigência da lei Maria da Penha, que está presente nas formas, nas narrativas, nos conceitos e construções socioculturais dessa mesma violência, em tensão com a legislação vigente. Nesse sentido busca-se aqui pensar os conceitos ligados à violência contra a mulher a partir da imprensa entre a publicação da Lei Maria da Penha e 2008, quando os números absolutos de violência contra a mulher retomam no Brasil.

Ao nos depararmos com matérias de jornal sobre casos de violência, observamos narrativas que são comuns a esse tipo de crime, tais

como a crueldade, o sofrimento, a dor; elementos esses que, pulverizados no cotidiano, formarão as estatísticas de segurança pública e de hospitais, tornando a experiência individual objetivada. Essa operação de objetivação e absolutização da violência, contudo, tem início nas matérias que saem dos órgãos de segurança pública para as páginas de jornais quando a mulher X ou Y perde seu nome e transforma-se em "vítima", "mulher", "mãe", "filha", enfim, uma anônima atingida. Contudo, o que interessa aqui é percorrer as formas discursivas, as estratégias e amarras que a imprensa organiza, na relação com seus leitores, da violência contra a mulher.

Ler os dados alarmantes acerca da violência contra a mulher no estado Paraná a partir de uma discussão de Estudos de Gênero e História permite-nos responder à principal questão que cerca a problemática: por que a violência contra a mulher no estado é excessiva e, muitas vezes, não relatada como "contra a mulher" e sim como "atos de crueldade"? A imprensa tem dado visibilidade aos casos cotidianos por meio de registros numéricos e baseados em grande parte nos dados enviados pelos departamentos da Polícia Civil, fato que acontece principalmente nas cidades de médio porte, como Guarapuava. Os boletins de ocorrência (BOs) registrados na 14ª Delegacia de Polícia Civil de Guarapuava, documentos que usamos na pesquisa, eram comumente transcritos sem a identificação das vítimas e publicados no principal jornal da região, o hoje falido *Diário de Guarapuava*, que circulou até 2014 (LIMA, 2013).

A publicidade dada aos BOs pela imprensa do centro oeste do Paraná entre 2006 e 2008 jamais recebeu comentários ou fora problematizada em função da relação entre o crime e os novos imperativos da lei Maria da Penha. Outros documentos oriundos da mídia regional, especialmente da televisão, e que foram cotejados com dados da mídia impressa, mostram que, mesmo que haja aumento no registro de BOs de violência contra a mulher, quase nada foi veiculado na televisão sob a ótica da nova lei. A filial da Rede Globo de Televisão no Paraná, a Rede Paranaense de Comunicação (RPC) quase nunca noticiou o crime, como aponta recente trabalho de Michele Cristina Cartelli (2013).

Generificando e historicizando a questão no Brasil e no Paraná

Os casos de violência contra a mulher têm aumentado muito nos últimos anos. O incremento dos registros oficiais de violência contra a mulher nos leva a refletir sobre várias questões, entre elas, as que dizem respeito à aplicabilidade da lei, ou ainda as justificativas mais comuns para esse tipo de violência, ancoradas, especialmente, em uma cultura que praticamente naturalizou esse tipo de violência.

O crescimento no número de ocorrências, evidenciado por pesquisas recentes como *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*, publicada pela Secretaria de Transparência (DataSenado), em março de 2013. De acordo com o trabalho de pesquisa, mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão

(19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E pior: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Este resultado, expandido para a população brasileira, implica em dizer que 700 mil brasileiras continuam sendo alvo de agressões (DATASENADO, 2013, p. 2).

A mídia impressa e, especialmente, o jornal, possibilita-nos o acesso a casos de violência, tendo em mente que "o jornal [...] é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura" (CAPELATO, 1988, p. 21). Devemos, conforme ressaltou Tânia Regina de Luca (2010), ficar atentos às especificidades desse tipo de fonte, bem como aos cuidados na sua análise, pois os discursos são significados de diferentes formas desde sua narrativa, até seus processos de impressão e de distribuição.

Ao centrar a discussão em uma análise histórica das percepções elaboradas pela mídia, bem como alguns papéis incorporados pelos sujeitos como homem (agressor) e mulher (vítima), é preciso pensar o gênero como "elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar às relações de poder, mas também como a busca por entender essas relações e como vem sendo construídas, problematizadas e revistas em diferentes épocas (SCOTT, 1989, p. 21). O entendimento proposto por Joan W.

Scott acerca do gênero, utilizando-se de uma fala de outra historiadora, Natalie Davis, pautou a necessidade de sofisticar a história de homens e mulheres não apenas a partir do trabalho único com o sexo oprimido (SCOTT, 1989, p. 3).

Quando trabalhamos com a violência contra a mulher, a observação sobre a necessidade de encarar o fenômeno a partir de uma leitura mais sofisticada ou complexa permanece sendo um elemento fundamental para a sua problematização. A antropóloga Miriam Grossi enfatiza que os estudos sobre a violência contra a mulher focaram, por muito tempo, a figura da vítima, pois a violência praticada bastava para justificar e deslocar o homem para fora do círculo de análise. De acordo com a autora, “nesta visão, que mistura a noção de “fragilidade natural” das mulheres com a crença na universalidade da subordinação das mulheres aos homens, toda a explicação sobre o uso da violência recai sobre o polo ativo masculino, isentando a mulher da relação que a constitui (GROSSI, 1998, p. 303).

Os dados de imprensa e a forma como ela apropria-se narrativamente do processo de violência faz com que o homem, antes de tudo, já seja rotulado como agressor, em meio a um discurso que – ainda que não seja tão explícito – prevê um modelo de macho sobre o qual a violência é encarada, muitas vezes, como uma característica masculina. Importante perceber, nesse sentido, a necessidade de desconstrução dessa dominação masculina, onde o homem muitas vezes “sente-se no direito de educar,

corrigir e, se necessário, castigar física, psicológica e sexualmente a mulher” (STREY e WERBA, p. 78-9). É justamente nesse ponto que se faz necessário também estudarmos a masculinidade, como já colocado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior “Por isso, sabermos como se pensa o masculino, como esse se define é fundamental para entendermos a própria sociedade deste tempo e deste espaço em que vivemos.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 24).

A discussão sobre violência contra a mulher apresenta-se como campo amplo e estudos mais recentes têm se preocupado com diferentes percepções dessa violência. *Rimando amor e dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo – conjugal* (GROSSI, 1998) discute a violência em âmbito conjugal partindo da seguinte questão: “*Por que as mulheres permanecem com seus maridos violentos?*”, e de que a violência doméstica é resultado de complexas relações. Dessa maneira, propõem-se a investigar não só a mulher vítima de violência, mas do homem e das relações homoeróticas. Segundo a própria autora, esse é um trabalho bastante perigoso pois pode ser entendido até como uma defesa da violência, mas que, ao contrário, é essencial para combatê-la (GROSSI, 1998).

Partindo da tentativa de investigar e entender o homem, outro trabalho relevante é *Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupos de homens agressores* (GROSSI, 2012), no qual Miriam Grossi descreve algumas experiências evidenciadas no trabalho com um grupo de agressores no Canadá,

exemplificando tanto o modelo feminista (parte do questionamento da cultura machista patriarcal) como o modelo cognitivo-comportamental (trabalhado em torno dos aspectos positivos e negativos da raiva). Mais uma vez a realização desse tipo de pesquisa é justificada: *"a realização de trabalho com agressores para que esses possam refletir sobre a violência em suas vidas e construir novos modelos de relacionamento é uma necessidade crescente e imperativa em nosso país"* (GROSSI, 2012, p. 93). A pesquisa aponta para a limitação de grupos de agressores no Brasil mesmo com a existência da Lei Maria da Penha que prevê em seu artigo 35, inciso V, a criação de centros de educação e reabilitação. Nesses grupos de trabalhos com agressores, a violência é tratada como um fenômeno social e não natural, e o mais importante, que pode ser evitada.

Se a violência contra mulher já é um tema bastante complexo a ser debatido, as complicações tendem a aumentar quando o foco de atenção pretende-se também alcançar o agressor/homem. Em primeiro lugar, deve-se tomar cuidado para ao invés de derrubar alguns estereótipos, acabar por reforça-los, ou seja, há certo perigo em perder por alguns momentos a atenção dada à mulher, por mais que busquemos estudar o agressor para melhor compreender o ato violento não podemos esquecer-nos da mulher que vem sendo violentada ao longo da história, e realmente é uma linha bastante fina que separa esses dois polos. Um segundo ponto diz respeito à complexidade evidenciada nos debates sobre masculinidades, estes

que ainda não foram devidamente disseminados e que dependendo do lugar de onde os autores falam têm se tornado bastante problemáticos, ainda há resistência com relação a esse tipo de estudo, que pode ser evidenciada principalmente em mesas de discussões sobre a amplitude das pesquisas de masculinidades com a presença de homens e mulheres, onde mais uma vez os dois "polos" entram em um embate, este que pode ser caracterizado por uma incessante disputa por espaço.³

As possibilidades de leitura da violência contra a mulher na mídia impressa em Guarapuava/Paraná

Os campos acadêmicos que tem sistematicamente problematizado essa questão da violência contra a mulher no estado do Paraná têm sido aqueles ligados à saúde, especialmente estudos de Enfermagem e de Saúde Pública. Terezinha M. Mafioletti (2010) tem discutido a questão em termos de violência doméstica contra a mulher, empreendendo um deslocamento conceitual da questão para o campo dos domicílios no Paraná. Já Maria I. Raimondo (2010) tem interpretado a questão da violência a partir do traçado de um perfil epidemiológico a partir de estudos da Enfermagem.

Alguns estudos tem buscado identificar regiões de maior incidência da violência contra mulheres, como é o caso daqueles produzidos por Maria I. R. Ferraz e Liliana M. Labronici (2009), que posicionam o município de Guarapuava entre os principais espaços onde as mulheres são vítimas. Liliana M. Labronici, Maria I. Raimondo, Tatiane H. Trigueiro e

³ Na 10ª Edição do Fazendo Gênero, evento ocorrido entre 16 a 21 de Setembro de 2013 em Florianópolis/SC, estas foram questões bastante visíveis nos simpósios que discutiam violência contra mulher, onde havia pesquisadores de várias áreas, mas os debates ficavam mais acirrados quando as mesas eram compostas por homens que trabalhavam com a temática da violência contra mulher, com a preocupação de atendimento ao homem.

Débora Fegadoli (2010) tem buscando, também, identificar o perfil da violência contra mulheres no Paraná em comparação com dados de outros estados. Tais estudos têm sido desenvolvidos principalmente a partir de dados coletados em hospitais ou no sistema de segurança pública, como boletins de ocorrência ou inquéritos policiais e processos crimes. Resulta desses estudos um mapeamento importante das ocorrências, a sua relação com políticas de saúde, mas também uma dependência com relação a dados oficiais alimentadores das pesquisas, que transformam os mapeamentos em estatística ligada ao número e tipo de ocorrências, sem levar em considerações questões de ordem social e histórica. Outro campo de pesquisas que tem devotado atenção aos estudos de violência contra a mulher no Paraná é a Antropologia, porém em quantidade infinitamente menor do que o campo da Saúde. Os estudos antropológicos também têm aproveitado, todavia, dos dados da segurança pública.

Os discursos sobre a temática, para nós, foram pautados na estreita relação entre gênero e história, bem como entre história e imprensa, incorporando a retomada tangencial e historicamente situada do conceito patriarcado em relação à produção e reprodução da violência.⁴ Tal pesquisa foi conduzida a partir de uma leitura histórica de dados colhidos na imprensa escrita local da região de Guarapuava/Paraná, entre 2006 e 2008, na qual foram analisados documentos impressos como jornais, revistas e folders com ênfase nos que representaram maior índice de

circulação e leitura regionais. Nesse sentido, encontramos no jornal *Diário de Guarapuava*⁵, um dos principais veículos de imprensa regional que apresentava continuamente o relato de casos de violência contra a mulher. Para circunscrever a leitura, delimitamos o período imediatamente anterior à publicação da Lei Maria da Penha para iniciar o acompanhamento dos relatos de violência, perfazendo, então, um percurso que partiu de 2006 a 2008.

A leitura de reportagens sobre violência contra a mulher em Guarapuava, Paraná, entre 2006 e 2008 mostra um padrão: em primeiro lugar, não há um interesse editorial em detalhar as informações, porque, na maioria das vezes, as reportagens amparam-se em apenas um documento oficial: o BO registrado na 14ª Delegacia de Polícia Civil. As matérias mais elaboradas eram aquelas nas quais os casos de violência despertavam narrativas sobre a gravidade de ferimentos e agressões físicas. Outro elemento a ser considerado é que o número de casos cresceu local e regionalmente, mesmo com a própria implementação da lei.

Nas reportagens que expomos abaixo, salientamos o laconismo das matérias que levantamos sobre os casos de violência contra a mulher no *Diário de Guarapuava* entre 2007 e 2008. Os títulos são genéricos, as notícias habitam quase que exclusivamente a coluna de segurança (últimas ocorrências) e os textos são curtos e objetivos (Tabela 1). Mantivemos a estrutura narrativa das notícias:

⁴ Construções socioculturais que nos remetem à manutenção de estruturas de poder que ainda consolidam assimetrias de gênero, e que são alguns dos fatores que corroboram e refletem a realidade de violência doméstica (SAFIOTI, 1999).

⁵ O Jornal Diário de Guarapuava tem uma grande circulação na região, estando também vinculado ao Diário do Sudoeste, do município de Pato Branco, centro oeste do Paraná. Sua estrutura trazia notícias, em nível mundial, nacional e regional. Para este estudo concentramos a atenção às páginas de Segurança (últimas ocorrências), por serem onde as reportagens relacionadas à violência contra a mulher geralmente apareciam.

Tabela 1: Notícias de violência contra a Mulher no jornal *Diário de Guarapuava*, município de Guarapuava, Paraná (2006-2008)

Data da edição	Título	Tipo de notícia	Notícia
10 jan. 2007	Violência doméstica	Segurança (últimas ocorrências)	Às 21h e 40 min na Rua Paulo Leminski Bonsucesso, uma mulher é agredida com uma tampa de panela de pressão. Onde <u>agressor</u> e <u>vítima</u> são conduzidos a 14ª SDP.
8 jan. 2008	Violência contra mulher	Idem	Mulher denuncia o marido, chamando a polícia na Rua Lago Azul, Industrial. Quando a polícia chegou o agressor havia fugido.
19 jan. 2008	Ameaça	Idem	Uma mulher que foi ameaçada por seu ex-companheiro chamou a polícia até a Rua Padre Chagas, na noite de quinta-feira, por volta das 22h. Ela contou que estava em uma lanchonete quando foi surpreendida pelo ex, que por ciúmes a ameaçou de morte mostrando uma faca. Paulo_Roberto_39, foi localizado pela PM e levado para o Fórum, para a confecção do termo circunstanciado.
22 jan. 2008	Violência doméstica	Idem	Uma jovem que estava sendo ameaçada por seu ex-namorado chamou a polícia até a Avenida Castelo Branco, São Cristóvão. Ela disse que durante a discussão Dair José Correa 21, a ameaçou de morte falando que ela iria amanhecer com a boca cheia de formiga caso chamasse a polícia. O agressor foi detido e levado para 14ª SDP.

Fonte: matérias retiradas do jornal *Diário de Guarapuava*, Guarapuava, Paraná, 2007 e 2008.

As matérias expostas na Tabela 1 mostram o modelo dos noticiários, que refletem em grande medida o estilo de narrativa dos BOs. Com relação aos títulos podemos observar que eles variam, prevalecendo dois: "Violência doméstica" e "violência contra mulher". Importante observar desde a

primeira tabela a representação dos sujeitos envolvidos, que, ao longo das notícias, estarão em evidência: "mulher"; "vítima"; "agressor"; "marido"; "ex-companheiro". As tabelas 2 e 3, a seguir, apresentam matérias que trazem, além da identificação das vítimas, dados importantes sobre os locais e contextos dos acontecimentos de violência:

Tabela 2: Notícias de violência contra a Mulher no jornal *Diário de Guarapuava*, município de Guarapuava, Paraná (2006-2008)

Data da	Título	Tipo de notícia	Notícia
---------	--------	-----------------	---------

edição			
16 jan. 2007	Mulher de 22 anos morre após ser agredida pelo marido	Segurança (últimas ocorrências)	O agressor atingiu a vítima com um pé de fogão a lenha em Prudentópolis. Além dessa, houve mais duas ocorrências em Guarapuava: <u>mulher</u> agredida pelo marido embriagado e moça agredida pelo padrasto que tentava bater em sua mãe.
24 jan. 2007	Quatro mulheres são agredidas em menos de 12 horas	Idem	Continua alto o índice de agressões contra mulheres em Guarapuava. Das 16 h de segunda-feira até as 4 h de ontem, a Polícia Militar atendeu quatro chamadas de mulheres que foram agredidas ou ameaçadas por seus filhos, companheiros ou maridos.
21 fev. 2008	Registrados três casos de violência doméstica	Idem	Os casos de violência doméstica <i>sempre</i> constam nos boletins de ocorrência. Entre 8h de terça e 8h de ontem foram registrados três casos na cidade. Às 10h48, na Rua Alfredo Maciel, Industrial, uma mulher relatou que seu companheiro que chegou em casa embriagado tentou agredi-la e ameaçou-a de morte. Mais tarde às 19h42, aconteceu praticamente a mesma situação, só que na Rua Dalva Ribas Muller, Morro Alto. Algum tempo depois, às 23h33, a equipe do Projeto Povo Vila Carli esteve na Rua São Francisco de Paula, Morro Alto, onde a solicitante disse ter sido agredida por seu companheiro [grifo nosso]

Fonte: matérias retiradas do jornal *Diário de Guarapuava*, Guarapuava, Paraná, 2007 e 2008.

A notícia veiculada em 21 de fevereiro de 2008, grifada, merece atenção, na medida em que o jornal naturaliza os casos de violência doméstica, na medida em que expõe, no texto, que esses casos *sempre* constam nos BOs da Polícia Civil.

Levando em consideração as conclusões do *Mapa da Violência*, não é forçoso pontuar aí uma característica fundamental da tolerância social frente aos casos de violência, quando a própria imprensa, ao veicular a agressão, naturaliza-a.

Tabela 3: Notícias de violência contra a Mulher no jornal *Diário de Guarapuava*, município de Guarapuava, Paraná (2006-2008)

Data	Título	Tipo de notícia	Resumo
10 jan. 2007	Violência doméstica II	Segurança (últimas ocorrências)	Filho de 24 anos chega em casa embriagado e agride a mãe e a avó. Voz

9 nov. 2007	Atentado violento ao pudor	Idem	de prisão ao autor e os envolvidos foram conduzidos a 14ª SDP. A PM deteve na noite de quarta-feira um homem acusado de tentar violentar uma mulher, na Rua Coronel Saldanha. De acordo com a vítima, o agressor a agarrou tapando sua boca e tentou violentá-la, quando foi surpreendido por um vigilante que conseguiu deter o homem e segurá-lo até a chegada da polícia.
16 nov. 2007	Estupro	Idem	Uma mulher foi estuprada dentro da própria residência na madrugada de quarta-feira, na Rua Macedônia, no Bairro Boqueirão. A vítima contou que o homem se escondeu no banheiro da casa e quando ela entrou no cômodo foi surpreendida. O homem estava armado e a obrigou a manter relações sexuais. A PM realizou buscas, mas ninguém foi encontrado.

Fonte: matérias retiradas do jornal *Diário de Guarapuava*, Guarapuava, Paraná, 2007.

A maior parte das ocorrências está vinculada ao ambiente familiar e oriunda de relações conjugais, o que não escapa à regra nacional (WASELFSZ, 2011). Contudo, e como mostra a tabela 3, ela transborda, nesse mesmo ambiente, para netos; pais; filhos; expande-se o universo da violência para a gama de relações mais complexas que envolvem as famílias, ainda que esse dado seja secundário na notícia. Fogem também do ambiente familiar, para as ruas e entre indivíduos que não necessariamente são parentes ou conhecidos. Percebemos também que os casos de estupro são ainda menos frequentes de se tornarem pauta de denúncias. Nesse sentido é possível verificar as apropriações que a imprensa faz dos sujeitos envolvidos: mulher (vítima) e homem (agressor), como dois extremos, opostos e que a princípio devem ser separados. É importante destacar que tanto o homem quanto a mulher devem ser entendidos como sujeitos no ato violento e que não basta apontar

quem é o culpado e que deve ser punido ou quem deve ser protegido apenas. Não há reportagens que sensibilizem a população acerca da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, durante o período focalizado pela pesquisa.

Estabelecendo estratégias para enfrentamento da violência contra a mulher

Diante da necessidade de enfrentamento da violência têm se destacado a atuação dos Movimentos Feministas que articulam em seus diferentes grupos estratégias para a problematização e erradicação da violência baseada em relações de poder generificadas, assim sendo, hierarquizadas, assimétricas e desiguais.

Neste sentido urge pensar sobre o próprio termo "violência contra a mulher" como uma construção política que vem sendo combatida ao longo do tempo, assim

como a própria desigualdade entre homens e mulheres como alicerce cultural da sociedade brasileira, (ALVES, PITANGUY, 1985; PITANGUI, 2002), o qual deve vir à tona, ser questionado e transformado (AQUINO, 2009: 360).

No que diz respeito às questões jurídicas de aplicabilidade da lei, é necessário salientar o lugar da violência, ainda praticada, sob a justificativa de que o homem age em "legítima defesa da honra". Mesmo que esta condição tenha sido bastante debatida e debelada dos códigos de direito vigentes, as próprias autoridades priorizam, por exemplo, antes de qualquer coisa, a volta da mulher, da mãe, ao lar, muitas vezes sem se importar se ela corre riscos, até mesmo de vida. Nesse sentido é que a Lei Maria da Penha representou um grande avanço jurídico, com seus respectivos desafios. Com ela foram criadas delegacias especializadas (DEANS), varas especializadas de violência doméstica, observatórios e juizados, tudo para que sua aplicação viesse a acontecer da melhor forma possível. Uma vez em vigor, críticas ainda são feitas com relação à Lei sob a alegação que, antes de sua aplicação, processos corriam mais rapidamente. Ao ser tratada como questão de política pública, de políticas de estado, a violência contra a mulher demanda atenção integral e transversal (AQUINO, 2009, pp. 367-368).

No âmbito jurídico, também são discutidos os limites da lei, especialmente no que diz respeito aos espaços de implementação da lei. Nesse sentido, trabalhos têm problematizado os outros espaços que não sejam domésticos; o fato de que

mulheres também são agressoras; a ação dos operadores do Direito; a necessidade do trabalho incluindo os homens, não apenas por meio da punição, enfim, áreas sobre as quais, de acordo com algumas análises, a lei é omissa. Um dos textos que merecem destaque é o de Benedito Medrado, "A Lei Maria da Penha não é contra os homens, é a favor de uma sociedade sem violência: conquistas, lacunas e desafios em políticas públicas", escrito por um homem, falando do lugar do homem nessas ações, objetivando maior efetivação da lei, pois a vítima não muda sozinha; ela precisa de um acompanhamento, de suas condições, de sua família e, principalmente, de seu companheiro (MEDRADO, 2009).

Medrado faz uma leitura das práticas violentas de uma forma muito interessante, dizendo que, por mais que seja natural tentarmos justificar a violência como sendo uma prática não humana, isso prejudica ainda mais os trabalhos para pôr fim a ela. Como já vimos antes, a mulher é responsabilizada só pelo fato de ser mulher. Mas o que vale para a mulher, nesse sentido, também vale para o homem, pois, geralmente, passa a ser responsabilizado e punido porque é homem. Medrado, nesse sentido, pontua que "esperamos que a atenção aos homens autores de violência não se torne mais uma ferramenta de criminalização da situação de violência, mas que permita uma ampliação do diálogo coibido tanto pela situação de violência quanto pela aplicação da Lei" (MEDRADO, 2009, p. 413).

A dominação dos homens sobre as mulheres não é natural, mas sim construída por vários agentes,

não só homens e mulheres, mas também a mídia, a educação, a religião, o governo, a cultura, enfim a própria estrutura social da qual fazemos parte. Falar de criminalidade e impunidade é fundamental, ainda mais quando pensamos na violência contra a mulher, problema que é agravado, muitas vezes, por padrões culturais, que são sustentados por omissões, dificultando a eficácia das políticas públicas e, pior ainda, banalizando essas práticas.

Lourdes Bandeira (2009) discute a temática, traçando as estratégias de resistência do Movimento Feminista e destacando a importância dos primeiros espaços de resistências criados pelas mulheres, discutindo a violência como forma de controle sobre o corpo feminino. A autora trata da ineficácia da Lei nº 9.099/95, que regula os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, pontuando os delitos considerados de menor potencial ofensivo e as conquistas com a implantação da Lei Maria da Penha para o deslocamento da tipificação criminal. Contudo, adverte que a violência continua, e que a lógica da "*Moral Masculina*" ainda persiste.

A ideia central do texto de Bandeira é mostrar o porquê da necessidade de se pensar e apropriar melhor as questões referentes à violência contra a mulher, principalmente no que diz respeito à ineficácia de leis anteriores, que levaram, inclusive, à necessidade de criação de uma lei específica. Dessa maneira, a autora discute os problemas da Lei nº 9.099/95 e a elaboração da Lei Maria da Penha nº 11.340/06. Para ela, "há consenso de que a Lei Maria da Penha veio para

responder às impropriedades da Lei 9.099/95, no seu uso em relação à violência contra as mulheres" (BANDEIRA, 2009, p. 420). No entanto, percebemos que a Lei 11.340/06 não abandonou totalmente as medidas anteriores; muito pelo contrário, parte delas foram apropriadas e reinventadas. A autora não deixa de evidenciar críticas em relação à viabilidade e aplicabilidade da própria Lei Maria da Penha, havendo inclusive queda no percentual de denúncias, argumenta-se que o maior rigor da lei pode inibir as denúncias de maus tratos por parte das mulheres, já que agora os maridos sabem que podem ser presos: "*Eu só não te dou um tapa na cara por causa da lei nova do Lula e eu posso ser preso*" (BANDEIRA, 2009, p. 422). Ainda segundo a autora, a lei Maria da Penha não considera a igualdade entre homens e mulheres, até mesmo com relação aos usos de termos e o entendimento dos conceitos, necessários pela complexidade do assunto. E para piorar, a lei parece não agradar os juízes e executores, muitas vezes por falta de preparo e desconhecimento. Outra questão bem problemática é a permanência de ideias tradicionais e conservadoras, no que diz respeito a relações entre homem/mulher.

Nesse sentido, para se tentar entender o paradoxo: *mais lei e mais violência contra as mulheres*, é necessário refazer uma dialética dos costumes, que atinge boa parte dos operadores do direito, para as quais a mulher é vista como dependente do padrão consagrado da conduta masculina vigente (BANDEIRA, 2009, p. 425).

Isso tem ocasionado problemas, que passam, inclusive, a

sustentar a tentativa dos juristas de, em primeiro lugar e sempre, tentar restabelecer a harmonia nos lares, tomando a violência contra a mulher como um problema privado e não de responsabilidade do Estado. Como bem coloca Lourdes Bandeira, a violência contra a mulher deve ser encarada como “*uma questão sociopolítica, de segurança e de justiça*”.

Ainda com relação à lei Maria da Penha e principalmente no que diz respeito a sua aplicabilidade, percebe-se que é uma lei bastante complexa, retomo aqui algumas discussões empreendidas por Luciana Santos Silva no texto *O que queres tu mulher? Manifestações de gênero no debate de constitucionalidade da Lei Maria da Penha*, a autora que também é graduada em direito aborda diferentes correntes e pontos de vista dos juristas, enquanto alguns defendem que a lei é constitucional outros pontuam a sua inconstitucionalidade, assim como a sua retirada da ordem jurídica e outros preverem a possibilidade de extensão de sua aplicação aos homens.

Estas são defesas que partem praticamente de duas visões: uma delas que afirma que a promoção da igualdade de gênero se dá justamente a partir da proteção que a lei oferece a mulher, tendo em vista que são as mulheres que vêm historicamente sendo as maiores vítimas da violência, e outra que parte do pressuposto de que a Lei Maria da Penha ao dar total atenção à mulher acaba por violar o direito de igualdade entre homens e mulheres. Dessa maneira podemos perceber que até mesmo as discussões sobre a Lei Maria da

Penha, sua construção e aplicação como parte do investimento público, mas que por conta disso estão ainda no foco das reflexões.

Considerações finais

A investigação histórica sobre o tema reforça, também, que as ferramentas com as quais as sociedades encaram a violência contra a mulher repousam principalmente na cultura, no cotidiano e nas instituições que derivam dela.

A violência Contra a Mulher é um assunto que merece total atenção do Estado e da sociedade, melhor capacitação dos agentes responsáveis e mais clareza e propriedade nas resoluções judiciais. Acima de tudo, requer maior compreensão das questões envolvidas, assim como dos próprios sujeitos.

Pesquisas relacionadas ao tema vêm ganhando relevância em meio ao campo de estudos de gênero, mas ainda são pouco visíveis as análises mais voltadas para a figura do homem, e que tendem a desconstruir muitas visões universalizadas, como as relacionadas à dominação masculina e a justificativa de que o homem tende a ser mais violento que a mulher. Mas vale destacar que ainda há muitas pesquisas por fazer e muito que acrescentar nesse estudo para uma análise mais atenta, pois há uma gama enorme de fatores que envolvem a violência praticada contra a mulher, inclusive a compreensão acerca das diferentes formas de violência e da própria violência enquanto construção social e cultural, mas que perpassam também fatores psicológicos.

Como podemos ver tão importante quanto pensar a vítima é pensar também o agressor, tentar entender as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos torna-se fundamental para pensarmos as diversas relações que estão envolvidas em um ato violento. Essas são questões que devem ser levadas em conta, pois apenas dizer quem é o culpado e quem é a vítima não tem sido suficiente, tão pouco fazer com que a Lei seja aplicada muitas vezes apenas para restabelecer a harmonia nos lares ou punir o agressor sem pensar no que leva à necessidade de sua aplicação. Dessa maneira, é de extrema importância trabalhar as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos, e suas particularidades sem tentar universalizá-las, para que possamos, inclusive, entender melhor os procedimentos que vem sendo tomados com relação à violência contra a mulher.

Este estudo configura-se em uma busca por maior compreensão do próprio campo teórico de gênero, das

representações dadas às relações entre homens e mulheres e acima de tudo possa proporcionar uma maior visibilidade dessas discussões, onde inclusive seja possível pensar melhores estratégias de prevenção à violência, ou seja, têm um objetivo não só acadêmico, mas também político e social.

O feminicídio, o assassinato sistemático de mulheres de diferentes idades, precisa ser encarado como uma questão urgente e emergente. As políticas públicas já gestadas e em andamento cumprem um papel importante nesse embate. No entanto é preciso incorporar o enfrentamento de gênero como uma ferramenta primordial para que tais casos deixem de ser cotidianos e passem a serem vistos como episódicos ou exceções. Que possamos garantir para as novas (e atuais) gerações de mulheres espaços de sociabilidade e afetividade livres de ameaças e do extermínio que têm cercado (e tomado) pelo medo a vida de muitas que já se foram e as que aqui estão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, C. J. S., SANTIAGO, I. M. F. L. (orgs.). *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. Disponível em: «<http://books.scielo.org>»

BANDEIRA, L. *Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006*. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO,

Guacira Lopes (org). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

CAPELATO, M. H. R. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARTELLI, M. C. O jornalismo televisivo e a violência contra a mulher em Guarapuava e região. *Relatório final de Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica*. Laboratório de História Ambiental e Gênero – Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Guarapuava. Período: 1 jul. 2012 a 31 ago. 2013.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*. Convenção de Belém do Pará. Disponível em: «<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>» Acesso: 17 out. 2013.

CORRÊA, M. *Não se nasce homem*. PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, financiado pela FAPESP (processo 2003/13691-0), e de um projeto financiado pelo CNPq (processo 302886/2002-8).

DATASENADO. *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*. Secretaria de Transparência, DataSenado. Março de 2013. Disponível em: «http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf» Acesso: 23 set. 2013.

ESTEVES, M. de A. Pensamento e prática jurídica em relação aos crimes contra a honra das famílias: difusão de normas e marginalização. In: *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRAS, M. I. R.; LABRONICI, L. M. Perfil da violência doméstica contra a mulher em Guarapuava, Paraná. p.261-8. *Cogitare Enferm* 2009, abr. jun. n.14, n.2.

GROSSI, M. P. Rimando Amor e Dor: Reflexões sobre a violência no vínculo afetivo – conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (orgs.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

GROSSI, P. K. Nem com uma flor: reflexões sobre abordagens com grupos de homens agressores. In: GROSSI, P. K.; GONSALES, A. M. M. (orgs.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2012.

JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Guarapuava, ed. 2018, 2022, 2028, Janeiro 2007.

LABRONICI, L. M.; FERRAZ, M. I. R.; TRIGUEIRO, T. H.; FEGADOLI, D. Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 2010; 44(1): 126-33.

LIMA, D. A. *A representação do homem nos discursos de violência contra a mulher, na mídia impressa de Guarapuava, Paraná*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. UNICENTRO. 2013, Guarapuava, PR.

LOURO, G. L. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LUCA, T. R. de. *Fontes Históricas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. 2010. MAFIOLETTI, T. M. Violência doméstica contra a mulher: um problema de saúde pública - a situação do Paraná. *Anais do Fazendo Gênero 9*. Disponível em: «http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288426_ARQUIVO_TrabalhoFazendoGenerofinal.pdf» Acesso em 6 abr. 2013.

MARCH, K. C. de. Múltiplos Masculinos: ensaio sobre masculinidades e subjetividades no encontro com o poder. In: SALIS, A. U. de; SALIS, C. L. G. de; FREITAG, L. da C.; COSTA, M. P.; STANCZYK FILHO, M.; SOUZA, S. C. M. de. (orgs.) *Conjunção de Saberes: pesquisa e ensino de história*. Campinas: Pontes, 2012. p.311-327.

MARCH, K.C.de. Normatizando Comportamentos em Busca da Virgindade Moral: os Juristas e os Crimes Sexuais. In: SEBRIAN, R. N. N.; DE SALIS, C. L. G.; COSTA, M. P.; STANCZYK FILHO, M.; PONTAROLO, F.; PIRES, A. J. (orgs.) *Perspectivas Historiográficas*. Campinas: Pontes, 2011. p. 235-254.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In SILVA, Z. L. (orgs.) *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. Disponível em: «http://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf» Acesso em: 14 abr. 2013.

RAIMONDO, M. I. *Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em Guarapuava, Paraná: contribuições da enfermagem*. 2010. 94p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação - Mestrado - em Enfermagem). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

SILVA, M. B. N. da. *Sistema de casamentos no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz e Editora da USP, 1984.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em*

perspectiva. São Paulo, v.13, n.4, p.82-91, 1999.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: «http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf» Acesso: 22 set. 2013.

STREY, M. N.; WERBA, G. C. Longe dos olhos, longe do coração: ainda a invisibilidade da violência contra a mulher. In: GROSSI, P. K.; GONSALES, A. M. M. (orgs.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2012.

TORNQUIST, C.S; COELHO, C. C.; LAGO, M. C. S.; LISBOA, T. K. (org.) *Leituras de resistência. Corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres, 2009, v.2.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Caderno complementar 1: homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, abr. 2012. Disponível em: «http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf» Acesso em: 19 mar. 2014.

SER CHIQUE, MODERNO E CIVILIZADO: A IMPRENSA PARAIBANA A SERVIÇO DE UMA EDUCAÇÃO DA SAÚDE

Azemar dos Santos Soares Júnior¹

Universidade Federal da Paraíba
Joedna Reis de Meneses²
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a constituição da educação de corpos por meio da saúde na Paraíba durante as primeiras décadas do século XX. Para isso, nos debruçamos sobre as publicações estampadas nas páginas da imprensa paraibana sobre a formação do corpo que se aspirava chique, moderno e civilizado. São escritos, em sua maioria de médicos, que utilizavam a imprensa para fazer circular um saber capaz de disciplinar corpos, torná-los hígidos e educados. Discursos que condenavam o sujo e exaltavam o limpo. A análise desses discursos timbrados em periódicos como *A União*, *A Imprensa* e na *Era Nova*, só foi possível graças ao alargamento das fontes e temas assegurados pela História Cultural que problematiza gestos, sentimentos, representações. Portanto, uma história do corpo possível através do discurso médico-científico que almejava um corpo belo e sadio.

Palavras-chave: Imprensa. Corpo. Saúde.

ABSTRACT

This article aims to analyze the constitution of education bodies through health in Paraíba during the first decades of the twentieth century. To this end, we look back on the printed publications in the pages of Paraíba press about the formation of the body that aspired chic, modern and civilized. Written mostly of physicians, who used the press to circulate a knowledge capable of disciplinary bodies

, make them healthy and educated. Speeches condemning the dirty and clean exalted. The analysis of these speeches letterhead in periodicals such as *The Union*, *The Press* and the *New Era*, was only possible thanks to the enlargement of the sources and themes provided by Cultural History that questions gestures, feelings, representations. Therefore, a history of the body possible through the medical-scientific discourse that craved a beautiful and healthy body.

Keywords: Press. Body. Health.

Introdução

No fim de um dia quente, uma mulher, dona de um corpo exuberante, seguia em passos leves até a banheira. Tocou a água e conferiu se estava morna. Lançou na água pétalas de rosas vermelhas e *“alcoholatos aromáticos que podem sem inconvenientes ser associados com o sabão ou com bons cremes perfumados”* (*Era Nova*, 15 nov. 1921). Minutos antes, uma de suas serviçais havia preparado a *“infusão aromática considerada tônica e estimulante com matérias alcalinas que são sedativos ou resolutivos”*. Tudo pronto. A mulher começou a deslizar seu corpo pela água que limpa, hidrata, perfuma, higieniza. Dá um tom perolado à cor da pele, produz a sensação de bem estar, protege o corpo. Esses banhos *“estão cada vez mais em moda”* (*Era Nova*, 15 nov. 1921).

Higiene individualizada. Cada sujeito era responsável por seu corpo. As famílias se responsabilizavam pela limpeza dos lares, *“promovendo o serviço de higienização particular de suas habitações, afinal, no interior dos domicílios, só mesmo as famílias é*

¹Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de História (Campus III) da Universidade Estadual da Paraíba.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História (Campus III) da Universidade Estadual da Paraíba.

que pode e deve tudo fazer pela salubridade de sua habitação” (*A Imprensa*, 24 fev. 1913). Limpar o pequeno mundo em que se habitava era a chamada do jornal *A Imprensa* para os cuidados com a higiene particular, divulgando a importância do asseio nos lugares onde se vivia. Um tipo de propaganda que já circulava na década de 1910, determinando o que deveria estar sob os cuidados dos poderes públicos e o que caberia, nessa situação, às famílias.

Dessa forma, mudança talvez fosse a palavra desejada por todos aqueles que se dedicavam à construção de um saneamento básico, à retirada do lixo das ruas, à higiene corporal, à arte de se perfumar e aos cuidados com o corpo. Nos jornais que circulavam pelas ruas da cidade da Parahyba³, uma revolução nos costumes passou a ser pregada pela educação sanitária. E atingir certo grau de civilização estava dentre os objetivos da elite intelectual e política em relação à população que vagava pela cidade exalando odores nada agradáveis, causando repúdio, indignação, vergonha. Civilizar parecia ser a palavra de ordem naquele momento. Assim, apresentamos ao leitor, como os periódicos em circulação na Paraíba ofertaram um modelo de educação do corpo através da saúde. Escritos médicos colocados à disposição do público leitor no sentido de higienizar os corpos de homens e mulheres.

A higiene individualizada através da imprensa

O conceito de civilização remonta à Europa feudal, quando o termo ainda era conhecido por *civilité*⁴ e adquiriu um significado numa época em que “a sociedade cavaleirosa e a unidade da Igreja Católica se esboroavam” (ELIAS, 1994:67). Porém, só no século XVI é que esse conceito recebe características mais específicas, em especial com o lançamento de um tratado de autoria do Erasmo de Rotterdam intitulado *De civilitatemorum puerilium*⁵, que tratava de um “assunto simples: o comportamento de pessoas em sociedade – e acima de tudo, embora não exclusivamente, ‘do decoro corporal externo’. É dedicado a um menino nobre, filho de príncipe, e escrito para a educação de crianças” (ELIAS, 1994, p. 69). O comportamento e a aparência externa, que ficam à mostra, determinavam formas de conduta que revelavam características de sua posição social, de sua educação, de sua estirpe. Da mesma forma que os bons hábitos deveriam ser ensinados, divulgados e postos em prática, outros deveriam ser abolidos, a exemplo das atitudes “bárbaras” ou “incivilizadas”, ações que passaram a ser impúblicáveis, contra as regras, demoníacas.

A postura, os gestos, a indumentária, os traços físicos, a aparência, revelavam homens e mulheres que viviam no *habitat* da escuridão, do sujo, da indecência, ou aqueles que viviam sob a manifestação da limpeza, da higiene, dos bons modos, do que estava em voga. A sociedade ocidental europeia seguia para um padrão de civilização, que dela se espalharia para o mundo, enquadrando grupos, indivíduos em

³ Parahyba era o nome da capital do estado até o ano de 1930. Hoje a cidade é chamada de João Pessoa.

⁴ O conceito de *civilité* também constituiu expressão símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais o francês. Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. Traduzem a unidade da Europa e, simultaneamente, a nova formação social que lhe fornece a espinha dorsal, a sociedade de corte. A situação, a auto-imagem e as características dessa sociedade encontram expressão no conceito de *civilité*. Ver: *O processo civilizador* (ELIAS, 1994).

⁵ Da civilidade em crianças.

incivilizados ou civilizados. Para Norbert Elias, a civilização

que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo, ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos [...] todas as características que lhe atribuímos – a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento (ELIAS, 1994, p. 73).

Da mesma forma que o comportamento diante do contexto da “civilização” seria individualizado, a sua aplicação nos países também. No Brasil, por exemplo, só com a chegada da Família Real em 1808 é que ocorre uma série de mudanças nas posturas, nos domínios da civilização. É o que mostra José Gondra ao afirmar que, no século XIX, ocorre a realização de alguns deslocamentos: *“De colônia a Estado nacional independente [...] de Portugal a Brasil [...] realizando transformações das mais variadas: infra-estrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação e cultura”* (GONDRA, 2004, p.20). Para esse autor, os médicos e os professores foram responsáveis pela introdução, no Rio de Janeiro, dos ícones de civilização advindos da França e da Inglaterra.

Na cidade da Parahyba, as artes de civilizar remontam ao final do século XIX, quando uma série de medidas higiênicas e de comportamentos foi lançada para a sociedade em forma de códigos de

posturas municipais, porém é no começo do século XX que essa força se acentua, não mais via códigos de posturas, mas pelos “bons hábitos” publicados nas páginas da imprensa. Os jornais se tornaram um meio de disciplinar os corpos, de combater a indolência, a moleza, a sujeira. Tudo que era associado ao sujo passou a ser bombardeado pelas reportagens. Esses manuais em que se tornaram os periódicos divulgavam que *“o cuidado com a limpeza se faz para o olhar e o olfato; seja como for, ele existe, com suas exigências, suas repetições, seus padrões, mas, favorece antes de tudo a aparência; a norma se diz e se mostra”* (VIGARELLO, 1996, p.2).

Neste sentido, o asseio do corpo reflete o processo de civilização, moldando gradualmente as sensações corporais, aguçando seu refinamento, desencadeando sua sensibilidade. É uma história dos cuidados dos sujeitos com seus próprios corpos, dos indivíduos para consigo mesmos, revelando uma pressão que vem do externo – médicos, jornais, revistas – e se estreita com o íntimo. É uma história da polidez do corpo e do comportamento, do auto-regramento nos espaços públicos e dos cuidados individualizados nos recintos privados. A história da higiene do corpo na cidade da Parahyba é repleta de *representações* sobre o corpo, em especial quando se trata de práticas corporais híidas.

Assim, pensar o corpo em sua historicidade nos permite perceber a não existência de um corpo “perfeito”, pronto para receber as influências externas, mas abordar questões capazes de contribuir com o ideal de uma sociedade menos hierarquizada. O corpo não é *“apenas lugar de*

definição sexual, da demonstração das distinções, das etnias, enfim, das diferenças que estigmatizam e excluem" (PEDRO, 2008, p.203), mas um lugar de multiplicidade, de mudanças culturais, recheado de relações que permitem ser historicizadas, pois a "limpeza se compõe, necessariamente com a imagem do corpo, com as imagens mais ou menos obscuras, do invólucro corporal, com aquelas mais opacas ainda, do meio físico" (VIGARELLO, 1996, p.3). Por exemplo, pensamentos de que o "banho estraga a pele" ou de que ele "frio no fim da tarde provoca resfriado" faz parte do imaginário que habita sobre o corpo, que se alimenta da sensibilidade, que possui uma história e seus determinantes. Assim, é preciso que "se transformem as representações latentes do corpo, por exemplo, as que ditam seus funcionamentos e suas eficácias" (VIGARELLO, 1996, p.3).

Durante os primeiros anos do século XX, como afirmamos no capítulo anterior, a cidade da Parahyba "reclama os cuidados de quem, por dever de officio, tem a responsabilidade de zelar pelos nossos interesses sanitários" (A Imprensa, 02 out. 1913), em especial nos espaços em que "as águas se escoam, em muitas partes, ao longo das ruas estagnando-se aqui e alli e formando poças onde apodrecem ao contato do sol sobre as matérias deletérias que elas conduzem, produzindo exalações tão prejudiciais a saúde e a vida" (A Imprensa, 02 out. 1913). Ao caminhar pelas ruas, facilmente encontram-se "montões de lixo, verdadeiros focos de infecção exigindo medidas

urgentes à bem do saneamento de nossa urbs" (A Imprensa, 02 out. 1913). Assim, é possível encontrar nesses periódicos apelos aos poderes públicos para solucionar a questão da insalubridade, que gerava a proliferação de doenças.

Ainda durante o período de atuação do Serviço de Higiene Pública (1895-1918), a população já se queixava da ausência de uma política sanitária educativa, para, através da conscientização, solucionar a falta de higiene. Eram cuidados básicos com as casas e com os corpos que estavam sendo exigidos, como revela a matéria abaixo:

Esta ou por defeito de educação, ou infundados preconceitos filhos da ignorância, é, em parte, refractária a certas medidas hygienicas, obstando assim a que um serviço tão necessário ao bem público alcance seu optimo fim. Cumpre neste caso, intruill-a, provar-lhe com a prática o que não pode conseguir a theoria somente, e pôr e execução as leis por que se rege a Hygiene (A Imprensa, 05 out. 1913).

Ou seja, a população local, "provável dona" de bons modos higiênicos, lançava suas porcarias portas a fora, deixando toda a tarefa e culpa pela sujeira nas ruas para a administração municipal. Por outro lado, também se culpava o governo por não realizar uma propaganda que fosse mais eficaz, capaz de orientar as pessoas a dar o destino correto aos lixos e águas sujas. As leis que regiam a higiene acabavam ficando quase que exclusivamente na teoria, pois só realizando uma "campanha enérgica e prudente contra esses abusos é que teremos feito um dos maiores benefícios ao nosso estado e ao nosso povo" (A Imprensa, 05 out. 1913).

Com a criação da *Comissão de Profilaxia Rural*, passou-se a empregar a *Educação sanitária* com a proposta de modificar o comportamento higiênico de homens e mulheres na cidade da Parahyba e no interior do estado. Os manuais de postura higiênica foram divulgados através de uma ação natural entre a *Comissão*, a imprensa e as lojas que vendiam os produtos tidos como modernos. O comércio da capital respirava os ares europeus, anunciando seus mais sortidos produtos *chiques*, que encantavam e seduziam aos que desfilavam pelas calçadas. A modernidade apresentada pelas lojas ofertava um modelo de moda, beleza e higiene que deveria passar a ser adotado como sinônimo de estar em comum acordo com as tendências estrangeiras. Ser hígido estava muito próximo de ser *chique*, de ser moderno.

A revista *Era Nova*⁶, que circulava pelas principais cidades da Paraíba, foi pioneira em lançar manuais de higiene, em especial para as mulheres na década de 1920. É nesse período que se evidencia o evento da urbanização "*através das mudanças descritas na aparência e ordenação da cidade [...] que sinalizam outras trajetórias, outras estratégias de ocupação de lugares*" (SILVA, 2000, p. 5), momento em que a modernidade instalava-se como uma determinação irrefreável e irrecusável. Assim, as ruas da "*cidade moderna [...] deverão ser tão asseadas e tratadas como o interior das habitações, pois, transitando por ellas toda a população da cidade tornar-se-iam um perigo se não fossem bem asseadas e cuidadas*" (*A Imprensa*, 14 set. 1916). Como

manter as ruas higienizadas se a população não correspondesse? É nesse sentido, com esse tipo de propaganda, de estratégias, que os periódicos passaram a educar de forma higiênica a população local, publicando matérias contendo os discursos dos médicos e dos signos da modernidade.

Ainda na cidade da Parahyba, no décimo dia do mês de junho de 1920, um homem, "*inquilino do sobrado em cujo pavimento térreo funciona Ao Moinho de Ouro*" (*A Imprensa*, 10 jun. 1920), dirigiu-se até a sede do jornal *A Imprensa* para reclamar contra as "*innominaves faltas de asseio commettidas no corredor, na parte próxima a porta lateral dessa casa de recreio*" (*A Imprensa*, 10 jun. 1920). No local denunciado existia uma grande quantidade de pó de serra que, nos dias secos, o vento se encarregava de espalhar; no entanto, o alvo da denúncia não era o amontoado de pó, mas a razão residia no fato do local servir de mictório para os homens que frequentavam a casa de diversão. Como se não bastasse, o homem ainda alegava existir, a uns quatro passos à frente, um depósito de defecções, "*exalando um ar fétido que se desprende dessa privada e torna muito incomoda a residência no sobrado*" (*A Imprensa*, 10 jun. 1920).

O mau odor, ocasionado pelas secreções expelidas pelos corpos de homens que frequentavam a casa noturna, causava a indignação e repúdio dos moradores. A falta de higiene, a sujeira, a imundície sempre foram noticiadas nas páginas dos jornais, mas a partir daquele ano as coisas mudariam. Em vez de denunciar montantes de lixo e esgotos

⁶ A *Era Nova* foi uma revista de caráter literário e noticioso, originalmente lançada na cidade de Bananeiras - PB, fundada por Severino Lucena, passando, em 1921, a ser editada na Capital, até 1926. Ditou sobre esse período normas de conduta, de higiene, moda, beleza, etc. Trazia nas suas capas a imagens de mulheres que chamavam a atenção por sua beleza. Para outros esclarecimentos, ver: *Paraíba, imprensa e vida* (ARAÚJO, 1983).

a céu aberto, a imprensa começava a plantar a semente da educação sanitária, a partir da orientação do modelo eugênico adotado pela *Comissão de Profilaxia Rural*.

No que diz respeito ao corpo, o banho total sempre foi a melhor forma de asseio. É nele que o corpo por inteiro é higienizado. A água que escorre pelo corpo durante o banho limpa, hidrata, protege. Afasta a doença, elimina os maus odores, seduz. A sensualidade é parente do ato de lavar-se por inteiro, deixa o corpo pronto para si e para o outro. Os banhos deixam de ser apenas uma medida médica, tornam-se requisitos fundamentais para a higiene, um efeito sedutor, um empreendimento que dá destaque. Possuir banheiros privados com água suficiente disponível ainda era uma característica da elite, que

utiliza muito freqüentemente dos banhos, que os médicos prescreviam para muito mais doenças [...] e do gosto que o público adquiriu por esse costume, de tal modo que há banhos em todas as casas recém construídas (da elite), e, quando um particular abastardo deseja alugar um apartamento, ele considera um banheiro como uma das dependências essenciais (VIGARELLO, 1996, p. 174).

A ação física da massa líquida que envolve a pessoa que se banha, lavando todo o seu corpo, conserva um valor sugestivo, pois nem sempre o efeito da água se limita à lavagem. Georges Vigarello (1996) afirma que, na Europa, o banho passou a ser uma recorrência no final do século XVIII, a passos lentos, empreendida pela elite. Com o passar dos anos, o banho torna-se utilitário não apenas no combate às doenças, mas para a

higiene pessoal. A água, a partir de então, não teria mais apenas um caráter decorativo, mas de vitalidade para o corpo, pois

começa a chegar lentamente, discreta mas possível, agregando-se aos ritos da vida cotidiana. Ao longo dos rios multiplicam-se os banhos públicos, onde banheiras possuíam entradas para deixar passar a corrente. O mobiliário sanitário ganhava inovações. O bidê de estanho ou porcelana, chamado o 'confidente das damas' encarregava-se da higiene íntima, mas também em tempo libertinos, dos cuidados contraceptivos. As banheiras que tanto podiam ser alugadas quanto compradas adquiriam a forma confortável de poltrona, canapé, leito ou chaise-longue (PRIORE, 2001, p. 19).

A lavagem do corpo na Europa tinha por inimigo o frio, fazendo com que os textos sobre higiene propusessem as abluções parciais ou, até mesmo, a construção de apartamentos para o banho, que seriam mornos, protegendo e aquecendo. Cheirar bem passava a ser uma característica da emergência burguesa e de seus hábitos de privacidade para camuflar os odores desagradáveis de seus corpos.

Segundo Chyara Charlotte Bezerra Advíncula (2009), a cidade da Parahyba, na década de 1920, contava com algumas fontes que abasteciam a cidade de água. Eram:

a fonte de Gravatá, que ficava na Rua Maciel Pinheiro, no pátio do antigo Quartel de Polícia (onde hoje é o Mercado de Artesanato) e se encontrava "[...] cheia de lixo, vendose, somente, pequena parte de suas muralhas acima do nível do solo[...]"; a Bica dos Milagres no sopé da Ladeira de São Francisco, que estava totalmente inutilizada; a Maria Feia,

situada em uma das extremidades da estrada de Mandacaru, que não se prestava a melhoramentos devido o pouco valor de suas águas e a dificuldade de acesso a esta, já que estava localizada em uma ladeira de grande declividade; a Cacimba do Povo, era um tanque de boa água que se situava “[...] no vale que fica a oeste da Rua Dr. Epitácio Pessoa”, ou seja, por trás da Rua das Trincheiras; e a Tambiá, com localização no bairro do mesmo nome, era uma das fontes mais procuradas devido à abundância e qualidade do líquido, a qual, merecia reparo e atenção especial. Esta fonte se destaca por ser alimentada por oito nascentes, para ser preservada, optou-se pela criação, em 1919, de um Horto Municipal chamado Parque Arruda Câmara (ADVÍNCULA, 2009, p. 5).

Essas fontes, além de fornecer água para a higiene domiciliar e corporal, tornaram-se locais “onde pessoas se reuniam, a princípio, com o objetivo de levar aos lares uma água pura e doce, ou fazer a assepsia corporal” (ADVÍNCULA, 2009, p. 5). Local de comércio em que a água tornou-se um negócio. Homens enchiam os barris de água e saíam pelas ruas da cidade vendendo o produto, isso acontecia pelo menos até a construção da água encanada para a cidade e um eficiente serviço de saneamento. Quem não podia comprar, descia e subia as ladeiras com latas de água na cabeça, principalmente a população pobre. A cena se repetia todo dia para os que moravam nos arrabaldes da cidade, local em que a água encanada não chegava⁷.

Mesmo com a água encanada, as denúncias sobre sua má qualidade ou distribuição eram cotidianas nos jornais:

As reclamações feitas contra a péssima qualidade do precioso líquido levado aos domicílios pelos canos das instalações existentes, accudiu o orgamofficial, assegurando, que uma vez estudada a questão, seriam dadas pelo governo as providencias necessárias para corrigir o defeito que houvesse de modo a serem bem servidos os consummidores. Condição muito justa com que todos se conformaram: era um mister investigar as causas do deterioramento da água (*A Imprensa*, 15 set. 1913).

Embora fosse um serviço disponível para a sociedade, era restrito a poucos, além de apresentar problemas no seu funcionamento. “Como higienizar com água suja?”, “Qual a procedência e cuidados dessa água?”. Foram perguntas que o jornal *A Imprensa* publicou, exigindo do serviço de abastecimento d’água explicações para a situação de desprezo para com líquido tão preciso à higienização. As crianças, por exemplo, desde cedo deveriam ser acostumadas a ingerir o líquido como uma obrigação, até se acostumarem e sentirem a necessidade de praticar esse ritual cotidianamente, ou seja, ao menos duas vezes ao dia. Desde o seu nascimento, “é muito útil o banhar a criança todos os dias e, não sendo isto possível, fazer-lhes uma lavagem geral com uma esponja” (*Era Nova*, 15 jun. 1921). Segundo a *Revista Era Nova*, o cuidado com a água era imprescindível, nunca deixando nem mais nem menos “que 35 graus durante o primeiro mês e nos meses seguintes 32 graus no inverno e 30 graus no verão” (*Era Nova*, 15 jun. 1921).

No entanto, os cuidados com o corpo das crianças deveriam ser dobrados. Essa higienização é feita

⁷ É importante ressaltar que os homens e mulheres que iam até as fontes de água doce existentes na capital eram pobres que não dispunham de dinheiro para realizar a compra da água. Provavelmente moravam nos espaços mais afastados da cidade, onde a água encanada não chegava. O estado de abandono das fontes citado por Chyara Advíncula (2009) deu-se exatamente por já existir, desde 1912, no governo João Machado, a criação das tubulações de água potável para os domicílios, tendo como fonte o manancial Buraquinho. Só restavam aos pobres as antigas fontes e bicas.

geralmente pela mãe, que cuida do corpo da criança como se fosse o seu, lembrando sempre de todos os cuidados “com as dobrinhas para não causar assaduras” e também evitar algumas doenças, como o resfriado. Dessa forma, ao dar banho nos pequeninos é bom:

1º- Que a temperatura da habitação seja entre 18 e 20 graus. 2º- Que estejam bem fechadas as portas e janelas. 3º- Secar bem a criança e envolve-la num chalé até ter a reacção. 4º- A duração do banho deverá ser de 4 a 5 minutos e a melhor hora é ao meio dia (A Imprensa, 23 jul. 1921).

O banho deve ser sempre total e diário, “fazendo a lavagem da cabeça diariamente, com água temperada e sabão de cozinha, utilizando-se uma esponja fina ou algodão hidrophilo” (Era Nova, 15 jun. 1921). Só assim seria evitada a criação de caspas, ou aquelas “crostas repugnantes que chamam de capacete e que testemunham a falta de limpeza”. Da mesma forma, os olhos também precisam de atenção durante a higienização, “sendo lavados todos os dias durante os primeiros meses, usando para isso bolinhas de algodão empossadas em água bórica com que se evitarão graves enfermidades que muitas vezes causam cegueira” (Era Nova, 15 jun. 1921). Dentre outras posturas sobre os cuidados com as crianças⁸, o manual revela uma importância maior com os cuidados higiênicos. A justificativa para tal preocupação se deve ao fato da criança possuir a pele sensível e não ter desenvolvido anticorpos suficientes para se proteger de certas doenças. Como forma de promover a modelação física

perfeita, proposta pelo modelo eugênico da época, “a partir dos 7 ou 8 meses a criança necessita fazer algum exercício físico” (Era Nova, 15 jun. 1921), colocando-a no “chão sobre um tapete ou manta onde brinca e termina por andar de gatas e ao fim de um ano ou mais começará a andar só” (Era Nova, 15 jun. 1921).

Lapidar o corpo também estava entre os padrões higiênicos da década de 1920. O corpo hígido, bem cheiroso tornou-se sinônimo de bons tratos, de valorização do eu. A higiene proposta pela educação sanitária estava sendo apresentada desde a infância. Com o passar do tempo, os cuidados com a higiene corporal aumentaria com o sentido de tornar o corpo belo, forte, sedutor, respeitado. É sobre esses cuidados, as partes específicas do corpo, que passaremos a discutir.

“Um reputado clinico patricio nos dizia que asseio é coisa que não custa muito, só depende de uma ponta de boa vontade” (A Imprensa, 20 jul. 1921). Assim, anunciava no periódico católico, em 20 de julho de 1921, a necessidade do asseio como sendo algo simples, de alto valor social, moral e ético. Assegurar a limpeza do corpo com água, sabão, loções, cremes, perfumes causaria uma sensação de leveza, segurança, bem estar ao corpo e aos que estão por perto. “Asseio e hygiene” eram as palavras de ordem nessa empreitada educadora que começava com os cuidados sobre as mãos e os pés.

As mãos sempre foram reveladoras. Elas são responsáveis por pegar a água no pote e lançá-la sobre o corpo. As mãos levam a comida até a boca, massageiam o corpo, apontam, acusam. São donas

⁸ A revista segue mostrando que a criança jamais deve dormir com a mãe ou a ama na cama para não ser esmagada, portanto o berço (e os cuidados com a higiene do berço) é imprescindível para que a criança durma em paz durante o dia e a noite, além dos cuidados com os passeios, protegendo sempre o corpo da criança com roupas aquecidas.

do poder de iluminar as coisas, as pessoas. Estabelecem o contato com o outro através do toque, são sensitivas ao calor, ao ardor dos outros corpos, à água fria, à dor. São locais visíveis da higienização corporal. Quase todos os profissionais utilizam as mãos como principal instrumento de trabalho. Revelam o nervosismo ou, simplesmente, acalmam com o afago.

Os preceitos de higiene se dirigiam às mãos e aos pés como sendo fundamentais para a aparência do corpo. Enquanto o senso comum afirmava que a transpiração dos membros era sinal de nervosismo, o jornal A Imprensa buscava desmentir essa regra dizendo que

Sem pretender, contudo, que a sudação exagerada seja apanágio de gente forte, pode afirmar pelo menos que ella é muitas vezes independente do estado geral e que constituem um sintoma puramente local. Há muitas pessoas bem constituídas e gosando de boa saúde que tem uma transpiração forte nas extremidades (A Imprensa, 26 nov. 1921).

A transpiração das mãos era uma exigência do corpo de uma constante higienização dessas partes, pois *"estes suores constituem um inconveniente que pode advir no verão de uma verdadeira enfermidade"*(A Imprensa, 26 nov. 1921). Mãos suadas causavam nas pessoas uma impressão desagradável, e, se não realizada a limpeza, passam a exalar um odor azedo; já os pés, *"macerados por esta secreção contínua ficam sensíveis a menor topada"*(A Imprensa, 26 nov. 1921), deixando sair o desagradável cheiro de chulé. Para combater essa constante transpiração das mãos e

dos pés, os médicos desenvolveram técnicas que ajudaram o combate a esse "mal", como *"massagens exercidas das extremidades dos dedos até o cotovelo, pois, esta fricção equilibra as fucções das glândulas sudoríficas"* (A Imprensa, 25 ago. 1921). Vale também aplicar duas vezes ao dia loções com algum tipo de

Soluções adstringentes:

Tanino.....2 gr.

Álcool.....350 gr.

E duma fricção feita com:

Naphtol.....3 gr.

Glycerina.....10 gr.

Álcool.....100 gr.(A Imprensa, 26 nov. 1921)

Antes de dormir é importante impregnar a mão com o pó adstringente e nos pés utilizar o *"medicamento mais indicado: o formol, que tonifica a epiderme"*⁹. Os cuidados também recaem sobre as meias que deviam ser macias e cheirosas e os sapatos limpos, tendo sempre *"seu interior humedecido com a mesma solução proposta para os pés"* (A Imprensa, 25 ago. 1921). O mal conhecido pelos médicos como *hyperdridose* se não cuidado passava a ser sinal de falta de higiene. Ainda sobre as mãos, ou melhor, sobre as unhas dos dedos, o Dr. Berllinton considerava ser uma das maiores faltas de higiene, um mau costume que recebeu o nome de unicophagia: o hábito de roer as unhas. Considerada *"uma doença digna de atenção, e de conseqüências graves"* (A Imprensa, 21 ago. 1913), faz com que a *"bocca receba várias matérias pulverulentas contendo micróbios que, levados ao estômago, produzem perturbações gastrointestinais e arredonda as extremidades dos*

dedos, tornando-os defeituosos" (A Imprensa, 21 ago. 1913).

Tal vício deve ser combatido na infância, caso contrário, torna-se recorrente na adolescência. Isso foi apresentado aos leitores do jornal da cidade da Parahyba através dos dados estatísticos que demonstram *"que a porcentagem das crianças propensas a esse achaque é de 30 por cento" e "para evitá-lo, unte-se com substâncias amargas ou protejam-se as pontas com camurça" (A Imprensa, 21 ago. 1913).* Por outro lado, os pés que andam descalços são vítimas das frieiras, coceiras e micoses, são a porta de entrada das verminoses no corpo de homens e mulheres. Cuidar das unhas dos pés também faz parte do processo de higienização do corpo, em especial aqueles que andavam descalços ou possuíam unhas encravadas. Sobre esse fato, vejamos o que diz o documento:

A unha diz-se "encravada ou incarnada" quando ella penetra na carne, geralmente do grande artelho ainda que isto se possa dar em quaisquer outros artelhos. O hábito de usar-se o calçado apertado e também cortar as unhas em redondo ao invés de quadrado, favorece a penetração da unha na carne, produzindo uma inflamação muito dolorida, e as vezes uma ferida fétida difícil de curar-se (Era Nova, 01 jul. 1921).

A ferida poderia comprometer, inclusive, a unha se não fosse tratada. O cheiro de podre que exala de uma ferida no canto da unha não higienizada causa repulsa às pessoas, para isso a melhor forma de evitar é *"corrigindo a forma da unha e usando calçados largos e flexíveis; corte-se a unha ao quadrado deixando crescer um pouco os cantos" (Era Nova, 01*

jul. 1921). O algodão podia ser utilizado por debaixo da unha, principalmente nos cantinhos que eram levantados aos poucos. Porém, antes dessa operação, é necessário *"isolar o artelho em que a unha se encarnou dos outros por meio de um fino de linho ou, o que é melhor, um tecido finíssimo e impermeável para que o isolamento do artelho seja completo" (Era Nova, 01 jul. 1921).* Andar o menos possível, mergulhar os pés num banho quente com água e sabão desinfetante eram ações de lavagem e desinfecção da ferida propostas pela receita da revista, além da aplicação de água fenicada e, em seguida, *"aplicar faixas de gaseantiséptica ou boricada entre a carne e a unha o que é sempre preferível ao algodão levantando a unha ligeiramente" (Era Nova, 01 jul. 1921).* As unhas e feridas, proferia a reportagem, devem ser conservadas no maior asseio.

Após todo esse procedimento higiênico, o asseio das mãos deve ser assegurado por meio de água corrente e em abundância. A pele limpa *"acentua os perfis, matiza os comentários, às vezes estendendo-se até mesmo as atitudes e aos comportamentos" (VIGARELLO, 1996, p. 89).* A higienização se ampliou para todas as partes do corpo, não só rosto e mãos, mas pés, axilas, órgãos sexuais, cabelos, orelhas, pernas, etc., os vários pontos focalizados do corpo se correspondem. Se não são cuidados, disseminam maus odores. Por isso, a lavagem da pele é imprescindível e *"muitas pessoas esfregam-na com as mãos, esse processo nada vale a não ser para chamar o sangue, mas não limpa o redor dos poros, daí ser de toda*

conveniência o emprego de uma esponja ou toalha com felpos finos"¹⁰.

Cuidar dos pelos do corpo tornou-se missão nessa cruzada higiênica. A revista *Era Nova* trazia, no seu interior, fórmulas de como proceder à depilação dos pelos nas pernas e em outras partes do corpo. Porém, para a pele estar limpa, mesmo retirando os pelos, era preciso algumas ressalvas:

São substancias mais ou menos causticas e em geral muito perigosas os depilatórios que são empregados com o intuito de fazer cahir o cabelo. A cal viva e o sulphureto de arsênico formam a base de quase todas as preparações. O conhecido epilatório de *Decroix*, Frances, muito usado pelas damas cabelludas é composto do seguinte: cal viva, 15 grammas; goma em pós 30 gram, e sulphureto de arsênico 2 gram (*Era Nova*, 25 dez. 1921).

Embora essas substâncias apresentassem perigos à pele, um bom número de mulheres já as usavam para retirar os pelos que escureciam a pele e davam um aspecto de sujo. Era uma preparação ameaçadora, *"mas as cabelludas não querem saber disso, e com a vaidade de ficarem livres de todos os cabelinhos que julgam prejudicar o realce de suas belezas vão aplicando tal preparo de qualquer modo"* (*Era Nova*, 25 dez. 1921). Nesse sentido, fica visível o cuidado com a aparência física e, conseqüentemente, com a higiene. A beleza dos corpos significava extirpar do corpo tudo que fosse considerado sujo, pois, nesse momento,

enquanto pessoa, o corpo ganha dignidade; deve-se respeitá-lo, quer dizer, cuidar constantemente do seu

bom funcionamento, lutar contra sua obsolescência, combater os sinais da sua degradação por meio de uma reciclagem permanente; a decrepitude física tornava-se uma torpeza (LIPOVETISKY, 2003, p. 42).

Mesmo sabendo dos perigos e fazendo o alerta, a revista ensinava a fórmula francesa de preparo do creme depilatório. O público de mulheres que queria estar em dia com a beleza e com os preceitos de higiene era numeroso, daí a receita: *"Junte cal viva pulverizada (10 grammas), sulphurato de soda (3 grammas) e amido (10 grammas). Dissolver o pó num pouquinho d'água e aplicar sobre as partes cabelludas que se quiser pelar, o efeito é rápido, produzido de vinte a trinta minutos"* (*Era Nova*, 25 dez. 1921). Sobre os cabelos da cabeça, vejamos a poesia de Bastos Leão:

[...]

Alcança outras belezas sem desdouro
Tudo o que nos embeíça e nos agrada:
Faz o cabelo preto ficar louro.

Louro somente? E mais outros primores.
Pois, depois de tanta água oxygenada,
Fica o cabelo de diversas cores...

Nascia a "louraça-belzebu"? Parece que sim. A moda da loura "vai ganhar força logo depois da proclamação da República, por diferentes razões: primeiramente, pelo ideal de branqueamento das elites, incomodadas com o mulatismo da população" (PRIORE, 2000, p. 75), logo em seguida, graças à chegada de uma grande quantidade de imigrantes europeus, considerados exemplares modelos de eugenia. Quem não era branca, passava a cuidar da higiene e beleza para assim

parecer, daí o forte comércio de pós, pomadas, cremes e tintas para cabelos, deixando-os louros. A revista Era Nova, por exemplo, recomendava às mulheres os cuidados com os cabelos; estes, bem cuidados, teriam a tonalidade amarelada, a pele embranquecida e as faces rosadas.

A moda francesa de cores e cortes dos cabelos penetrava fortemente na cidade da Parahyba, fazendo com que o jornal A Imprensa fizesse afirmações do tipo “tudo que vem da França vira praga”, “a moda francesa se alastra como pólvora”. Vale ressaltar que o jornal A Imprensa era um órgão religioso, portanto, entende-se a visão de que tudo que vem de fora “vira praga”. Assim, a maioria das efusões que podiam ser preparadas em casa alegava-se vir da “França”, com nomes que eram partilhados nas bocas das mulheres como boudete decroix. Cuidar da fibra dos cabelos e impedir sua queda constante também era uma forma de higienizar o corpo, mantendo os cabelos firmes, bem arrumados e cheirosos. Portanto, para impedir a queda dos cabelos, dizem “os mestres no assunto ser a loção de glicerina e de cantharidas do Dr. Startin uma das mais recomendáveis, empregando-se duas vezes por dia com uma esponja ou escova fina” (Era Nova, 22 out. 1921). A promessa desse produto era “assegurar o cabelo viçoso em pouco tempo”¹¹.

Caso fosse difícil encontrar os produtos para preparar a porção, ou mesmo garantir as medidas corretas, as mulheres poderiam optar por outra receita:

Para deter a queda dos cabelos, pratique-se pela manhã uma fricção do

couro cabeludo com a seguinte loção: infusão concentrada de cate, 500 grammas; bisulfato de quinina, 3 grammas. Mistura-se e ajunte-se a uma solução de álcool a 90º, 100 grammas; glicerina, 10 grammas; tannino, 1 gramma, tintura de baunilha, 25 grammas (Era Nova, 14 out. 1921).

Fórmulas, receitas, anúncios, propagandas... tudo isso fazia parte de um programa considerado educativo, que prezava pela higiene individual do corpo. Para cada parte do corpo, existia uma maneira de higienizar. O discurso higiênico ganhava cada vez mais força na década de 1920, realizando transformações brutais no corpo. Dava-se início aos modelos de patricinhas que, nas décadas seguintes, ganharam as ruas das cidades. A sujeira e a pobreza foram o bode expiatório utilizado pelas elites para realizar a sua revolução olfativa, que dava a seus corpos posturas que os aproximavam do belo. A imagem do corpo hígido é divulgada pelos veículos midiáticos como ser belo, jovem e saudável.

Os cosméticos ganhavam as lojas. Cremes eram vendidos para todas as partes do corpo. O sol, escaldante em alguns meses na cidade da Parahyba, fazia os lábios, por exemplo, de homens e mulheres racharem. É certo que já podia encontrar nas farmácias batons à venda para proteger e colorir os lábios, mas os velhos cremes ainda ganhavam as páginas das revistas.

“Pratique-se com este creme unções nos lábios duas ou três vezes ao dia”. Assim, chamava mais uma nota de rodapé da edição da Era Nova, publicada em 14 de outubro de 1921.

¹¹ A receita desse “produto consta de: Água de alecrim (4 litros), espírito de sal volátil, espírito de sal amoníaco volátil (este espírito é um alcoolato obtido por meio da dissolução dessas essências de canela, de cravos da índia e de limão numa solução alcoólica de sesqui – carbonato de ammoníaco). Deste espírito de sal volátil 28 grammas, tintura de cantharida, 56 grammas, glicerina 15 grammas. Misturar tudo muito bem” (Era Nova, 22 out. 1921).

A efusão que coloria com carmim e protegia da ação danosa dos raios solares chamavam a atenção nos lábios daquelas mulheres que saíam em público. O que fosse considerado moderno, ou melhor, francês, era muito bem-vindo. Modo de fazer: *“dissolva-se uma parte de ácido bórico em 24 partes de glycrina; junte-se a essa mistura 5 partes de lanolina anhydrica e 70 partes de vaselina. Dê se cor ao creme com carmim”* (Era Nova, 14 de out. 1921).

Essa proteção da boca ganha dimensões maiores com os anúncios de loções para limpeza do rosto. Já se considerava o rosto, na década de 1920, o cartão postal do corpo. Para Georges Vigarello (1996, p. 51), o trunfo do rosto limpo e liso é uma obrigação de todos, é uma questão de decência, de higiene, é sanitário. O rosto representa quase todas as funções do corpo: é a aparência que predomina e que está em contato com o mundo, que demonstra os sentimentos, as sensibilidades. A alusão ao rosto sempre estará ligada à limpeza, pois é o que primeiro atinge o olhar do outro.

Assegurar a limpeza da pele, ou melhor, combater os cravos e espinhas que deformam o rosto tornava-se uma medida profilática de alto valor higiênico. Portanto, para fazer *“desaparecer os pontos pretos do rosto, ou cravos deve-se suprimir absolutamente o uso de cremes e pastas e praticarem abundantes abluções”* (Era Nova, 05 nov. 1921). Para extinguir os cravos e espinhas, orientava-se a reunir *“água destilada, borato de soda, bicarbonato de sódio, álcool e tintura de almíscar”* (Era Nova, 05 nov. 1921).

Considerações finais

Três mulheres com vestidos de seda, elegantes colares, cabelos bem penteados e ornados com pedras brilhantes. O acessório das mãos – o leque – tinha a função de estar de acordo com o que se usava. A conversa parecia alegre. Mulheres da elite, reunidas em um recinto cheio de *glamour*. Elas asseguram: é *“o início da perfeição”* (A União, 20 jul. 1919). Os perfumes *Lubin* faziam todas se embelezarem com a moda, recobrando o corpo com os melhores tecidos e mais refinados artigos de luxo. Direto de Paris para a penteadeira de mulheres que lançavam sobre seus corpos o perfume que lhes garantia beleza, sedução, sensibilidade. Era seguro, pois *“os ellegantesattestam que nada sobrepuja os perfumes Lubin”* (A União, 20 jul. 1919). Cada comercial publicados em jornais e/ou revistas procurou celebrar a diferença, o brilho, a luz, a imagem, o espetáculo, dando visibilidade ao prestígio social. É o que podemos ver no anúncio do perfume *Lubin*, por exemplo. Um discurso publicitário que *“investe na mulher como consumidora em potencial, dirigindo-lhe a maior parte das mensagens, elegendo-a como consumidora oficial”* (OLIVEIRA, 2008, p. 15).

O sabão *Radium*, por exemplo, divulgado na época, é apresentado nos anúncios com uma auréola de brilho ao seu redor, como um dispositivo visual capaz de convencer a mulher dona-de-casa de que esse produto é o melhor do mercado, pois *“além de lavar, tirar sujeira e deixar cheiroso o tecido, cerca a lavadeira de um brilho e de um esplendor inigualáveis, tornando-a brilhante*

como uma estrela" (OLIVEIRA, 2008, p. 16). Um mundo de sedução, de sentidos que submete homens e mulheres a um regime de sensibilidade, de posturas sociais que se montam ao longo da história. Os manequins são apresentados ornados com joias e enfeites, bem maquiados, donos de bons modos percebidos pela postura ao sentar ou ao caminhar, pela delicadeza dos gestos, pelo aroma dos perfumes e cremes que usam sobre o corpo, pelas rendas e refinados bordados pregados às roupas, pelo refinamento do gosto ditado pelos jornais como sendo a moda, o que está em voga, aquilo que seduz, que refina o estilo individual de cada um.

Esse saber de tendência europeia era divulgado pela mídia impressa da época. Assim, é importante destacar que apenas a elite tinha acesso a esses veículos, o que não impede, por exemplo, do saber ser passado de boca em boca. As moças da elite mandavam suas empregadas prepararem ou aplicarem as efusões em seus corpos,

espalhando, assim, esses ensinamentos. As mulheres cochichavam entre si as receitas de manter a beleza por meio da higiene. O que não era ensinado em casa ficava a cargo do saber médico e químico divulgado na imprensa, das lojas que vendiam produtos para higiene moderna e das escolas que ensinavam a ser hígidos e educados.

O saber da imprensa divulgava a limpeza do corpo separado da limpeza da cidade. Todas as reportagens foram encontradas de formas distintas. É como se, portas adentro, os cidadãos fossem hígidos; portas afora, empurrava-se o lixo indesejado. No privado, asseados, no público, porcalhões. O comportamento higiênico da população fora formado primeiro voltado para a cidade – não logrando êxito – e, então, voltou-se para a educação sanitária do corpo. Como se um não se importasse com o outro. A tentativa de articulação entre higiene pública e higiene privada parece ter ficado a cargo das escolas.

REFERÊNCIAS

- ADVINCULA, Chyara Charlotte Bezerra. Como abastecer uma cidade? Um inventário sobre a água na cidade da Parahyba do Norte no início do século XX. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza. *Como abastecer uma cidade? Um inventário sobre a água na cidade da Parahyba do Norte no início do século XX*. Fortaleza: Editora UFC, pp. 1-11.
- ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. João Pessoa: A União, 1983.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- GONDRA, José. *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. São Paulo: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *Saeculum*, João Pessoa, n. 17, p 59-68, jan/jun, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Corpo e História. In: MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; LOKOI, Zilda Gricoli. *História e Cidadania*. XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo: Humanitas/USP, 1998, pp. 203-214.

PRIORE, Mary Del. *Corpo a corpo com a mulher*. Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. *Histórias do cotidiano*. Rio de Janeiro: Contexto, 2001.

VIGARELO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Recebido em 25/04/2015

Aprovado em 18/05/2015

O EDUCAR NO CRIAR: A ALIMENTAÇÃO E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS E DAS SUAS MÃES (1945 - 1958)

Carla Cardoso Vilhena¹

Universidade do Algarve-Portugal

António Gomes Ferreira²

Universidade de Coimbra-Portugal

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de análise os discursos acerca da alimentação das crianças em idade pré-escolar, publicados em duas revistas portuguesas de educação familiar, *Os Nossos Filhos* e *Saúde e Lar*, no período compreendido entre 1945 e 1958. A análise realizada permitiu compreender como um elemento central para a construção de corpos saudáveis, a alimentação, se constitui simultaneamente num momento de formação, ou seja, de educação e disciplinarização do corpo. Tendo como objeto as crianças, os discursos psico-pedagógicos sobre a alimentação não se cingem à disciplinarização do corpo infantil, englobando também, em nome da saúde física e psicológica da criança, a disciplinarização do corpo dos adultos que as educam.

Palavras-chaves: Alimentação. Educação para a maternidade. Infância. Revistas de educação familiar.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to analyze the discourses about the feeding of preschool children published in two Portuguese parenting magazines, *Os Nossos Filhos* and *Saúde e Lar*, published between 1945 and 1958. The analysis shows how a necessary and fundamental element in the construction of healthy bodies, the feeding of the child, functions also as an essential component of the education and disciplinarization of

the children's body. Our results also show that the psycho-pedagogic discourses about the feeding of children, centered in the promotion of the physical and mental health of the child, contribute to the disciplinarization of the bodies of the caretakers, mainly the mothers.

Keywords: Feeding. Education for motherhood. Childhood. Parenting magazines.

Introdução

A infância é frequentemente vista como algo natural, inevitável, própria de toda criança. É normal, que nas atuais sociedades mais ou menos desenvolvidas se pense na infância e se concretize na criança. A primeira situa e enquadra a vida da segunda mas também se elabora a partir dos modos de viver desta. Assim sendo, a infância não existe fora de um quadro material e mental e independente de percursos e circunstâncias históricas. No mundo moderno, a criança emerge como condição de evolução da sociedade, porque dela depende a qualidade da população futura.

No século XVIII, a população emerge como um problema económico e político. Tal contribui para o desenvolvimento de um conjunto de saberes, dispositivos e tecnologias que elegem como objeto de intervenção o corpo e cuja principal finalidade é construção de corpos fortes e saudáveis, mas também dóceis e disciplinados (FOUCAULT, 1994; 2007). A infância, entendida como a idade da vida onde se cruzam, simultaneamente, o presente e o futuro, é alvo de especial atenção à medida que se avançava na modernidade. Em especial, a partir do

¹ Subdiretora e professora auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e investigadora do Grupo de Políticas e Dinâmicas Educacionais do CEIS20, Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² Subdiretor e professor associado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Coordenador e investigador do Grupo de Políticas e Dinâmicas Educacionais do CEIS20, Universidade de Coimbra. Coordenador do doutoramento em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

século XVIII, assiste-se ao que FOUCAULT (2007, p. 198) designa de “*privilégio da infância e medicalização da família*”, sendo a relevância social da infância salientada e a necessidade de sua proteção reclamada com base em objetivos económicos, políticos e sociais (HENDRICK, 2007), responsabilizando-se a família pela conservação do corpo da criança, não só em nome individual, mas também em nome da Nação. Como afirma FOUCAULT (2007, p. 198), nesta perspetiva: “*A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve tornar-se um meio físico, denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança*”.

A emergência de novas formas de governação, nas primeiras décadas do século XX, designadamente do que Rose (1999b) designa de *governação social* contribui para a crescente intervenção dos peritos não só na esfera pública, mas também na esfera privada. Sendo o seu principal objetivo a standardização de comportamentos, um mecanismo essencial da *governação social* é a *educação benigna* do cidadão normal. Constituindo pontos de acesso ao conhecimento científico e assumindo como uma das suas funções a sua difusão no corpo social, os peritos vão desempenhar um papel central neste processo de standardização e uniformização de comportamentos (ROSE, 1999b).

Um dos alvos dos peritos vão ser as famílias, designadamente as mães, consideradas, na ideologia dominante, como as principais

responsáveis pela criação e educação dos seus filhos (APPLE, 2006; GRANT, 1998; EHRENREICH; ENGLISH, 1988; HARDYMENT, 2008; HAYS, 1996; HULBERT, 2004; VANDENBERG-DAVES, 2014; VILHENA; FERREIRA, 2014a). Neste contexto, a capacidade natural das mulheres para criarem e educarem os seus filhos é desvalorizada e sua ignorância salientada, emergindo o que Apple (2006) designa de *maternidade científica* e que tem subjacente a ideia de que uma *boa mãe* era aquela que conhecia e seguia as regras formuladas pelos peritos. Como afirma Maria Manuela Ferreira (2000) salienta a ignorância das mães constitui uma estratégia poderosa de governação da maternidade, pois permite justificar, em nome do interesse da criança e da sociedade, a intervenção no contexto familiar e, mais concretamente, a regulação não só dos corpos e dos comportamentos das crianças, mas também das mulheres. Consequentemente, ao longo do século XX, as mães foram “*inundadas com informação e conselhos sobre os cuidados a ter com a formação dos filhos, desde o período pré-natal, passando pela adolescência, até à fase adulta*” (POPKEWITZ; BLOCH, 2000, p. 46), aconselhamento esse que tinha na sua origem o conhecimento produzido pelos especialistas na infância, sobretudo pediatras e peritos *psi*.

A Puericultura, ciência emergente no século XIX, em profunda ligação com a pediatria, no século seguinte, vai desempenhar um papel essencial nesta campanha em prol da *maternidade científica* (BOLTANSKI, 1977; CARNEIRO, 2008; MARTINS, 2008; VILHENA; 81

FERREIRA, 2014a). Ao erigir-se como mecanismo privilegiado de intervenção no social a educação para a maternidade, ou seja, a difusão junto das mães do discurso médico-higienista sobre os cuidados com o corpo da criança, pretendia-se substituição de *maneiras de agir habituais* por *maneiras de agir obrigatórias*, uniformes e normalizadas, ou seja, a criação de uma *mãe higiênica* (KOUTSOUKPS, 2009) seguidora das prescrições formuladas pelos médicos, que tinham como base o conhecimento científico do corpo da criança e da forma como se processava o seu desenvolvimento. Como afirma Carneiro (2008, p. 337) a Puericultura transforma-se, no início do século XX, numa poderosa “*tecnologia de governação para regulamentar e vigiar o campo materno infantil*”.

À Puericultura junta-se a psicologia, ciência que, durante o século XX, vai ter uma influência crescente na conceção de estratégias de governação das populações (ROSE, 1999a). O interesse crescente por parte dos psicólogos pelo estudo científico da criança propicia o desenvolvimento de uma psicologia da infância, centrada no estudo do comportamento e do desenvolvimento intelectual, social e emocional da infância que vai contribuir não só para a normalização da criança, mas também para a construção de diferentes discursos psicopedagógicos sobre a forma como estas devem ser educadas (FERREIRA, 2010; HULBERT, 2004; HARDYMENT, 2008; VILHENA; FERREIRA, 2014b).

Apesar de existir, desde finais do século XVIII, em Portugal, uma

atenção aos cuidados com a criança e com a sua proteção, é nas primeiras décadas do século XX, e sobretudo a partir da década de 20, que a intervenção no campo da proteção de infância adquire maior expressão (A.G. FERREIRA, 2000; FERREIRA, 2003; M. M. FERREIRA, 2000). A tal não terá sido alheia a crescente divulgação do saber médico que, partindo da denúncia dos principais problemas que afectam as crianças portuguesas, a mortalidade infantil e a falta de educação, procuram difundir um conjunto de princípios, baseados no conhecimento científico, que a serem seguidos garantiriam a saúde física e mental das crianças e consequentemente dos adultos em que estas se transformariam (M. M. FERREIRA, 2000).

António Gomes Ferreira (2003), na análise que faz das dissertações apresentadas pelos alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Porto que têm como objeto a criança, refere que para além de se verificar um aumento da produção na transição do século XIX para o século XX, observa-se a existência de uma maior variedade de temas. Contudo, tal como noutros países, um assunto parece ser alvo de especial atenção, a alimentação da criança (FERREIRA, 2003), aspeto a que não será alheio o desenvolvimento nas áreas da fisiologia e da nutrição, que contribuem para a atribuição de uma maior importância à alimentação na construção de um corpo saudável (THULIER, 2009; SHAW, 2003).

Neste sentido, as mães vão ser aconselhadas sobre uma multiplicidade de aspetos, desde a qualidade nutritiva dos alimentos até à forma como devem decorrer as

refeições, transformando-se a alimentação num tema em que as questões relacionadas com o criar, ou seja, com os cuidados com o corpo, se relacionam com o educar, designadamente com a disciplinarização da criança (VILHENA, 2010). É precisamente este entrecruzamento entre criação e educação, entre a construção de um corpo saudável e a sua disciplinarização, garantia da sua docilidade, ou seja, a educação do corpo e através do corpo, que será objeto de análise neste artigo. Neste sentido procuraremos responder às seguintes questões: Quais os alvos do projeto educativo patente nos discursos sobre a alimentação? De que forma os cuidados com o corpo podem contribuir para a sua disciplinarização? Quais as abordagens educativas consideradas mais adequadas para produzir corpos disciplinados?

Na tentativa de encontrar resposta para estas questões utilizámos como fonte as *revistas de educação familiar* (NÓVOA, 1993). Parte integrante de uma estratégia de *governança social*, o principal objetivo destas publicações era a difusão dos conhecimentos científicos sobre a infância e o aconselhamento dos pais, ou seja, a *educação benigna* daqueles que eram responsáveis pelas crianças, contribuindo desta forma para a standardização dos comportamentos parentais.

As publicações utilizadas neste estudo foram selecionadas a partir do *Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino* (NÓVOA, 1993), segundo os seguintes critérios: (1) estar incluída na subcategoria *Educação Familiar*; (2) ser publicada

ao longo de todo o intervalo de tempo estudado. Duas revistas cumpriram os critérios acima referidos: *Os Nossos Filhos* (1942-1964), que, como se refere na primeira página dos seus sucessivos números "é a única revista para pais que se publica em Portugal", nos anos 50 do século XX, e *Saúde e Lar* (1944-1987) que, embora aborde temáticas relacionadas com a criação e educação das crianças, é uma revista de carácter mais geral, que se dirige a um público mais alargado.

O passo seguinte consistiu na constituição do *corpus* documental. Foram seleccionados 84 números de cada uma das revistas, seis por ano, que foram alvo de uma leitura geral, de forma a identificar os artigos que seriam objeto de análise. Para tal aplicou-se um critério temático, tendo sido selecionados os textos que tinham como tema a alimentação das crianças, desde o nascimento até aos 5 anos, idade em que os cuidados com alimentação assumem maior importância. O *corpus* documental foi, assim, composto por 149 textos (*Os Nossos Filhos*, $n=131$; *Saúde e Lar*, $n=18$), que foram sujeitos a uma análise de conteúdo qualitativa (MAYRING, 2004), cujos resultados apresentamos em seguida.

Alimentação: criar e educar

A alimentação é uma componente central na vida de qualquer ser humano. No que diz respeito às crianças, sendo corpos em formação, esta é fundamental não só para a sua sobrevivência e para a sua saúde, conseguida através da administração de alimentos adequados às diferentes idades e com os nutrientes essenciais para o

desenvolvimento de corpos fortes e robustos, mas também, como iremos ver, para a sua educação. Mais concretamente, as prescrições acerca da forma como esta se deveria processar (e.g. horários, forma como decorriam as refeições) tinham implícito um discurso pedagógico sobre a educação das crianças, que visava a disciplinarização do corpo.

Passaremos, no ponto seguinte, a apresentar os aspetos relacionados com a criação, ou seja, com a construção de corpos saudáveis, para em seguida nos debruçarmos sobre a questão da educação.

Criar

Portugal possuía, na década de 30 do século XX, uma taxa de mortalidade infantil que se aproximava daquela existente na Inglaterra e no País de Gales na transição do século XIX para o século XX - 143,6 por mil (MIRANDA, 1992), sendo uma das suas principais causas as perturbações alimentares. César Anjos, médico, refere precisamente esta questão num estudo que publica, no *Jornal do Médico*, sobre mortalidade feto-infantil, e que é transcrito, parcialmente, na revista *Os Nossos Filhos*:

Em Portugal, no último triénio, houve uma média anual de 8279 óbitos por diarreia e enterite (perigo alimentar), o que dá uma taxa de 39,6 por 100 nado-vivos - ou seja uma taxa muito forte. A mortalidade desta rubrica coloca-nos numa situação verdadeiramente vergonhosa, pois a sua taxa é cerca de oito vezes superior (oito vezes!) à taxa convencionada como fraca. Quer dizer: entre nós, deixamos morrer, por perturbações digestivas, oito crianças enquanto morre só uma em certas zonas com

ótimas condições sanitárias. É o caso concreto da Grã-Bretanha, onde no quinquénio de 1936-40 a mortalidade por diarreia e enterite não ultrapassou a taxa de 0,47 por 100 nado-vivos.

Relativamente ao total de óbitos infantis, o perigo alimentar entre nós atinge 36,4 % - ou seja mais de um terço (ANJOS, 1950, p. 14).

As referências às perturbações e deficiências alimentares como uma das principais causas de mortalidade infantil, mas também de diversas doenças, como o raquitismo, a mais frequentemente mencionada (e.g. GOUVÊA, 1951; LENROOT, 1954; MORAIS, 1948; RUMINA, 1946), transforma os cuidados com a alimentação num aspeto essencial não só para a sobrevivência das crianças, mas também para a construção de um corpo saudável. Não é, pois, surpreendente que este seja um dos temas mais abordados, a par com a prevenção e tratamento da doença, nos artigos sobre a criação das crianças publicados nas revistas analisadas (VILHENA, 2010).

O facto dos cuidados tidos pelas mães, neste campo, poderem fazer a diferença entre a vida e a morte, entre saúde e doença, é um dos aspetos que os autores que escrevem sobre este tema fazem questão de realçar:

Muitas crianças morrem na primeira infância, ou contraem doenças mais ou menos graves para toda a vida, porque as mães não souberam tratá-las e não aprenderam as regras gerais da higiene física e alimentar; as mães devem, em especial e neste capítulo, aprender com se evitam as enterites e as bronco-pneumonias (PEQUENAS COISAS..., 1951, p.4).

Como é perceptível no excerto acima transcrito, as mães eram consideradas as principais responsáveis pelos problemas que afetavam a infância, designadamente pelas altas taxas de mortalidade e morbidade infantis existentes em Portugal, nos anos 50 do século passado. Embora tivessem consciência da importância de outros fatores como a falta de acesso a cuidados médicos ou os níveis de pobreza de grande parte da população portuguesa, os autores salientavam a contribuição que as mães, devidamente preparadas, poderiam dar para a solução deste problema:

A luta contra a morte, a luta por um melhor nível de vida e de saúde física e mental, representa uma parte do combate pelo progresso humano, e são aqueles que têm a seu cargo a educação das crianças, e (penso que são principalmente as mulheres mães que exercem, neste sentido, maior actividade) quem ocupa posição mais importante (MORAIS, 1946, p. 11).

É com este objetivo em mente que os autores que escrevem nas revistas analisadas vão divulgar um conjunto de princípios de higiene alimentar que as mães deveriam seguir para garantir a sobrevivência e a saúde dos seus filhos.

Uma das estratégias mais eficazes para assegurar não só a sobrevivência das crianças, mas que esta se realizasse nas melhores condições possíveis, era a amamentação, assunto já bastante tratado na literatura médica desde o século XVIII (FERREIRA, 2000; FERREIRA, 2003). Defendida em todos os textos que abordam a o tema da alimentação do lactente e cujos

títulos são por si próprios esclarecedores da posição dos autores (e.g. *A mãe deve amamentar o seu bebé; O melhor alimento para o recém-nascido é o leite materno*) esta prática era considerada uma componente essencial de um desempenho adequado da função maternal. Como escreve o médico Guido Cabral, num texto sugestivamente intitulado *Aprenda comigo: "Sempre que a saúde da mãe não seja precária, ele tem o dever imperioso de amamentar o próprio filho, pelo menos nos primeiros meses dez meses de vida deste"* (CABRAL, 1956, p. 12).

Para além da utilização do modo imperativo, outras estratégias são utilizadas para persuadir as mães a amamentarem os seus filhos. A descrição dos seus benefícios para a criança (e.g. MARTIN, 1958; McLEOD, 1950); para a mãe (e.g. OIÇA, MÃEZINHA, 1955); e o recurso a um discurso ameaçador, no qual se estabelece uma ligação quase direta entre a recusa desta prática e a morte da criança, são algumas das estratégias persuasivas utilizadas. No que diz respeito a esta última, também identificada por KOUTSOUKOS (2009), na análise que fez dos discursos sobre amas mercenárias que circularam no Brasil, na segunda metade do século XIX, o excerto que se segue é, pensamos nós, suficientemente esclarecedor:

Uma jovem mãe pode demonstrar as mais ternas afeições e solitudes pelo seu bebezinho recém-nascido, mas se não tomar a decisão de amamentá-lo ao seio, não havendo justas razões que a impeçam, estará dando um testemunho de que verdadeiramente pouco lhe importa o estado futuro de

saúde do filho. A mortalidade é muito mais alta entre as crianças que recebem alimentação artificial do que entre as que são alimentadas ao seio materno. No primeiro caso são frequentíssimas as perturbações digestivas (McLEOD, 1950, p. 16).

A ameaça com a morte da criança era certamente bem ameaçadora num período em que, apesar das taxas de mortalidade infantil estarem em declínio, ainda se conservavam elevadas; por isso era também bastante utilizada para persuadir as mães de que, no que diz respeito à alimentação, estas nada deveriam fazer sem a concordância do médico ou de outro profissional de saúde: "*Todos os dias morrem crianças por comerem demais, ou do que não deviam comer. Por isso, ouça os conselhos do médico ou da enfermeira puericultora, no que diz respeito à alimentação dos seus pequeninos*" (COISAS QUE., 1949, p. 11.)

Esta é uma ideia consensual e constantemente reforçada nos discursos analisados, disseminando-se, portanto, a *maternidade científica* (APPLE, 2006), ou seja, um discurso em que se acentuava a incapacidade das mães para criarem convenientemente os seus filhos sem o auxílio dos peritos. A ideia que perpassa na maioria dos textos analisados é a de que a alimentação da criança só deveria realizada por indicação direta de médicos ou enfermeiras puericultoras, que nada, nem ninguém, poderia substituir. Como escreve a enfermeira Maria Palmira Tito de Moraes, numa resposta a uma carta enviada por uma mãe em que solicita a indicação de livros que a

ajudassem a estabelecer o regime alimentar para a sua filha de 5 meses:

É sempre perigoso, pensamos, orientar o regime alimentar das crianças somente com o auxílio de livros de divulgação de puericultura. Por melhores que sejam os livros e os artigos de divulgação nunca podem, nem devem, substituir o exame médico. O estabelecimento do regime alimentar (horário das refeições, quantidade total diária de leite, indicação se a alimentação do bebe já pode incluir, ou não, novos alimentos além do leite) somente o médico pediatra o deverá prescrever (MORAIS, 1949, p. 10).

Este é um discurso que podemos classificar como imaginário (FAIRCLOUGH, 2003), uma vez que descreve um comportamento que dificilmente seria possível de realizar para a grande maioria das mulheres portuguesas dessa época. São várias as referências nos textos analisados, designadamente nas cartas escritas pelas mães e publicadas nas revistas, à dificuldade que representava cumprir esta prescrição: "*Já a levei a um médico de crianças, mas vivo em terra onde me é difícil fazê-lo outra vez*" (CARTA..., 1949, p. 10); "*Vivo numa herdade, e só tenho Médico e farmácia a léguas de distância*" (CARTA..., 1950, p. 10).

Convém não esquecer que ao tomarmos como amostra as mães que escrevem para as revistas nos estamos a referir a mulheres letradas, pertencentes à classe média, constituindo, por esse motivo, uma percentagem pequena da população feminina portuguesa desta época e relativamente privilegiada. Se algumas destas mães tinham dificuldades em fazer observar a sua

criança por um médico, podemos inferir que para as mães pobres residentes em meio rural, a maioria da população portuguesa nos anos a que nos referimos, esta seria uma indicação que, independentemente da sua vontade, não poderiam cumprir.

Contudo, o facto de um ser um discurso imaginário não lhe retira importância pois, como afirma Fairclough (2003), este tipo de discurso facilita a inculcação de novas formas de ser e de estar. Podemos, então, afirmar, em relação a este aspeto que estamos perante uma tentativa de difusão de uma *medicina de vigilância* (AMSTRONG, 1995) que, centrada na sobrevivência e conservação do corpo, rapidamente expande a sua ação para questões relacionadas com o comportamento da criança e assume como componente essencial a educação para a maternidade: “Assim o médico perante estas idades tem a seu cargo não só a conservação de um bom estado físico mas o ensino e encorajamento dos pais para que dêem aos seus filhos um perfeito desenvolvimento psíquico e muitas vezes até um bom acabamento moral” (DIAS, 1952, p.6).

Através das consultas periódicas vigiava-se o desenvolvimento físico e psicológico da criança, mas também se procurava vigiar o comportamento das mães e regular as suas práticas educativas, propondo formas de ação consentâneas com os princípios científicos de criação e educação das crianças, garantindo assim a sobrevivência das crianças e a construção de corpos fortes, robustos e disciplinados:

Os pequenos precisam, desde o início da sua existência, a ver desenvolvidos os correctos princípios alimentares. Bons hábitos alimentares serão seguidos de correctos caracteres. Depois, um correcto hábito de ingerir bons alimentos é o fundamento de uma boa alimentação. Desenvolvimento do carácter e desenvolvimento do corpo marcham sempre paralelamente (A REFEIÇÃO..., 1946, p. 17).

É este paralelo entre desenvolvimento do corpo e *desenvolvimento do carácter* que vai justificar a intervenção dos médicos não só na criação, mas também na educação das crianças. O aconselhamento sobre a alimentação inclui assim, não só informação sobre os nutrientes ou o tipo de alimentos adequados a cada idade, mas também indicações sobre a forma como o acto alimentar se deve processar.

Educar

Nas primeiras décadas do século XX os discursos sobre a educação das crianças eram dominados pelo que Ehrenreich e English (1988) designaram de *modelo industrial de criação e educação das crianças*. O seu principal objetivo seria, como escreve a médica Maria Teresa Furtado Dias, na revista *Saúde e Lar*, “a criação dirigida e uniforme de todos os bebés” (DIAS, 1952, p. 4), realizada de acordo com os preceitos da ciência. Subjacente a este modelo estava a representação da criança como um ser moldável pela ação do meio e, sobretudo, pela ação daqueles que a rodeavam (GRANT, 1998; HARDYMENT, 2008; HULBERT, 2004):

A criança, ao vir ao mundo, pode ser comparada com um pedaço informe de barro mole, pronto a ser modelado, e donde poderá fazer-se uma obra prima ou um monstro. Sem dúvida há crianças em que a herança pôs deformidades, ou antes, pôs tendências a deformidades espirituais que é difícil e que pode até ser impossível corrigir. Mas esses casos são muito pouco frequentes, e em geral dum pequenino ser que vem à luz pode fazer-se um prestimoso cidadão ou um indivíduo anti-social (MIRA, 1946, p. 6).

O médico Ferreira de Mira, autor do excerto acima transcrito, foi um dos principais defensores deste modelo de criação e educação das crianças. Como ele próprio explica, num outro artigo publicado em *Os Nossos Filhos*, em que salientava os benefícios para a criança deste tipo de educação:

No que se refere a crianças de pouca idade, educar não é propriamente instruir; mas sim habituar à prática de determinados actos, efectuada por determinadas maneiras, e enraizar por tal forma esses hábitos que eles persistam independentemente de quaisquer reflexões. Não andamos sem pensar nisso, a não ser quando executamos o primeiro passo ou quando encontramos obstáculos? Não escrevemos sem reflectir sobre os movimentos que a mão, guiando a pena, vai executando sucessivamente para a formação das letras? Assim procedemos por efeito da educação, por hábitos que adquirimos, da prática de actos que se tornou inconsciente, a não ser quando, por vontade própria ou por incidente que sobrevenha, dirijamos para eles a nossa atenção. É bem sabido que os médicos recomendam como boa prática pôr as crianças ao seio a horas certas, guardando intervalos iguais entre cada acto de amamentação e o que se lhe segue. Ou porque o sistema esteja de acordo com as possibilidades

digestivas da criança, ou porque o hábito criou esse acordo, a verdade é que a amamentação assim conduzida dá os melhores resultados. O que é, porém, mais de notar é que as crianças de muito tenra idade, se estão de boa saúde, adormecem logo que acabam de mamar e acordam à hora própria de serem postas novamente ao seio. É este o primeiro automatismo que se realiza na vida. (MIRA, 1948, p. 4)

Inspirado pela teoria comportamentalista de John Watson e seus seguidores, enfatizava-se a necessidade de disciplinar precocemente a criança, inculcando-lhe desde cedo um conjunto de *bons hábitos* essenciais para a formação do carácter, em que a regularidade na alimentação, pelo menos no que diz respeito às crianças mais pequenas, desempenhava um papel essencial: *"A amamentação desordenada prejudica a saúde do lactante: é uma causa frequente de perturbações digestivas, altera os períodos de sono de que ele tanto carece nos primeiros tempos e facilita a aquisição de maus hábitos"* (CRUZ, 1949, p. 12).

As mães pareciam, contudo, ter alguma dificuldade em seguir este método. São diversas as referências à sua incapacidade para seguir um horário pré-estabelecido, o que nos leva a supor que perante uma criança que chorava, estas optariam por satisfazer as suas necessidades, ignorando os conselhos dados pelos peritos:

O bebé tentará, desde que nasce, impor a sua vontade, colher na vida só o que lhe é agradável e, para o conseguir, serve-se do seu choro angustioso. É necessário que o coração da pobre Mãe não escute as suas

lágrimas e, pacientemente, com firmeza, cumpra todo o seu programa. É tão frequente a Mãe que se deixa vencer pelo pequenino bebê e que, só para não o ouvir chorar, não o lava, passeia-o nos seus braços, perturba-lhe as digestões alimentando-o inoportunamente, não o trata de doença ou ferimento, etc.

E ao fazer isto a Mãe julga-se uma boa Mãe e não tem a consciência do prejuízo que está a causar ao seu querido filho, só porque não conseguiu vencer o seu comodismo, obrigando-se a uma auto disciplina, sempre desagradável e incómoda para ela, mas muito útil para o filho.

O bebê que, no entender da Mãe, parece não compreender ainda, percebe perfeitamente se a Mãe cedeu ou não aos seus desejos e assim cria um hábito que, com o tempo e a repetição, mais difícil se torna alterar. A própria criança tem necessidade de ordem: vida metódica, organizada, que vai auxiliar a ritmar as suas funções (BETTENCOURT, 1956, p. 8).

Como se pode observar no excerto acima transcrito, a criança é representada como um ser manipulador e a mãe como um ser frágil, incapaz de resistir às tentativas de manipulação do seu filho. A imagem da mãe frágil e permissiva, um "tipo" de mães que o médico Ferreira de Mira designa de *mães amoráveis*, está também presente nos discursos sobre o que autores designavam de *crianças mimalhas*. Nestes discursos são referidos diferentes *erros educativos* que as mães cometiam - desrespeitar os horários das refeições (e.g. A REFEIÇÃO..., 1946), dar alimentos que estas não deveriam consumir, de que os doces são o mais frequente exemplo (e.g. CRIANÇAS MIMALHAS, 1955; TIÈCHE, 1948) - assim como as suas consequências para a formação do carácter da criança:

Quando se amima, excessivamente, uma criança, é mais que certo que se priva das melhores ocasiões para fortalecer os músculos, cultivar a inteligência e afinar-lhe os sentimentos. Veda-se-lhe a entrada à expressão generosa das qualidades que essa criança poderia pôr ao serviço dos outros, e também ao da sua própria felicidade (CRIANÇAS MIMALHAS, 1955, p. 20).

Os autores que defendem uma abordagem comportamentalista na educação da criança são particularmente críticos das *mães amoráveis*, chamando frequentemente a atenção das mulheres para a necessidade de controlarem, em nome do bem-estar da criança, o seu comportamento. Tal como as crianças, as mães também podem contrair maus hábitos que se devem esforçar por evitar:

Regra geral, a ansiedade, a atenção exageradas são apenas um hábito. O excesso de atenção e cuidados que as crianças recebem nem sempre se baseiam em ansiedade justificável. Nós, os pais, podemos contrair maus hábitos, tal como as crianças. E facilmente caímos no mau hábito de mostrarmos solicitude sobre toda e qualquer pequena coisa que os nossos filhos fazem, sentindo que a sua saúde depende de tudo isso e principalmente das refeições... (BELL, 1952, p. 9).

Podemos, então, afirmar que implícito a esta conceção estava não só o controle rigoroso da vida da criança, em que tudo deveria obedecer a regras científicas, universalmente determinadas, de que o ênfase na regularidade, garantia de produção de um corpo dócil e socialmente ajustado, é um dos exemplos mais paradigmáticos, mas

também uma auto-disciplina, um autocontrole quase constante por parte da mãe do seu próprio comportamento, em nome do bem-estar da criança.

Vários autores (APPLE, 2006; HARDYMENT, 2008; HULBERT, 2004; VANDENBERG-DAVES, 2014) demonstraram que, nos EUA, esta visão comportamentalista da criação e educação das crianças entra em declínio a partir dos anos 30 do século XX, sendo substituída por uma visão mais permissiva, em que a ênfase na inculcação precoce de bons hábitos e na subordinação da vontade da criança à do adulto, é substituída por discursos próprios de uma abordagem mais centrada na satisfação das necessidades das crianças, em que se salientava a necessidade de adequar a ação educativa à criança concreta.

Apesar de no Portugal dos anos 50 a visão comportamentalista parecer ser ainda predominante, esta foi uma época de transformação em que emergiram novas posições discursivas, próprias de diferentes abordagens à educação das crianças. A coexistência das duas concepções acima referidas, comportamentalista e permissiva, está bem patente numa carta escrita por uma mãe, em esta dava conta das dificuldades provocadas pela existência de aconselhamento contraditório:

Tenho lido em vários livros de puericultura que devemos ser rigorosos no horário das refeições das crianças, e assim tenho feito; mas há dias, assisti a uma conversa em que uma senhora que me dizem muito sabedora, dizia que se não deve acordar uma criança que dorme

tranquilamente. É raro o dia em que não oiço opiniões contraditórios a pessoas cuja opinião devem merecer igual confiança. Serei eu que não compreendo? Neste caso quer ter a bondade de me elucidar? (CARTA..., 1946, p. 16).

A resposta a esta carta é dada por Maria Palmira Tito de Moraes, enfermeira de saúde pública que estudou nos E.U.A, responsável durante vários anos pelas seções *Consultório* e *Perguntam as mãezinhas* da revista *Os Nossos Filhos*, e uma das principais defensoras, nesta revista, da abordagem permissiva, mais centrada na criança e na satisfação das suas necessidades. Face à inquietação desta mãe, Maria Palmira Tito de Moraes responde-lhe salientando os benefícios que advêm para a criança, designadamente para a sua saúde mental, de uma atitude menos rígida na educação da criança:

Superficialmente pode parecer que o regime estabelecido segundo as necessidades da criança lhe trará instabilidade, mas acontece exactamente o contrário. São médicos e enfermeiras pediatras que nos vêm dizer que, por meio de um regime alimentar individual, a criança é mais directa e completamente satisfeita. Evita-se-lhe o desagradável estado de angústia, desejo, fadiga, criando-se, pelo contrário, a sensação de segurança tão essencial na saúde mental (MORAIS, 1946, p. 16).

Esta mudança de abordagem não significa, porém, uma facilitação do trabalho da mãe. Assente numa visão maturacionista do desenvolvimento infantil, de que Arnold Gesell é um dos principais

representantes, implica da parte da mãe uma maior atenção à criança concreta, uma vigilância atenta e constante do comportamento dos seus filhos. Como explica ainda a mesma autora:

A aceitação desta nova atitude, sem dúvida cheia de humanidade para com a criança, atribui às Mães ainda maiores responsabilidades visto que as leva a um estudo cuidadoso dos seus filhos; não pode ser seguida por aquelas que partem sempre do princípio de que à menor manifestação de choro do bebé este indica que precisa alimentar-se (MORAIS, 1946, p. 16).

A questão dos prejuízos para a saúde mental das crianças de uma abordagem comportamentalista à educação da criança, referida por Maria Palmira Tito de Morais, é também salientada por Vítor Fontes, médico com formação psicológica, muito influenciado pelas teorias psicanalíticas:

O **regime alimentar** dos filhos é um outro grave problema familiar acerca do qual os pais tomam atitudes muito diversas, muitas delas da maior inconveniência.

Coma disse no começo, não me refiro ao aspecto de higiene alimentar geral, mas sim às consequências dos hábitos alimentares sobre o psiquismo das crianças.

Certos pais, julgando-se bem informados acerca deste assunto, estabelecem um horário de refeições porventura cuidadosamente elaborado, mas dum rigidez absoluta. Esteja o filho bem ou mal disposto, tenha ou não vontade de comer, a horas cronométricas e em todo e qualquer dia, tem de comer. Isto durante semanas e meses seguidos.

Esta rigidez é absolutamente incompatível com a instabilidade de todo o ser vivo e particularmente na

criança em que o desenvolvimento se faz dum forma contínua, portanto em que, dia a dia, hora a hora, tudo muda na infância. E está assente em psicologia e psiquiatria infantis, que as noções de puericultura compreendidas e executadas dentro dum grande rigidez de normas, têm provocado atitudes afectivas anómalas em muitas crianças de tendências reactivas acentuadas. (FONTES, 1952, p. 5)

Esta nova abordagem mais permissiva e centrada na satisfação das necessidades da criança é ainda visível noutros aspetos, como se pode ver pela leitura do excerto acima transcrito, tais como o respeito pelo apetite da criança, mas também pelos seus gostos pessoais: *É preferível que a criança peça mais do que deixe no prato, e nunca se deve forçar a comer. É boa norma permitir que exprima livremente os seus gostos sem que procuremos impor os nossos* (MENDO, 1957, p.7). Esse respeito pela individualidade da criança, pelas suas especificidades, passa por constituir uma garantia de um bom desenvolvimento físico, mas também psíquico.

A regulação do comportamento das mães faz-se, assim, não pela ameaça com a sobrevivência do filho, mas com o estabelecimento de uma relação de causalidade entre o seu comportamento e o bem-estar psicológico da criança.

Podemos, assim, ver como um aspeto relacionado, na sua essência, com os cuidados com o corpo, a alimentação, é mobilizado nos discursos de uma elite com propósito de regulação dos comportamentos maternos. Garantindo às mulheres que o

seguimento das normas por eles prescritas seriam garantia da construção de corpos saudáveis, mas também de crianças felizes e disciplinadas, os autores que escrevem nas revistas de *educação familiar* tornam-se elementos essenciais de uma estratégia mais vasta de *governança da população* que tendo o corpo da criança como objeto, rapidamente ultrapassam as indicações nutricionais e físicas para abarcar também as questões relacionadas com a dimensão psicológica. a educação para a maternidade como uma das suas principais estratégias de governação.

Considerações finais

Na sequência do desenvolvimento da medicina e do interesse pela criança associado nomeadamente ao governo da população, que se evidencia já em finais de setecentos, assiste-se, em Portugal, a uma crescente preocupação com os cuidados com os mais pequenos ao longo das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX. Mesmo que possamos, hoje, considerar pouco satisfatórios os resultados dessa atenção, a ela devemos investimentos públicos e privados e, sobretudo, o alterar de discursos e de práticas de criação e de educação que ampliaram a disseminação da modernidade. Embora os contributos para a expansão de práticas modernas de criação e de educação de crianças venham de vários setores da sociedade, não há dúvida que foi especialmente importante a crescente influência médica e a divulgação do seu saber, contribuindo para a

denúncia dos principais problemas que afetavam a saúde das crianças e disseminando um conjunto de princípios e práticas de criação que se constituíram como uma pedagogia da educação do corpo ao serviço da nação. Isso mesmo parece-nos bem evidente na transição da primeira metade para a segunda do século XX em Portugal. Da análise de um conjunto de artigos publicados em revistas de educação familiar no período compreendido entre 1945 e 1958, e que tinham como tema a alimentação da criança em idade pré-escolar, procurámos mostrar como os discursos sobre o cuidar do corpo, ou seja, sobre as estratégias a utilizar para garantir a sobrevivência e saúde das crianças, se cruza com um discurso psico-pedagógico sobre a educação das crianças. Em simultâneo com a preservação do corpo há uma formação do mesmo que exige uma racionalidade médica ainda que esta seja permeável a outros saberes, como é o caso da psicologia. Mas os princípios e práticas médicas ganham força educativa à medida que, ao expandirem-se por canais como as revistas analisadas para atingirem o âmago das famílias, encontram condições de aplicação mais ou menos sistemática e envolvente.

Consideradas na ideologia dominante como as principais responsáveis pela criação e educação dos seus filhos, as mães são as principais destinatárias dos discursos sobre a temática da alimentação publicados nas revistas de *educação familiar*, que as responsabilizam pela saúde e pelo bem-estar psicológico dos seus filhos. Crentes no poder da ciência para resolver os principais problemas que afetavam as crianças

portuguesas, os colaboradores das revistas tentam persuadir as mães a aderir a uma nova racionalidade, a novas formas de criar e educar, que implicavam não só a aplicação de princípios cientificamente estabelecidos na criação e educação das crianças, mas também a regulação do seu próprio comportamento. Ou seja, erigindo-se em torno da criança, que se constitui no elemento central dos discursos analisados, sendo, por isso, um dos seus públicos-alvos, eles têm como objetivo não só contribuir para a formação de crianças robustas e de futuros adultos saudáveis e disciplinados, a bem da nação, mas também para a disciplinarização das mães, atingindo-se, desta forma, simultaneamente os comportamentos de duas gerações.

A década em análise torna-se particularmente interessante por corresponder a um período de transformação no que diz respeito às práticas educativas que se consideram mais adequadas. Nos discursos analisados é visível a influência de um discurso *psi* sobre a educação das crianças, que ao longo do século XX, e à medida que as taxas de mortalidade infantil vão diminuindo, vai ganhando cada vez mais importância, sendo incorporado no discurso médico sobre a infância, assim como os reflexos da transformação desse discurso no que se considera, num determinado momento histórico, as práticas educativas mais adequadas, ou seja, a cultura da maternidade socialmente apropriada (HAYS, 1996). Estamos diante de um discurso centrado na inculcação de bons hábitos através da disciplinarização do corpo, em

circulação desde os séculos anteriores, que ganhou novo fulgor com as teorias comportamentalistas de John Watson etende a desvanecer-se e a ser substituído por um discurso mais permissivo ou, pelo menos, mais centrado na satisfação das necessidades da criança e no respeito pelas especificidades do seu desenvolvimento. Comum aos dois discursos é a ênfase dada ao papel da mãe, e a sua consequente responsabilização, na construção de corpos robustos e mentes saudáveis, ou seja, pelo desenvolvimento da saúde física e mental da criança.

REFERÊNCIAS

- A REFEIÇÃO da criança fastienta. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 21, jan., 1946, p. 16-17.
- ANJOS, César. O problema da mortalidade infantil. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 99, ago., 1950, p. 14.
- APPLE, Rima D. *Perfect motherhood: science and childrearing in America*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2006.
- ARMSTRONG, David. The rise of surveillance medicine. *Sociology of Health & Illness*, v. 17, n. 3, p. 393-404, 1995.
- BELL, Dora. Trate as crianças com naturalidade. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 127, dez., 1952, p. 9.
- BETTENCOURT, Maria de Lourdes. Como o filho vê o pai e a mãe. *Os Nossos Filhos*, n. 169, jun., 1956, p. 8-9.
- BOLTANSKI, Luc. *Prime éducation et morale de classe*. Paris: Ehess, 1977.
- CABRAL, Guido. Aprenda comigo. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 110, dez., 1956, p. 12-13.
- CARNEIRO, Marinha. *Ajudar a nascer: Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (século XV-1974)*. Porto: Universidade do Porto, 2008.
- CARTA ao editor. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 47, abr., 1946, p. 16.
- CARTA ao editor. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 85, jun., 1949, p. 10.
- CARTA ao editor. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 101, out., 1950, p. 10.
- COISAS que é bom lembrar. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 89, out., 1949, p. 11.
- CRIANÇAS mimalhas. *Saúde e Lar*, n. 95, set., 1955, p. 20.
- CRUZ, C. Coisas que as mães devem saber. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 91, dez., 1949, p. 12.
- DIAS, Maria Teresa Furtado. Como tratar bem um bebé. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 60, jul., 1952, p. 4-6.
- EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *For her own good: 150 years of the experts' advice to women*. London: Pluto Press, 1988.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FERREIRA, António Gomes. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). *Ed em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/11.pdf>. Acesso em: 11 nov., 2012.

_____. *Gerar, criar, educar: a criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

_____. Higiene e controlo médico da infância e da escola. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n59/a02v23n59.pdf>. Acesso em: 12 dez., 2012.

FERREIRA, Maria Manuela. *Salvar os corpos, forjar a razão: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social 1880-1940*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

FONTES, Vitor. Higiene mental infantil. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 121, jun., 1952, p. 4-5.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GOUVÊA, Júlio Esmeraldo. A acção social do Dispensário de Higiene Infantil do Funchal. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 110, jul., 1951, p. 16.

GRANT, Julia. *Raising baby by the book: the education of American mothers*. New Haven: Yale University Press, 1998.

HARDYMENT, Christina. *Dream babies: Child care advice from John Locke to Gina Ford*. London: Frances Lincoln, 2008.

HAYS, Sharon. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.

HENDRICK, Harry. Optimism and hope versus anxiety and narcissism: some thoughts on children's welfare yesterday and today. *History of education*, v. 36, n. 6, p. 747-768, 2007.

HULBERT, Ann. *Raising America: experts, parents and a century of advice about children*. New York: Vintage Books, 2004.

KOUTSOUKOS, Sandra Machado. 'Amas mercenárias': O discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n.2, abr.-jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n2/03.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2014.

LENROOT, Katherine F. Aprenda a alimentar os seus filhos: O caminho da boa nutrição. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 141, fev., 1954, p. 4-5.

MARTIN, Ruth. A mãe deve amamentar o seu bebé. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n.

191, abr., 1958, p. 4-5.

MARTINS, Ana Paula. "Vamos criar seu filho": Os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n1/08.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2012.

MENDO, Margarida. Crianças que não querem comer: anorexia nervosa. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 184, set., 1957, p. 7.

MIRA, Ferreira de. Crianças bem educadas. *Os Nossos Filhos*, n. 74, jul., 1948, p. 4.

_____. Educar delicadamente. *Os Nossos Filhos*, n. 50, jul., 1946, p. 6-7.

MIRANDA, Sacuntala de. A evolução demográfica. In: *Nova história de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. ROSAS, Fernando, Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 259-271.

MAYRING, Philipp. Qualitative content analysis. In: *A companion to qualitative research*. FLICK, Uwe; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines, London: Sage, 2004, p. 266-269.

McLEOD, R. P. A quem deve ser confiada a alimentação do bebé. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 45, jan., 1950, p. 16-17.

MORAIS, Maria Palmira Tito de. Consultório. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 70, mar., 1948, p. 10-11.

_____. Consultório. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 83, abr., 1949, p. 10.

_____. Higiene infantil. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 50, jul., 1946, p. 11.

_____. Perguntam as mãezinhas. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 47, abr., 1946, p. 16.

NÓVOA, António. *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos 19 e 20)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

OIÇA, mãezinha! *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 156, maio, 1955, p. 9.

PEQUENAS coisas que as mães não devem esquecer. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 106, mar., 1951, p. 4.

POPKEWITZ, Thomas S.; BLOCH, Marianne. Construindo a criança e a família: Registos de administração social e registos de liberdade. In: *A difusão mundial da escola*. NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jurgen. Lisboa: Educa, 2000, p. 33-68.

ROSE, Nikolas. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Free Association Books, 1999a.

_____. *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge

University Press, 1999b.

RUMINA, Branca. Crianças gordas. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 54, nov., 1946, p. 11.

SHAW, Rhonda. Theorizing breastfeeding: body ethics, maternal generosity and the gift relation. *Body & Society*, v. 9., n. 2, p. 55-73, 2003.

TIÈCHE, Maurice. Como se amima uma criança. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 38, nov., 1948, p. 8.

THULIER, Diane. Breastfeeding in America: a history of influencing factors. *Journal of Human Lactation*, v. 25, n. 1, p. 85-94, 2009.

VANDENBERG-DAVES. *Modern motherhood: an American history*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2014.

VILHENA, Carla Cardoso. *A educação para a maternidade nas revistas de educação familiar no último meio século*. 494 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

VILHENA, Carla Cardoso; FERREIRA, António Gomes. Formar bem as mães para criar e educar boas crianças: As revistas portuguesas de educação familiar e a difusão da maternidade científica. *Hist. Educ.* Porto Alegre, v. 18, n. 44, 2014a. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/43232/pdf_35. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Para bem formar uma personalidade *normal*: Discursos sobre como educar as crianças em revistas de Educação Familiar (1945-1958). *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Maringá-PR, v. 14, n. 2, p. 23-52, 2014b.

Recebido em 25/04/2015

Aprovado em 25/05/2015

"O ASSEIO ADQUIRIDO NA ESCOLA É UMA VIRTUDE OU PELO MENOS O SIGNAL EXTERIOR DA DIGNIDADE HUMANA": O DISCIPLINAMENTO ORTOPÉDICO DOS CORPOS INFANTIS

Maria do Socorro Nóbrega Queiroga¹

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este ensaio aborda os discursos presentes em documentos importantes e que compunham o cenário educacional brasileiro na Primeira República. São eles: um impresso educacional paraibano, o jornal *O educador* – Orgam do Professorado Primario, e as teses da I Conferência Nacional de Educação, interrogando as condições históricas de constituição do discurso higienista, em um cenário de regularidades, descontinuidades e rupturas na vida em sociedade. Utilizando as ferramentas construídas por Michel Foucault, sobretudo a sua analítica sobre as relações de poder e a produção de saber, e as noções de genealogia e governamentalidade, o texto aborda os discursos sobre o disciplinamento dos corpos infantis, como dispositivo fundamental no controle das populações, na desterritorialização da infância e na produção de novos territórios e de novos equipamentos coletivos de regulação.

Palavras-chave: Educação. Governo do corpo. Infância.

ABSTRACT

This essay analyses the discourses present in important documents and that made the Brazilian educational scenario in the First Republic. They are: one Paraíba

educational printed and the theses of the First National Conference on Education, interrogating about the historical conditions of formation of the hygienist speech, regularities in a scenario, discontinuities and disruptions in society. Using the tools built by Michel Foucault, especially his analytical about power relations and the production of knowledge, and the notions of genealogy and governmentality, the text approaches the speeches about the disciplining of children's bodies as a key device in control populations, in dispossession of childhood and production of new territories and new collective regulation equipment.

Keywords: Education. Government body. Childhood.

Introdução

A onychophagia, vício muito comum até em adultos, só deveria existir nas crianças mal educadas, e ao professor compete lançar suas vistas para esta perversão do apetite, que pode ocasionar grande alteração na saúde dos alunos. As consequências patológicas da parte do asseio são numerosas e graves; em uma classe de alunos desasseiados, ao ar viciado que é a consequência de toda aglomeração de seres vivos, se apresentam cheiros desagradáveis, tornando-se o ambiente irrespirável. A supressão das junções de pele é uma má condição à saúde geral da criança, porque dá nascimento a múltiplas afecções cutâneas. O hábito pelo asseio adquirido na escola não somente servirá a saúde como também tem grande influência relativamente a educação. Posso dizer como muitos higienistas que o é uma virtude ou pelo menos o signal exterior da dignidade humana. (*Jornal O Educador*, 20 de abril de 1922, p. 1).

Os fragmentos, ricos de sentidos, e que abrem o título do

¹ Professora Nível Associado I, do Centro de Educação da UFPB. O artigo é parte da pesquisa realizada durante o Doutorado e o Pós-doutorado, realizado na UFMG/FAE, no ano de 2014, intitulada *O discurso higienista sobre a infância em impressos paraibanos na Primeira República (1900-1930)*, sob a supervisão da professora Maria Cristina Soares Gouvea, com o apoio de bolsistas financiadas pelo CNPq: Alanna Maria Santos Borges e Daiane Barbosa de Souza.

artigo e a epígrafe acima iniciam nossa proposta de trazer para o debate acadêmico discursos tratando do corpo, tomando como referencial, a imprensa educacional² da Parahyba em inícios do Século XX, representada pelo jornal O Educador-Organ do Professorado Primario, em diálogo com as teses apresentadas durante a I Conferência Nacional de Educação.

Reportando aos dramas vividos pela sociedade paraibana, o noticiador se propõe divulgar na cidade os infortúnios causados pelas doenças que teimam em aqui se instalar, nos corpos das crianças, transfigurando-lhe a alma e a índole, em uma terra que se quer moderna e em vias de alcançar o progresso. Afinal, muito do que os demais estados pequenos já mostravam para o resto do país, a Parahyba também partilhava, mesmo antes da Primeira República: o trem de ferro, que garantia os *"laços com o mundo exterior, sejam econômicos, políticos, afetivos etc"* [...] *o telégrafo e o telefone, além dos sistemas de iluminação, "signos modernos por excelência"* (ARANHA, 2003, p. 80-88).

Neste artigo, a proposta é de caracterizar as convergências e as descontinuidades do discurso higienista sobre a infância entre os dois documentos que serviram como fontes da pesquisa, visando conferir o desejo de progresso e modernidade da Parahyba, representado pela articulação das elites políticas e intelectuais paraibanas, às elites em nível nacional: o discurso em prol da necessidade das cruzadas de higiene de se construir uma nação, em sintonia com o mundo civilizado.

As fontes utilizadas na pesquisa e que serviram como referencial para as análises foram: um jornal pedagógico, estatal, O Educador -Organ do Professorado Primario, produzido na Paraíba - entre os anos de 1921 e 1922, como suporte pedagógico criado para fundamentar a formação dos professores primários, através de matérias de conteúdo higienista. No presente artigo, fazemos uma leitura desta fonte, em diálogo com um documento representativo do pensamento educacional nacional, produzido cinco anos depois do jornal paraibano - as teses apresentadas durante a I Conferência Nacional de Educação, que ocorreu em Curitiba, em 1927. Interessa destacar as dinâmicas de circulação e apropriação das ideias que circulavam no Brasil, e (o) "como" a imprensa pedagógica paraibana, representada na pesquisa pelo jornal O Educador, se apropriou, comungou, discordou dos discursos que então proliferavam, desde o Império em nível nacional, os quais ainda foram objeto de disputas e tensões nas teses defendidas durante a I Conferência, mesmo em início do Século XX.

No artigo pretendemos reconstruir as perplexidades experimentadas pela sociedade paraibana, representada no jornal por professores, intelectuais, médicos e políticos da região, muitos deles assumindo todas essas posições desujeitos simultaneamente, durante um tempo de extensas mudanças na vida do país, que compreendemos ter sido marcado pela vontade de verdade, de rupturas fundamentais na vida em sociedade - com a emergência de novas racionalidades

² Aqui utilizo a ideia de Galvão e Jinzenji (2011, p. 18), sobre a noção de "imprensa pedagógica", como "imprensa/impresso educacional por ter significado mais amplo, [...] (tendo em vista o jornal O Educador não possuir) fins exclusivamente didáticos ou pedagógicos, mas também caráter informativo".

no campo político, educacional e cultural, como a República nascente, da qual a Paraíba era fervorosa defensora.

A Parahyba revive, através dos personagens que escrevem no jornal os deslocamentos que se processam em âmbitos diversos das relações sociais e que constituem as condições de possibilidade para a emergência e importância que passa a ter a infância e a produção de novos sentidos sobre a mesma. A epígrafe marca, portanto o turbilhão resultante do moralismo secular e das mudanças que já apontam no horizonte relacionadas ao corpo, por meio do discurso higienista, identificado como *“um movimento científico e social que se fortaleceu entre o fim do século XIX e início do XX, estando presente nos círculos científicos de todo o mundo”* (JANZ JR., 2011, p. 87).

A escolha do jornal O Educador se dá por compreendê-lo como documento privilegiado - ao nível político e cultural - para analisar aspectos importantes da história da educação na Parahyba republicana, quando são ressignificadas as crenças nas diferenças individuais devidas às diferenças de raça, caracterizando a produção do discurso da eugenia, principalmente os aspectos relacionados ao interior da escola, ao seu movimento, sob a égide do ideário higienista e o signo do corpo.

A I Conferência Nacional de Educação, que ocorreu em Curitiba, em 1927, foi organizada pela então Associação Brasileira de Educação, a ABE, criada em 1923, por educadores, médicos, advogados e engenheiros, como organização da sociedade civil que assume, nacionalmente, o estudo, organização e

encaminhamento das questões educacionais, a Conferência é considerada um dos mais importantes fóruns *“dessa disputa em torno da modernidade”* (VIEIRA, 2007, pp. 381 e 385). Nela estavam presentes vários atores sociais, como professores, diretores de escolas, advogados, médicos e representantes oficiais dos estados brasileiros e representou a síntese do pensamento brasileiro republicano sobre a organização e os destinos da educação, tendo em vista as acirradas disputas no campo das ideias, desde o Império (VEIGA, 2006), sobre os destinos da educação.

As leituras dos discursos produzidos nas matérias do jornal pedagógico paraibano, O Educador, e nas diferentes teses da I Conferência, mesmo que em tempos diferentes possibilitaram elencar a presença de correspondência de alguns temas, como: referência e preocupação com as doenças infantis, a necessidade do ensino da ginástica e da pedagogia moderna, a importância da própria educação higiênica escolar, o teatro e sua influência na educação, a disciplina escolar, a educação moral dos escolares, a formação do caráter do povo brasileiro, entre outros.

O cenário reflete as rupturas nas formas de sociabilidade - sob a influência das transformações mundiais, principalmente na Europa Ocidental relacionados aos vínculos que caracterizavam as relações ao nível público e privado, como a criação de novas funções e ocupações com a crescente demanda da força de trabalho nos setores da produção industrial e de serviços, fazendo surgir novos estratos sociais, e com estes

novas necessidades a serem atendidas pelo Estado.

Tempo da razão iluminista e da crença na evolução do conhecimento humano e seu controle sobre a natureza; o corpo a ser olhado, cuidado, protegido, esquadrihado, enfim, dito pelos saberes, aparece como signo das mudanças advindas e respaldadas pelo progresso na produção e no comércio, vistos como resultado da racionalidade econômica e científica. Nesse cenário de encantamentos resultantes do momento cultural vivido, são significativos os enunciados que fazem alusões aos corpos infantis, "corpos dóceis", corpos inocentes, regulados, livres dos males da carne. Esse foi um passo decisivo na produção de novas posições-de-sujeito, alicerçadas em uma leitura liberal e burguesa de mundo – isto é, pautadas na capacidade e no mérito pessoal e em uma isão na qual a liberdade individual era colocada como valor máximo e requisito para o progresso científico, técnico e econômico.

Sabe-se que, um dos mais significativos dispositivos postos em funcionamento na Primeira República foi o processo de escolarização das massas como elemento fundamental para a criação de uma identidade nacional (QUEIROGA, 2015), imbricado nas ideias sobre nação, no interior das discussões sobre os diferentes projetos de nação em disputa.

O discurso higienista teve visibilidade marcante no Brasil desde o século XIX, mas principalmente no início do século XX, no ocidente, sob os preceitos dos saberes científicos da Biologia, da Medicina, e

posteriormente da Pedagogia e da Psicologia. Estes saberes conduziram e deram legitimidade aos discursos hegemônicos defendidos pelas sociedades, e que foram traduzidos para os intelectuais e estados brasileiros através dos enunciados de modernização, desenvolvimento, civilização: "*anunciava-se o trilhar da nação rumo ao progresso amparada pela ciência, pela indústria e pela técnica*" (KUHLMANN JR., 1999, p. 160).

Analisamos um dispositivo discursivo qual seja o higienismo, por meio do qual não somente se produziu subjetividades, mas como produziu, classificou e normalizou sobre as infâncias e a população, em meio às práticas de governo de corpo. Como uma tecnologia moral, as práticas higienistas definiram as cartografias das infâncias, das famílias, enfim, dos modos como as dinâmicas de promoção da subjetividade se articularam com os objetivos de governo das populações no seu conjunto. (Ó, 2003, p. 4-7), [...] Para o autor, "*uma nova formação discursiva, de caráter pedagógico, assumiu em finais do século XIX a centralidade do material ético, assimilando-o ao axioma do poder iluminista-humanista*", que referenda as ciências do comportamento cívico do cidadão. As ricas reflexões de Ó (2003), nos permite rearticulá-las para pensar sobre a governamentalidade da alma ou o treino disciplinar da vontade da população e das infâncias, esta última o objeto da presente análise, estão inscritas no centro das propostas reformadoras defendidas por toda uma geração de intelectuais e de professores desde o Império,

atingindo seu ápice, em todo Brasil com a República, cujos desdobramentos foi a criação de programas e de dispositivos de governo.

Foucault (1997), sobre a gênese do saber político, diz que o foco era a preocupação com a população, e “os mecanismos susceptíveis de assegurar a sua regulação[...] da passagem de um ‘Estado territorial’ a um Estado de população” (1997, p. 81, grifos do original), e que implicaria em como garantir numa sociedade dada o governo dos homens.

Trata-se da emergência das formas de controle liberal das populações e dos corpos, principalmente dos escolares, no lastro de descontinuidades e rupturas que emergiam no campo político e social, e que Foucault (1977) visualiza como efeitos da passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares, e no acionamento de uma nova tecnologia de regulação, o biopoder. Neste, dois eixos se articulam como instrumentos de moralização: as disciplinas do corpo e as práticas de higienização, elementos estratégicos de investimento sobre a vida, quando o corpo passa a ser objeto e alvo de poder: “corpos dóceis que se manipulam, se modelam, se treinam, que obedecem, respondem, se tornam hábeis ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1977, p. 125).

Tempos de mudanças, portanto em vários aspectos no campo das relações sociais e que atingem o campo da educação, com a ampliação do acesso das crianças das classes “distintas” à educação, como

forma de moralização e regeneração das raças, momento em que o corpo passa a ser uma ferramenta primordial nesse processo de disciplinamento para as funções que emergiam no mundo do trabalho. Como forma moderna de exercício do poder, a disciplina articula as tecnologias de controle e sujeição do corpo; é a internalização do poder que possibilita aos indivíduos auto regular-se e a regular os outros (FOUCAULT, 2001; ELIAS, 1993; 1994).

No cenário das relações capitalistas de governo³ dos corpos, emerge a ideia ou a preocupação com o desempenho - inicialmente atrelado a um corpo coletivo, à sociedade, quando os sujeitos ainda não são ferramentas importantes como força de trabalho na engrenagem do desenvolvimento industrial. Posteriormente, é que o desempenho vai estar atrelado a um corpo individualizado e à sua capacidade intelectual, processo esse que é intensificado com o surgimento da escola, cujo significado a potencializa como fator de desenvolvimento e ascensão social dos indivíduos.

Como corolário dessas transformações na vida em sociedade, discursos e práticas trazem à cena a necessidade de proteção à infância, como vontade de conservação e de utilização dos indivíduos, segundo os discursos de verdade das teorias eugenista se da medicina higienista. É, então a educação escolar, como forma moderna de disciplinamento dos sujeitos, que se coloca como maquinaria privilegiada na produção de práticas regenerativas “que possibilitam a transformação de uma condição de aglomeração das massas

³ Compreendo a ideia de “governo” na perspectiva de Michel Foucault, tal como era significada no século XVI: “se referia não apenas às estruturas políticas ou à administração dos estados; designava, em vez disso, a forma pela qual a conduta dos indivíduos ou grupos podia ser dirigida; o governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes... Governar, nesse sentido é estruturar o campo possível de ação dos outros” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p.87).

confusas composta de 'bárbaros', 'incultos', 'analfabetos', 'selvagens' e 'perigosos' [...] periculosidade que é preciso neutralizar" (ALVAREZ-URIA & VARELA, 1991, p. 200, grifos meus). Nesse sentido, os discursos sobre as "coisas ordinárias", sobre os indivíduos "desviantes", "irregulares" estavam circularmente ligados aos discursos sobre o "anormal" ou as anomalias-atreladas a um corpo.

As infâncias são subjetivadas em discursos, segundo parâmetros de normalidade, através da criação de novos equipamentos de disciplinamento, como os instrumentos de mensuração (testes psicológicos), e da criação de práticas legitimadas pelos saberes construídos pelas ciências modernas, sobretudo a psicologia, a qual, como novo dispositivo de verdade possibilita a ampliação do esquadramento da infância e seu controle.

Nesse cenário, predominava o discurso da eugenia o qual leio como parte das regularidades da trajetória genealógica de fabricação do homem anormal; ou seja, de como a identidade do homem "anormal" foi objetivada nos discursos, nas práticas e nos saberes a partir do século XVIII, tendo como elementos ou figuras articuladoras o monstro, o indivíduo a ser corrigido e o masturbador (FOUCAULT, 2002) - personagens a serem transformados em adulto são, normais e legalistas (ALVAREZ-URIA; VARELLA, 1991). As condições de possibilidade de emergência do eugenismo, portanto foram as relações de poder-saber em conexão com os regimes de verdade das sociedades disciplinares modernas; estes compreendiam "os discursos das ciências humanas - educação,

psicologia, medicina - os quais são aceitos e fazem funcionar como verdadeiros. O meio primário pelo qual se sancionam estes discursos é a razão científica" (GORE, 1996, p. 77).

Governando o corpo para regenerar a raça: o cenário de produção do discurso higienista

No cenário europeu, a eugenia era filiada aos discursos monogenistas - e estes ao pensamento religioso da doutrina cristã, predominantes até meados do século XIX na Grã-Bretanha - e poligenistas, representativo do pensamento leigo e secular, e elemento desencadeador das discontinuidades nas produções de saber no campo das ciências biológicas e sociais; e também às produções discursivas na França, cujo foco era o determinismo social, tendo influenciado as pesquisas no campo da frenologia e da antropometria (SCHWARCZ, 2002).

Juntas, essas teorias passam a interpretar a capacidade humana a partir do tamanho e da proporção do cérebro dos diferentes povos, arregimentando os saberes antropológicos - ligados às ciências físicas e biológicas, segundo a vertente poligenista - e às análises etnológicas - de orientação humanista e monogenista. Essas considerações são relevantes para a análise dos discursos da eugenia, principalmente do saber antropológico na sua linhagem biológica, pois as ciências psicológicas de modo geral, a pedagogia, em uma de suas vertentes, ao dizerem sobre a criança, o fazem através do crivo dos modelos biológicos. Como campo discursivo, a

eugenia emerge atrelada aos discursos do determinismo racial – também chamado de darwinismo social ou teoria das raças, o qual toma como base teórica a antropologia biológica.

O surgimento da eugenia, como prática avançada do darwinismo social, tinha como objetivo a intervenção na reprodução das populações. O determinismo racial dava visibilidade à existência de tipos puros, compreendendo a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social. (SCHWARCZ, 2002; MOTA, 2003). Os teóricos dessa linha de pensamento partiam de três enunciados básicos:

(O primeiro deles) afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituíu uma continuidade entre os caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto [...] aponta para a preponderância do grupo 'racio-cultural' ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à idéia do arbítrio do indivíduo (SCHWARCZ, 2002, p. 58 e 60, grifo da autora).

Foi a partir de 1880 que a eugenia, com seus enunciados ligados à seleção natural, vinculou-se a um movimento científico e social de grande visibilidade. Como diz Schwarcz:

Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de

'nascimentos desejáveis e controlados'; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e [...] desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 2002, p. 60).

Com o objetivo de constituir homens de raça elevada, a eugenia defende segundo MOTA (2003), a utilização de estratégias para impedir o surgimento de homens inferiores, ameaça aos projetos nacionais. A partir de então, ou seja, da década de oitenta do século XIX, processa-se um deslocamento significativo no conceito de evolução para o de degeneração, nos discursos no campo das ciências voltadas aos estudos dos corpos infantis.

Esses discursos se propunham a explicar os determinantes do progresso, seja ao nível macro das sociedades, seja no aspecto particular dos indivíduos - quando o progresso era visto como possível unicamente nas sociedades puras, e quando é desconstruída a ideia de evolução como um processo obrigatório: "*a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela 'diferença', e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso*" (SCHWARCZ, 2002, p. 62, grifo da autora).

Foucault (1997b) situa as mudanças ocorridas desde o século XVIII na Inglaterra como efeitos da "'razão governamental', ou seja, dos tipos de racionalidade que atuam nos procedimentos através dos quais se dirige a conduta dos homens por meio de uma administração estatal" (FOUCAULT, 1997b: p. 94, grifos do autor). Ele se refere aos modos como os fenômenos próprios a um conjunto

de seres vivos constituídos em população, como a saúde, natalidade, higiene e raça, entre outros, passaram a ser tratados como formas de racionalização dos problemas propostos à prática governamental – que ele chama de biopolítica. Destaca ainda o papel que esses acontecimentos passaram a desempenhar durante todo o século XIX, associando-os à emergência da racionalidade política liberal “*como uma prática, como uma ‘maneira de fazer’ orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua [...] como princípio e método de racionalização do exercício de governo*” (FOUCAULT, 1997b, p. 90, grifos do autor).

As fontes discursivas eugenistas ligadas à produção dos dispositivos de regulação do corpo infantil e ao processo de educação das crianças tiveram representantes crédulos na verdade das teorias que criaram, e suas ideias não tardaram a chegar ao Brasil⁵. Assim, no século XIX Cabanis constrói seu discurso racista segundo a perspectiva da antropologia poligenista sobre a natureza humana, cujos pressupostos se baseavam na ideia de que existiam diferenças entre as raças no aspecto anatômico e fisiológico, fazendo corresponder uma desigualdade psíquica entre as mesmas. Acreditava Cabanis que, tal como a secreção de substâncias pelos órgãos, o cérebro secretava o pensamento e o físico determinaria o moral (PATTO, 1996, p. 31).

Esses saberes autorizados a dizer sobre a sociedade, os indivíduos, sobretudo as crianças, e a regular seus corpos passaram a compor um conjunto de enunciados e teses que

naturalizavam a pobreza, as diferenças individuais quanto às capacidades, aptidões etc. É durante essa época, que prolifera a produção de equipamentos de regulação, os quais buscam comprovar empiricamente as teses sobre a inferioridade racial de pobres e não-brancos.

Seguindo a linha discursiva das teorias racistas, Gobineau, – partidário do determinismo racial absoluto e da noção de degeneração da raça – tratava dos problemas trazidos pela mestiçagem e, em um fragmento de suas narrativas, no livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, escrito em 1854, considera que, “*onde a raça branca já impura se mistura ao sangue de negros e índios, as consequências serão trágicas, pois resultarão na justaposição de seres mais degradados*” (PATTO, 1996, p. 34)⁶.

Nessa linha de pensamento, as teses do filósofo inglês Herbert Spencer (1820 – 1903) dão visibilidade ao biologismosociológico e seu pensamento influenciou tanto os discursos quanto práticas educativas no período de ascensão do capitalismo industrial e de consolidação do ideário burguês. (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1991).

Nos seus discursos, os três teóricos clássicos da eugenia, vão estabelecer uma equivalência entre a criança, o selvagem, o delinquente nato e o louco moral justificado pela lei de Haeckel. Em sua obra *De la educación intelectual, moral y física*, de 1880, Spencer diz sobre as crianças, “*pequenos primitivos, com impulsos anormais*”:

⁵ Os expoentes da eugenia foram Cabanis (1757-1808), Gobineau (1816-1882), Darwin (1809-1882) e Spencer (1820-1903), cuja produção nos campos do darwinismo social e do biologismo sociológico, orientaram as teorias racistas. (PATTO, 1996).

⁶ Em seus escritos sobre o nosso país, se referiu à população como “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (s/r).

Não esperes da criança um alto grau de moral. O homem civilizado tem que passar durante seus primeiros anos pelas mesmas fases de caráter pelas quais passou a raça bárbara da qual descende. Assim como se assemelham suas feições durante algum tempo às do selvagem (o nariz chato com as narinas abertas para cima, os lábios grossos, os olhos separados, a ausência da sinuosidade frontal, etc), assim também acontece com seus instintos. Daí provém que sejam tão generalizadas nas crianças as tendências à crueldade, ao roubo, às mentiras (SPENCER, 1880 *apud* VARELA; ALVAREZ-URIA, 1991, p. 206-207).

Portanto, discursos que dão visibilidade ao caráter e às funções intelectuais humanas – como nas sociedades frenológicas – que emergem com os discursos do inatismo e do caráter nacional. Após os anos 50 do século XIX, os sentidos sobre uma suposta inferioridade inata passam a ser ligados à pobreza (HOBSBAWM, 1982b; SCHWARCZ, 2002, p. 58), – inferioridade quase sempre atrelada ao corpo, à cor da pele.

Está montado o cenário social e cultural de onde emergem e se distribuem os discursos legitimadores das ciências humanas e sociais atrelados ao controle do corpo, disseminando a crença entre os brancos de que os mestiços herdavam as piores características das raças de seus pais – além de significar a dominação do branco sobre outras raças, de ricos sobre pobres, legitimando as desigualdades existentes em sociedades desiguais. Contudo, o apogeu dos discursos racistas se dá entre os anos de 1880 do século XVIII e 1930 do século XX (HOBSBAWM, 1982b).

Outra perspectiva do discurso eugenista é tratada por Alvarez-Uria e Varela (1991), através da teoria de Spencer, segundo a qual as crianças se identificam com o selvagem quanto aos aspectos psíquicos.⁷ Mas, as influências internacionais mais significativas sobre os intelectuais brasileiros que defendiam as teorias racistas foram, sobretudo, pensadores do século XVIII, como Buffon e Cornelius de Pauw, que tratavam das diferenças “essenciais” entre os homens. Esses autores faziam parte de um grupo de estudiosos que tinham uma visão negativa do novo continente, a América: Buffon, naturalista francês, ao defender a “infantilidade do continente”, e De Pauw, jurista, através da teoria da “degeneração americana” (SCHWARCZ, 2002). Segundo a análise dessa autora, o pensamento de Buffon, ligadas a uma concepção étnica e cultural nitidamente etnocêntrica, inauguram os enunciados da hierarquia e da carência em relação à América: “o pequeno porte dos animais, o escasso povoamento, a ausência de pêlos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, de répteis e de insetos, tudo parecia corroborar a tese da debilidade e imaturidade dessa terra” (BUFFON, 1834 *apud* SCHWARCZ, 2002, p. 46).

De Pauw reforça os discursos das raças, atrelado, portanto ao corpo, com a criação da noção de degeneração – cujo significado anteriormente estava ligado às espécies inferiores, mas na perspectiva de sua menor complexidade orgânica, possibilitando um deslocamento desse sentido para um desvio patológico do tipo original;

⁷ Outras contribuições nesse sentido são as teorizações de Romanes e de Cesare Lombroso; este último, adepto da antropologia criminal, escreveu *L'uomo delinquente studiato in rapporto all' antropologia, all' medicina legale e alla discipline carcerarie* em 1876, no qual defendia a ideia de que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário, portanto, ligado ao corpo.

teorização ampliada por Morel, quando em seus estudos diz que a degeneração racial impossibilitaria o progresso mental não somente do indivíduo, mas da espécie (MOREL, 1857 *apud* SCHWARCZ, 2002). Mas, o que caracteriza os discursos sobre a infância no eugenismo – nos quais o centro é o controle e a disciplina sobre os corpos – é o seu ordenamento pelo saber médico, mais diretamente, a psiquiatria, além da neurologia, neurofisiologia e neuropsiquiatria que emergiam nos laboratórios anexos a hospícios.

Francis Galton, aceitando as concepções sobre a diferença entre indivíduos e grupos, principalmente a visão darwiniana, centraliza seus estudos na mensuração das diferenças individuais. Ele foi um dos responsáveis pelo deslocamento do conceito biológico de adaptação para o campo do saber psicológico e dos princípios evolucionistas de variação, seleção e adaptação para o estudo das capacidades humanas. Em 1865 sugere que a reprodução humana seja controlada, como forma de aperfeiçoamento da espécie, e em 1883, cria o conceito de eugenia, como parte da higiene, compreendida como “higiene da raça”.⁸

Foram essas mudanças no quadro das relações de poder e na produção de saber ocorridas na modernidade que contribuíram para a fabricação e distribuição posterior dos equipamentos coletivos de regulação dos corpos, os quais foram úteis aos procedimentos de classificação, seleção e previsão sobre a adaptabilidade ou o potencial de desajustamento dos indivíduos às diversas funções e, portanto, sua capacidade produtiva, (FOUCAULT,

1997b; ALVAREZ-URIA; VARELA, 1991) quadro que se repete de modo semelhante nos discursos educacionais na nossa realidade, como pode ser visto em fragmento de uma das teses proferida por um expoente da educação brasileira por ocasião da “I Conferência Nacional de Educação”, ocorrida em Curitiba em 1927:

[...] Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da ‘higiene’ e da ‘eugenia’, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie (PENNA, 1927: *apud* COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 88, grifos meus).

O texto acima é exemplar das preocupações que enredam a vida em sociedade no Brasil, desde a fundação da República: a preocupação com a infância, sobretudo no que se refere aos cuidados higiênicos para um corpo saudável e uma infância a ser educada na escola, tem visibilidade nos discursos e nas práticas não-discursivas a partir de três elementos: o primeiro deles refere-se à retórica Iluminista e sua crença no poder do conhecimento e da razão; o segundo relaciona-se à instauração dos Estados Nacionais; e o terceiro, à necessidade de constituição de um Estado Nacional independente.

Nesse universo de práticas civilizatórias e de mudanças, criam-se as condições de possibilidade de abertura para as discussões de temas considerados imprescindíveis para

⁸ A eugenia é definida como a “ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana” (FERREIRA, Aurélio B.H. Dicionário Aurélio Eletrônico, Versão 1.4. Dezembro, 1994); a eugenia ou eugenética significa boa raça e relaciona-se ao controle e direção da evolução humana, nos aspectos físico e mental e ao aperfeiçoando da espécie através do cruzamento de indivíduos escolhidos especialmente para este fim (MOTA, 2003).

⁹ Compreendo os regimes de verdade na perspectiva foucaultiana, como dispositivos existentes em toda sociedade – sua política geral da verdade, consubstanciada em tipos de discursos que aceita e faz que funcionem como verdades: “mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, os meios pelos quais se sanciona cada um; as técnicas e procedimentos considerados válidos para a aquisição da verdade; a categoria de quem tem confiado manifestar o que se considera verdadeiro” (FOUCAULT, 1978 *apud* GORE, 1996, p. 78).

colocar o país no caminho da modernização, como a educação das massas, compreendida, entre outras, como a educação dos corpos para o controle dos impulsos e voltados para a produção e o desenvolvimento.

O discurso republicano, como dispositivo representativo do período áureo de incremento de novas políticas em âmbitos diversos da sociedade, anuncia e capilariza a constituição de novos regimes de verdade⁹ no campo educacional e possibilitam compreender as formas de pensar a educação da infância e a regulação de seus corpos. Como nas teses da Conferência e no jornal paraibano O Educador, os temas, como reflexo dos jogos de poder que articulavam as relações entre os diferentes estratos sociais, dão visibilidade aos aspectos que a sociedade passava a definir como prioridades no redirecionamento da política nacional, como a disciplina do corpo e as práticas higiênicas.

As temáticas das teses, produzidas no início do século XX, durante a Primeira República, caracterizam-se pelo caráter de continuidade dos enunciados da eugenia nas produções científicas e nas práticas educacionais. São teses que dão visibilidade aos saberes e conceitos e às teorias que tratavam de desvendar a vida dos escolares, como modo de estabelecer formas de regulação sobre seus corpos, sob estratégias pedagógicas diferenciadas.

É nesse cenário de mudanças nas relações de poder e nas formas de sociabilidade, que se intensificam as preocupações com a infância, principalmente a infância vadia, ignorante e pobre, processo

circularmente ligado à emergência de esquadramento da população de modo geral e da infância em particular, pela medicina social. Essa ideia é parte do ideário do movimento caracterizado como "entusiasmo pela educação", quando a escola elementar, para o povo, passou a ser vista como possibilidade para essas transformações.

No furor nacionalista e de formação de uma identidade verdadeiramente brasileira, uma preocupação corrente era o perfil do povo brasileiro, visto como em processo de formação. Predominavam a visão liberal da igualdade formal e o princípio racista de desigualdade entre os homens. Os discursos das raças e as práticas médico-higienistas foram as condições de possibilidade para a ampliação e ressignificação das ideias eugenistas posteriores, as quais contribuíram e fortaleceram as intervenções higiênicas.

Os projetos higienistas e eugenistas tiveram, na educação, um dos seus principais pilares, quando em meados do século XIX se inicia um intenso esquadramento da infância pelo saber médico, permanecendo fortemente até a década de trinta do século XX. Na Seção de Higiene e Educação Física da Conferência, um de seus membros acentua a importância das intervenções higiênicas e eugenistas:

Que importa o progressivo aumento da população, onde a maioria é constituída de parasitas da minoria? Onde a doença endêmica multiforme, a ignorância e o alcoolismo transformam o povo num rebanho *sui generis*, sem o raciocínio esclarecido do homem fisiologicamente normal e educado, nem o instinto apurado do irracional? [...] Impõe-se, portanto, a

primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie (PENNA, 1927 *apud* COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1999, p. 88).

O espaço da família é invadido pelo saber e pelos enunciados médico-higienistas e eugenistas da inferioridade das raças, que querem perscrutá-la, conhecê-la e estudá-la para poder prescrever, detalhar sobre seus comportamentos, e de como criar e educar os filhos, garantindo o controle e a regulação sobre os corpos. De início, uma intervenção no corpo doente moralmente, no corpo a ser defendido dos males da civilização, para depois esse sentido ser deslocado para o corpo físico, o corpo a ser submetido ao trabalho.

A infância como categoria social, vai passar a ser problematizada. Já não mais se refere a uma massa amorfa, misturada e inseparável do adulto; necessário se faz esquadrihá-la, classificá-la produzindo identidades infantis: "delinquente", "abandonada", "viciosa", "doente", "ingênuas", "enjeitadas", "expostas", para as quais são criados inúmeros dispositivos de regulação, entre outros, a escola e o internato – este último, como espaço privilegiado para a nova ordem que se queria estabelecer quanto à educação higiênica das crianças; mecanismo ideal para se disseminar a ideia de

saúde e limpeza, de modo a produzir corpos saudáveis e produtivos.

Os expoentes dessas concepções racistas no Brasil, com diferenças de nuances enunciativas foram Sílvio Romero nos anos de 1870 e Raimundo Nina Rodrigues entre 1894 e 1905. Sílvio Romero, aliando as teorias racistas produzidas do campo biológico ao campo econômico, sob as perspectivas da propriedade e do trabalho, reafirma a superioridade das raças brancas e a inferioridade racial dos brasileiros (PATTO, 1996; SCHWARCZ, 2002).

A produção de Nina Rodrigues voltava-se para as teorizações de Spencer e do darwinismo social, ao tratar da inferioridade racial de negros e mestiços, vistos como ramos da raça branca. Ele considerava como característica dominante da raça negra, a mentalidade infantil, para o que justificou um tratamento especial no Código Penal. Propõe ainda, a mudança do conceito de "criança anormal" para o de "criança problema", possibilitando o deslocamento das questões das diferenças de personalidade do campo discursivo da "hereditariedade" para o "meio" – cujo sentido correspondia ao "ambiente familiar". Contudo, a diferença de pensamento entre Arthur Ramos e Nina Rodrigues, está na compreensão das diferenças individuais, que o primeiro discutia tomando como eixo a cultura, e seu mestre, às raças biologicamente inferiores (PATTO, 1996; SCHWARCZ, 2002).¹⁰

O que estabeleceu a ruptura da modalidade médico-higiênica jurídica, para a medicina social e a higiene pública na modernidade foi a criação do hospital, o qual, de início, não foi

¹⁰ O pensamento de Nina Rodrigues repercutiu fortemente na produção de intelectuais brasileiros, como Euclides da Cunha e Paulo Prado.

pensado como um mecanismo para se obter a cura e produzir saúde: A assistência hospitalar é menos uma assistência à doença do que à miséria, uma ação caritativa mais ampla que captura crianças abandonadas, indigentes e prisioneiros. (MACHADO *et al*, 1978).

Prática que muda quando ocorre a inscrição da doença em uma perspectiva social mais ampla e quando se encontra nas instituições médicas e nos aparelhos de Estado a relação entre saúde e sociedade, inaugurando duas características da medicina: "*a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado*" (MACHADO *et al*, 1978, p. 155).

Nesse cenário marcado por inúmeras dificuldades em pôr em prática as medidas de higienização pública, a cidade, num sentido mais amplo, e o corpo individualizado aparecem como objetos e até mesmo como produtos de uma estratégia de controle, motivados pela ameaça de doenças de todo tipo. A cidade passa a ser o espaço vital para o novo ordenamento social e para as mudanças das formas de regulação da população e dos corpos, de modo a garantir o cuidado com o corpo produtivo e seu restabelecimento, quando acometido pelas doenças. (MACHADO *et al*, 1978, p. 155).

Surge daí o sentido negativo da ociosidade e da vadiagem como parte integrante do mecanismo administrativo e a necessidade de controle, através de medidas regenerativas, como a reclusão

desses indivíduos nas casas de correção, onde aprendiam um ofício para depois casarem, ganharem terras, moradia, gado e instrumentos agrícolas, opondo, deste modo, ao isolamento arbitrário e espontâneo, o isolamento que recupera para integrar e produzir.

Foram esses processos de transformação das relações de poder e de governo da sociedade, as condições de possibilidade para que no século XIX viesse a ocorrer a medicalização do corpo, social e individual, de modo a debelar o perigo urbano, com proposituras de criação de programas normalizadores do indivíduo e da população, preocupação dos "ditos" da I Conferência:

É sabido que os meninos das escolas formam dois grupos: os normais e os anormais ou retardados. Os são de corpo e espírito, robustos, de vontade ativa, capaz de dirigirem a vida por si mesmos, com conhecimento cabal dos seus próprios atos, pertencem à primeira divisão. Fazem parte da segunda todos os meninos semi-anormais ou semi-retardados. São postos em primeiro grau inferior os que perdem tempo por doenças, irregular assistência, freqüente troca de escolas, meninos lerdos, desalentados, débeis, indiferentes, mas que são regulares e não estão predispostos à delinqüência. Os vagabundos incorrigíveis, que aborrecem a escola, desobedecem a seus regimentos, desafiam as leis e os regulamentos da comunidade em que vivem, veteranos na pernicioso aprendizagem das ruas, arruaceiros, fumadores, embusteiros, jogadores, ratoneiros, perjuros, de perigosos comportamentos, são classificados em terceiro grau. [...] Os meninos de órgãos defeituosos, de funções irregulares ou afetados de geral debilidade, aqueles cujo poder mental está, quanto à qualidade e à quantidade, abaixo do termo médio,

mas susceptíveis de melhorar por meio da escola e de serem úteis à sociedade na proporção de suas naturais aptidões. Tal é o menino subnormal, que não deve confundir-se com o mentalmente desequilibrado, violento ou imbecil, que requer o caridoso e carinhoso cuidado de um asilo" (BUSSE, 1927^{apud} COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1999, p. 304).

A família tinha uma importância fundamental como instituição higiênica por excelência, ocorrendo um deslocamento do seu significado essencialmente ligado ao "amor materno", ou seja da "família colonial" para a "família colonizada" a partir de meados do século XIX com a intervenção da medicina social – no caso, pelo saber médico. (COSTA, 1976; 1983). Ainda segundo este autor, em inícios do século XIX a família é desqualificada para garantir a proteção da infância no sentido moral, intelectual e sexual – no contexto sanitário e demográfico particular da época, quando os altos índices de mortalidade infantil e as condições precárias de saúde dos adultos começaram a se constituir como problemas sociais (COSTA, 1983). Para ele, foi também com a justificativa de salvar a todos do caos em que se encontravam que as práticas higienistas se insinuaram na intimidade de suas vidas (COSTA, 1983, p. 12, *passim*). Essa influência da higiene sobre a vida familiar – através da imposição da educação física foi enormemente divulgada nas escolas, através dos manuais de higiene e da formação dos professores.

A ginástica, como parte da cartografia do detalhe, é parte importante da governamentalidade da população e do corpo. Assim, o

esquadrinhamento da cidade e dos corpos, projetado e executado pela medicina são as condições sócio-políticas que possibilitaram os processos de intervenções higiênicas nas instituições naquele momento, como os hospitais, escolas, cemitérios, fábricas, prisões, hospícios, etc vistas como grandes estabelecimentos, "lócus privilegiados para viabilizar o funcionamento urbano, tendo em vista a complexidade crescente da vida social. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais [...]" (PASSETTI, 2002, p. 348). Tempo histórico das disciplinas, em que se forma "[...] uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos" (FOUCAULT, 1977^a, p. 127).

As práticas de higienização, sob o ordenamento dos saberes eugenistas e os mesmos critérios de intervenção utilizados no trato com a cidade adentraram o espaço escolar e prescrutaram a infância, definindo os espaços de convivência e as formas de relação que ali se estabeleceram, a partir de dois parâmetros: primeiro, a localização desses espaços, vistos como insalubres, possíveis focos de epidemias e contágios; segundo, a própria organização interna dessas instituições, criticada pelos higienistas pela distribuição desordenada, "irracional e não-classificada", da população: "'medir' e 'calcular' o gesto mais íntimo, de 'esquadrinhar' a expressão mais singela, de elaborar uma cartografia da carne e controlar funções e eficácias" (SOARES, 2006, p. 77, grifos da autora). Comportamentos de controle que

atravessaram diferentes cenários sócio-políticos, culturais e educacionais, pedagogicamente prescritivos e previsíveis, em distintas esferas da vida.

As críticas da medicina social da época eram voltadas às condições desfavoráveis que impediam o desenvolvimento sadio dos escolares, – daí que os focos de atenção eram a casa, os colégios e a mãe. Estas condições se referiam tanto ao interior da escola e da casa, como aos corpos dos indivíduos. O cuidado higiênico caracterizava-se pela minúcia, pela economia do detalhe: tudo era preciso averiguar, selecionar, classificar, separar, controlar; isso não somente em relação às questões físicas, mas morais: era preciso evitar as escolas próximas a locais impróprios, onde as crianças e adolescentes estariam expostos a emanções mórbidas que infectam o ar, como os hospitais ou à cenas obscenas, como os quartéis (MACHADO *et al*, 1978, p. 297).

Outra preocupação eram as doenças adquiridas na escola, como miopia, ambliopia, astenopia, problemas na coluna vertebral e raquitismo, algumas dessas atribuídas à arquitetura e ao mobiliário, que não levavam em consideração as condições satisfatórias para a leitura e a escrita, e os compêndios e manuais de leitura, que produziam cansaço nas crianças, fortemente presente nas páginas do jornal O Educador:

A hygiene social ocupa um lugar, o mais consideravel na vida das nações civilizadas. Com razão se diz que o grau de sua civilização pode ser medido pela perfeição de sua organização hygienica melhor que pela intensidade de sua produção industrial ou por seu transito commercial. O

papel da hygiene social é proteger o individuo nas collectividades e defender-lo dos perigos da moléstia que o ameaça. (Jornal O Educador, 5 de dezembro de 1921, p. 1).

A recodificação da infância foi possível em grande parte, devido à intervenção médico-higienista frente à mortalidade infantil. O fragmento de um discurso de uma tese de Figueiredo Jaime, no campo médico-higienista em 1836 no Brasil mostra a sua preocupação com a necessidade de controle das paixões, por meio da noção de uma medicina moral. Argumenta ele, sobre a competência do saber médico para julgar os hábitos classificados como úteis ou nocivos, sedimentado pela certeza científica para prescrevê-los e indica como correlato do instinto de propagação – suporte biológico – a paixão impetuosa da alma de um para outro sexo. Daí a necessidade de orientação para se evitar os pequenos deslizos nas trajetórias das paixões (JAIME, 1836*apud* COSTA, 1983, p. 62, *passim*).

Todos esses acontecimentos se caracterizavam pelos contornos das teorias e dos enunciados eugenistas e médico-higienistas, os quais estabeleciam territórios idealizados sobre saúde, vigor e beleza, criando práticas que tinham como foco as crianças das camadas pobres da população, sinônimo de “raças inferiores”, que despertavam o interesse dos programas de assistência higiênica à infância, como forças de trabalho potenciais para os projetos de desenvolvimento do país e o seu progresso. No jornal O educador esses enunciados aparecem fortemente:

As escolas ao ar livre, pelo seu alto valor social, desempenhando uma das mais importantes funções na prophylaxia da tuberculose, têm merecido todo o carinho e as melhores atenções nos países mais adiantados da Europa e da América. São especialmente destinada às crianças que, examinadas pelos inspectores medicos escolares, revelem debil constituição, anemia, escrofuloso e certa predisposição á tuberculose. Essas crianças, retiradas de um meio insalubre, ordinariamente mal alimentadas, muitas delas filhas de tuberculosos com os quaes vivem em promiscuidade, em habitações miseraveis sem ar e sem luz, são diariamente transportadas para um bosque, nas visinhanças das grandes cidades, onde passam grande parte do dia ao sol e ao ar livre, bem alimentadas, fazendo exercicios methodicos e recebendo ao mesmo tempo, a necessariainstrucção. (Jornal O educador, 23 de fevereiro de 1922, p. 1).

Foi para as camadas vistas como ameaça social, pelos seus comportamentos “desviantes” e seus defeitos profundos, que se voltaram os interesses científicos e os discursos higienistas e eugenistas, bem como a importância da escola, como pode ser visto no discurso de uma reconhecida autoridade no campo médico-educacional da época:

Mais uma vez, portanto, se appella para a escola. [...] Sua acção se exerce sobre o cérebro infantil ainda plástico, virgem de defeitos, e póde, por isso, afeiçoar-lhe a estrutura mental, orienta-lo, e inculir-lhe um systema duradouro de habitos. Ella só é capaz. Armada a autoridade que a sua propria essência lhe dá, guiada pelo espírito do mestre, em que se alliam o saber e o methodo, a intelligencia e o coração, nenhum outro aparelho existe, nem existirá, cuja acção se lhe possa comparar. Somente ella é efficaz.

Porque, em seu rumo, não encara este ou aquelle problema da hygiene, mas todos; não faz prophylaxia desta ou daquela moléstia, mas de todas; não se endereça a esta ou aquella classe, mas á universalidade social (ALMEIDA JUNIOR, 1922 *apud* ROCHA, 2003, p. 43).

Para efetivar essas mudanças na educação foram fundamentais as produções discursivas no campo da psicologia, sobretudo no que se refere à fixação de hábitos, as quais embasavam as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola – através da exposição das práticas exemplares – conferindo-lhes um caráter de cientificidade. Essas práticas higiênicas abrangiam a revista dos alunos, a inspeção do espaço escolar, a vigilância sobre a conduta, a exibição dos índices de normalidade e o inquérito sobre a vida doméstica (COSTA, 1999), feitos de modo detalhado:

No dia seguinte, fazendo desfilar a classe diante de si, o professor examinará os alumnos um por um: estão as unhas aparadas e limpas? As mãos limpas? o rosto? a cabeça e os cabellos? O alumno está calçado? Etc... Ao mesmo tempo que examina, irá chamando a atenção para as falhas, ou louvando e encorajando os acertos. De vez em quando, terá que mandar um ou outro á torneira: fal-o-á sem alarde, nem repugnância (ALMEIDA JÚNIOR, *apud* ROCHA, 2003, p. 49).

Esse detalhamento das condições de hygiene também está presente na inspeção do espaço escolar, feita pelos alunos, que deveriam percorrer todas as dependências da escola, nos mínimos detalhes das suas condições de ventilação, claridade, etc. Prática

importante como treino dos escolares para a vigilância sanitária do espaço doméstico. Contudo, como influência dos discursos do eugenismo, a prática muito valorizada era a exibição dos índices de normalidade relacionados ao peso e à força da criança, compreendida como forma para as crianças serem vigilantes em relação à própria saúde: *“os resultados, inscriptos em duas cores, no quadro negro, ahi ficarão, permanentes, para que as creanças possam avaliar o que estão ganhando, ou perdendo, mensalmente. O systema, já em parte adoptado, em escolas americanas, tem produzido magníficos resultados”* (ALMEIDA JÚNIOR, *apud* ROCHA, 2003, p. 51).

Esse processo vai desencadear uma ruptura em relação ao esquadramento da infância e dos mecanismos de governo do corpo e na produção de práticas de regulação no campo educacional: antes ligados aos aparatos médicos, segundo o quadro nosológico da época, de objeto dos enunciados do discurso da higienização, o corpo vai ser apropriado pelos discursos produzidos pelos saberes da psicologia, a partir dos testes. Um dos discursos da I Conferência dá visibilidade a esse aspecto:

Há evidentemente alguns testes, entre os mais adiantados, que se firmam em conhecimentos escolares básicos, mas deles não se tirará senão uma dedução geral, sob o ponto de vista do desenvolvimento mental da criança e não sobre o seu adiantamento escolar. Acreditamos que será possível fazer uma seleção racional entre crianças normais, anormais e retardadas, evitando assim, os males incalculáveis que resultam fatalmente da fusão de capacidades diversas numa escola ou numa coletividade (MAGALHÃES, *apud*

COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1999, p. 108).

O importante a considerar nessa discussão é a relevância dos saberes médicos, psicológicos e pedagógicos para as profundas transformações pelas quais vêm a passar as formas de governo da infância, redirecionando os processos educativos com seus métodos e as formas de ordenamento da educação escolar. Todas essas mudanças são um reflexo das redes de relações de poder e da produção de saberes, da fabricação da instituição escolar e com ela dos especialistas, possibilitando o estabelecimento de posições de sujeitos, de formação das identidades exigidas pelas sociedades ocidentais, desde o tempo que se convencionou chamar de modernidade.

É no contexto dos anos de 1920, portanto que a produção discursiva e a governamentalidade da infância escolar, possibilitam a emergência de novos territórios escolares de regulação, relacionados à higiene mental escolar. A partir de então, vai haver um deslocamento da assistência à infância: a caridade misericordiosa e privada das instituições religiosas cede lugar às ações governamentais como políticas sociais (PASSETTI, 2002).

Assim, as três primeiras décadas da República caracterizam-se pela intensificação dos discursos sobre o corpo infantil e estratégias de governo da infância, através da intervenção do Estado sobre crianças “abandonadas”, vistas como “potencialmente” perigosos. Como estratégia de prevenção, necessário se fazia governá-las e integrá-las ao mercado de trabalho, impedindo que

se perdessem pelas ruelas sujas dos subúrbios que infectavam o corpo e a moral. Foram essas prerrogativas colocadas pelas relações de poder e pela produção dos saberes desde finais do século XIX no Brasil, que possibilitaram a visão de uma infância “primitiva”, “irregular” e “atrasada”, a ser higienizada – visando uma depuração das raças – e disciplinada pelo trabalho.

Penso que os discursos e as realidades e sentidos que produzem, são acontecimentos passíveis de reversibilidade, de transformação,

como tem nos mostrado a história; o que significa que, os anormais, os irregulares terão não somente serão adjetivados pelos “ditos” e “escritos” sob o ordenamento de discursos de verdade, mas que o que dizem sobre eles repercute, como “tarefa inconclusa”, podendo criar e configurar novos lugares de circulação de sentidos e de novos discursos com outros sentidos quais sejam: atentar, interessar-se, rebentar: a pessoa de quem se fala é capaz de superar o que dela se declarou.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. De Armazém à Campo Cultivável: A instrução e a formação como diferentes formas de aprendizagem e como diferentes relações com o saber e com a leitura, produzindo subjetividades e sujeitos outros. *Revista Línguas e Letras*, Cascavel, PR, v. 6, n. 10, p. 249-271. 1º Semestre/2005.
- ALVAREZ-URIA, Fernandez; VARELA, Julia. *Arqueología de la escuela*. Madrid: La Piqueta, 1991.
- ARANHA, Gervácio Batista. In: Ó. Alarcon Agra do. et al. (Orgs.). *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Ideia, 2003: pp.79-129.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978. Tradução de Dora Flaksman.
- COSTA, Jurandir F. *História da Psiquiatria no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- _____. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Maria J. F. F. da A.; SHENA, Denílson R.; SCHMIDT, Maria A. (Org.) MEC. *I Conferência Nacional de Educação: Curitiba, 1927*. BRASÍLIA/INEP, 1997.
- DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Tradução de Vera Porto Carrero.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR, 277p, Vol. 1. 1994. Tradução de Ruy Jungmann.
- _____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 1993. Vol. 2. Tradução de Ruy Jungmann.
- FOUCAULT, Paul Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 280 p.1977a. Tradução de Ligia M. PondéVassallo.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977b. Tradução de Roberto Machado.
- _____. Nascimento da biopolítica. In: FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a. Tradução de Andréa Daher.
- _____. Segurança, território e população. In: FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b. Tradução de Andréa Daher.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 152p. 2001. v. 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque.
- _____. *Os anormais*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 479p. 2002b. Tradução de Eduardo Brandão.
- GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane M.T.; FILHO, Luciano M. de F.G.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GORE, Jennifer M. *Controversias entre las Pedagogias*. Madri: Morata, La Coruña: Fundación Paidéia, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa 1780-1848*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a. Tradução de Marcos Penchel e Maria L. Teixeira.
- _____. *A era do capital: 1848-1875*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b. Tradução de Luciano Costa Neto.
- JANZ JR. DONES C.O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século xx. *Cordis. História, Corpo e Saúde*, n. 7, jul./dez. pp. 87-120, 2011.
- Jornal O Educador- orgam do professorado primario*. Exemplares: 5 de dezembro de 1921; 23 de fevereiro de 1922; 20 de abril de 1922. Parahyba do Norte, Typografia do Estado.
- KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX)*.

Lisboa: 2003, Educa.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 347-375.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

QUEIROGA, Maria do Socorro N. *O discurso do fracasso escolar comotecnologia de governo da infância: arqueologia de um conceito*. 2005. 442f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

_____. *O discurso higienista como dispositivo de formação na Primeira República na Paraíba (1921-1922)*. 2015. (mimeo).

ROCHA, Heloísa H. P. Educação escolar e higienização da infância. *Cadernos CEDES*, v. 23, n. 59, p. 39-56, abril, Campinas, SP, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Carmen L. Pedagogias do corpo: higiene, ginástica, esporte. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA, Cynthia, Greive. Educação e identidade nacional no Século XIX. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira*. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2006. pp. 113-138.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927). In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino. (org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 429.

Recebido em 29/04/2015

Aprovado em 11/05/2015

**NÃO HÁ EDUCAÇÃO
COMPLETA SEM A SEXUAL:
O CONTROLE DO CORPO,
EM BELÉM, NOS ANOS 30**

**Lucélia de Moraes Braga
Bassalo¹**

Universidade do Estado do Pará/
Universidade da Amazônia

RESUMO

O impacto do discurso da higiene sobre a educação, no Brasil, pode ser observado na formulação de várias estratégias de controle do corpo, no início do século XX. A presença desta concepção pode ser detectada em Belém, através da publicação das obras de Othon Chateau, *Traços de Higiene* em 1935 e de Arthur Porto, *Conselho a escolares (Sobre educação sexual)*, em 1938, e destinadas a professores e alunos. A atenção dos autores incide de modo especial sobre o corpo, com a intenção de controlá-lo e obter máxima produção no que tange ao bom comportamento social e sexual, se referindo tanto ao corpo da menina quanto ao corpo do menino. Para os intelectuais paraenses o corpo é uma das preocupações mais importantes. É um bem precioso, que exige atenção, cuidado, esmero, e por isso deve ser alvo de interdição. O objetivo deste texto é apresentar os argumentos dos autores acerca da importância e necessidade da educação sexual de meninos e meninas para a organização racional e moral da vida social, utilizando como inspiração analítica as proposições foucaultianas acerca da sexualidade como um dispositivo de controle do corpo.

Palavras chave: Corpo educado. Educação Sexual. História da Educação.

ABSTRACT

The impact of hygiene discourse on education in Brazil can be observed by the formulation of various body control strategies at the beginning of the 20th century. The presence of this notion can be detected in Belém, through the publication of the works of Othon Chateau, *Traços de Higiene* (Traits of Hygiene) in 1935, and of Arthur Porto, *Conselho a escolares (Sobre educação sexual)* (Advice to Pupils (On sexual education)), in 1938, targeted for teachers and students. The focus of the authors addresses the body, in particular, with the intent of controlling it and obtaining maximum output with regard to good sexual and social behavior, referring equally to girls' and boys' bodies. For intellectuals from Pará, the body is a precious asset which requires attention, care, and diligence, and, for this reason, it should be the target of prohibitions. The purpose of this text is to present the authors' arguments on the importance and necessity of sexual education for boys and girls for the moral and rational organization of sexual activity and its effects on social life, using the Foucauldian propositions on sexuality as a device for control of the body as analytical inspiration.

Keywords: Educated body. Sexuality Education. History of Education.

Considerações Iniciais

As primeiras décadas do século XX no Brasil são férteis de ideias inovadoras na área educacional e marcam definitivamente a constituição do pensamento pedagógico brasileiro. A educação passa a ser reconhecida no seu papel social e é apontada como o caminho para a reorganização da sociedade e, como via de resolução dos problemas

¹ Professora adjunta da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e professora titular da Universidade da Amazônia (UNAMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UEPA. Doutora em Educação, atualmente é coordenadora do JEDS - Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidades cadastrado no diretório de grupos do CNPq.

que trariam o desenvolvimento do país.

Este período é cenário de disputa política e econômica, de contradições, de conflitos entre as razões teológica e moderna e onde se constroem novos significados relacionados não só a educação e a escola, mas também relacionados à família, a sexualidade e as responsabilidades sociais do homem e da mulher.

A tradução e publicação de dezenas de livros, artigos e teses sobre sexualidade e educação sexual, a articulação do CBES - Círculo Brasileiro de Educação Sexual, a validação do discurso médico-higienista para orientar as políticas sanitárias do meio urbano, são elementos que indicam a formulação de estratégias disciplinares destinadas à normalização do comportamento sexual na sociedade brasileira (BASSALO, 1999; VIDAL, 2002).

Convictos da contribuição da higiene, educadores e médicos levantaram a premissa de que promovendo a educação da sexualidade era possível orientar o comportamento dos jovens e, assim, evitar que as mazelas sociais acometessem ou se ampliassem na sociedade brasileira. O pressuposto fundamental dos posicionamentos destes profissionais referia-se a ideia de que a difusão dos conhecimentos na área da higiene contribuiria efetivamente para o combate das práticas nocivas à saúde e aos padrões morais.

Em Belém, a presença desta concepção pode ser detectada especialmente na publicação de duas obras, destinadas a leitura de professores e alunos, com o claro

objetivo de difundir os princípios da higiene no campo da sexualidade: *Traços de Higiene*, de Othon Chateau, publicado em 1935 e *Conselho a escolares (Sobre educação sexual)*, de Arthur Porto, publicada em 1938. Para os autores, a educação da sexualidade é um importante instrumento auxiliar da reorganização da sociedade, da cidade, da casa e em última instância seria responsável pelo ordenamento moral da sociedade, especialmente da família paraense naqueles anos.

A partir de uma pesquisa documental, que recorre a fontes que ainda não receberam tratamento analítico, procuramos delinear os argumentos apresentados pelos autores para apontar a educação sexual como elemento indispensável da formação educacional geral, assim como daqueles utilizados para afirmar que a educação sexual deveria ser ministrada sem distinção para meninos e meninas, utilizando como inspiração analítica as proposições foucaultianas acerca da sexualidade como um dispositivo de controle do corpo.

I – A educação sexual: articulando saúde, sexualidade e educação

O embate entre os pressupostos da religião católica e da ciência, em termos de educação, data de fins do século XVIII, com as ações de reforma da instrução pública empreendidas por Marques de Pombal que teve como inspiração o Iluminismo e a pedagogia do humanismo racionalista. As novas ideias sobre o papel do professor e do aluno, dos métodos de ensino e a importância dos estudos da psicologia

para a modernização dos processos de ensino-aprendizagem são defendidos pelos renovadores da educação que influenciam as reformas da instrução pública que ocorrem nesta década, sob a resistência dos defensores dos ideais da Igreja Católica (SAVIANI, 2005).

A fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, marca o crescimento deste movimento que propõe a renovação da educação e acredita na escola como um lugar essencial de formação do indivíduo. O posicionamento de intelectuais em debates e conferências de educação alcança seu apogeu com o lançamento do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932, onde se lançam publicamente as bases de uma concepção de educação moderna, de base científica, no campo pedagógico (XAVIER, 2002). Apesar de atualmente avaliarmos que esse grupo não obteve sucesso em seus intentos, eles ampliaram sua influência ocupando cargos nas esferas governamentais e criando "órgãos de divulgação, buscando deliberadamente hegemonizar o campo educacional". (SAVIANI, 2005, p.11).

O confronto entre a razão teológica e a razão científica também era travado no campo da saúde, já que os higienistas buscavam formas para ampliar o espectro de suas interpretações e ações, tendo em vista as tradições seculares dos cuidados com o corpo, que eram partilhadas pela população. Considerados vanguardistas na área da saúde, acreditavam que era preciso reorganizar a sociedade tomando como base os mais recentes

"achados" da ciência e, assim, preparar as novas gerações para constituir uma sociedade saudável.

A criação do Instituto de Higiene, em 1924, e sua grande importância na política sanitária estadual de São Paulo, propondo estratégias de intervenção em questões urbanas pode ser considerado expoente da amplitude desta compreensão. Os higienistas, utilizando argumentos de base científica, numa articulação de dois campos, a educação e a saúde, alçaram a educação sanitária a uma condição essencial, de tal modo que tornou-se factível conceber "os problemas sanitários como problemas de ordem educativa, cuja solução passava pela inculcação de modos de viver calcados nos parâmetros da ciência" (ROCHA, 2003:42). A estratégia higienista incluía o "espaço íntimo, da casa da família; incidindo nas atividades de professores e professoras; expandindo seu alcance para a sociedade mais ampla, encontramos a racionalidade médica em plena movimentação" (GONDRA, 2003, p. 35).

Demarcando o que era necessário saber sobre sexo, especialmente, e tendo em vista o futuro do país, para os higienistas era necessário que os jovens tivessem acesso às novas recomendações médicas. A educação deveria ajustar os comportamentos, que conduzissem as novas gerações à saúde. Assim, era necessário pautar os princípios higiênicos e eugênicos na educação da sexualidade, pois

Para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola,

² Na contracapa do livro se lê mais credenciais sobre o autor: Presidente do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade da Capital Federal; membro da sociedade de Sexologia de Paris, Presidente honorário da Seção de Sexologia do 1º Congresso Internacional contra o Perigo Venéreo.

mas, também, no espaço privado da casa. Pais e mestres constituem-se, portanto, nos principais destinatários das prescrições médicas quando se trata da educação (GONDRA, 2000, p. 525).

Esta compreensão pode ser identificada na I Conferência Nacional de Educação realizada em 1927, em Curitiba, onde foram tecidas defesas acaloradas acerca da importância da educação sexual com base na higiene. Vale destacar que, entre os educadores higienistas, não havia consenso quanto ao lugar em que este tipo de educação deveria ser realizado, se na casa, na escola ou na igreja, nem quanto a quem deveria realizá-la, se a família, os professores ou religiosos e, por fim, quanto a quem deveria receber este tipo de formação, se só os meninos, se ambos, meninas e meninos, além de, ao se considerar os dois, se as meninas deveriam saber tanto quanto os meninos. (BASSALO, 1999).

Além disso, podemos ver que as discussões acerca da importância da educação sexual tomaram corpo, com a criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual - CBES, em julho de 1933, no Rio de Janeiro. Esta associação desenvolveu uma atuação ampla e intensa. Presidido por José de Albuquerque, o CBES desenvolveu uma campanha no âmbito da educação sexual com as mais variadas atividades, formada por palestras, conferências, semanas de educação sexual, o atendimento em posto de atendimento gratuito sobre higiene e psicologia sexual. Além disso, constitui o 'Circuito Jornalístico' do CBES, que obteve a filiação de 700 jornais brasileiros que publicavam, quinzenalmente, artigos sobre os

mais diversos assuntos relacionados a educação sexual (VIDAL, 2002).

Contudo, apesar de tantas adesões e realização de ações, pode-se perceber que esta convicção não era uniforme nem placidamente aceita por outros membros da sociedade, como já apontamos anteriormente. José de Albuquerque, por ocasião de sua candidatura à Câmara dos Deputados, foi atacado por seus adversários e acusado de intensificar despropositadamente e injustificavelmente a campanha de educação sexual. Indicado para se candidatar a Deputado pelo vice-presidente do CBES, Dr. Olympio Rodrigues Alves, José de Albuquerque afirmou que ocupar uma cadeira na Câmara era a possibilidade de incluir no Legislativo, alguém que defendesse a importância da educação sexual. Com esta posição, em seu Programa de Ação Legislativa², apresentado em 1937, incluiu as "Diretrizes para uma política sexológica". Neste documento exhibe como argumento de que sua posição era moderna e a educação sexual irrefutavelmente necessária para o país, um farto material iconográfico composto da reprodução de capa de folhetos, cartazes murais de propaganda de educação sexual para rapazes e futuras mães, com origem em diversos países. Em seu discurso alega que suas ações são ínfimas frente ao que já era realizado em outros lugares e que, como educador higienista, estava convicto de que a educação sexual seria a forma de reordenar a sociedade brasileira.

**II - Educando corpos,
higienizando a sociedade**

belenense

Em Belém, no início do século XX, pode-se perceber uma movimentação acentuada em torno das questões da saúde e da educação, ambas em situação precária. O corpo é colocado em evidência. Um dado importante neste contexto se refere, segundo Miranda e Abreu Júnior (2014), a retomada da ideia de uma associação de médicos com uma visão moderna de saúde, representada pela fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, em 1914. Em um de seus primeiros manifestos seus associados destacaram a importância da medicina que, em nome dos interesses da higiene e da saúde pública, auxiliaria no desenvolvimento social da sociedade belenense.

Outra singularidade no tocante as medidas relativas ao corpo, refere-se à ordenação do espaço urbano, nos moldes da *belle époque*, onde *"sobressairá o ideal da cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância, a sociabilidade mundana"* (COELHO, 2011, p.145). O surgimento do Código de Postura e de locais apropriados para o abrigo de mendigos e órfãos, neste período em Belém, para Pimenta e França (2012) *"leva a conjecturar que o objetivo da criação dessas instituições era uma maneira de 'limpar', as vias públicas, tirando dessas, as pessoas desvalidas, que de certa forma 'incomodavam' a elite que ali se firmava"* (p. 2953). Podemos acrescentar que os corpos doentes, indigentes não deveriam compor o espaço urbano paraense.

A saúde dos corpos infantis passa a receber atenção especial também neste período, quando se

desenvolve a preocupação com a maternidade e a infância no Pará. De acordo com Alves (2012), a criação em 1912, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, resulta da avaliação que as crianças tinham seu desenvolvimento físico e psicológico prejudicado pela falta da observância dos preceitos da higiene, bem como é reflexo das interpretações que se espalhavam por todo o país, já que, entre os médicos higienistas, circulava a crença de que deveriam interferir no âmbito familiar e diretamente na educação dos filhos, argumentando acerca da manutenção da vida, do corpo com saúde.

Ações expressamente dirigidas ao corpo, especificamente no âmbito escolar, podem ser vistas a partir da publicação do Decreto 3356, em 1918, que de acordo com Coelho (2008), regulamentava a escola primária no Estado do Pará, tendo como princípio a ideia de que os conhecimentos obtidos na escola, intimamente relacionadas com a perspectiva higiênica, deveriam auxiliar na formação moral e social dos estudantes.

Segundo a autora, em 1919, foi criada a Diretoria de Higiene Escolar, com a declarada intenção de supervisionar e controlar os corpos das meninas e meninos paraenses. Nos anos seguintes surgem profissionais e medidas destinados ao controle do corpo dos estudantes: o médico inspetor, responsável por dar orientações necessárias e específicas a professores; o guarda sanitário que seguia um calendário de visitas as escolas; um curso na área da higiene, com dois meses de duração e ofertado aos professores primários. Deste modo *"a higiene passou a ser um*

procedimento de controle e verificação pessoal que deveria ser realizado diariamente, pelo professor, em cada sala de aula da escola primária" (COELHO, 2008, p.60).

Justamente neste contexto, de intensa preocupação com o corpo, sua potencialidade, vitalidade e produtividade que as obras de Arthur Porto e Othon Chateau sobre educação sexual, são publicadas em Belém.

Arthur Porto, desembargador do antigo tribunal de Justiça do Pará, fundador e diretor do Colégio Progresso Paraense, publicou vários livros no campo da educação antes e depois da obra objeto deste trabalho. Pode-se dizer que ele fazia parte do grupo de profissionais interessados nos problemas educacionais que emergia no início do século XX e, como tal, acreditava no poder regenerador da educação, e na necessidade de mudar a forma de ensinar, tendo como base os conhecimentos científicos recém-desenvolvidos na área pedagógica. A crença no poder da ciência o levou a sobre a atuação dos professores a ponto de afirmar que *"quando a ciência penetre no coração e cérebro surge o tato pedagógico"* (PORTO, 1921, p.18). Além disso, acredita que *"o que desmoraliza o ensino não é, portanto, essa questão de programas e de disciplina escolar, mas sim a ignorância dos métodos pedagógicos ou a incapacidade de ensinar por eles, de acordo com a ciência da educação"* (PORTO, 1921, p.34). Como representante de sua época, critica a educação escolar e aposta nas alterações produzidas pelo domínio do conhecimento científico no campo educacional.

Por sua vez Othon Chateau, médico higienista, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1905, com a tese "A higiene nas igrejas", escreveu vários livros e romances médicos, onde defendia a necessidade de educar e higienizar a vida sexual. Como médico responsabilizava o falso pudor pelo aumento das doenças e problemas morais que assolavam as cidades.

Os autores dão especial atenção às questões da educação sexual em meados dos anos 30 do século XX, quando da publicação de *Traços de Higiene*, escrito por Othon Chateau e publicado em 1935 e, *Conselho a escolares (Sobre educação sexual)*, de autoria de Arthur Porto e publicado em 1938.

2.1. Educação sexual, corpos sadios e vida virtuosa

No início de sua reflexão sobre a importância da vida sexual, Arthur Porto, retoma o trabalho de José de Albuquerque a frente do CBES, para dizer que a educação sexual é importante para proteger os jovens da imoralidade e da doença ao que denomina de malefícios de ordem moral e da saúde, enfatizando que *"Em nossos dias, ninguém pode contestar que a educação sexual é tão necessária aos moços como a profissional cultivada para bem exercerem a sua missão social"* (PORTO, 1938, p.15).

Pode-se observar que a educação sexual, sob sua perspectiva, relacionava-se, especialmente, com a normalização dos comportamentos. Dirigindo-se aos estudantes para demonstrar a importância da educação sexual, afirma:

Quando virdes, na rua ou nas escolas, certos moços que desde a infância não se pejam de falar e escrever obscenidades, tende compaixão deles, máxime se forem brasileiros. Tentai, ao menos pelo conselho, afastá-los dessa abjeção, de modo que se não anulem deixando-se desmoralizar e incapacitar para o serviço da pátria. Em confronto com eles, vereis como lhes sois superior na plena consciência de todo o vosso valor moral, porque aqueles são desprezados pelas pessoas bem educadas e muitas vezes até perseguidos pela polícia, ao passo que vós sois bem recebidos em toda parte como merecedores da simpatia geral e do afeto de pais e mestres.

E como nos atos de certos moços existe malícia precoce, muitas vezes sugerida pelos instintos, como hoje explica a doutrina psicanalítica de Freud, é mister que tomeis conhecimentos preliminares de educação sexual, que se deve integrar na vossa formação moral e personalidades próprias.

Vejamos pois, como deveis entendê-la para o vosso bem-estar. Os motivos dessa iniciação respeitam as Leis higiênica, moral e psicológica. (PORTO, 1938, pp.11-12)

Referendando sua posição na obra freudiana e nos conteúdos da higiene, da moral e da psicologia demonstra que a educação sexual seria uma forma de normalizar os comportamentos, especialmente, dos jovens brasileiros. Vale ressaltar que Belém tinha vivido na virada do século, um ciclo de imigração de europeus, incentivados pelo governo brasileiro, local e pelos grupos paraenses enriquecidos no ciclo da borracha, transformando-se "*numa mistura de sotaques e de práticas culturais trazidas do continente europeu*" (SARGES, 2010, p.56), o que possivelmente o fez ressaltar a

nacionalidade dos jovens com comportamento inadequado.

O autor atribui superioridade social aquele que estivesse consciente de seu 'valor moral', de modo que educados sexualmente distinguiriam de 'certos moços', os que deveriam ser objeto de compaixão ou orientação, com o intuito de reorientá-los para um comportamento adequado, conveniente. A superioridade de quem segue os preceitos morais são reafirmados cientificamente pelo recurso a 'doutrina psicanalítica de Freud', que explicaria a 'malícia precoce' ou o comportamento inadequado, o que validaria a atitude de manterem-se afastados de práticas amorais, tão condenadas socialmente e passíveis de desprezo, como 'falar e escrever obscenidades'.

Vê-se então que a educação sexual é tomada como regulação do comportamento já que se orientava pelas 'Leis higiênica, moral e psicológica' tomadas como princípio ordenador. Apresenta por fim que, o respeito às normas sociais com base científica, teria como consequência a 'simpatia geral e o afeto de pais e mestres', formulando claramente uma relação entre ordenação social e os princípios da higiene.

Deste ponto de vista diz aos estudantes que a educação sexual serviria para:

Vos conservardes serenos e prontos para o trabalho, varrendo do pensamento perturbadoras imagens sensuais, convém instruir-vos sobre os assuntos da sexualidade, de modo que tenhais bem equilibrado o sistema nervoso para uma vida virtuosa e esforçada, sempre entregues aos estudos, à cultura física, às distrações saneadoras, como a boa leitura, os

bons espetáculos, as excursões aos campos e às praias, enfim a toda uma vida promissora de boa saúde e de boas ações. (PORTO, 1938, p.13)

Neste momento, Arthur Porto, esclarece sua noção de corpo: saudável e virtuoso. O 'sistema nervoso' manter-se-ia equilibrado quanto mais concentrado em atividades consideradas virtuosas e mais afastado do exercício da sexualidade. A recomendação de varrer as 'imagens sensuais' dá uma conotação de lixo, de algo degradante a energia sexual e as fantasias dessa ordem. Ainda que possa parecer uma contradição, já que defende a educação sexual, do ponto de vista do controle do corpo, ou da relação entre saber e controle é coerente. Neste caso, a fala sobre o sexo, assume o lugar de forma, de dispositivo de controle sobre a prática.

O corpo dos jovens interessa enquanto corpo saudável e produtivo, voltado para o trabalho, sua qualificação e profissionalização. Retirando ou varrendo como ele diga dimensão da sexualidade, o jovem deveria conformar-se com diversões 'saneadoras' como a leitura, a praia ou excursões. Um corpo dividido e adiado. Que se diverte com no limite dado pela norma, pela higiene ou não se diverte, já que ao serem saneadoras, limpam aquilo que é dado como imoral e não higiênico.

Neste sentido, o conhecimento acerca do funcionamento do corpo é apontado como um conteúdo fundamental para que o indivíduo exerça controle sobre si, como demonstra ao se apontar a importância da educação sexual:

Não deveis desconhecer a organização do corpo humano e suas funções fisiológicas, para manterdes a beleza física das formas que, como se afirma, é uma fonte perene de alegria e de orgulho, a ser transmitida como pobreza da raça. (PORTO, 1938, p.21).

O conhecimento sobre o corpo e sua fisiologia sexual, potencializa-se no sentido de ser uma estratégia de controle e torna-se a forma de impedir práticas anti-higiênicas e amorais. Assim, em sua concepção a educação sexual, previne pela regulação e protege pelo controle, preparando para o exercício da vida em sociedade, sendo auxiliar no direcionamento dos 'moços' para uma 'vida virtuosa'. Assim, o sentido atribuído ao conhecimento sobre a 'organização do corpo humano' demonstra a primazia da educação sexual para o controle do corpo com fins higiênicos e morais.

Othon Chateau acrescenta a esta argumentação sobre a importância da educação sexual, outro princípio tão importante à época:

A higiene, ditando ao homem a boa conduta, que lhe garanta a procriação, o desenvolvimento e o exercício normal das funções, só conseguirá, entretanto, o seu objetivo, baseando-se na educação sexual. Não se fará a almejada eugenia sem de fazer a instrução sexual, da qual depende inteiramente o futuro da nossa raça, como Pinard doutrinara. A racionalização da vida sexual e os preceitos de eugenismo submetem a procriação, à vontade e à deliberação (CHATEAU, 1935, p. 149).

Assim como seu conterrâneo, Othon Chateau atribui como resultado da educação sexual com base higiene, a 'boa conduta' e acoplado como segundo efeito a eugenia.

Recorre por sua vez a Pinard para demonstrar a relação entre a educação sexual e o 'futuro da nossa raça'. Assume desta feita, o controle do corpo como premissa para a 'racionalização da vida sexual' sob a égide eugenista, um corpo que pulsa e é domado, que tem sua vontade submetida as regras da eugênicas e higiênicas.

Recomendava ainda que tal 'instrução' fosse dada também para as crianças pois

torna-se indispensável que a educação sexual e discreta seja iniciada o mais cedo possível, porque se não pode negar a importante atuação, no desenvolvimento do caráter das crianças, da sexualidade, que, sob numerosos aspectos, agita o espírito com as suas tempestades (CHATEAU, 1935, p. 150).

Vê-se que ao incluir a criança como objeto deste tipo de instrução, parte do pressuposto de que a educação sexual garantiria, no futuro comportamentos adequados aos padrões higiênicos, eugênicos e de acordo com as regras de moral. Reconhecer que existe uma 'vontade de saber' que 'agita', que traz 'tempestades' até as crianças, leva-o a admitir, diferente de Arthur Porto, que era inevitável o contato sexual, a ponto de afirmar que a "*castidade, hoje é um mito que se fragmenta*" (CHATEAU, 1935, p.141). Entretanto, mesmo considerando um mito, o que dá a entender é que seria fantasioso imaginar a virgindade para os homens jovens da época. Afirma que isto decorria, segundo ele, dos romances, do teatro e da "*instalação livre do meretrício, que atrai a mocidade*". (CHATEAU, 1935, p. 141). Fatores

externos que desvirtuariam o comportamento ideal.

Vozes de expressão social no estado, os autores acompanham o direcionamento do CBES de que a educação sexual é necessária para a formação de corpos sadios. Enquanto Arthur Porto advoga pelo represamento da sexualidade, Jean Marestan sucumbe à realidade indicando a inviabilidade da posição defendida por Arthur Porto. Contudo, ambos defendem a importância da compreensão do corpo e seu funcionamento tendo como objetivo final a vida em sociedade.

Os pressupostos da higiene e da eugenia são combinados e utilizados pelos dois autores para argumentar que uma sociedade depende se não exclusivamente, mas com muita intensidade, dos corpos que a compõe. Das suas ações e comportamentos. Colocando no centro do processo social o corpo são. Seu funcionamento pleno. Para tanto era necessário falar e saber sobre sexo, já que o saber sobre o corpo institui um poder sobre o corpo, sobre o desejo, sobre a vontade, ou ainda, como indica Foucault (1997) um poder que aceita a repressão e incita disfarçadamente, que ultrapassa e se institui a partir de um jogo infinitesimal e complexo de vontades ou forças que também se opõem.

2.2. Corpo educado, família sadia

Compreender que a mulher deveria ser educada sexualmente, assim como, o menino, é uma defesa colocada pelos autores belenenses.

Concordando com as recomendações do livro Educação sexual, de autoria de José de

Albuquerque, publicado no Rio de Janeiro, em 1934, pela editora Calvino, o jurista e educador afirma:

Não há educação completa sem a sexual; esta consiste em instruir os indivíduos de ambos os sexos para que possam convenientemente dirigir sua vida sexual, cujos resultados são de ordem biológica e de ordem espiritual, isto é, não farão práticas nocivas à função sexual, nem às demais do organismo, nem concorrerão para degradar os seus semelhantes.

A educação sexual concorre para a maior harmonia conjugal; evita a prole tarada instrui os pais para a boa educação dos seus filhos, em matéria sexual, e impede o indivíduo a não perturbar o equilíbrio social, gerando as enfermidades, perversões e crimes (PORTO, 1938, p.25).

Ao afirmar a sexualidade como um aspecto que integra o processo educacional, referenda a ideia de que se trata de um componente da necessária instrução e, portanto, devia-se destiná-la tanto ao menino quanto a menina. Assim a educação sexual é apontada como um conhecimento que auxiliaria a vida sexual conduzindo-os a não infringir as normas higiênicas e eugênicas, nem as morais, já que teriam impacto de 'ordem biológica' (corpo) e 'ordem espiritual' (comportamento moral), sobretudo realizando a prevenção de 'práticas nocivas' a saúde, a família e a sociedade.

Um casal formado com base na 'educação completa' teria condições de garantir que seus filhos tivessem também orientação pra 'não perturbar o equilíbrio social'. Deve-se ressaltar que o autor associa os conhecimentos da educação sexual às condições de promoção de uma sociedade equilibrada, sem 'enfermidades, perversões e crimes'.

Em outro trecho o autor critica o "*espírito cristão mal entendido*" (PORTO, 1938, p.16), contrário aos conhecimentos científicos, assegurando que a educação sexual é imprescindível para que tanto meninos quanto meninas tivessem condições adequadas de relacionamento social já que a educação sexual "*vos habilita a vos defenderdes contra os perigos da sedução e das moléstias e, especialmente as moças contra as manobras dos perversos*" (PORTO, 1938, p.17). Como se vê, vincula o conhecimento científico que embasa a educação sexual, ao entendimento dos 'perigos da sedução e das moléstias'. A relevância para as meninas situava-se, em sua opinião, um pouco mais além, pois educadas sexualmente seriam capazes de perceber e evitar 'as manobras dos perversos'.

A educação sexual tem um caráter de prevenção e proteção do menino e da menina quanto aos 'perigos' de uma prática sexual sem formação, além de ser indispensável para o pleno exercício da vida em sociedade. Em outro trecho, discutindo a realização de casamentos por interesse, esclarece que aqueles que concebem esse tipo de união para suas filhas desrespeitam a lei natural que deve reger a escolha do parceiro. Para ele:

As mulheres devem levar para o futuro lar as boas qualidades do coração e do cérebro e não somente um corpo virgem ou semi-virgem. Para isso, aconselha que os moços e moças adquiram, desde a infância, por uma aprendizagem especial, atos morais mais dignos e mais naturais, em vez da hipocrisia que se nota em muitas, ficando acostumados a andar juntos e

senhores de si próprios, dominando o desejo com reflexão e fazendo prevalecer a razão sobre o instinto, até que chegue o dia aprazado para a união sexual. (PORTO, 1938, p. 23)

Neste trecho, mais uma vez argumenta em favor da educação sexual, ressaltando a formação educacional mais ampla, relacionando ciência e moral. Para o autor, não há motivo para omitir, a menina, da educação sexual. Reconhece por um lado que na sociedade belenense da época, atribuía-se valor ao 'corpo virgem' e, por outro, por vezes 'semi-virgem' avalizando que somente esta condição não seria suficiente. Seriam também necessárias 'as boas qualidades do coração e do cérebro' logo, meninos e meninas deveriam passar por uma 'aprendizagem especial', onde fossem capazes de 'atos morais mais dignos', mais 'naturais', de dominar o 'desejo' em nome da 'razão', características intelectuais e morais, que implicariam no bom funcionamento do lar. Logo, sua preocupação está em educando o menino e também a menina, controlando seus corpos, tornar-se-ia, a família, mais saudável e feliz.

A ênfase na defesa de que para a menina é tão necessário quanto para o menino obter conhecimentos na área da sexualidade, também pode ser vista em Othon Chateau (1935). No livro, refuta as acusações de que seria contra a moral cristã educar meninos e meninas, e que os padres não acreditavam na ciência. Alega que entre o clero, há aqueles que professam a educação sexual das meninas, dando o exemplo, de um 'prelado inteligente', o abade francês Naudet, que também defende que as

meninas sejam educadas em matéria de higiene e educação sexual, afirmando que "*entre outras, estas palavras: 'É cem vezes preferível tratar virilmente as almas, abrir-lhes as janelas, fazer as individualidades fortes, para triunfarem do mal e regenerarem o meio'*" (CHATEAU, 1935, p. 16) e ainda que "*aceitando os conhecimentos da ciência, confiava mais no conhecimento do perigo que na fortaleza da virtude*" (CHATEAU, 1935, p.17).

Ao mostrar que mesmo entre a Igreja havia aqueles que consideravam a educação sexual das meninas como fundamental, denuncia que

A negligência espanta às vezes o observador, que vê meninas, às vésperas da puberdade, sem nenhum aviso do próximo fluxo catamenial, cuja vinda inesperada origina sérias apreensões no espírito das desavisadas, que, surpreendidas, ansiosas, procuram sustar a inexplicável hemorragia por meios prejudiciais à saúde. (CHATEAU, 1935, p.156)

A falta da educação sexual conduziria a equívocos severos sobre o funcionamento do corpo, algo inaceitável para a educação renovada, moderna e de base científica. O não saber levaria fatalmente a 'apreensões' desnecessárias que colocavam a saúde da menina em risco, provenientes da 'negligência' em sua formação, ou seja, se tivessem recebido instrução na área não seriam 'surpreendidas', nem ficariam 'ansiosas'. O conhecimento sobre a fisiologia sexual seria, portanto um instrumento poderoso para a formação e desenvolvimento das meninas.

Ciente das restrições que tal afirmação causaria se adianta e defende sua posição:

Indagam também os puritanos, entre irônicos e assustados, se as lições de anatomia e psicologia, reveladoras de segredos, não espantarão as moças tímidas e nervosas, gerando o medo invencível e impedindo os casamentos. Essa santa ingenuidade, dos que temem a elucidação de atos genitais, só é equiparado ao receio manifestado pelos exageradores dos perigos decorrentes da ignorância, quando tentam convencer que muitas mulheres novas e pudicas não sabem que a gravidez é consequência de certos atos, à que se prestaram.

É preferível o saber completo que, quando não for dado o possa fazer com critério e discrição, será fatalmente conferido por pessoas ignorantes, impuras e perniciosas, disseminadoras de meias palavras errôneas, do que na infância poucos terão a ventura de livrar-se, como se livrará uma menina, que, atormentada de curiosidade e cansada de indagar inutilmente donde viera o irmãozinho, subitamente aparecido, um dia, inesperadamente, comunicou que tudo já sabia. (CHATEAU, 1935, p.162)

O autor faz uma crítica contumaz aos 'puritanos' defensores da ignorância feminina em matéria sexual apontando-os ora como 'irônicos' ora como assustados'. Os temores que acompanham essa posição são para ele infundados, já que a menina também é 'atormentada pela curiosidade' e é melhor 'o saber completo', ou seja, científico, ao saber que se origina de pessoas 'ignorantes, impuras e perniciosas', frequentemente, segundo sua interpretação, presentes no cotidiano das crianças. A sua preocupação com a educação sexual da mulher se refere também aos casamentos eugênicos e

a responsabilidade da mulher na formação do casal:

Compete à mulher instruída, que não sonha com reivindicações e que se não deixou fascinar pelas vantagens sociais do homem, de quem deseja ser, até mesmo na libertinagem, emula vitoriosa, conhecer os ensinamentos da eugenia, que ronda os berços futuros, para os salvaguardar de males porvindouros, evitar as uniões disgênicas, geradoras de nervrosados, epiléticos, imbecis e de toda a casta de dejetos humanos, que ferirão pungentemente a sensibilidade. (CHATEAU, 1935, p.81)

A mulher para Othon Chateau é um elemento fundamental na constituição das famílias, já que era sua a responsabilidade, como 'mulher instruída' nos preceitos eugênicos, gerar filhos, os 'berços do futuro' e contribuir para o equilíbrio da sociedade. Tendo em vista essa finalidade é que constrói sua defesa sobre a importância de instruir e educar sexualmente a menina como contribuição social já que se recusaria a contrair casamentos que gerassem 'toda a casta de dejetos humanos'.

Ainda que reconhecesse o vínculo entre o saber e a ordenação social, afirma que "A *abstinência sexual completa, no entender de Sigmund Freud, não é a melhor preparação para o casamento*" (CHATEAU, 1935, p.141), pois que "as *mulheres percebem os tímidos e hesitantes e preferem os homens experimentados nas lutas amorosas*" (CHATEAU, 1935, p.142). O acesso ao conhecimento na área da sexualidade representa também, para o autor, a construção de uma rede de normas que pretendem a regulação do comportamento sexual, tanto de homens, quanto de mulheres.

A posição do autor pode ser entendida como a tentativa de estabelecer uma rede de regulações, com o intuito de elaborar uma forma de poder e de saber, a partir de um conjunto de verdades sobre o sexo e suas inscrições no corpo. Ou seja, falar com crianças e adolescentes, ouvi-los, era uma forma de interceder, marcar e controlar o corpo de cada menino e menina. Afirmar que as meninas teriam preferência pelos 'homens experimentados' revela por um lado certa contradição entre os cuidados higiênicos e a regulação moral e, de outro, o saber que gera um poder que o torna reconhecido e reconhecível.

Entre os intelectuais que consideram que meninas e meninos teriam direito a receber informações sobre o desenvolvimento sexual é possível destacar a preocupação de que, sobretudo, dever-se-ia alertar para os males de uma conduta sexual que não atendesse aos padrões de comportamento higiênicos, eugênicos e morais da época. Na perspectiva foucaultiana pode-se identificar a elaboração de uma política de coerções, o corpo engendrando comportamentos considerados como adequados para aquele corpo, que esquadrihado, desarticula-o de si mesmo para recompô-lo na direção em que convém ao poder instituído.

Ao condenar, regular, propor, limitar, aprovar ou reprovar comportamentos, os intelectuais paraenses pretendem desenvolver uma arte do corpo humano, para possibilitar a *"formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente"* (FOUCAULT, 1987, p.119). Podemos

dizer então que a disciplina sexual cria, portanto, a possibilidade de que seja estabelecido um controle social sobre o corpo, a partir da definição de regras de comportamento, classificados como morais ou imorais, levianos ou não, invertendo e potencializando a energia sexual. Este parece ser o intento da educação sexual neste período em Belém, vista a partir de Arthur Porto e Othon Chateau.

Considerações Finais

Se a influência do discurso médico-higienista se fazia presente em várias esferas, na educação o higienismo via a possibilidade de execução e consolidação de seus preceitos. Como vimos em Belém, assim como no Brasil, foram empreendidas várias ações relativas a organização da cidade e do corpo do indivíduo, biológico e social. Este trabalho objetivou demonstrar que a atenção dos autores paraenses, Arthur Porto e Othon Chateau, incide de modo especial sobre o corpo, quando revelam a intenção de controlá-lo, de obter máxima produção e um comportamento social e sexual adequado, tanto no que se refere ao corpo da menina quanto ao corpo do menino. Para os intelectuais paraenses o corpo é uma das preocupações mais importantes, pois é um bem precioso, que exige atenção, cuidado, esmero e, por isso, deve ser alvo de interdição.

Ambos estabelecem o controle do corpo, a partir do domínio da energia sexual e da normalização das relações entre homens e mulheres. Ao

construírem a argumentação para a educação sexual de meninos e meninas, consideram que ambos deveriam ter instrução na área para dirigir melhor seu comportamento na sociedade.

A defesa da educação sexual tanto para homens como para mulheres, fundada na compreensão das modificações sociais correntes na sociedade da época e que influenciavam diretamente o comportamento das meninas estão, nos autores estudados, em consonância com o que professava José de Albuquerque, no Rio de Janeiro e era disseminado pelo CBES.

Deve-se ressaltar que os intelectuais em Belém defendiam que meninos e meninas fossem educados sexualmente, com o objetivo de desenvolverem no futuro, comportamentos ajustados as regras morais e as normas de comportamento eugênico e higiênico. Por outro lado, ressaltam que as meninas deveriam ser tão educadas sexualmente quanto os meninos porque a vontade de saber também estava presente nela e esta também

tinha uma importante responsabilidade social, especialmente, na constituição da família e formação da prole. Para eles obscurecer sua formação nesta área traria resultados nefastos para toda a sociedade, pois a ausência de formação na área negligenciaria a formação da mulher-mãe.

De maneira ampla pretendiam com suas defesas acerca da educação sexual, atingir o funcionamento da sociedade, por meio do controle do corpo do indivíduo, controle da formação familiar e seus descendentes. As alterações sociais provocadas pela urbanização e ação dos higienistas, a divulgação de informações de cunho médico-científico através da educação sexual, visava controlar o corpo de meninos e meninas.

Para Arthur Porto e Othon Chateau, os educadores, fossem pais ou professores, deveriam dar muita importância a formação na área da sexualidade de meninos e meninas posto que seriam eles a construir o Brasil e, a Belém do futuro, virtuosa, higiênica e eugênica.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José de. *Educação Sexual*. Rio de Janeiro: Calvino Filho. 1934.
- _____. *Programa de Ação Legislativa*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1937.
- ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Proteção e Assistência à infância desvalida do Pará (1912-1934). In: *IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 2012*, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, 2012, p.3295-3313. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.22.pdf>. Acesso em 20 maio 2014.
- BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. *Os saberes em torno da educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil*. 1999. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.
- CHATEAU, Othon. *Traços de Hygiene*. Belém: Gillet, 1935.
- COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. *Revista Escritos da Casa de Rui Barbosa*, ano 5, n.5, p. 141-168, 2011.
- COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Estado do Pará (1920 – 1940)*. 2008. 213f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Caderno Cedes*, Campinas, v.23, n59, p.25-38, abril 2003.
- GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In. LOPES, Eliana Marta Teixeira, MENDES DE FARIA FILHO, Luciano & VEIGA, Cynthia Greive (org). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MIRANDA, Aristóteles Guilliod; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. A fundação da sociedade Médico-Cirúrgica do Pará. *Revista Pan-Amaz Saúde*, v. 5, n. 1, p.11-18, 2014.
- PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Avelino. A

educação das Mulheres na concepção do intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900-1910). In: *IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*, 2012, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, Anais Eletrônicos, 2012, p.3295-3313. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.03.pdf>. Acesso em 20 maio 2014.

PORTO, Arthur. *Conselho a escolares (Sobre educação sexual)*. Belém: s.n, 1938. _____ . *O ensino educativo no Pará: personalidade e patriotismo do professor*. Belém: Oficinas gráficas da Livraria Clássica, 1921.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Caderno Cedes*, Campinas, v.23, n59, p.25-38, abril 2003.

SARGES, Maria de Nazaré. "Tauromachia", Tauromania: migrantes galegos e práticas culturais em Belém na virada do século XIX para o XX. In: CACELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010

SAVIANI, Dermeval. *As concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira*. Campinas. 2005. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em 10 out 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação Sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: SOUZA, Cynthia Pereira (Org.). *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 2002.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

Recebido em 29/04/2015

Aprovado em 23/05/2015

CORPO, SUBJETIVIDADE E DINÂMICAS DO DESEJO

Antonio de Pádua Dias da Silva¹
Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a questão do corpo físico como vetor dos desejos e o *lócus* em que se operacionalizam, se caracterizam e se identificam as subjetividades humanas, sobretudo, na atualidade, quando discussões e “transformações” em torno dele parecem ocupar lugares-comuns na cultura. Parto da leitura do miniconto “Apoiando-se no espaço vazio”, de Marina Colasanti, reitero a ideia de o corpo manifestar subjetividades, desejos, mas questiono o fato desse *lócus* não alterado, inerte quanto às transformações de que falam as teorias, ser capaz de, numa proporção diretamente oposta, catalisar ou operar dinâmicas do desejo, quando a pessoa opta por manter-se existindo no masculino ou no feminino.

Palavras-Chave: Corpo. Masculino. Feminino.

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the question of the physical body as a vector of desires and the *lócus* in which operationalize, characterize and identify themselves as human subjectivities, particularly now a days, when discussions and "transformations" around it seem to occupy common-places within culture. Starting from the reading of the short story "Apoiando-se no espaço vazio" by Marina Colasanti, I reiterate the idea of the body to manifest subjectivities, desires, but I question the fact of this not altered *lócus*, that is inert due to the transformations in which the theories talk about, be able to, in a directly opposite proportion, catalyze or operate dynamics of desire, when a person chooses to maintain himself existing in the masculine or feminine.

Keywords: Body. Masculine. Feminine.

Introdução

Iniciar uma discussão em cujo entorno orbitam conceitos como *corpo*, *subjetividade* e *desejo* poderia parecer anacrônico para alguns, dadas as conquistas teóricas, as mudanças operadas no corpo, seja diretamente pela pessoa ou por intervenções cirúrgicas, todas elas somatizadas no corpo cultural, principalmente entre brasileiros, apesar de acreditar que, devido a nossa formação bastante recente no que tange à compreensão mais global de fenômenos como a transgenitalização, continua ainda de grande impacto não afirmativo essa experiência em uma cultura que, hoje, admite, majoritariamente, sustentar-se “moralmente” em bases cristãs como as católica e evangélica.

Sinto a necessidade de que sejam problematizadas essas mesmas questões, todavia sob outros ângulos, já que há a demarcação de um campo de conhecimento ou concentração das discussões apenas na linha afirmativa dessas mudanças, dando-se a entender que, ao reiterar ideias positivas que tornam essa discussão mais palatável cultural e socialmente, negam-se outras rotas de desejos pelas quais transitam muitas pessoas cujas subjetividades sexuais e de gênero ultrapassam o modelo canônico, por não optarem por nenhuma “transformação” física ou corporal, ou seja, a experiência de vida de muitas pessoas é mantida na base dicotômica e binária (homem-mulher, masculino-feminino), embora a dinâmica afetiva e sexual em que se

¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba. Doutor em Letras, com pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007).

inserem, no dia a dia, nega as bases dessa modelo.

Essa questão torna-se problemática, do ponto de vista político, cultural, social e pessoal porque muito do que se produz hoje – na perspectiva da academia ou dos centros irradiadores de estudo, investigação e conhecimento – sobre as pessoas e seus modos de se subjetivar na atualidade, sobretudo, quando a subjetivação é da ordem de gênero e afetivo-sexual, apontam para as chamadas vias de mão única (*one way*) de interpretação dos sujeitos. Esse caminho, por ser o mais confortável e o que reitera práticas já consolidadas na esteira dessa discussão, parece funcionar como uma “camisa-de-força” a tornar as pessoas homogeneizadas numa época em que as visões plurais, multi e diversa são as que atendem às demandas da atualidade. Manter uma posição conservadora, hoje, é sinônimo de caminhar na contramão do pensamento social e das práticas culturais que paulatinamente penetram os poros socioculturais e conseguem ancorar práticas culturais e subjetividades de gênero e sexuais que atendem às atuais reivindicações do pensamento coletivo.

Modo particular de subjetivação sexual e de gênero

O que aponto é tornado realidade em um miniconto de Marina Colasanti, publicado em 1986 na obra *Contos de amor rasgados*. Leiamos a narrativa e passemos, depois, às conjecturas:

Apoiando-se no espaço vazio

Durante mais de 20 anos partilhou a cama com sua esposa chinesa. E embora Ching-Ping-Mei não lhe tivesse dado filhos, sabia o quanto os desejava. Várias vezes, ao longo daquele tempo, dissera-lhe estar grávida, perdendo a criança em lamentáveis acidentes. E ele piedosamente fingira acreditar, para não ferir sua delicada sensibilidade oriental.

Gentilmente, amavam-se. Recato, escuridão, jogos de leques. Assim se procuravam desde sempre na penumbra do quarto. Corpos nunca revelados, névoa de incenso, o amor envolto em véus e cortinados conservando o mistério dos primeiros dias.

Porém, adoecendo Ching-Ping-Mei, exigiu o médico que se abrissem as janelas e se fizesse luz, tornando possível o exame. Embora ele se mantivesse do lado de fora da porta, em discreta espera, não lhe foi permitido escapar à revelação trazida junto com o diagnóstico.

A paciente logo sararia, comunicou-lhe o médico, porém ele considerava seu dever comunicar-lhe, à luz da medicina, e não obstante a graça e doçura inegáveis, sua esposa Ching-Ping-Mei era, na verdade, um homem. Atordoado, cambaleou sentindo esboroar-se o cerne do amor, estendeu as mãos à frente. Mas em que apoiar-se, se ele próprio, apesar da barba e dos bigodes, e sem que sua amada jamais desconfiasse, era, e tinha sido ao longo daqueles anos todos, mulher?(COLASANTI, 1986, p. 93-4).

Como o leitor há de perceber, a narrativa é bastante compacta, concisa, atendendo às expectativas

daquilo que Ítalo Calvino em 1990 já anunciava para os textos do século 21: a concisão, reiterada por Sônia van Dijck Lima (2008), quando restringe para o campo da poesia essa característica cooptada pela contística miniatural ou miniaturizada, chamada por alguns de minicontos, minificção, a exemplo de Lauro Zavala (2007). Não é meu intento, aqui, discutir aspectos teóricos da literatura, apenas chamar a atenção para a estrutura da narrativa que, da forma como se encontra, como foi pensada, corrobora as ideias contidas e que podem ser apreendidas sobre as personagens em foco, o tempo da estória, o discurso do médico sobre a personagem adocida, a posição assumida pelo narrador, por exemplo.

Esta concisão atende, esteticamente, a uma necessidade do assunto tratado: não há interesse, por parte do narrador, em fazer uma genealogia ou buscar uma ontologia para o fato desvelado. O importante neste conto parece ser tão somente a variação de gênero e sexual experienciada ou vivida por pessoas nas culturas, isto é, nenhum preconceito ou discriminação é percebido no discurso do narrador, assim como também nenhuma alusão, nem por parte deste ou do médico, quanto às personagens focadas no atendimento médico corresponderem ou não ao modelo de sexo-gênero validado pelo discurso do profissional que atendeu Ching-Ping-Mei.

Nesta chamada minificção, percebe-se a necessidade sentida pela autora em descrever ou narrar uma estória envolvendo personagens, numa determinada cultura canônica, cujos usos dos corpos, nos moldes em

que elas se subjetivaram, deslocaram os papéis de gênero e de sexualidades sem, todavia, haver reconfigurações corporais, pelo menos até onde é possível uma hermenêutica do instantâneo em que são flagradas as personagens envolvidas na situação exposta aos leitores: o médico, a esposa e o marido. Essa não reconfiguração corporal que atende a uma semiose estritamente visual parece corroborar a "representação do corpo genético", na perspectiva de Frédéric Keck e Paul Rabinow (2009, p. 85), quando entendem que "*o corpo genético é então o corpo quadriculado da população, corpo atravessado por normas e regularidades, lugar de controle e da formação do 'eu'*". Apesar de a fala-diagnóstico do médico ser relevante na estrutura discursiva do texto; dos corpos do casal de personagens estarem sob a égide de um controle médico-científico (assim como o próprio médico), a experiência de vida parece superar os valores e conceitos a partir dos quais, em sociedade, poderiam ser interpretados. Não é minha intenção opor, aqui, a noção de corpo como uma matéria fora da *identidade* da pessoa, como parece ser um equívoco no qual alguns pesquisadores incorrem, segundo David le Breton (2007). Apesar de me referir a *corpo*, entenda-se este como o corolário da subjetividade pessoal.

Esse miniconto estabelece uma discussão bastante pertinente à época de sua publicação (década de 1980), bem como reitera afirmativamente, numa perspectiva política, as pedagogias do corpo, o exercício das sexualidades, os papéis de gênero, as transformações de pensamentos e valores que desembocam nas

subjetividades culturais, sexuais. Houve um tempo em que havia uma necessidade de se compreender as questões "homossexuais", de gênero e sexualidades a partir de discursos ontológicos. Epistemologicamente, vários pesquisadores e pesquisadoras enveredaram por caminhos que atendessem às demandas da época, a exemplo de Kenneth J. Dover (2007) e William Naphy (2006). Apesar de três décadas de distância de nosso tempo, o miniconto atende, de certa forma, a uma perspectiva atual de compreender as pessoas em suas subjetividades: as metanarrativas de origem foram deixadas de lado na mesma proporção em que outros discursos se arvoram como necessários: a descrição das subjetividades, os modos e processos de subjetivação nas culturas.

O escopo dessa reflexão é tornar possível, na atual conjuntura, a existência (numa perspectiva foucaultiana de discurso) e a equivalência de modos de ser e de estar na cultura, de as pessoas se subjetivarem, sem que muitas delas dêem importância aos mecanismos ou dispositivos discursivos que se orientam por um resgate das origens, por construir uma ontologia do sujeito, por estabelecer conceitos, categorias ou rótulos epistêmicos para essas pessoas que emergem nos vários substratos da vida diferentemente daquelas já cooptadas pelo parâmetro que ainda se quer centralizador, homogêneo e homogeneizador dos modos de vida dos humanos.

O que podemos depreender do discurso que subjaz à minificção em tela? É possível afirmar que a angústia do desejo e das antes subjetividades

não validadas social e culturalmente é superada no final do século 20 e início do 21, quando as culturas, principalmente a brasileira, têm percebido que um dos princípios da democracia e da convivência harmoniosa entre seus membros é a abertura ao pensamento plural, à diversidade, distante dos discursos que buscam homogeneizar práticas e modos de subjetivação pautados num "protótipo" irregular e conflituoso. Essa convivência nem sempre se dá de forma pacífica, mas em uma quase ininterrupta luta e resistência aos pensamentos contrários às visões plurais da cultura, principalmente quando pessoas que estão em postos de poder arbitram em favor de sua "condição", defendem um ponto de vista bastante pessoalizado e, ao cooptar outras mentes conservadoras para o seu argumento, parecem enfraquecer a visão geral que a democracia, especificamente a brasileira, procura construir na atual conjuntura política e cultural.

Apontamentos discursivos sobre corpos e seus modos de se subjetivar nas culturas

Fartas e profícuas discussões em torno do corpo, dos modos das pessoas se subjetivarem, da semiose operada na e sobre a pele, dos recursos, técnicas e investimentos pessoais para mudar ou alterar efêmera, progressiva e definitivamente o corpo têm alcançado vários setores e campos do conhecimento humano, interferindo em visões sobre as pessoas que elegem como modelo de vida a combinação de práticas culturais e mudanças físico-corporais. Das

discussões mais radicais como a entabulada por Beatriz Preciado (2011), passando por aquelas mais próximas das demandas de muitas populações de hoje como entendem Judith Butler (2008; 2010) e Teresa de Lauretis (2007), àquelas mais racionais e, possivelmente, que mais adentram ou penetram com mais vigor o universo cotidiano das pessoas, sobretudo, das brasileiras como as ideias discutidas por Berenice Bento (2006), Anthony Giddens (1993) e Virginie Despentes (2006), temos um arsenal teórico em favor de práticas e políticas afirmativas em torno do corpo e de suas semioses na cultura.

As ideias defendidas e expandidas pelas/os teóricas/os citadas/os possibilitam-nos uma variação semântico-cultural sobre o mesmo tema, a saber, o corpo e suas re-configurações de gênero e sexuais em determinadas culturas, como o leitor percebe no miniconto de Marina Colasanti, usado aqui como pano de fundo para a problematização do problema posto. O radicalismo de Preciado se dá no sentido de que a mesma, ao teorizar sobre as sexualidades, retoma ideias foucaultianas de sexo como categoria biopolítica, mas propõe um "manifesto contrasexual" bastante utópico, quando considero que muitas populações ocidentais, diferentemente do modo como essa teórica entende, têm suas práticas culturais e seu cotidiano centrados em aspectos religiosos de base cristã, fato que, por si só, impedem as pessoas de, mesmo instruídas intelectualmente, pensarem e aderirem a modelos de vida baseados

no prazer, em se tratando do aspecto estritamente afetivo-sexual.

A questão de ordem religiosa, em nosso país, surge, atualmente, bem mais forte que em décadas anteriores, quando me parece impregnar-se de uma espécie de fundamentalismo evangélico que, erguido sobre alicerces ditos bíblicos e cristãos, tomam conceitos como *família*, *casal* e *desejo* numa chave interpretativa cujos efeitos semânticos tornam as pessoas maquinalmente podadas de seus quereres (apesar da anuência-consciência individual) e enxergando as pessoas nas culturas apenas por um ângulo (reducionista) que é vivido como extraído ou recortado do todo (social) e sobrevivendo apenas no "éden" pelo qual transitam. Essa visão torna-se bastante perigosa para a cultura, quando seus adeptos que demonstram ter bastante força política deixam de sentir os outros culturais que vivem uma dinâmica do desejo longe dos aforismos, doutrinas e vontades desse grupo. Essa perspectiva, por exemplo, torna as ideias das teóricas e das pessoas que vivem à luz desse pensamento um tanto ameaçadoras, porque divergem quanto aos modos de se viver em sociedade a partir das práticas culturais, ou seja, o radicalismo teórico para o qual chamo a atenção, em um contexto como o descrito, dificilmente seria possível de chegar às demandas sem, antes, passar por conflitos diversos.

Percebo que a teórica espanhola deve estar tomando o seu manifesto como uma metáfora ou ficção para as práticas sexuais dos sujeitos culturais que hoje se permitem usufruir de uma gama de

modos de sentir prazer, de usar o corpo como instrumento sexual, não apenas partes erotizadas e erógenas, conforme o discurso canônico que centraliza o prazer físico-sexual apenas no pênis e na vagina, esquecendo-se, por exemplo, do ânus, da boca, dos dedos, das mãos, dos pés, do corpo. Essa visão mais expandida é encontrada, no cotidiano, entre grupos específicos que adotam várias técnicas, objetos e ideias capazes de, isoladas ou em conjunto, proporcionarem o gozo físico-sexual. Neste sentido, as personagens de "Apoiando-se no espaço vazio" não estão sujeitas a essa prática-ideia, vivem uma experiência centrada em um modelo anteriormente tomado e projetado como único, apesar de, na intimidade transformada, o modelo "queer" de vida seja o que satisfaz a existência do casal.

Apesar do que disse no parágrafo anterior, faço uma ressalva: como se trata de um texto de ficção, no qual as projeções de realidades são plasmadas para que os leitores dêem vida à estória, tenho a consciência que, de forma geral, a narrativa não problematiza com precisão a questão do não uso de tecnologias corporais, dos cuidados de si (FOUCAULT, 1988) por parte das personagens cujo modo de viver um gênero e uma sexualidade específicas foi, na prática delas, atingido por outro raio de alcance fora do eixo central que determina(va) a relação sexo-gênero-sexualidade. De alguma forma, e isso é apenas especulação, não se encontra no miniconto, as personagens inventaram ou desenvolveram para si um modo de ambas serem tomadas pelo seu oposto, segundo as regras do viver

conforme o discurso clássico de sexo biológico (pênis e vagina) a definir um gênero masculino e feminino (homem e mulher). Esse dado é obscurecido na estória. Mas o silêncio materializado no enredo torna a questão menos dramática e mais próxima daquilo que anteriormente já falamos: não há uma necessidade de explicitar a relação, de minuciar o todo, de se compreender os detalhes. O miniconto já é um flagra porque a discussão mais sobrepujante para o leitor é a que entabulamos aqui, apesar de não deixarmos de considerar a indumentária de ambas as personagens, que as aloca, na visão clássica, no masculino e no feminino.

Butler (2008) e Lauretis (2007) se aproximam quanto à visão que defendem sobre os corpos nas culturas, e se distanciam, de certa forma, do radicalismo metafórico justificado por Preciado. A ideia do corpo *queer* se torna vital para as culturas, quando se entende que as visões binárias sobre corpos-pessoas não podem ser lançadas fora, mas também não são únicas nem naturais, mas mais uma do variado "cardápio à la carte" construído socioculturalmente. A ideia de performatividade de Butler, bem como o posicionamento de Lauretis sobre pessoas *queers*, sobre si, sobre pessoas nas culturas, renovam uma espécie de contrato, talvez tácito, que reorganiza práticas culturais numa dimensão mais de *devoir* do que de *identidade*, mais de *subjetividade* do que prática *natural*.

Isso significa que, assim como as personagens de "Apoiando-se no espaço vazio", a possibilidade da "reinvenção" do corpo pode ser dada para se viver a diferença ou a

subjetividade dicotomicamente dentro e fora da norma heterossexual. A experiência de vida das personagens do miniconto, apesar dos silêncios e lacunas semânticas que poderiam fazer parte do enredo, mostra que é possível manter-se em uma ordem (chamada heterossexual) e viver a diferença sem que seja estabelecida a necessidade de mudança ou transformação corporal, dadas as poucas descrições ou orientações físicas, pelo narrador, das personagens e à surpresa do companheiro de Ching-Ping-Mei, quando reflete sobre o papel assumido de *homem* quando, na verdade, era, biologicamente, *mulher*.

A ideia que defendo é a de que a maior parte das populações *queers* não deferiu nenhuma mudança ou transformação em relação a seus corpos para existir e viver a diversidade, a pluralidade, a semiose dos corpos-desejos nas culturas: pelo contrário, e sem nenhum ranço de vergonha, opressão ou não libertação, sentem-se à vontade para exercer a sua cidadania de gênero, sexual e afetiva, não necessitando das transformações corporais operadas e viabilizadas pelo discurso atual, pelas tecnologias de gênero. É bem verdade que, a exceção é feita, como no miniconto, quanto ao uso de uma indumentária culturalmente específica para ratificar a experiência de vida na contramão do esperado pelos discursos e dispositivos culturais. O contrário dessa prática é tão *queer* quanto viver a diferença, por opção, numa sociedade política e economicamente de iguais, ou seja, não estou dicotomizando as pessoas em *queers* e não *queers*, mas tomando todas as pessoas como

queers, apesar do termo-conceito ser usualmente vinculado às pessoas de práticas culturais, sobretudo, sexuais, *estranhas, esquisitas, bizarras*.

Ching-Ping-Mei e seu marido, numa objetiva experiência de papéis de gênero e sexuais deslocados (visão conservadora e discriminatória), não se enganaram "*durante mais de 20 anos*" (p. 23). A escolha do estilo de vida se recolhe a uma particularidade não apenas Oriental, mas, e, sobretudo, Ocidental, quando milhares de pessoas admitem a naturalização do sexo e do gênero no discurso, e convivem com a diferença em meio às práticas hegemônicas de poder centradas unicamente no modelo masculino e feminino em que o sexo, por assim dizer, insiste em determinar o gênero imutável. A marca textual que precisa uma relação entre pessoas de sexos diferentes, vivendo papéis trocados de sexo e de gênero numa sociedade conservadora é exibida em "*Várias vezes, ao longo daquele tempo, dissera-lhe estado grávida, perdendo a criança em lamentáveis acidentes. E ele piedosamente fingira acreditar*" (p. 93).

O fingimento (visão de dentro), nesse caso, não depõe contra as personagens (visão de fora) envolvidas ou de uma em relação à outra. O ato de fingir, por assim dizer, faz parte de um contrato, de um tácito acordo estabelecido entre ambos para que o jogo afetivo-amoroso do casal possa ser estabelecido conforme as regras socioculturais da comunidade em que vivem. Aceitaram-se da forma como vivem, por mais de duas décadas, até sentirem a necessidade de um estranho à relação querer esclarecer uma aparente "desordem"

na subjetividade construída, todavia munido de uma visão não preconceituosa e discriminadora. O médico, então, imbuído de uma educação alicerçada sobre sólidos fundamentos da heteronormatividade, chama a atenção do marido de Ching-Ping-Mei quanto ao sexo-gênero de sua esposa, talvez sem conjecturar que o modo desta se subjetivar foi o mesmo adotado pelo marido.

Tem-se, assim, o discurso médico-científico a diagnosticar o caso: "*A paciente logo sararia, comunicou-lhe o médico, porém ele considerava seu dever comunicar-lhe que, à luz da medicina, e não obstante a graça e a doçura inegáveis, sua esposa Ching-Ping-Mei era, na verdade, um homem.*" (p.94) A revelação foi acusadora, discriminatória? Houve apenas uma revelação, conforme ênfase e consciência profissionais, *à luz da medicina* (p. 94), ou seja, o discurso médico, fundado em outras bases de interpretação dos corpos, diagnosticou um fato que, para a experiência de vida do casal, nada dizia, era vazio de sentido não afirmativo, porque os corpos biológicos e naturais, na perspectiva apontada por essa ciência, poderiam servir unicamente, para o casal, apenas como escopo epistemológico a ajudar no tratamento das pessoas que viessem a necessitar da intervenção médica. Afora essa função, os corpos são *queerizados* sem necessariamente obedecer a uma agenda política que venha a adotar posturas intervencionistas no corpo-pessoa, como diz Richard Miskolci (2012), a partir de leituras várias,

sobretudo, de Guacira Lopes Louro (2004).

Viver uma dada realidade sexual e de gênero sem que haja uma consciência político-ideológica, por parte de quem se subjetiva nessa demanda, parece não ser palatável ou uma questão indigesta para os defensores também fundamentalistas das questões de gênero e sexualidades que entendem ser possível a "vida no limbo" ou nos entre-lugares da cultura (SANTIAGO, 1978) unicamente às pessoas que se tornam politizadas ou militam em determinadas frentes de batalha. Essa parece ser uma das grandes lições, se não a maior, do miniconto para os seus leitores: a necessidade de que a dinâmica da vida é maior que as agendas políticas. Estas advêm das necessidades, que são cruzadas, em várias espacialidades e momentos, das pessoas que, depois de viverem a experiência do *diferente*, do *plural* e do *diverso*, podem ou não aderir a discursos cooptadores de pessoas para as causas desses iguais que se diferenciam em sociedade. Embora a consciência de direitos por pessoas dessas demandas continue sendo, em culturas como a nossa, restritas àquelas que militam, mesmo diante das agendas políticas da atualidade, ainda há aquelas que, assim como as personagens de "Apoiando-se no espaço vazio", vivem à deriva política, teórica, psíquica, religiosa, isto é, tornam-se viventes de seus desejos, objetos de seus prazeres, preocupados tão somente em viver.

Voltemos à estória. Apesar de o discurso médico ser bastante claro quanto a uma origem "natural" e original do corpo investigado e diagnosticado, logo, sem nenhum

caráter intervencionista, exceção feita, talvez, à indumentária (culturalmente feminina) usada pelo corpo (culturalmente masculino), há, na voz que narra a história, um adendo às pequenas transformações que, em muitos casos, talvez até por questões hormonais, tornam o corpo-pessoa mais próximo do modo como ela se subjetiva. O marido de Ching-Ping-Mei, por exemplo, não tendo em que se apoiar, depois da revelação médica, questiona o seu corpo, há mais de duas décadas com a esposa no papel de marido, sendo biológica e ontologicamente mulher, “apesar da barba e dos bigodes” (p. 94). Não cabe aqui discutir essa marca cultural atribuída ao “masculino” (barba e bigodes), mas não há, por assim dizer, nessa cena, alusão ao resultado que pode acarretar a administração de doses de hormônios masculinos em corpos femininos (a dicotomia não é minha, é da tradição).

Beatriz Preciado, em *Testo Yonki* (2008), depois de revisitar as utilidades dos fármacos e produtos sintéticos em sociedades, a partir do plástico, entabula uma discussão em torno da faloplastia, por exemplo, que desencadeia questões como a dildotecnologia, presente no *Manifesto contrasexual* já citado, e também o uso por mulheres da testosterona. Nessa perspectiva, bigodes e barba são possíveis de, num corpo “feminino”, surgirem a partir de um uso contínuo e controlado, apesar de haver “mulheres” que, “naturalmente”, se por questões endócrinas ou não, produzem ou são tendentes a desenvolver mais pêlos no rosto e em outros lugares do corpo do que o rotuladamente comum, assim como há “homens” que

desenvolvem mamas e “vozes de aparência femininas”: caracteres culturais arrolados para descrever pessoas masculinas ou femininas. Não é o caso, diga-se de passagem, das personagens da narrativa em tela.

Uma vida “queerizada” performaticamente é o que podemos dizer do casal flagrado na minificção. Os atos repetidos numa cadeia temporal, para eles, tornam a relação naquilo que eles projetaram, desejaram, desempenharam. Não se trata de questões de gênero e de sexualidades, salvo “à luz da medicina”, como bem frisou o médico. Estamos diante de um caso-casal que viabiliza para si uma perspectiva *queer* de viver, amparados por um estilo de vida tão diferente como todos os modos de vida dos casais que, agora à luz de uma suposta harmonia e hegemonia de gênero e sexualidade, vivem, cada um, a sua maneira nos espaços de seus domínios, subjetivando relações a sós, a dois, a três e assim por diante, de modo que as particularidades das pessoas só interessam ao grande público quando são tomadas biopoliticamente e, nessa perspectiva, modelos são tomados como “normais” em detrimento de outros, como apontaram Michel Foucault (1988) e Gore Vidal (1987).

Aprendendo com a ficção literária sobre intimidade transformada na cultura de iguais

Uma lição que podemos extrair da narrativa diz respeito àquilo que Virginie Despentes alude na *Teoria King Kong* e Beatriz Preciado (2005) endossa com a ideia de multidões *queer*: as pessoas têm o direito de,

em sociedade, sobretudo, em democracias, cumprirem seus papéis políticos e sociais, podendo ou não aderir a um modo de crer ou professar uma fé. O corpo, em se tratando do estilo de vida eleito pela pessoa para viver a experiência da vida, deve ter seus direitos resguardados, de forma que feios, bigodudas, gordos, mulher macho, homem covarde, baixinhos, peludos, fedidos, dentre outros que podem ser arrolados na ideia de *multitudes*, devem encontrar seu lugar de vida-existência nos espaços sociais e culturais, assim como o casal do miniconto em tela encontrou e construiu para si. Subjetivar-se numa perspectiva de respeito e solidariedade ao outro é o que as culturas desejam.

Não percebo, por parte do narrador ou das personagens, sobretudo do representante do discurso médico-científico, orientações quanto à transformação do corpo, decorrente das “transformações da intimidade”, no dizer de Anthony Giddens (1993). Não há uma demanda, por parte dessas personagens (o casal) em utilizar-se de tecnologias (de gênero, por exemplo) para implantar em si códigos culturais que gerem outras semioses (salvo a indumentária, de fato obscurecido na estória). Ao apontar para este tópico, reitero que as pessoas têm necessidades distintas quando se trata de viver a experiência do corpo, sem necessariamente as reinvenções culturais, sexuais e de gênero terem que passar obrigatoriamente por uma operação transformacional que fuja, desloque e fique num outro centro distante ou diferentemente irreconhecível daquele já interpretado como a norma

ou numa relação de comparação com os corpos-pessoas aderentes ao que se instituiu como norma.

Apesar de bastante discutida em nosso tempo, essa questão parece-me não ser ponto pacífico, pois os/as estudiosos/as sempre apontam mudanças ou transformações nos modos de se subjetivar cultural. É evidente que o próprio desejo e materialização de não seguir uma norma cultural, sem que isso acarrete em violência ou abusos contra os outros, já definiria, por si só, uma espécie de mudança de *habitus*. Chamo a atenção exatamente para esse vetor: a transformação ocorrida é interna, originada no e pelo desejo. As questões visuais e de forma-estrutura são tão menores em relação à experiência de vida que me dá o direito de assentir como alguns grupos dessas *multitudes queer*, no dizer de Preciado (2005): a transformação da intimidade não precisa ter um reflexo físico-visual que ateste para os outros um modo de se subjetivar. E quem o faz, por outro lado, tem todo o direito de garantir o seu espaço, o seu estilo de vida, conforme requereu e pode.

As personagens do miniconto, apesar da problematização trazida no discurso subjacente à narrativa, quanto aos papéis que os corpos sexuados assumem na atualidade, deixam explícito para o leitor que viver na mesma via do discurso hegemônico, sem militar na contramão, é também um *modus operandi* de resistir à norma, de enfrentar o discurso vertical e radical, como já aponta Teresa de Lauretis (2007). E isso sem relacionar essa resistência a uma consciência

militante. A tese de Berenice Bento (2006), neste sentido, torna-se exclusivista de parcela de pessoas que se subjetivam à luz da transgenitalização ou de outras mudanças ocorridas na superfície da pele-corpo, no intuito de que outra semiose possa ser percebida, seja para alocar esta experiência na lógica binária masculino-feminino, seja para derrocar essa ideia e apostar-se em outras experiências que impossibilitem o teor preconceituoso e discriminatório desse discurso hegemônico.

A *transformação da intimidade* pode dinamizar a experiência pessoal (GIDDENS, 1993), assim como o corpo rascunho, na perspectiva de David le Breton (2003), pois a intimidade transforma, exige, pelo menos em grau mínimo, uma reconstrução do que antes fora dado como natural. Nesse sentido, para aquém ou além da transgenitalização (Berenice Bento), do uso de hormônios e da dildotecnologia (Beatriz Preciado), da performatividade da linguagem-ato (Judith Butler), do estranhamento ou queerização de aspectos da vida (Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci), há quem ainda expanda essas possibilidades para tomar o corpo como rascunho, a exemplo de David Le Breton (2003), possibilitando aos *body builders* incorporar à superfície epitelial uma figuração plástica que proporcione outros contornos ao corpo que se quer diferente.

Esse *body building* é tão comum em nossos dias, nas sociedades ocidentais, que é possível pensar como Mirian Goldenberg (2002): pode-se escolher o corpo-pele

como se escolhe uma roupa para sair? O título do livro de Le Breton responde, a sua maneira, a essa indagação: *adeus ao corpo*, ou seja, a velha semiose projetada no corpo anatômico-biológico não mais é referendada em razão das reconstruções desse arcabouço milenar, apesar de o corpo continuar, conforme o mesmo teórico aponta, tal qual no neolítico. A diferença é que, como investigamos em artigo anterior (SILVA, 2014), as semioses culturais ocorrem ou são implementadas e plasmadas na pele, na superfície epitelial, salvo as exceções de enxertos ou uso de fármacos via oral para operar mudança nos músculos, alterando-se, assim, volume, extensão e sentido do corpo.

Algumas conclusões

Para concluir, retorno ao miniconto de Marina Colasanti, sintetizando, a meu ver, o que podemos depreender de lá quanto às questões corporais. A primeira conclusão a que chego é a de que vários olhares sobre o mesmo *corpus* (Apoiando-se no espaço vazio) são possíveis, seja para discutir masculinidades, feminilidades, homoafetividades, deslocamento de gênero e de sexualidades, transgressão, transformação da intimidade e muitos outros aspectos. Uma das primeiras discussões em torno desse miniconto orbitou em torno da androginia, numa visão platônica (ANDRADE, 2010) e outra, sobre caminhos que se abrem para a interpretação dos papéis de gênero exercidos pelas mulheres (CECHINEL, 2013). A discussão que trago aqui difere das anteriores por me centrar

em modos de subjetivação de pessoas, e distante da promoção de conceitos como masculino, feminino, transgênero, transexual e outros correlatos.

Outra conclusão a que chego é a de que há muitos encaminhamentos teóricos que percebem as semioses construídas sobre pessoas em seus corpos, muitos deles fundamentando perspectivas radicais que só vêm como possível o despertencimento ao binarismo de gênero se os corpos operarem uma transformação física (que chamo de mudança, no mesmo trabalho anteriormente citado), deixando de lado as outras modalidades de experiência e vivência de pessoas que se movem nas culturas sem atender a uma agenda política ou fazer parte conscientemente de demandas teóricas, como as personagens do miniconto em tela. Para pessoas como Ching-Ping-Mei e o marido, a existência e o estilo de vida adotado são suficientes para a vida que levam, despreocupados com aspectos teóricos, políticos, filosófico-existenciais. Não há necessidade, para eles, dos corpos performativizarem visual e estruturalmente o que vivem sob outra legenda, ou serem abrigados semioticamente por um aporte teórico que diz respeito à experiência de vida que elas têm, sem a adesão à transformação corporal: a questão é mais de desejo, de subjetividade; é mais interna.

Mais radicalmente, e acompanhando a discussão de Judith Butler sobre Simone de Beauvoir e Monique Wittig, no capítulo 3 de *Problemas de gênero*, mas negando a visão sobre as confusões da referida

teórica, em vários momentos, sobre os conceitos de *performance* e *performatividade*, como apontados por Sara Salih (2012), chego à conclusão de que as falas de muitas personagens, que não é o caso de Ching-Ping-Mei e o marido, e pessoas da vida real² são pautadas pelo discurso do médico do miniconto, não porque não têm consciência de si, do seu corpo, mas porque não percebem saídas para, linguisticamente, traduzir toda essa “transformação” corporal na semiose desejada, ou seja, há um sistema semiótico que interpreta as pessoas em seus corpos em perspectivas: desde a mais canônica àquelas consideradas transgressoras. Estas, quando reformuladas a partir do pensamento *queer*, só podem existir e serem lidas na chave dicotômica e binária que leva de volta ao masculino e feminino, ocorrendo, daí, tantas outras questões que cabem nas agendas políticas e nelas, ou a partir delas, é que essas questões são tratadas.

Rasurar o discurso vigente, pelas práticas, é o que nas últimas décadas as pessoas têm feito. Ser possível “legitimar” as subjetividades íntimas, afetivas e sexuais por uma linguagem capaz de semiotizar os desejos e ideias das pessoas envolvidas nessas questões cruciais é o problema que se apresenta para os envolvidos: tanto não há em vigor um discurso que seja possível não escorregar na lógica binária, dualista e dicotômica, como também há quem, como as personagens de “Apoiando-se no espaço vazio”, invistam num estilo de vida que prescindia dessas discussões, dessas mudanças. Se a vida é a necessidade urgente da pessoa humana, o modo de como se

² Quando falo em pessoas da vida real faço menção à realidade vivida, à realidade cotidiana que é fabricada pelos meios, pelas tecnologias e pelas ciências, ambas diferenciando-se da realidade histórica. Essa diferenciação é feita a partir do texto “Literaturas pós-autônomas”, da argentina Josefina Ludmer (2010).

fazer para ser e estar nela, cada um é capaz de pensar, de interferir para chegar à felicidade, à qualidade de vida do e pelo modo como se subjetivou. Inclusive assujeitando-se e sujeitando-se a determinadas condições, situações. Fica claro que, como terceira conclusão (não adentrarei em outras, deixo para

momentos posteriores), estar imerso e vivendo a experiência *queer* em meio às pessoas adeptas do discurso radical, vertical e canônico continua sendo uma forma de resistir sem que alterações corporais sejam necessárias, porque o modo de vida escolhido satisfaz as pessoas que assim querem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Frederico Helou Doca de. Homem-mulher e mulher-homem: a (des)construção de gênero em "Apoiando-se no espaço vazio", de Marina Colasanti e "Jin Ping Mei", de Lanling XiaoXiao Sheng. In: *Anais do 9º Congresso Internacional Fazendo Gênero*, 23 a 26 de agosto de 2010, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio. Lições americanas*. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CECHINEL, Francile Maria Ribeiro Alves. Novos caminhos para a mulher na minificção de Marina Colasanti. In: Revista *Ciências & Letras*. Porto Alegre, n. 54, jul-dez., 2013, p. 77-89.
- COLASANTI, Marina. *Contos de amor rasgados*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 93-4.
- DESPENTES, Virginie. *King Kong Théorie*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2006.
- DOVER, Kenneth J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. Trad. Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Global, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III. O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Global, 1988.

- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- GOLDEBERG, Mirian e outros (Orgs.). *Nu e vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- KECK, Frédéric; RABINOW, Paul. Invenção e representação corpo genético. In: COURBIN, Alain et. AL. (Orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar*. O século XX. 3. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009, p. 83-106.
- LAURETIS, Teresa de. *Théorie queer et cultures populaires – de Foucault à Cronenberg*. Trad. Marie-Hélène Bourcier. Paris: La Dispute, 2007.
- LE BRETON, David. *Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas/SP: Papirus, 2003.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Trad. Sonia M.S. Fuhrmann. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- LIMA, Sônia Maria van Dijck. *Concisão: sétima proposta para este milênio*. São Paulo: Navegar Editora, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas. *Revista Sopro*. Desterro, n. 20, jan., 2010, p. 1-5.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, 2012. (Cadernos da Diversidade, 6)
- NAPHY, William. *Born to be gay. História da homossexualidade*. Trad. Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2006.
- PRECIADO, Beatriz. "Multitudes queer. Nota para una política de los 'Anormales'". *Revista Nombres*, año XV, n. 19, abril, 2005, p. 157-166.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contrasexual*. Barcelona: Anagrama, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonky*. Madrid: Espasa, 2008.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SILVA, Antonio de Pádua Dias da. O conceito de "corpo" nos estudos de gênero, feministas, gays, lésbicos e queers. In: SILVA, A. P. D.; MEDEIROS E MORAIS, R.; SILVA, T. V. A. (Orgs.). *Interfaces: gênero, discursos, linguagens*. São Paulo: Scortecci, 2014, p. 141-162.

Mnemosine Revista

Volume 5, n.2, abri/jun 2015

VIDAL, Gore. Sexo é política. In: HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *De fato e de ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 227-250.

ZAVALA, Lauro. Teoria do miniconto. *Revista de Ciências Sociais da Unisinos*, n. 43, v. 1, jan-abril, 2007, p. 86-96.

Recebido em 30/03/2015

Aprovado em 28/04/2015

“A ÚNICA COISA QUE NOS UNE É O DESEJO”: PRÁTICAS DA HOMOSSEXUALIDADE (CAMPINA GRANDE-PB)

Kyara Maria de Almeida Vieira¹
Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

O presente artigo toma como objeto de suas análises algumas experiências narradas por homens homossexuais de Campina Grande-PB. Numa tentativa de articular corpo, desejo e as práticas da sexualidade, e como ambos historicamente passaram a ser objeto de alguns discursos, entre eles o religioso e o de algumas ciências médicas, o texto a seguir problematiza as narrativas desses homens, pensando como estes se constroem e constroem aos outros em detrimento dos códigos culturais a eles direcionados, ora se alinhando, ora questionando, ora sendo indiferentes, em sua multiplicidade de práticas do desejo.

Palavras-chave: Corpo. Desejo. Homossexualidade.

ABSTRACT

This article takes as the object of the analysis some experiences narrated by gay men of Campina Grande- PB. In an attempt to articulate body, desire and sexuality practices, and how both historically became the subject of some speeches including religious and some medical sciences, the following text discusses the stories of these men, thinking how they build and build to others at the expense of cultural codes to them directed, sometimes lining up, sometimes challenging, sometimes being indifferent in its multiplicity of desire practices.

Keywords: Body. Desire. Homosexuality.

“(...)através de suas mãos, que pode haver outra forma de relacionamento

entre os homens diferente da praticada, forma essa que inclui a carícia física, mas não necessariamente, o sexo (...). A punição foi severa à transgressão do professor. (...) Adolph Myers foi expulso da cidadezinha escapando por um triz de ser enforcado. Assumiu então, uma nova identidade em uma cidade de outro Estado, numa tentativa de esquecer o passado. Contudo suas mãos continuavam a demonstrar seu lado transgressor.” (Conto “Hands” de Sherwood Anderson, 1919 apud BERUTTI, 2002, p. 30)

Era o corpo de Myers, através dos usos das suas mãos, que denunciavam a transgressão dos códigos culturais relacionados ao sujeito masculino/homem. Alguns questionamentos: O que implica nos comportarmos como homem ou como mulher? O que é exigido de nós que nos caracteriza como homem ou como mulher? Qual a relação que estabelecemos com nosso corpo? O que fazemos com nossos desejos? O que fazemos com nossas vontades intensas de estar com alguém e de experimentar o corpo de alguém, ou deixar-se experimentar por outrem?

Pensar sobre como alguns homens homossexuais² se relacionam com seus corpos, com sua sexualidade, com seus desejos sexuais e como se relacionam também com os outros corpos, com as outras sexualidades, com as práticas sexuais dos/as outros/as. Pensar sobre as imagens que constroem de si e dos voos que empreendem em busca da realização (ou não) dos seus desejos, como também quais os significados que atribuem na fabricação dos/as outros/as, quer tenham escolhido semelhantes as suas ou não.

¹ Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande-Campus I; Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco; pesquisadora colaboradora do Grupo Flor e Flor Estudos de Gênero (CNPq).

² Os entrevistados aqui citados compõem a teia de informantes da nossa dissertação de mestrado: homens homossexuais de Campina Grande-PB, com mais de quarenta anos. Usaremos pseudônimos a fim de preservar suas identidades e devido ao pedido dos mesmos, como também os apresentaremos à medida que forem aparecendo no texto..

Em alguns dos objetivos desse artigo, que resultou de nossa vontade em fazer uma releitura de nossas discussões produzidas outrora, mas nos parecem muito atuais, e assim coloca-las em circulação.³

E ao propormos que sobrevoemos estas questões, não tem como não pensarmos na moral, nos códigos morais, tendo em vista que nossa relação com o corpo está circunscrita e envolvida não só pelas possibilidades de composição do mesmo, mas, fundamentalmente com as formas culturalmente estabelecidas de como devemos nos relacionar conosco. Talvez vezes inflamadas se levantem dentro de alguns leitores/as e/ou ouvintes querendo então se declarar contra tal convite denunciando-o como atentado à moral, propondo um cessar desse voto. Alguns/as de nós, ao contrário, poderão se sentir desafiados/as a fazer algo que sempre tiveram vontade e nunca coragem ou oportunidade, sugerindo inclusive rotas e paisagens a serem perseguidas; e outros/as ainda, farão com tranquilidade uma movimentação que já lhes é conhecida, retomando, não da mesma forma, direções outrora escolhidas, ou novas direções na viagem pela sexualidade, pelos desejos, pelas práticas de seus corpos. Mas, retomando a ideia de moral, lembramos Silvio Gallo (1997, p. 97), quando ele afirma:

(...) a moral é o sistema de valores que sustentam a vida humana, e normalmente esses valores são apresentados como universais, isto é, sempre existiram e sempre existirão, sendo válido em qualquer época e lugar.

E aqui nós nos erguemos como defensores (ou algozes) da moral e nem partimos da premissa da naturalidade e homogeneidade de fazer/estar/sentir-se homem e mulher. As muitas formas desse fazer/estado/sentido, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente e hoje possivelmente de formas mais explícitas que antes. Vozes múltiplas e com rotas variadas estão sempre a ser iniciadas, sem ponto de chegada nem a certeza de seu fim, seja um fim feliz ou dolorido, ou sequer comum fim. Elas, as possibilidades de viver prazeres e desejos corporais, também são, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Como afirma Foucault (2005), a sexualidade é um 'dispositivo histórico'. Ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de muitos discursos sobre o sexo: discursos que normatizam, que regulam, que instauram saberes, que produzem "verdades", que estabelecem como devem então ser realizadas.

Porém, direcionar-se para esse pensamento só tem sido possível porque os debates sobre práticas sexuais e de gênero, em suas relações com o corpo, vem se tornando cada vez mais acalorados também no Brasil, e especialmente depois dos anos sessenta do século XX, o que não significa dizer que antes disso não se tenha discutido sobre tais temas. Weeks (1999, p. 39) ressalta que:

³ Esse artigo é um pequeno recorte da minha dissertação, intitulada "A única coisa que nos une é o desejo": produção de si e sujeitos do desejo na vivência da homossexualidade em Campina Grande/ PB (2006), defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, com bolsa-auxílio da CAPES.

Embora se possa argumentar que as questões relativas aos corpos e ao comportamento sexual têm estado, por muito tempo, no centro das preocupações ocidentais, elas eram, em geral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral. Desde então, elas têm se tornado a preocupação generalizada de especialistas da medicina e de profissionais e reformadores morais. O tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia.

E no que se refere às práticas da homossexualidade, elas também ganham especial atenção a partir de finais do século XIX, quando deixam de ser consideradas pecado para aumentarem a lista das patologias humanas, e sobre isso só a Sexologia tem sua contribuição, mas também a Psicanálise. Aqui poderíamos pensar no entrecruzamento do corpo, das práticas da sexualidade e do diagnóstico direcionado aos corpos que não se enquadram no modelo heterossexual. Mesmo com tantas discussões, com tantas possibilidades de leituras sobre a sexualidade, ainda assim continua sendo esse um tema que enrubesce faces, enruga a fronte, provoca sorriso nos lábios, trincar de dentes, suor nas mãos, frio na barriga, práticas discursivas que também são experimentadas no silenciamento de si (e dos/as outros/as), ou críticas de que estamos a falar de uma temática menor. Louro (1999, p. 9) ao falar de suas lembranças da juventude, pode colaborar conosco quando afirma:

(...) a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferencialmente, de

forma reservada. A sexualidade – o sexo, como se dizia – parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga (o) próxima (o). 'Viver' plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser compartilhada com o parceiro do sexo oposto.

Parece-nos então que a autora não fala de tempos muito distantes de nós, já que pensar e falar sobre a nossa sexualidade, sobre as práticas sexuais e também sobre nosso corpo, ainda não é tarefa fácil. Nossos entrevistados também narram suas histórias pontuando a dificuldade, a vigilância, a dor, o receio de se falar sobre as práticas que envolvem a realização (ou não) dos seus desejos, mesmo entre seus pares. E embora não os impeça de alcançar jardins e cheiros exalados pelas mais variadas flores, quando assim os seus desejos se veem em negociação com os códigos culturais, várias também são as narrativas dos nossos entrevistados que ratificam a experiência de silenciamento e interdição sobre suas práticas sexuais. Felipe⁴, ao falar sobre sua 'descoberta'⁵ e da relação com sua família, nos diz:

Quando eu era criança, eu descobri esse desejo muito cedo e era uma coisa que eu não tinha respostas porque eram poucos os comentários. Eu não sabia nem o que era homossexualidade, nem o que era homossexual, nem o que era gay⁶, nada! Eu apenas praticava (...). Na verdade, eles acabaram fazendo mais ou menos a política que o exército americano acabou fazendo com alguns gays: de não perguntar a orientação sexual e a pessoa não dizer. Era uma coisa que passou a

⁴ Felipe nasceu em 1959, na cidade de Boqueirão-PB, e é o primogênito de uma família de cinco filhos, tendo dois irmãos e duas irmãs. Mora em Campina Grande desde os 15 anos, e vive com a mãe, que é viúva, e o irmão mais novo. É formado em Ciências Sociais pela UFPB (campus II).

⁵ Aqui utilizamos um termo usado também por nossos entrevistados. Mas não o significamos enquanto uma característica *essencial* desses sujeitos, que esperava apenas que eles a retirassem o véu que até então cobria algo que já estava lá, dado, apenas a espera de ser desvelado. Mas a significamos enquanto o momento em que a realização do desejo se torna possível, com tudo que há de contingente na prática e/ou realização dos nossos desejos.

⁶ É importante lembrar que o termo *gay*, existente desde o século XIX, era considerado mais neutro, que designava uma cultura específica e positiva. Mas só começará a ser utilizado a partir da década de 1960 nos EUA, quando surge o Movimento Gay. Cf. Badinter (1993:113).

ser muito óbvia, mas uma coisa que não era perguntada. Não era falada. Se era falada entre eles, eu num posso adivinhar, né?

Felipe não sabia os nomes atribuídos ao exercício dos seus desejos, "apenas praticava". E também não entendia porque era tão incompreendido e tão cobrado, já que não se estabelecia, não se falava claramente que o seu corpo e a prática de sua sexualidade era o incômodo. Como nos afirma Felipe: "Desde de quando eu me entendo por gente que eu me achava diferente. Eu não sabia muito bem o porquê dessa diferença, né?" E seu corpo outra vez estava no centro das preocupações, não só porque não entendia porque se sentia diferente ao desejar 'determinadas flores', mas porque apanhava, e "apanhava muito, principalmente do meu pai, que quase me pegou com um parceiro e chegou a me espancar." É então apresentado aos códigos culturais que definem moralmente como de se ser o exercício da sexualidade, mesmo que na sua família não houvesse verbalização mais precisa.

Já que "era uma coisa que passou a ser muito óbvia", certamente pelos voos e práticas corporais de Felipe, a punição causada ao seu corpo é, outra vez, um convite do desejo do silêncio para que haja o silêncio do desejo, onde o som emitido se restringe ao barulho da chibata sobre seu corpo e a ameaça de seu pai, já cansado de tanto usar a força para espancá-lo: "E ele disse: 'Olhe! Eu não ato você porque tem sua mãe e tem seus irmãos'." Felipe

era 'convidado' parar, a não mais se erguer em busca da realização de seu desejo. O seu corpo sentia na pele e nas suas dobras que suas práticas e sentimentos eram então vigiados, condenados, punidos (inclusive por ele mesmo), ameaçados da morte, e só poupados devido à dor e angústia de seus outros parentes ao ver o pai matar o filho, e o primogênito filho. Elenos conta: "Eu me punia no sentido de ficar triste mesmo, sabe? De me achar diferente, de me achar punido pelo que eu achava que era Deus na época. E eu chorava (...) Mesmo depois que eu conheci algum homossexual eu chorava com aquilo."

Chorar, mesmo para alguém que disse durante as entrevistas que "Sempre se aceitou, nunca teve problemas com seus desejos." Não sabia porque era diferente, e se não havia nenhuma explicação 'patológica', Deus era o algoz de seu corpo, de outros corpos que também tinham desejos por ele experimentados. Então se Deus o punia, mesmo se ele sabia porque, tendo em vista que começou suas práticas sexuais aos "oito/ nove anos, uma 'criança' apenas", ele também deveria se punir: além de ficar triste, "(...) fazia promessas, que geralmente não cumpria porque não deixava de praticar." Indomável e anárquico o desejo, "(...) que aponta em todas as direções e mantém seu próprio curso - às vezes inteiramente na contramão", como nos afirma Artaud (apud TREVISAN, 1997, p. 53).

A relação que Felipe estabelece com a punição divina e a punição por si, com as promessas, não só tem a

vercom a condenação às práticas da homossexualidade realizadapelaIgrejaCatólica Apostólica Romana (porDeus),que se desliza até os dias atuais, mesmo com as transformações e as mudanças que podemos observar. Valeressaltarque essa mesmaIgrejatambém produziu inúmeros discursosobre as práticassexuais, estabelecendo o dizível e o indizível, o pensável e o impensável, discursosestesque tiveram (têm) muitaforça e lugar de verdadebastante 'sacralizados'.

Nãonos embrenhamos aqui numa busca de explicar o presenteatravés do passado. Sóque falávamos de início, citando Weeks (1999, p. 39),que as questõesreferentes ao corpo e as práticassexuais, "eram, emgeral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral."Portanto, antes de ser tomado comoobjeto de estudos e definições da ciência, foram os discursosreligiosos e da filosofiamoralquem criaram umvocabuláriobastantefecundo para a definição e classificação das práticassexuais, e entre estas, a prática da homossexualidade. E não há comonegar a forçaqueainda tem taisdiscursos. Inclusivepelaexplosão de publicação de inúmeros trabalhos encabeçados porteólogos, presbíteros, padres, freirassobre essa mesma temática.

Sobreesse vocabulário, antes de ser nomeada de *homossexualidade*, a prática sexual entre homens era chamada a de *sodomia*, emboraessemesmotermo fosse usado para definir também contatos sexuais entre homens e animais, homens e mulheres desafiando a reprodução, o

quedar ao termo uma imprecisão. Sob o Antigo Regime, a proibição da *sodomia* era baseada em motivos religiosos, sendo chamado de 'pecado mudo', ou 'vício abominável'. No século XVIII, com a laicização do crime, o termo *sodomia* vai sendo cada vez menos utilizado e em sua substituição as referências às práticas sexuais homossexuais serão chamadas de *pederastia* ou *infâmia*⁷. E mesmo tendo mudado os termos, a *sodomia*, *pederastia* ou *infâmia*, não eram descritas como uma identidade específica, mas como uma aberração passageira, uma confusão da natureza (COSTA, 1992; 1995).

E se é 'um pecado mudo', um 'vício', é passível de correção, de sublimação, de redenção. Se é aberração passageira, confusão da natureza (grifonosso), o corpo é o lugar de expressividade desses 'equivocos', dessa distorção. É para o corpo onde devem ser direcionados todos os investimentos a fim de amenizar e/ou redirecionar tais práticas e desejos, com o objetivo da 'salvação', re-colocação social (e moral) desse sujeito. Como afirma Goellner (2005, p. 39), "a individualização das aparências (...) tem levado os indivíduos a perceber que o corpo é o local primeiro da identidade, o lócus a partir do qual cada um diz do seu íntimo, da sua personalidade, das suas virtudes e defeitos." O corpo é o espaço que torna possível a realização do desejo ou a angústia por sua não realização.

Os primeiros responsáveis pela 'identificação', percepção desses 'desvios' do desejo, são os componentes familiares. Resta a estes

⁷ Pederastia: *Contato sexual entre um homem e rapaz bem jovem. Infâmia: Má fama. Perda de boa fama. Dano social ou legal feito à reputação de alguém; desonra, desdouro, ignomínia, labéu. Caráter daquilo que é infame; torpeza, vileza, abjeção. Cf. Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI. 2015.*

a responsabilidade de vislumbrar, o quanto antes, quais dos/as seus/as parentessãos portadores dessa 'confusão natural'. Mário⁸, nos narra sobre si e a experiência de cuidados da sua 'carinhosa' mãe:

Minha mãe mantinha uma educação rígida em cima de mim. Não sei se era porque ela já tinha percebido minha maneira de ser diferente do outro meu irmão, que também gostava de homens. Mas, mesmo assim ela tinha todo um carinho comigo. Mas a rigidez continuava muito forte.

O carinho da mãe de Mário (a exemplo de Maria mãe de Jesus), não a impedia de percebê-lo, significá-lo enquanto diferente de seu outro irmão, mesmo que este fosse também homoeroticamente desejante. E porque a vigilância sobre Mário e não sobre seu irmão? Porque, mesmo tendo os mesmos objetos de desejo (outros homens), só a Mário era destinado tanto cuidado e rígida vigilância? Seu corpo 'denunciava', através do voo das mãos e da voz meiga e calma existentes até hoje, a necessidade da 'educação rígida', muito fortemente rígida, e carinhosa. Porque as intervenções que no corpo se operam, "ao mesmo tempo que podem oferecer-lhes – e oferecem – liberdade, invocam também estratégias de autocontrole e interdição" (GOELLNER, 2005, p. 38).

Por isso, não pensamos a rigidez seja incompatível com carinho, tendo em vista que há inúmeras maneiras de estabelecermos relações de poder, de exercermos vontade de poder, quando esta para Foucault é a vontade de "estruturar o campo possível da ação dos outros"

(VEIGA-NETO, 1995, p. 36). E ao estabelecermos o campo de ação possível para os/as outros/as, também o fazemos a partir da vontade de verdade, que aqui não deve ser entendida como no sentido clássico de "amor à verdade", mas no sentido de busca de legitimidade que cada um empreende, marcando e sinalizando os discursos e sistemas de exclusão, sistemas estes que definem o dizível e o indizível, o pensável e o impensável; e, dentro do dizível e pensável, distinguem o que é verdadeiro do que não é (FOUCAULT, 1985; 1989; 1996).

Mário não se inscrevia no campo do dizível e pensável dadas as formas e gestos de seu corpo de homem, ocidental, cristão. E mesmo com a carinhosa rigidez de sua mãe, a vigilância de uma das suas irmãs, com quem mora até hoje, e que afirmara "não admitir suas relações com homens", por isso estes não deveriam ir a sua casa, Mário não silenciou nem estancou seus desejos. Certamente essa relação com a família é uma das instâncias da produção de Mário enquanto sujeito do desejo, mas não foi capaz de matarem o desejo e nem tampouco impedi-lo de ser exercido.

Sobre essa relação não natural entre os sujeitos, seus corpos e os códigos culturais, Goellner (2005, p.39) nos alerta:

(...) a produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar, nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam. Reagimos a elas, aceitamos,

⁸ Mário nasceu em 1949 em Guarabira-PB, e veio morar em Campina Grande aos 5 (cinco) anos de idade, após 2 (dois) anos da morte de seu pai. É formado em Ciências Sociais pela UFPB (campus II), funcionário público da UFCG há 28 anos, mora com mais duas irmãs e um irmão, sendo ele o mais jovem.

resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo, ele próprio é uma unidade biopolítica.

E se há uma *interdição* tão intensa quando se trata da sexualidade, tanta vigilância, tantas regras, tantos limites sobre o que temos e carregamos como nossa maior "marca" (o corpo), é necessário lembrar que é a partir do nosso corpo e da nossa sexualidade que se inscrevem os nossos marcadores identitários;

"O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual" (WOODWARD, 2005, p. 15). Sendo assim, somos o/a professor/a, a/o amigo/a, a/o esposo/a, a/o filho/a, a/o adolescente, a/o profissional, com a grande preocupação do uso do artigo definidor do gênero, o que nos parece inocente, tendo em vista que a identidade de gênero se vinculará e dependerá da identidade sexual, havendo uma vigilância para a correspondência entre ambas balizadas pela heterossexualidade.

Sobretal vigilância, os sujeitos homoeroticamente desejantes tem um lugar destacado. Weeks (1999, p. 51-52), citando Foucault, aponta quatro estratégias que ligam, desde o século XVIII, uma variedade de práticas sociais e técnicas de poder. Tais estratégias, juntas, compõem mecanismos específicos de conhecimento e poder centrados no sexo. "Elas têm a ver com a sexualidade das mulheres, a sexualidade das crianças, o controle do comportamento procriativo (sic) e a

demarcação de *perversões sexuais* como problemas de *patologia individual*." Daí que ao longo do século XIX, tais estratégias produziram quatro figuras submetidas à observação e ao controle social, inventadas no interior de discursos reguladores: a mulher histérica; a criança masturbadora; o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade; e o 'pervertido', especialmente o 'homossexual'. E aqui, nos interessa prioritariamente esta última figura: o 'pervertido, homossexual'.

Mas, a 'aberração passageira' fruto de uma confusão da natureza, na última terç parte do século XIX, é nomeada de outra forma: o *homossexual*, o *invertido*, o *pervertido*, que nomeará uma espécie particular. O surgimento da nova palavra traz consigo uma essência; o peso da verdade científica enquadra os que por ela são caracterizados no receituário das patologias psíquicas, jogando-os na vala dos males sociais⁹. "O nascimento do 'homossexual' é o nascimento de uma problemática e de uma intolerância que sobrevivem até os nossos dias" (BADINTER, 1993, pp. 92-121).

O surgimento do termo *homossexualidade* se deu em finais do século XIX¹⁰ e utilizado costumeiramente, desde então, para se referir às práticas sexuais entre homens. Mas, queríamos destacar que, também o termo *pervertido* é vinculado às pessoas que têm práticas eróticas, sexuais e/ ou afetivas com pessoas do mesmo sexo biológico. A *perversão*, desde o início de seu uso na terminologia médica (século XIX),

⁹ "Os homossexuais serão alinhados aos velhos libidinosos, celibatários, sífilíticos e libertinos, como anti-norma paroxística da figura do homem-pai" (COSTA, 1995, p. 129).

¹⁰ O termo homossexual foi criado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869, mas só entrará para a linguagem corrente dos franceses e ingleses na década de 1890.

esteve associada à ideia de 'desvio prejudicial' – desvio, disfunção ou distorção de uma função orgânica ou atividade mental; um adjetivo e não um substantivo; qualificava um sintoma e não uma estruturação psíquica ou orgânica particular; só depois é que veio a ser associada à *perversão sexual* (COSTA, 1995, pp. 158, 173-182). E como trabalhamos a partir dos processos de significação da linguagem, também é interessante destacar que *perverso*, segundo o dicionário, é aquele que *se perverteu, depravado, desmoralizado, corruto, indivíduo perverso*.¹¹ Outra vez temos uma referência que demarca a anormalidade, o desvio, a imoralidade do desejo e de um corpo que permite, equivocadamente, a prática desse desejo.

E pensar sobre o surgimento e veiculação desses conceitos nos possibilita defender que não só os conceitos são históricos, mas seus significados e a relação que estabelecemos com aquilo que tais termos fazem referência também são cultural e historicamente construídos, afinal, "(...) não há significados pairando acima dos interlocutores, como entidades não linguísticas que a linguagem trataria de expressar, nem fatos como entidades não linguísticas que a linguagem trataria de representar (...)" (ARAÚJO, 2004, p. 174).

Portanto, o aparecimento de tais termos, de tais figuras, relacionados aos seus corpos e suas práticas corporais e/ou sexuais, não é naturalmente concebido, nem seu significado é permanente. Entre os séculos XVIII e XIX, a

referência aos que têm desejos homoeróticos passa a ocupar não só o campo do pecado; ser homoeroticamente desejante deixa de ser considerada uma característica passageira (um adjetivo, desvio de um corpo que pode retomar o caminho 'correto'), para então ser associado a outro lugar de negação, o de uma patologia, um substantivo que será marca identitária dos sujeitos, que terá no exercício do corpo sua aparição: uma anomalia sexual. E que outras 'medidas' serão tomadas a fim de coagir, corrigir, curar, salvar, esses sujeitos: outra vez, seus corpos se tornam o centro das atenções, agora não só das punições e vigilância, mas de todo o aparato técnico da ciência, já que tais sujeitos não correspondem aquilo que sua identidade sexual aponta.

A herança cartesiana (SANTOS, 1987) para a nossa forma de perceber o sujeito (aquele que tem em si a dualidade entre corpo/mente), unida aos códigos da percepção religiosa ocidental cristã, nos remete a necessidade de nos reconhecermos numa única identidade, no sentido de nos estabelecer como pertencendo a um grupo social de referência e marcarmos nossa individualidade. Nos apresentamos (ou nos representamos) frequentemente a partir da nossa identidade de gênero, como também da nossa identidade sexual (SILVA, 1999, pp. 91-92), estas que estão circunscritas nos nossos corpos, são ditas e vistas a partir de nossos corpos. "*Nessa medida, o corpo é, a um só tempo, fonte e expressão de símbolo. (...) o corpo simboliza a*

¹¹ Cf. *Dicionário Aurélio Eletrônico. Século XXI*. 2015.

sociedade, e os poderes e perigos atribuídos à estruturas social, guardadas as devidas proporções, são nele reproduzidas (DOUGLAS, 1976 apud QUEIROZ & OTTO, 2000, p. 31).

Ao falarmos do corpo enquanto esse espaço onde nossas identidades estão circunscritas, espaço de denúncia, negociação, transgressão (ou não) das nossas preferências, desejos, sonhos, vontades, não poderíamos deixar de nos direcionar para uma preocupação bastante presente nas narrativas dos nossos entrevistados, que será a relação com as práticas associadas culturalmente ao feminino, homens que são chamados de 'pintoso/a', ou 'banderoso'. Todos se referem ao preconceito, ao fato de andarem na rua, como nos afirma Felipe, e "(...) as pessoas dizerem viado, fresco, essas coisas. Bicha, né? E assim, eram muito engraçado, e ainda existe hoje (...) As pessoas apontavam, gritavam: "Olha os viados!" Esse, esse tipo de coisa eram muito, muito dolorido."

A graça se mistura a dor, numa narrativa de si que aponta para as formas de lidar com o preconceito e com um corpo que denuncia o que culturalmente no ocidente cristão é considerado *perversão*: a realização dos seus desejos no encontro e na procura de flores tidas como maléficas e impuras. O que nos faz concordar com Foucault (apud GOELLNER, 2005, p. 32) quando para este "O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera apenas pela ideologia ou pela consciência, mas tem seu começo no corpo, com o corpo." Portanto, ser apontado na rua, ouvir gritos que falam do que não é

digno de aplauso, só é possível porque corpos passam diante dos olhos de quem aponta e de quem grita, de quem indica aqueles que não devem ser considerados como exemplos, expondo, devido aos traços do corpo, o que pressupõem ser sua intimidade, suas preferências.

Tal experiência também faz com que nossos entrevistados tenham posturas que denotem receio de sua identificação pública, corpórea, com a feminilidade. E assim, Oxumaré¹² nos narra:

Eutinha amigos que na época da gente chamava 'banderoso', né? Ai eutinha um amigo que, inclusive eu trabalhei muito com ele em cima disso (...). Eu trabalhava muito com ele mostrando a realidade, que ele ia precisar trabalhar, essas coisas todas. Quando eu andava com esse amigo, eu ficava meio chateado, porque ele rebolava, essas coisas tudinho, e eu batia muito em cima disso (...). E daí ele se educou, né? Masele sempre foi meio trabalhoso! Foi um amigo que me deu trabalho. (Grifos nossos)

Mostrar a realidade e educar seu 'amigo trabalhoso' era então enquadrá-lo naquilo que Oxumaré acredita que a maneira correta, 'verdadeira', de se portar, que é consoante com as regras morais e com os postulados científicos do seria um homem e uma mulher. Segundo ainda Oxumaré, homem não tem que "(...) se vestir de mulher, andar rebolando, ficar dando 'pinta', andar desmunhecando." É preciso trabalhar para se sustentar, "(...) se dar o respeito, mas às vezes tem aquele pessoal desmunhecando e chega e diz que achá isso ridículo. Não. Pra que isso? Não tem necessidade

¹² Oxumaré nasceu em 1957, é funcionário público do Hospital Universitário há muitos anos. Tem um parceiro com o qual mora junto desde dezembro de 2005. Há vinte e três anos tem sua própria residência; é um bandista e tem um templo em sua casa, onde as reuniões são realizadas todas as segundas-feiras.

disso, num é?" Fala-se dos preconceitos, mas tem-se trabalho educar alguém porque ele, mesmo tendo os mesmos desejos, não corresponde ao que se pensa como correto. E nessa fala que se reveste da preocupação com o outro, do carinho pelo outro, vai se estabelecendo, outra vez, modelos de também ser desejante, de lidar com o corpo e torna-lo 'educado'. A vontade de poder e de verdade outra vez promove a negação da diferença, da diversidade, estabelecendo entre os sujeitos as formas (ou a forma) possíveis de exercício do desejo.

Então, o corpo não é apenas o lugar de "Simbologia de uma determinada sociedade" (DOUGLAS, 1976), mas também, como sugere Foucault (apud QUEIROZ & OTTO, 2000, p. 32), o corpo é "objeto de 'adestramento', de disciplinarização, de vigilância, afim de que um minucioso controle de suas operações lhes imponha uma relação de utilidade e docilidade, subvertendo-os politicamente, automatizando seus gestos, posturas e movimentos." O que nos aponta que a relação que estabelecemos com nossos corpos, não é naturalmente concebível, mas está envolvida nas relações sociais estabelecidas por determinadas sociedades, em determinadas épocas. Relações estas que são marcadas por práticas discursivas e não-discursivas, aonde o dizível e o indizível, o pensável e o impensável vão sendo estabelecidos, e a partir daí, a produção de si quanto a sujeitos do desejo, a produção das identidades na sua relação com as subjetividades, vai se delineando, de

formarem sempre tranquila. "O corpo é ele mesmo uma construção social, cultural e histórica" (GOELLNER, 2005, p. 33).

Foucault, então, irá dizer que "O poder atua no que de mais concreto e material temos - nossos corpos." E perguntado sobre quem coordena a ação dos agentes da política do corpo, esse autor acrescenta:

É um conjunto extremamente complexo o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão útil em sua distribuição, em seus mecanismos, seus controles recíprocos, seus ajustamentos, se não há quem tenha pensado o conjunto. Em certos períodos aparecem agentes de ligação. (FOUCAULT, 1989, p. 151).

Não sabemos precisamente quem estabeleceu que homem tem que ser homem, e mulher tem que ser mulher, o que significa assumir comportamentos distintos e bem demarcados. Mas, nossos entrevistados transitam por esses códigos culturais porque foram a eles apresentados. Culturalmente aprenderam que há regras de comportamentos que não os permite usarem seus corpos de qualquer maneira, nem agir de qualquer maneira. Falam, às vezes com mágoa ou tristeza, sobre as experiências com preconceitos, reafirmam que "Cada um pode fazer o que quiser da sua vida", mas ratificam, ao mesmo tempo, que não é preciso 'dar pinta', 'bandeira', pois como afirma Elvis Presley¹³, "Quer queira, quer não queira, você dá satisfação! Seu comportamento conta! Não é porque você carrega sobre você

¹³ Elvis Presley é artista de teatro, dançarino, nasceu em 1938 na cidade de Tupelo-Mississippi. Passou a morar em Memphis desde os 7 anos de idade, e há vários anos é profissional autônomo. Foi DJ de uma dos bares mais antigos de Memphis. Presley voltou a Memphis especificamente para o público homossexual.

uma homossexualidade que você vai ESCANCARAR! Por que tudo tem o respeito, tudo tem um limite! Tudo tem que ter descrição."

E outra vez um discurso que se reveste do cuidado com o outro, e com a trama das relações entre sujeitos. Porque é preciso *'ter respeito, ter descrição'*? Porque você carrega sobre si o fardo da homossexualidade, e o corpo é ao mesmo tempo algo, delator de sua carga, mas também o aporte para a realização do desejo, para o prazer, para a felicidade. Como afirma Paglia (1992, pp.13-15), *"O erotismo é o reino tocado por fantasmas. É o lugar além dos confins, ao mesmo tempo amaldiçoado e encantado."* Tocaiar e então ter descrição, porque é preciso respeito, já que se tem que dar satisfação. Satisfação a quem? Ao que? Aos limites e códigos sociais (morais, legais, estéticos), negociados culturalmente, quer tira do corpo o seu caráter apenas e meramente biológico ou natural.

Como afirma Queiroz & Otto (2000, p. 21):

(...) o corpo humano é submetido a um processo de humanização, e a sua experiência é sempre modificada pela cultura. Marcas deixadas por escarificações, perfurações, tatuagens e mesmo algumas mutilações (circuncisão, extração de clitóris, etc) são sinais de pertinência, de identidade social, ao mesmo tempo em que assinalam a condição tida por autenticamente humana daqueles que as exibem.

Na *'superfície dos corpos, as profundezas da vida social'* (QUEIROZ & OTTO, 2000, p. 31). Aprendemos que são os sons, os gestos, as falas, os hábitos, os gostos,

os sabores, os movimentos, as cores, os desejos que são permitidos e os que são proibidos na urdidura social; aprendemos inclusive o quem é capaz de nos provocar desejo. O uso que fazemos do nosso corpo nas mais diversas atividades não se resume a um desempenho meramente natural, aleatório, espontâneo, biológico, mas, em grande medida, um uso propriamente cultural, em que, segundo Marcel Mauss (apud QUEIROZ & OTTO, 2000, pp. 35-36), *"(...) combinam-se elementos biológicos, psicológicos e sócio-culturais (sic) (incluindo-se, nestes últimos, aspectos religiosos, rituais e morais)."*

O corpo é então um espaço onde se materializam e se entrecruzam múltiplas forças, sobre as quais os vigilantes e donos desse espaço não têm domínio muitas vezes; é o corpo o lugar também da ordem e da desordem, onde a dinamicidade da vida ganha fôlego, e onde o bater de asas acena para rotas variadas. Geertz (1978) irá defender que o corpo *"é um 'constructo' bastante complexo, dada a dupla procedência, natural e cultural, das pressões seletivas que nos fizeram - biologicamente, inclusive - humanos"*. E essa biologização de nosso corpos, que nos torna inclusive humanos, também irá estabelecer regras e códigos para as experiências com a nossa sexualidade, com as nossas práticas do desejo.

Daí ser a sexualidade alvo de olhares e vozes que tentam entendê-la, descrevê-la, quantificá-la e qualificá-la, mapeá-la e apontar-lhe direção, finalidade, formas, fórmulas, limites. E não é de agora que homens e mulheres desprendem suas energias

tentando defini-la, mas as várias sociedades, cada uma a seu modo, se inter-relacionam com essa força avassaladora e ambígua, produzindo discursos e instrumentalizando práticas variadas.

Mas para Foucault (2005), nenhuma sociedade se compara com a sociedade moderna burguesa no que diz respeito a criartantos centros de poder, a tertantaatênção manifesta e prolixa, nem tantos contatos e vínculos circulares relacionados ao sexo; nuncatantos focos onde estimular a intensidade dos prazeres e a obstinação dos poderes para se disseminarem maisalém. Embora alguns defendam que esta mesma sociedade foi a mais recatada e com instâncias de poder que fingem ignorar o que interdavam.

Nenhuma sociedade, a não ser na nossa, indivíduos preparados por uma Ciência que se ergue a partir da preocupação com a sexualidade (Psicanálise), são pagos para escutar as nossas angústias, as nossas conquistas, as nossas culpas, os nossos medos em relação a nossos desejos. Ainda concordando com Sant'Anna (2005, p. 102),

Se, durante séculos, a humanidade se destinou à alma o lugar da identidade humana, na ordem tecnocientífica é o corpo quem exercerá essa função. Por conseguinte, conhece-lo completamente, salva-lo diariamente, controla-lo continuamente são deveres e direitos atribuídos com insistência a todos que aspiram o sucesso, a dignidade e a felicidade.

Em nenhuma sociedade o poder se exerceu sobre o corpo e a sexualidade com tanta ferocidade e astúcia, posto que não é um poder que

tem a forma de lei e ou apenas feito de interdição, mas que age mediante a redução das sexualidades singulares. Esse poder não fixa fronteiras para a sexualidade, mas provoca suas diversas formas, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas. Não as exclui, mas inclui no corpo maneiras de especificação dos indivíduos. Não procura esquivá-la, atraindo suas variedades como espirais onde prazer e poder se reforçam, já que poder e prazer não são instâncias separadas e antagônicas.

Esse mesmo poder do qual estamos falando, "(...) toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-los com os olhos; intensificar regiões; eletrizar superfícies; dramatizar momentos conturbados. Açambarcar o corpo sexual" (FOUCAULT, 2005, p. 44). O que nos possibilita afirmar que os usos e as relações que mantemos com nossa sexualidade, também são históricos e contingentes, tanto quanto o são homens e mulheres. E nesse sentido, é válido historicizar os lugares reservados, no Ocidente cristão, às práticas do desejo sexual e as posições-de-sujeito a elas relacionadas, não com o intuito de definir o presente a partir do passado, mas para pensarmos sobre algumas questões sugeridas pelas narrativas das nossos entrevistados quando se referem as suas práticas do desejo e a relação desta com a visibilidade (ou não) corpórea.

Tais questões têm a ver com os lugares ocupados por esses sujeitos na prática sexual e a relação destes lugares com seu corpo, ou ainda, como o corpo é, muitas vezes,

significadocomum definidor das posições-de-sujeito. Falamos aqui do que é chamado poralguns/as de "passividade"e a "atividade"na prática sexual, sendo o sujeitoativoaquelequepenetra, ação praticada pelohomem, e o sujeitopassivoaqueleque é penetrado, lugar da inação, ocupadopelamulher. Sabemos quefalarsobreesseslugares pode levarnosso/a leitor/a, quasequenaturalmente, a pairarapenassobre a prática da heterossexualidade, e talvez a se questionarsobre a relaçãoqueesseslugares de sujeito tem a vercom as práticas homoeróticas.

Mas, tambémentre os homoeroticamentedesejantes, esteslugares têm demarcaçãoprecisa, e esta demarcação está associada ao corpo, numa definiçãoquaseinfalívelonde o ativoé o que tem atitudes, jeito, gestos, gostosassociados à força, à racionalidade, à objetividade, à competição, a infalibilidade, à masculinidade: "Obofe, homem, heterossexualquenão se negam a esporádicosintercursossexuaiscom algumas bichas" (GREEN & TRINDADE, 2005, p. 36); PERLONGHER (1987, pp. 126-154); e o passivoaqueleque assume posturassensíveis, afetivas, sentimentais, gostopelaleveza e pelacooperação, ligados à feminilidade: "a pintosa, a bicha, o bandeiroso."Comonos narra Felipe, ao se referir à década de 1970-80: "É essa coisaque a gente reproduz da sociedadeheterossexual: os papéis ativo e passivo naquela época eram muitomaisdefinidos, mas existe atéhoje."

Embora vários discursos sejam erguidos apontando para a naturalidade, neutralidade e unicidade das nossas relaçõescom a sexualidade, com as práticassexuais, dissemos anteriormenteque discordamos dessa ideia. E, portanto, as posições-de-sujeito passivo e ativo, tambémnãosãoemnadaturais, invariáveis, fixas, nemexatamente definidas pelossignoscorporais. Porisso pensamos quesó é possível entendermos os processos de significação da passividadee daatividade nas práticassexuais, e sua relaçãocom o corpo, se pensarmos sobre a produção dos modelos sociaispara a prática sexual, quesãohistóricos e culturais.

Sendo assim, até o final do século XVIII, além dos costumes e das pressões de opinião, o direito canônico, a pastoral cristã e a leicivil eram os três códigosque regiam as práticassexuais, fixando o que seria lícito e ilícito. A partir daí vários saberesserãocriadospara se desdobrar nessa tarefa, sendo inclusive criada uma ciência específica, no final do século XIX, para cuidar da arregimentação de informações e explicações sobre nossa sexualidade. Nesse sentido, sexólogos, pautados pelos biólogos, psicólogos e antropólogos, irão a partir de então, construir seu arsenal discursivo e 'científico' sobre o modo como deveríamos pensar nosso corpo e nossa sexualidade, tornando-se também responsáveis pela adjetivação e definição das nossas práticas, dos nossos sentidos, dos nossos desejos.

Para tanto, práticassexuais naturalizadas no ocidente, que ocupam o lugar da normalidade, da familiaridade e da identificação,

comotambém àquelas que ocupam o lugar da contrariedade, da estranheza, da anormalidade, do vício e do desvio, nem sempre foram nomeadas da mesma forma, e, portanto, também não tiveram sempre os mesmos significados. E se por dois milênios, o modelo que dominou o pensamento anatômico foi o one-sex model, no qual a mulher era entendida como sendo um homem invertido, é a partir do século XVIII que a Sexologia, depois das suas provas científicas, passou também a concordar com os filósofos e moralistas do Iluminismo, surgindo então o two-sex model, que estabelecia que homens e mulheres eram, naturalmente, diferentes pela particularidade sexual (COSTA, 1995, pp. 100-103).

Talvez nosso/a leitor/a esteja a se perguntar, com bastante inquietação, se não nos perdemos daquilo que nos propúnhamos a fazer: os processos de significação da passividade e da atividade nas práticas sexuais, e sua relação com o corpo. Não seria possível pensar estas posições de sujeito sem pensar no estabelecimento das diferenças entre homens e mulheres. Não queremos dizer que só a partir do período moderno então homens e mulheres são considerados diferentes. Todavia, é com o estabelecimento do two-sex model que as posições de sujeito ativo e passivo se tornam mais intensamente definidas, já que o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres a partir da sexualidade, irá ratificar a sexualidade masculina como sendo a 'norma', e isso estabelecerá posições também para os homens que

desejam e mantêm relações sexuais com outros homens.

Se o modelo da unicidade sexual (one-sex model) engendra um dualismo qualitativo do qual o homem é o polo luminoso, o da heterogeneidade dos sexos (two-sex model) comanda destinos e direitos diferentes, onde o homem continua sendo o critério com o qual se compara a mulher: enquanto a mulher se direciona para as atividades domésticas e educação dos filhos, na passividade de encarnar as regras morais, o homem é incumbido da atividade da produção, da criação, da política. "Seja qual for o modelo – semelhança ou diferença – o homem se apresenta como o exemplar mais bem acabado da humanidade, o absoluto a partir do qual a mulher se situa" (BADINTER, 1993, pp. 8-9).

Se no século XVIII, um homem digno deste nome poderia chorar e ter vertigens em público, no final do século XIX, não o pode mais, sob pena de comprometer sua dignidade e sua 'masculinidade' posta sob suspeita. E a partir desses modelos, a masculinidade comporta aspectos como o status, o sucesso, a resistência, a independência. Ser homem então significa não ser feminino, não ser dócil, dependente ou submisso, não ser feminizado na aparência física ou nos gestos, não ser impotente com as mulheres. E isso irá estabelecer também posições bastante definidas para os homossexuais, tendo em vista que "Os sistemas classificatórios da homossexualidade masculina enunciam e prescrevem certa

“gramática dos corpos” (PERLONGHER, 1987, p. 213).

Falamos do discursocientífico erguido a partir da Europa referente à relação heterossexual mesmo que nosso trabalho seja no/ sobre Brasil e sobre sujeitos homossexuais porque “Essa divisão em dois tipos é bastante arraigada na cultura e não surpreende que se encontre reproduzida nas relações homossexuais” (MACRAE apud GREEN & TRINDADE, 2005, p. 300), por isso acreditamos na pertinência de localizar o one-sex model e o two-sex model. Além disso, vale ressaltar que até fins da década de 1950 as pessoas tinham pouco acesso aos escritos sobre homossexualidade em português (GREEN, 2000; GREEN & TRINDADE, 2005), e muito do que era lido provinha da Europa ou dos Estados Unidos. Como afirma Barbosa da Silva¹⁴ (apud GREEN & TRINDADE, 2005, p.34), sociólogo pioneiro nos estudos sobre homossexualidade no Brasil, “Não existia material. Havia um pouco de psicanálise, mas achava esse trabalho uma piada, pois eles tinham pouca sensibilidade para os homossexuais (...). Quando fiz meu trabalho não tinha os conceitos e as teorias para explicar isso.”

E mesmo com a escassez de conceitos e teorias, mesmo que aqueles homoeroticamente desejantes não tivessem um arsenal discursivo para falar sobre suas práticas, os sistemas classificatórios balizados na atividade/passividade sexual, terão muita força no Brasil até década de 1970-80. O primeiro desses sistemas, que será caracterizado de “arcaico,

hierárquico, popular”, é o modelo **bicha/macho**, “No qual os participantes em relações intermasculinas serão ativo e passivo dependendo do papel de insertor e insertado no coito anal” (PERLONGHER, 1987, p. 214). Nesse sistema de classificação, a atuação na prática sexual sustenta uma relação de poder hierárquica onde o ativo é supostamente superior ao passivo, e desta forma é o macho, sujeito com atributos ditos masculinos, quem desempenha este papel de superioridade. Aqui poderíamos remontar as posições-de-sujeito estabelecidas pelo two-sex model ainda no século XIX referente às posições do homem e da mulher, como falávamos anteriormente: o lugar da atividade e da virilidade está reservado ao homem, que penetra, e, portanto, que é o macho; já o homem que é penetrado, que portando é considerado passivo, é reservado o lugar da bicha, da mulher. Como nos dirá Felipe,

Ativo e passivo eram muito definidos. Mesmo que muitas vezes você fosse ativo, mas era assim e ainda hoje é assim, mas pra sociedade você é sempre o viado, é sempre a bicha. E isso, que hoje não me preocupa mais, mas era uma coisa que me incomodava. Por quê? Porque a categoria de segunda categoria e continuamos sendo (...).

Felipe se narra como cidadão de segunda categoria porque seu corpo denunciava (denúncia) o que para alguns padrões sociais não seriam posturas sexualmente admitidas para um homem *macho*. E por isso, “Mesmo que muitas vezes fosse o ativo, pra sociedade você é sempre o viado”, e é sempre o

¹⁴ Barbosa da Silva se reporta a uma pesquisa feita pelo francês Max Jurth (1960), na Biblioteca Municipal de São Paulo, guiado pela seguinte questão: “O que um estudante de direito ou de medicina encontraria sobre o assunto?” O resultado da pesquisa foi que, a palavra ‘homossexualidade’ era significada como ‘aberrações sexuais’. Havia uma edição alemã da obra *Die Homosexualität des Mannes und des Weibes* (A homossexualidade do homem e da mulher), de 1914, e a edição francesa de 1883 de *L’onanisme Seul ou à deux* (o onanismo solitário ou a dois), de P. Gardiner. A biblioteca possuía ainda um volume do autor português Arlindo Camilo Monteiro (1922), intitulado *Amor sáfico e sócrático*, e de publicações brasileiras, havia os *Estudos biográficos dos homossexuais de São Paulo* (1938), do psiquiatra Edmur de Aguiar Whitaker, e a obra de Silvio Marone, *Missexualidade e arte*, publicada em 1947. (GREEN & TRINDADE, 2005:28, 29)
* Termos de gíria francesa – literalmente, ‘a tia, a bicha, a louca’ – que designam pejorativamente os homossexuais.

viadopelatraição do seu corpo na delação de seus desejos e pela força dos códigos sociais na definição das práticas sexuais quando não só as relações homoeróticas são negativas não corresponderem aos modelos sexuais definidos como norma, mas também por estar estas práticas constituídas em torno da transgressão de certos 'regimes de signos', "Que dispõe determinada organização do organismo, onde os órgãos vão ser atrelados a funções hierárquicas preestabelecidas (a boca para comer, o ânus para defecar, etc.)" (PERLONGHER, 1987, p. 215). Homens que tem gestos e gostos ligados ao feminino, à sensibilidade, não são machos, e, portanto, não são ativos, nem penetram, segundo o modelo macho/bicha. Como dirá Reynaud (apud BADINTER, 1993, pp. 117-118),

Na linguagem comum, homossexual não é o homem que tem uma relação sexual com outro homem, mas aquele que é visto como passivo: o homossexual é na realidade diante, lá de lado, lá folle*... Uma mulher em suma. Quando praticada na sua forma ativa, a homossexualidade pode ser considerada pelo homem como um meio de afirmar seu poder; sob sua forma 'passiva', ela é, ao contrário, um símbolo de decadência. Ninguém pensa, por exemplo, em zombar daquele que faz o papelativo.

E como saber quem assume o papel de ativo ou o papel de passivo na prática sexual? Ora! O corpo é o espaço onde essas classificações serão visibilizadas, produzidas, significadas, identificadas. É o corpo o lugar da

tocha das práticas sexuais, ponto de partida para a observação da correspondência ou não aos modelos socialmente estabelecidos para a experiência da sexualidade em detrimento do sexo biológico de cada sujeito. Como afirma Perlongher (apud GREEN & TRINDADE, 2005, p. 282), "(...) vê-se que as redes de códigos e nomenclaturas, em sua hiperprodução, veiculam mobilizações moleculares no próprio plano das sensações corporais." Como nos narra Xangô de Campina¹⁵, ao se referir aos cuidados com o corpo nas décadas de 1960-1970:

No meu tempo, se tivesse na praça dando 'pinta', e a gente num dava nem pinta, fazia o possível pra num dá 'pinta'! Com medo! Porque era repressão mesmo! Era de dar fú-fiu, de gritar: viaado! Etc. Na época era: fresco, mulherzinha, essas coisas assim.

E "essas coisas assim, fresco, mulherzinha", eram denominações que não só vinculavam negativamente esses sujeitos às posições de mulher, mas também apontam para as sensibilidades do corpo e o medo em não torná-lo porta aberta para a percepção de seus desejos, evitando assim a repressão. Ao mesmo tempo em que afirma "a gente num dava pinta", Xangô de Campina também diz: "fazia o possível pra num dar pinta". E nesse sentido, se há o medo e por isso a preocupação em fazer de tudo para não dar pinta, é porque nem sempre o corpo correspondia aos signos do homem considerado macho. Em outro momento da sua narrativa, quando o

* Termos de gíria francesa – literalmente, 'a tia, a bicha, a louca' – que designam pejorativamente os homossexuais.

¹⁵ Xangô de Campina (ele mesmo escolheu seu pseudônimo), nasceu em Recife-PE no ano de 1942, mas que desde um ano de idade mora em Campina Grande-PB. Xangô é professor de Inglês do Estado da Paraíba, tendo se aposentado em 2002. Nunca dividiu casa/apartamento com nenhum relacionamento, e mora sozinho há mais de dez anos em apartamento próprio no centro da cidade.

perguntamos sobre esses modelos, ele, que se narra como alguém "que **não dava pinta na praça**", comenta então:

Eu só num gosto de um viado mais pintoso do que eu. (Grifonosso) Eu num gosto muito de viado, viado pintoso. Euter o que? Uma amizade. Mas pra ir pra cama eu num gosto não. Pra transar num dá não. Aquele mais machinho, aí vai!

Mesmo com o medo da repressão, Xangô de Campina se define agora como 'viado pintoso', e faz uma diferenciação ao preferir *aquele mais machinho*. Mas essa diferenciação não se dá pela prática sexual *ativa ou passiva*, porque ele se define como 'pintoso' e também é ativo. A diferença se estabelece a partir dos signos/símbolos visibilizados a partir do corpo: *ser pintoso ou machinho*. Ele que também diz que *cada uma faz o que quer da sua vida*, pela singularidade dos seus desejos aponta suas preferências, e reafirma hoje, algo que nas décadas de 1950-60-70 talvez não fosse possível de estar numa pesquisa acadêmica: a *episteme* da época não assinalava esse discurso enquanto dizível.

A infalibilidade do modelo *macho/bicha* (ativo/passivo, respectivamente), *bofe/bicha*, *ou bofe/pintoso*, pode ser questionado não só a partir das narrativas dos nossos entrevistados sobre suas práticas sexuais. Não são estes discursos aleatórios e isolados culturalmente. Mas a partir dos anos 1980, intelectuais e artistas irão questionar e discutir esse modelo (PERLONGHER, 1987; TREVISAN, 2000), propondo então um modelo considerado "moderno, igualitário,

pequeno-burguês", definido como *gay/gay*¹⁶, conforme o qual os homens serão classificados em *homossexuais* ou *heterossexuais* segundo o objeto sexual que escolherem, e não mais passivos e ativos pelas suas performances na relação sexual. "O papel definidor do coito anal vai ser questionado, seja mediante a incorporação de outras técnicas, como carícias, roçares, felações mútuas etc., seja pelo recurso à penetração alternada" (PERLONGHER, 1987, p. 214). Segundo o autor agora citado, o ânus continuará sendo o pivô das práticas homossexuais, seja em quem modelo for.

Parece-nos que Perlongher continua bastante atual, posto que essa associação homossexualidade/coitoanal, não está de um todo suplantada, mesmo que também seja possível observar a possibilidade de diversidade das práticas sexuais a partir da discussão e questionamento dos modelos pré-estabelecidos, ou uma tentativa de diluição da dicotomia *ativo/passivo*, que vai sendo empreendida também pelo homoeroticamente desejado antes, muito são os que ainda depositam no coito anal toda a atenção e energia enquanto um definidor da homossexualidade, mesmo que não se permitam/desejam realizá-lo. E sobre essa centralidade do coitoanal, Presley tem uma experiência singular com a prática sexual, tendo em vista que em consequência do seu primeiro coitoanal, que segundo ele "Foi quase um estupro", ele foi submetido a

¹⁶ Segundo Perlongher (apud GREEN & TRINDADE, 2005, p. 273), em seu artigo intitulado *Territórios Marginais*, o modelo *gay/gay* é americano, enquanto o modelo *macho/bicha* é tropical.

três cirurgias, com o risco de passar por outro caso insistisse nessa prática. Ele se narra:

Se antes eu já num tinha vontade, depois das cirurgias, aí foi que piorou mesmo. Por que não tinha na minha cabeça o desejo de ser passivo. Meu corpo não pedia, num pedia. Eu digo assim: pense num homossexual engraçado sou eu! Por que não pedia. (risos) A predominância em mim, assim, num é o homossexual que de gostar de ser passivo, que gosta de 'dar'! (Grifos nossos)

Nessa possível indecisão de Presley, sem saber ao certo se é a "cabeça que não tem o desejo de ser passivo", ou "o corpo que não pede", ele se constrói enquanto um "homossexual engraçado", já que não tem desejos pelas práticas constituídas em torno da transgressão de "determinada organização do organismo", definidoras do desejo homoerótico. Torna-se engraçado e não deseja homens e não deseja ser por eles penetrado. A graça é outra vez suscitada, assim como o fez Felipe ao comentar sobre os assobios e gritos quando passava na rua. Só que agora, a graça mascara não só o incômodo de ser significado como "cidadão de segunda categoria", mas também o incômodo de não corresponder a uma das mais intensas marcas de ser 'homossexual': querer e ser "passivo, penetrado".

Nessa mistura (e separação ao mesmo tempo) entre *corpo* e *cabeça*, sobre quem coordena esses desejos engraçados, o estranhamento experimentado por Presley não é porque seu órgão não

corresponderá "a funções hierárquicas preestabelecidas" (ânus-defecar), mas numa outra rota, Presley se narra como engraçado por se u cirurgião do órgão não corresponder aos códigos da transgressão que são atrelados às práticas homoeróticas (ânus-penetração).

O estranhamento de si se dá porque ele corresponde à ordem preestabelecida para as funções do seu ânus (não é penetrado). E isso nos remete outra vez, a diversidade dos processos de significação que envolve as

práticas sexuais em seu entrelaçamento com os corpos. E numa tentativa das nomenclaturas em capturar e fixar os deslocamentos dos sujeitos na caixinha dos códigos.

Nessa superposição indecível, onde a um mesmo sujeito pode ser aplicadas várias nomenclaturas, efetua-se um choque de significantes, e nessa mistura de entrechoques, "Deixa passar, digamos, 'mais', no hiato de sua hiância, que se houvesse a dominância de um único sistema dominante significant e despótico" (PERLONGHER apud GREEN & TRINDADE, 2005, p. 281). A profusão de nomenclaturas então não dá conta, tendo em vista que as direções pelas quais nossos desejos nos estimulam a seguir nem sempre são comportadas pelas caixinhas de códigos e seus significados culturais.

E quando Presley tenta localizar a origem de seus desejos, lembramos que "Não são os indivíduos os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e representações. Eles participam de funcionamentos desejantes, sociais,

que os desbordam”((PERLONGHER apud GREEN&TRINDADE, 2005, pp. 279-280). E nesse sentido, não acreditamos que o estranhamento e construção de si de Presley esteja a fazer uma inversão dos papéis estabelecidos ou uma reafirmação dos mesmos, mas que propõe uma afirmação de uma diferença intensa, de um funcionamento desejante diferente. E este, o desejo, não se centraliza no corpo ou na cabeça, enquanto instâncias estanques, onde um representa o exercício do desejo e o outro o da razão, em que a mente seria responsável pela ordenação das inferiores instintivas vontades do corpo.

Por isso, não pensamos que o modelo macho/bicha (ativo/passivo) só tenha sido questionado e discutido a partir dos intelectuais e artistas, muito menos só a partir da década de 1980 isso tenha acontecido, e que as práticas sexuais entre homens homoeroticamente desejantes tenham sempre correspondido a estes modelos. Nem sempre a prática do desejo corresponde ao que está culturalmente estabelecido como sendo as formas de realização desses desejos; nem sempre é possível tornar público as várias maneiras como os sujeitos lidam com seus desejos porque os códigos culturais não cerceiam de um todo as práticas dos homens e mulheres, embora pensemos que esses códigos nos apontem e definam as rotas que podemos seguir em quanto sujeitos ocupantes de lugares sociais.

Comonos afirma Felipe ao citar Caetano Veloso: “*Agentão sabe onde colocar o desejo.*” E não saber onde colocar o desejo é nem sempre saber o que fazer com o impasse entre a felicidade e a culpa, a saciedade e a cobrança, o prazer e a censura, a paixão e o medo da repressão, o desejo e as normas para exercitá-lo, quando estes desejos são significados como pecaminosos, monstruosos, desviantes, errados, sujos, invertidos, pervertidos, criminosos, já que aqui nos referimos aos desejos homoeróticos.

Ao narrar sobre as demarcações *ativo/passivo*, Xangô de Campina afirma:

Na década de 70 a demarcação do ‘ativo’ e ‘passivo’ eram muito forte. Eram muito forte! Eu lembro que a gente fazia isso, mas fazia calado, escondido, pra ninguém saber que a gente estava comendo os outros. Porque assim: se os pretensos bofes soubessem que a gente estava dizendo que estava comendo, eles eram capazes de matar a gente! Era pra gente ficar tudo caladinho!

Embora nesse entrevistado fale com certo orgulho que “*fazia calado, escondido, ficar caladinho*” significava não expor a ‘fragilidade’ do homem considerado macho na relação, nem contrariar assim, os modelos pré-estabelecidos. Denota ainda a relação hierárquica onde o pretensomacho exerceria seu poder e sua força, “*matando as bichas*” que ousassem manchar sua imagem, e também a manutenção, na relação homoerótica, das regras estabelecidas pelo *two-sex model*. O que não impedia que os papéis, *ativo e passivo*, fossem exercidos por corpos que culturalmente não eram pensados como os exercendo. Assim, pensamos

queessesmodelos, aqui mais especificamente das práticas homoeróticas, interligados à cultura como o são, não dão conta da multiplicidade das práticas sexuais (embora se pretenda e se acredite nisso muitas vezes). E mesmo não dando conta dessa multiplicidade de práticas do desejo, eles, os códigos sociais (e, portanto, culturais) estabelecem e determinam o pensável e o impensável, o dizível e o indizível, quem tem o direito de dizer algo, porque qualquer um não pode falar de tudo, falar de qualquer coisa, em qualquer circunstância, que qualquer modo.

E embora haja o questionamento ao modelo tropical *macho/bicha*, embora vários homossexuais tenham práticas que não se limitam a este modelo, ainda assim, há uma tendência a captura das práticas desses sujeitos. E aqui, somos então instigados/os a seguir mais uma direção, que também passa pelos modelos (norte-americano e tropical) do lugar da *passividade/atividade*, do coito anal. E nos direcionamos para as relações estabelecidas entre nossos entrevistados com essas posições-de-sujeito, como afirmou Felipe: "As *bichas criam seus padrões, rotulam, você tem que ser algo dentro dessa classificação.*"

Aqueles que falam dos assobios, dos gritos, das definições inflexíveis a partir dos seus signos corpóreos; aqueles que se narram como sempre conceitos, como defensores da liberdade do exercício da sexualidade, são eles também que questionam quando se usares desejam

homens que não são seus objetos de desejo, são eles também que narram suas experiências com as cobranças relacionadas às suas práticas sexuais, mas também eles estabelecem quais são os modelos e maneiras de amar, desejar, gostar, praticar sexo.

Eles se consideram "engraçados, 'a outra', loucos" por não desejarem de uma forma ou de outra, mas essa identificação e representação de si não pode ser deslocada das relações que estabelecem com as outras pessoas: eles participam de funcionamentos desejantes, sociais, que os desbordam. E o modelo *macho/bicha*, muito mais forte até os anos 1980, quando começa a ser questionado por intelectuais, artistas, nem sempre foi seguido com fidelidade pelos homossexuais, mas é ele, em grande medida, que ainda norteia as práticas homoeróticas. Como nos afirma Presley sobre as opiniões de seus amigos acerca de sua pouca afeição à penetração anal:

Quando a gente tá ali conversando na praça (Clementino Procópio) e eu pergunto: Fulano faz o que? Aí os meninos dizem: 'Ah! Tusó quer comer!' E eu digo: e eu vou querer dar sem querer dar?! Eu digo: 'não! Eu até me habilito a fazer tantas outras coisas, mas a questão da penetração, não.' Então os meninos, amigos do meio, aí me chamam de sapatão. Dizem que eu sou sapatão, que eu sou lésbica. Dizem: 'Ah! Você é lésbica, é sapatão!' Eu digo: não, eu não sou! Vocês é quem tem uma mulher dentro de vocês. É diferente! No meio também tem preconceito em cima disso!

O argumento de Presley se reveste dos significados do

modelomacho/bicha, tendo em vista que os papéis da atividade e passividade, associados às posições-de-sujeito de homens e mulheres, respectivamente, reaparecem na sua narrativa: "você é quem tem uma mulher dentro de você. É diferente!" Presley, que outrora se narrava como "homossexual engraçado" por se corponãodeser e sua mente não pedir a penetração anal, e que afirma o preconceito entre seus pares, nega enfaticamente sua identificação com as mulheres, não só as que têm uma prática sexual ligada à heterossexualidade (permissão da penetração), mas também com as mulheres que preferem outras mulheres. E ao mesmo tempo que ratifica a hierarquia do modelo que toma como referencial primordial e superior a atividade masculina, o mesmo Presley narra sua preferência pela igualdade nas relações, quando afirma que:

Abicha que pensa que o cara que se diz macho, tá com a bicha porque esteja amando, esteja apaixonado, tá muito enganada! Ela apaixonada sim!, pela carteira, isso se a carteira tiver recheada, e pelo que ela possa proporcionar. Coisa que entre um homossexual, de igual pra igual, não acontece! Eu acho o seguinte: um relacionamento homossexual tem que ser entre homossexual! Entendeu? A gente tem que sentir, a gente tem que ter o mesmo toque, o mesmo sentimento.

Ao passo que comenta sobre o preconceito no meio contra os homossexuais que não preferem *bofes*, nosso entrevistado enfatiza a sua repulsa pela relação com *bofes*. Desconfia da capacidade dos

homens que preferem mulheres e homens, em nutrirem sentimentos 'sinceros', de paixão e amor, e afirma categoricamente, sobre os sentimentos que permeiam as relações entre bofe/bicha: "Ta apaixonado sim!, pela carteira, isso se a carteira tiver recheada, e pelo que ela possa proporcionar." E portanto, a referência para a forma correta de praticar a sexualidade, de saciar os desejos homoeróticos, é entre iguais, porque entre estes (bicha/bicha) se sente, se toca, se tem sentimentos de maneira igual. E outra vez, contraditoriamente, esse mesmo Presley que defende a igualdade das relações, é o mesmo que afirmava anteriormente que se habilitava "a fazer tantas outras coisas, mas a questão da penetração, não."

Seria realmente possível sentir, tocar, gostar de maneira igual a outrem? Até onde existiria a igualdade nas suas relações, argumentou enfaticamente erguido por Presley na sua crítica aos homoeróticos que desejam e se relacionam com os ditos *bofes*? Como pensarem a igualdade, se ele já impunha limites no que diz respeito à permissão ou não de ser penetrado? Como pensar sobre a crítica de Presley àqueles que "se habilitam a se deitar com o cara que se diz macho", quando ele não permite a penetração nas suas relações homoeróticas, o que contraria um dos principais signos dessa prática sexual (PERLONGHER, 1987)? Além disso, Presley borra mais uma vez as fronteiras estabelecidas por sua narrativa, ao afirmar que em seu que de envolvimentos não só se vislumbra homens, mas também relacionamentos duradouros

(sempre pormais de 3 anos) com mulheres: *"Eu não tenho nada contra o sexo feminino não! Entendeu? Eu sempre digo assim, que a minha questão é a questão do atrair. É eu olhar pra você: pode ser feia pode ser bonita, se me enche os olhos e me desperta alguma coisa, pra mim!"* Não poderiasereletambém considerado um *'macho, um bofei'*, já que nas suas próprias palavras seria *"aquele que tem uma mulher, uma namorada?"*

Assim como Presley, outro entrevistado nosso também reparte a si e a/os outros/as em seus voos, narrando suas experiências com homens e mulheres. Falamos de Da Vinci¹⁷, da sua experiência composta em seus 22 anos de experiência em São Paulo, embora não a coloquemos numa posição hierárquica quando antes disso eletambém morou vários anos em Campina Grande. E desse seu pairarem Campina Grande, foi descobrindo a sexualidade, e também as caixinhas de códigos nas quais elas estavam encasteladas culturalmente. Aqui em Campina não só vivenciou amores homoeróticos, mas teve uma relação pormais de doze (12) com uma mulher, que eretomada e extinta por várias vezes, nada que envolvesse casamento ou morar na mesma casa, embora sempre que se encontrassem, ficassem juntos. Dessa experiência, nasceu uma filha, com onze (11) anos (em 2006), quemora aqui em Campina e sabe das preferências homossexuais do pai. Quando perguntamos suas opiniões sobre a ideia de as posições de *passivo e ativo* estarem relacionadas às identidades de *bicha e bofe*, respectivamente, ele comenta:

Não, não! Isso é dentro do próprio conceito. Existe essa versão de que a bicha só 'dá' e o macho come. Olhe! Eutinha um amigo que era assim, bem escrachado. A gente estava no meio de umas pessoas. Aí tinha uma pessoa assim: os olhos arredondados, cor de mel, cabelo grande, aqui embaixo na cintura bem fininha, com a fibra bem bonita. Né? O rosto feminino que você nem nota. Parecia uma mulher, onde ele passasse... aí ele anda e fica aquele 'monte' no meio das pernas. Aí o Cabeludo, esse meu amigo escrachado que tinha timidez de comele, né, disse: "rapaz, pratuvirar mulher só faltava cortar isso aí. Porque num tira, né? pratuvirar uma mulher de vez? Desse tamanho aí! Vai te atrapalhar!" (risos) Aí ele disse: "Não! Vixe Maria! Isso aqui é meu ganhapão!" Porque ele só sai com homem desses **machões**. E quando chegava, aí a mulher, a bicha virava o bofe, e o bofe virava a bicha. Mas isso é no conceito deles, porque pra mim também, num tem a ver com isso. É uma questão cultural, secular, de preconceito mesmo, coisa de raiz, que a gente aprende na família.

Ao significar a relação *bicha 'dá' e bofe 'come'* enquanto uma *versão*, Da Vinci sugere ser essa (versão) apenas mais uma interpretação das práticas dos sujeitos do desejo. Como se fosse uma leitura onde não há correspondência entre as práticas e os discursos a elas referidos. Usar o termo *versão* é ratificado com a ideia de que *"é uma questão cultural, secular, de preconceito mesmo, coisa de raiz, que a gente aprende na família"*. Nós aprendemos de alguma forma, através dos jogos da linguagem que as relações do desejo são forjadas a partir de posições binárias, mesmo entre sujeitos iguais

¹⁷ Da Vinci nasceu em 1957 em Barra de São Miguel-PB. Artista plástico formado na Faculdade de Belas Artes (SP), morou durante 22 anos em São Paulo, mas viveu sua infância e adolescência em Campina Grande, onde se envolveu com o teatro por muitos anos. Voltou a residir em Campina Grande em 1996, onde morou sozinho no bairro da Liberdade, até o seu falecimento em 2007. Era pensionista da Secretaria das Finanças do Estado da Paraíba.

biologicamente.

Mas esse significado são produzidos e comercializados, negociados, culturalmente. O que não obriga nem garante a sua aceitação.

E se essa versão é secular, como afirma Da Vinci, é porque é histórica, portanto, não natural nem definitiva. "A diferença entre bicha e macho eram muito mais nítidas (...) depois, já na primeira metade da década de 60, a coisa começou a ficar mais diluída, num processo muito lento que ainda não está totalmente definido" (PERLONGHER, 1987, p. 75).

Por isso, Da Vinci, na narrativa de si, aponta o modelo bofe/bicha – ativo/passivo como uma versão não apenas porque "liam muito na época tudo que era publicado sobre a temática gay", ou porque numa conversa entre amigos, uma pessoa de "os olhos arredondados, cor de mel, cabelo grande, rosto feminino que você em nota", retruca, convocando a Mãe de Jesus para auxiliá-lo, quando é sugerido que amputasse seu pênis para ser uma mulher definitiva. Justificando que era o pênis o seu ganhão, temos que a parte de seu corpo que 'denunciava' a

dissonância entre sua identidade sexual e de gênero, era a parte que não só lhes possibilitava ganhar o pão, mas 'alimentava' seus desejos e os desejos de seus 'clientes'. Mas nosso entrevistado explica essa aparente contradição: "Porque eles só sai com homem desses **machões**. E quando chegava, aí a mulher, a bicha virava o bofe, e o bofe virava a bicha."

Ao dar destaque ao termo **machões**, modificando o tom de

suavemente, tornando-a mais forte, grave, seguida de risos, meio ironicamente, Da Vinci, como que denuncia o fato de que, ao mesmo tempo em que os homoeroticamente desejantes

ratificam a versão para tais posições binárias, eles mesmos têm experiências que extrapolam tais referências, já que o pênis é o ganhão de um homem que "parecia uma mulher, onde ele passasse." Mas não só um homem "quase mulher" tem práticas que extrapolam as posições binárias. Vimos até aqui que vários dos nossos entrevistados

transgridem esses modelos, embora se acomodem algumas vezes nos mesmos e até sugeriram quais os modelos que acreditam ser os mais interessantes.

Quando Da Vinci afirma ser essa "versão é no conceito deles, porque pra mim também, num tem a ver com isso", ele não só se distancia dos que assim preferem e se narram, mas também se coloca numa posição de sujeito que sugere quais práticas são para ele legítimas. E isso fica mais evidente quando ele acrescenta:

Passivo e ativo, isso aí é só uma fachada, né? A minha preferência é por uma pessoa que quando chegue na cama, quando rolar cama, que não seja, num é nem que não seja mulher! Mas eu num vou querer uma pessoa que seja **passiva**¹⁸! Eu quero uma pessoa que seja normal, que seja ativa também! (Grifos nossos)

Ratificando a ideia de *versão*, Da Vinci usa então outro termo agora para falar suas ideias sobre o modelo *passivo/ativo*: "É só uma fachada." Mas poderíamos ir além e perguntar: porque é só uma

¹⁸ O destaque se deve ao tom da voz de Da Vinci, que acentua o termo com a gravidade do tom.

fachada? Porque Da Vinci não prefere pessoas *passivas*, inclusive, o modelo de *normalidade* para ele, é a pessoa *ativa*. Então não apenas ele é *normal*, mas deseja uma pessoa que seja *normal (ativa) também*. Mesmo afirmando que não tem “preconceito contra as mulheres, contravesti, contrabofe, bicha”, na definição de seus desejos, que demarcam a diferença, percebemos a exclusão daqueles que defendem e acreditam na relação *bicha/bofe - passivo/ativo* (“é só uma fachada”), como também na impossibilidade, ao menos na narrativa, de manter relação com “aquele que é *passivo, que fica a mercê, você faz o que quer, que diz: faça comigo*”.

Há uma valorização da multiplicidade, inclusive porque justifica-se, a partir dessa postura, a pertinência do desejo homoerótico, tendo em vista que este tem sido historicamente associado à doença, à perversão, ao pecado, ao desvio, à anormalidade. E até aqui, nas narrativas dos nossos entrevistados, pudemos seguir por várias rotas, ouvi-los construindo a si mesmos a partir de experiências diversificadas. Mas, ainda assim, estabeleceram, na produção de si, modelos para a realização do desejo que se apresentam como legítimos ou não, dizíveis ou não, plausíveis ou não.

E a tensão entre a multiplicidade das práticas do desejo e os modelos estabelecidos ou *Kits* de perfis-padrão, não é experiência apenas dos nossos entrevistados que têm/tiveram mantêm/mantiveram relação também com mulheres, mas daqueles que dizem gostar e ter experiências apenas de homens.

Tendo em vista que “A mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades implica também na produção de kits de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades (...)” (ROLNIK, 2005, p. 20).

E na década de 1960, o *out of the closets* (sair do armário), que o *gay liberation* (1969) intensifica, possibilita não só a luta por direitos políticos, ou um convite à visibilidade e dizibilidade dos sujeitos homoeroticamente desejantes, mas também o questionamento do modelo *bofe/bicha*, acompanhado pela proposição de um outro modelo: o *gay/gay*, do qual falávamos anteriormente. O que nos possibilita pensar na pulverização das identidades e das posições-de-sujeito que os homens com desejos e práticas homoeróticas poderiam ocupar. Recuem-se outros modelos, e daí as inquietações pela não correspondência a estes.

E Felipe, nas suas narrativas de si, questiona essa vigilância entre seus pares do desejo, quando da não correspondência aos modelos e *kits* de perfis-padrão, sobre a intolerância com os que mantêm relações com as *bichas pintosas*, que persiste ainda em várias áreas, como por exemplo os meios de comunicação, no qual com raras exceções, o ‘desmunhecar’ é essencial para qualquer representação dos homens que desejam outros homens. Ou ainda, como afirma MacRae (apud GREEN & TRINDADE, 2005, 309), “Mesmo entre os homossexuais, as chamadas

'bichaspintosas' – homens muito efeminados – sofrem muita discriminação por parte daqueles que internalizam os preconceitos da sociedade (...)."

E nas suas narrativas teremos outra vez uma exaltação da multiplicidade das práticas sexuais, acompanhada pelo estabelecimento de modelos de exercício para estas. Diferente de Presley, Felipe afirma-se comonunca tendo experiências afetivo-sexuais com mulheres, mas também reclama das cobranças em relação às suas preferências. E nos diz:

Uma grande parte desses homossexuais da minha faixa-etária mais velha, eles queriam muito se relacionar com o que chamam de bofe, com os bissexuais, ou com os chamados heterossexuais (que eu não entendo muito bem), que transam com outros homens. E isso também não são pessoas da minha faixa de idade, mas as pessoas mais jovens e pessoas intelectualizadas, estudadas. Mas o que é que elas querem? Elas querem um falso modelo de homem hétero, num é? Que tenha namorada, que tenha mulher. E eu achava que não, que, que eu tinha que amar com outros homossexuais. E isso foi uma grande loucura na minha cabeça porque as bichas na época dizia: "Não! Você, você não pode 'fazer' com outro, outra bicha!" Mas aí eu 'fazia' com quem era bicha, com quem não era bicha (...).

O estranhamento de Felipe se dirige não só ao fato de também pessoas "jovens e intelectualizadas" quererem muito se relacionar com o que chama de bofe", como se o desejo fosse definido e classificado a partir da idade ou da formação educativa dos sujeitos. E ao

questionar as posturas de seus pares, construindo uma justificativa para seus desejos por estes criticadas, Felipe desliza, ao perguntar sobre o que querem esses homens que procuram por bofes, e ele responde definindo o que para eles são esses sujeitos: "Um falso modelo de homem hétero, num é? Que tenha namorada, que tenha mulher." Mas Felipe acha que não, que é possível ter desejos vários, e "fazia' com quem era bicha, com quem não era bicha", embora afirmando que os pretensos bofes são falsos modelos de hétero, e se falsos, não são dignos de credibilidade, portanto não é a relação aconselhável. Chegando a ser, para ele, "uma coisa contraditória porque algumas bichas que só querem bofe, querem comer o cu dos bofes!" E outra vez o ânus toma a centralidade na definição do desejo homoerótico, porque no estranhamento de Felipe ele pergunta: "Mas como é que são bofes e dão o cu?! Eu fico meio impressionado com isso! Eu pergunto sobre isso a eles! Eles dizem: 'Não bicha! Mas é bofe, tem namorada, tem mulher, é casado! Dá o cu, mas é homem.'"

Felipe se "impressiona, fica louco!" O incômodo agora não é mais porque ele prefere bichas pintosas e é por isso questionado.

Mas, porque alguns homens que se dizem preferindo bofes, o fazem com o desejo de penetrá-los. Nosso entrevistado, que defende a multiplicidade dos seus desejos, da prática dos desejos, se constrói enquanto um sujeito: "Num tenho esse problema, se é viado se num é." E ao criticar o fato de que muitos bofes não aparecem

comesses homossexuais em lugar público", ele tem a preocupação de voltar atrás e afirma que sua fala "não é, em momento algum, preconceito contra as pessoas que gostam de bofe. Eu tenho inúmeros amigos que só **querem bofe!**¹⁹ Porque o caráter da pessoa num ta nisso!" E se o caráter não está nisso, em ser bofe ou bicha, em "dar o cu ou não", porque então Felipe qualifica os bofes de "falsos modelos de hétero"? Além dessa qualificação, embora Felipe não corrobore com Presley na dúvida da capacidade de relações interessantes (menos hierárquicas e mais sinceras) com os ditos bofes, ele ratifica o que pensa sobre a falsidade desses sujeitos, quando defende que aqueles que mantêm relações com os iguais (no modelo gay/gay) "acabam num sendo muito, sei lá! Muito felizes!" Como afirma Costa (1992, p. 17),

Nossas condutas morais obedecem a esse tipo de ordenação. Aqueles que se assemelham a nós, ou que se aproximam dos ideais morais a quais aspiramos, merecem nosso respeito e têm suas condutas aprovadas, ou seja, apresentadas como modelos a serem seguidos. Em contrapartida os que se afastam dos modelos são reprovados e apontados como transgressores, anormais ou criminosos, conforme a infração cometida.

Embora apresentando uma inquietação quando seus pares lhe exige que ele se encaixe no modelo latino-americano bofe/bicha, Felipe voa pela definição de outro modelo, aquele que para ele parece ser o quem mais propenso a possibilitar a felicidade. A multiplicidade defendida outrora é

então esquecida no estranhamento da procura por sujeitos do desejo diferentes dos seus. Mas, como afirma Woodward (2005, p. 50), "uma característica comum à maioria dos sistemas de pensamento parece ser, portanto, um compromisso com os dualismos pelos quais a diferença se expressa em termos de oposições cristalinas." E são essas oposições binárias a formam a mais extrema de marcar a diferença.

E nessa construção de si que baila entre o convite à multiplicidade e o estranhamento diante de algumas práticas do desejo que não são semelhantes às suas, Felipe demarca a diferença, estabelece modelos, aponta a rota que pensater uma maior probabilidade para a felicidade, tendo como referenciais seus próprios desejos e suas práticas. "É a desestabilização exacerbada de um lado e, de outro, a persistência da referência identitária, acenando com o perigo de se virar um nada, caso não se consigam produzir o perfil requerido para gravitar em alguma órbita do mercado" (ROLNIK, 2005, p. 21).

Diante tantas paisagens visitadas, acreditamos na multiplicidade de maneiras de realização do desejo. E não desconhecemos nem negamos a força que tem os sistemas de classificação. Mas acreditamos na multiplicidade, porque mesmo que as narrativas de si até agora enunciadas se contradigam entre os questionamentos dos modelos/padrões e a proposta de outro/s modelo/s a partir da definição do que pensam ser a maneira correta de exercício da sexualidade,

¹⁹ Grifos pela entonação grave e destacada da voz do nosso entrevistado na sua entrevista.

suas histórias nos apontam também outras rotas.

A dificuldade em pensarmos o mundo para além dos dualismos, dos binarismos, estes erguidos sobre os pilares da diferença, e o receio da aproximação da multiplicidade, da heterogeneidade com a desordem, com o caos, promove uma constante reconfiguração dos significados e das práticas que envolvem a sexualidade. Como afirma Badinter (1993, p. 105):

As práticas homossexuais existem em toda a parte e desde sempre. Mas até que a sexologia lhe colocasse um rótulo, a homossexualidade era apenas uma parte difusa do sentimento de identidade. A identidade homossexual, tal como a conhecemos, é, portanto, uma produção da classificação social, cujo principal objetivo era a regulação e o controle. Nomear era aprisionar.

E concordamos com a autora porque ao usar o verbo no tempo pretérito (era), fica-nos a sensação de que o objetivo da Sexologia em estabelecer uma ordem para as práticas sexuais e as formas de exercício do desejo, criando assim a possibilidade de regulação e controle, não foi tão bem sucedido. As narrativas de nossos entrevistados nos apontam algumas rotas que possibilitam voar por paisagens onde os 'mapas' da Sexologia parecem riscados. Por que mesmo que estejamos embrenhados em sistemas de classificação, de vigilância, de controle, e mesmo que também produzamos classificações e diferenças, "somos todos multiplicidade inumerável, uma solidão infinitamente povoada" (PERLONGHER apud GREEN & TRINDADE, 2005, p. 279).

E aqui não estamos defendendo que não haja singularidade, ao contrário, acreditamos que esta reside na diferença de um funcionamento (desejante), nas peculiaridades das preferências do desejo de cada um/a, mas não podem servir como isolada ou autônoma, posto que a multiplicidade tem a ver com esse funcionamento desejante, e passa pela conexão que o sujeito (ele mesmo ou multiplicidade) efetua com o funcionamento do grupo, na produção de si e dos/as outros/as.

Sendo assim, pensamos que é a sexualidade e as nossas práticas sexuais que mobilizam energias, sejam para o prazer, para a manutenção dos laços sociais ou da própria sociedade, sejam para a felicidade, para a dor, para a morte, para a existência da própria vida enquanto obra de arte, enquanto voos que vão rasgando o céu ou invadindo o aparato reprodutor do objeto do desejo, numa violência e sutileza que nos deixa atônitos/as e inebriados/as, mesmo que tenhamos que lidar com as dores, com as pressões, com a censura, com o medo, com a dúvida. E falamos de tudo isso para dizer que os corpos compõem o caleidoscópio das preocupações humanas, de formas variadas, com intensidades diferentes. Porque são eles, os corpos, construtos e artefatos sociais, onde se inscrevem os marcadores identitários, também caracterizados por aspectos físicos, que nos dão visibilidade e existência no mundo. E se aqueles que têm desejos homoeróticos são classificados, rotulados, marcados por códigos sociais, o referencial a partir de onde esses rótulos e

códigos são estabelecidos, é o corpo. De forma intensa e preconizando o lugar da verdade, vários discursos foram (são) produzidos no intuito de tornar cada vez mais identificável, definido e controlável, estes sujeitos que foram significados como representantes da desordem e da anomalia sexual.

E se é uma espécie, com morfologia, uma anatomia indiscreta, com uma fisiologia misteriosa, é o corpo desses sujeitos a bússola para a caça ao tesouro do seu desejo; é o corpo que é estabelecido como o mapa para a ciência quadrinhar e assim definir de uma vez por todas, 'a ordem sexual' da espécie humana. E aos poucos, o que antes era crime contra Deus e contra a natureza, depois crime contra a sociedade, vai sendo visto como doença. Cabe então à medicina encontrar as causas e a cura para o estemal.

Ao invés de ser protegida dos julgamentos morais quando passou a ser 'examinada' pela medicina, a homossexualidade foi estigmatizada, e a ela associada a perversão, o vício, a doença, o mal psíquico e moral. Na sua obsessão por definir a norma, um esforço científico incalculável foi feito no sentido de estabelecer e definir o anormal: explicações etiológicas construídas (corrupção ou degeneração do instinto sexual, caráter inato, anomalia indicativa de parada na evolução sexual natural ou trauma de infância etc); definição de um receituário bastante inusitado para a cura (abstinência forçada com sanção penal, hipnose, e até visitas sistemáticas a prostíbulos para inculcação de

propensão a práticas heterossexuais); e além de tudo isso, tipologias complexas, distinguindo diferentes sexualidades (o neurótico, o nervoso, o psicótico, o compulsivo, o invertido absoluto e contingente) (BADINTER, 1993, p. 105; COSTA, 1995, pp. 181-182).

A Sexologia é, portanto, uma das responsáveis pela formação do 'tipo' homossexual: não dizia apenas o que se deveria ser, mas também o que fazia de alguém um ser normal. Embora já tenhamos reconhecido anteriormente a força que tem os modelos propostos pela Sexologia para se definir a sexualidade, discordamos dessa impossibilidade de escapar desses modelos, porque nas narrativas produzidas por nossos entrevistados na fabricação de si, encontramos não só a ratificação desses modelos, mas também o questionamento dos mesmos, a rasura ao que é compartilhado culturalmente dentro e fora do convívio com os pares.

E nesse sentido, o uso que essas pessoas fazem dos seus corpos e a relação que elas têm com sua sexualidade é contingente, possibilitando que assim assumam inúmeras posições-de-sujeito e se construam em vários processos de identificação. Não existe um só fato referencial ou uma referência idêntica nas práticas da homossexualidade. Assim, mesmo que como Myers, com suas mãos a bailar, esses homens tenham em seus corpos os signos que serão usados para (de) marca-los negativamente, disso eles fazem/fizeram outras coisas. Como afirmou Felipe: "A única coisa que nos une é o desejo.", e este é anárquico e contraditório, pode nos levar à

contramão, a zonas jamais nisto talvez esteja a magia de estar
imaginadas, ou a lugar nenhum. E vivo/a...

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: Sobre a identidade masculina*. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BERUTTI, Eliane Borges. Voz, olhar e experiência gay: resistência à opressão. In. SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (org). *A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*. São Paulo: Xamã: NCC/ SUNY, 2002.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. *A face e o verso – Estudos sobre homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II– O cuidado de si*. 4. ed. Trad. M^a Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. 8 ed. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- _____. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de Dezembro de 1976. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *História da Sexualidade I- A vontade de Saber*. 16. ed. Trad. M^a Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.
- GALLO, Silvio (Org). *Estética de si*. In. *Ética e cidadania– Os caminhos da filosofia*. Campinas: Papirus, 1997.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 2 ed. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana VilodreGoellner (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- GREEN, James N. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leita. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. Participação de José Fabio Barbosa da Silva (et al.). São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- PAGLIA, Camille. *Personas Sexuais: arte e decadência de Artemis a Emile Dickson*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- QUEIROZ, Renato da Silva & OTTO, Emma. A beleza em foco: condicionantes culturais e psicobiológicos na definição da estética corporal. In. *O corpo do brasileiro. Estudos de estética e beleza*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: toxicômanos em tempos de globalização. In: *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Daniel S. Lins (org.). 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Transformações do corpo – controle de si e uso dos prazeres. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L. & VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzcheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Paradigma Dominante. In: *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento. 2ª Edição. Coleção História e Idéias. 1987.

TREVISAN, João Silvério. O espetáculo do desejo: homossexualidade e a crise do masculino. In: *Homens*. Dario Caldas (org.). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.

_____. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Ed. revista e ampliada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo J. Michel Foucault e a Educação: há algo de novo sob o sol? In: *Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Veiga-Neto, Alfredo. (org) et al. Porto Alegre: Salina, 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Recebido em 30/03/2015

Aprovado em 21/05/2015

PARA A FUGA NÃO TEM REMÉDIO: CORPOS ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAL NAS MINAS OITOCENTISTAS

Matheus da Cruz e Zica¹
Universidade Federal da
Paraíba

RESUMO

Procuramos analisar nesse artigo os dilemas enfrentados por escravos brasileiros a partir de indícios presentes nas descrições de seus corpos em anúncios de negros fugidos veiculados no jornal mineiro *O Noticiador de Minas*, entre os anos de 1869 e 1873. Apesar da baixa taxa de escravos escolarizados, nosso trabalho evidenciou que além do assistemático aprendizado de trabalhos manuais obrigatórios e precoces naquelas circunstâncias, muitos negros continuaram a aprender as visões de mundo presentes nas religiões africanas de seus antepassados, bem como as práticas corporais e sensitivas a elas associadas. Isto teria oferecido uma estrutura corporal "robusta", para além das frequentes mutilações causadas pelo trabalho forçado. Terminamos o artigo enfatizando a apropriação que os escravos fugidos parecem ter feito dos movimentos de moda do século XIX, na medida em que frequentemente procuravam roubar as roupas mais modernas dos patrões no momento da fuga. Corpos vestidos à europeia faziam com que os escravos em fuga se afastassem da figura do africano que se orientava por estéticas distintas, o que indicava, na época, falta de cultura, e proximidade com o universo da escravidão.

Palavras-chave: Anúncios de escravos fugidos. Corpo. Movimentos de moda. Século XIX.

ABSTRACT

This article aims to investigate indications concerning Brazilian slaves' dilemmas according to vestiges present in escaped

slaves' bodies descriptions showed in the *Noticiador de Minas*, an Minas Gerais's newspaper, between 1869 and 1873. Despite the low rate of schooled slaves, the article shows that in addition to unsystematic learning of manual labor, obligatory and precocious under those circumstances, some slaves improved their learning experience with the worldview inherent not just in their ancestors' African religions but also in the body and sensitive practices related to them. Their strong bodies may be explained by this cultural practices, despite of forced labor which frequently mutilated slaves in Brazilian history. In the end of the article we emphasize the escaped slaves' astuteness by using nineteenth century fashion movements for their own purposes. Indeed it was common for this group of people to rob their possessors' better clothes before running away. Wearing European fashion they probably tried to avoid their identification to African esthetics which, at that moment, was associated to slavery.

Keywords: Escaped slaves' advertisements. Body. Fashion movements. Nineteenth century.

Introdução

Após ter feito a pesquisa² da qual resulta esse artigo compartilho com Gilberto Freyre a afirmação que fez ao analisar anúncios de escravos ao longo de todo o século XIX: "*segundo os vendedores, seriam os negros sempre sadios e perfeitos ou quase perfeitos de corpo; mito de reclame comercial desmentido por grande número de anúncios de escravos fugidos, embora confirmado pela maioria deles*" (FREYRE, 1979 [1961], p.83; ênfase adicionada).

¹ Professor da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Educação com pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012).

² Desenvolvimento do projeto *Identidade em Fuga: educação dos escravos no Brasil oitocentista a partir de anúncios de jornal*, durante o Estágio Pós-Doutoral realizado no Centro de Pesquisa em História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (CAPES-7), sob supervisão do Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho, com o apoio do CNPq, entre setembro de 2011 e outubro de 2012.

De fato a maioria dos anúncios de escravos fugidos veiculados no jornal analisado, *Noticiador de Minas*, apontam para a presença de uma elevada energia vital naqueles sujeitos, informação surpreendente para os que ainda carregam o imaginário monolítico de um escravo apenas maltratado e sofredor.

Optamos por trabalhar com o periódico do Partido Conservador da Província de Minas Gerais – e ao mesmo tempo oficial – *Noticiador de Minas*, que cobre todo o ano de 1869, a segunda metade de 1870 e os anos inteiros de 1871 e 1872, por ser o mais bem documentado desse período no Arquivo Público Mineiro (APM) e na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais. Era publicado em Ouro Preto, então capital da Província, embora veiculasse notícia sobre toda a província e mantendo diálogo forte com jornais da Corte e outras Províncias do Império.

Em nossa pesquisa não conseguimos maiores informações sobre o proprietário do jornal: J. F. de Paula Castro, dono da Tipografia J. F. de Paula Castro. Sabemos que sua tipografia imprimiu durante muitos anos, os Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais: de 1866 a 1868; e de 1871 a 1877. Algo que pode explicar de alguma maneira o caráter “oficialesco” do jornal *Noticiador de Minas*, e também a força do Partido Conservador naquele momento em Minas Gerais, pois o jornal sempre trazia abaixo de seu nome, na primeira página, o lembrete: “Orgão conservador”. A Tipografia de J. F. Paula Castro, sai de cena na publicação dos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais em 1878 – período em que os

partidos liberais e republicanos ganham força em todo o Brasil – e só retorna nos dois últimos anos do Império: 1888 e 1889.

Também não conseguimos avançar acerca do conhecimento da quantidade de tiragens desse jornal, que era composto por uma folha única de 52 cm por 74 cm. Essa grande folha era dobrada ao meio produzindo quatro páginas de 52 cm por 37 cm, cada uma, em geral, contendo 5 extensas colunas, sendo as duas últimas páginas geralmente reservadas para as propagandas, principalmente a última. Conforme indicam os exemplares originais consultados, no uso cotidiano, uma dobra a mais era feita ao meio dos 52cm verticais, tal qual os jornais de hoje são vendidos.

Corpos vigorosos dos escravos em contraste com propagandas de remédio

Mesmo que castigados e obrigados a trabalhar, muitos escravos mantiveram seu vigor físico e autoestima elevados, conforme pudemos captar em vários anúncios. São muitos os descritos como “cheios de corpo”, o que naquele contexto significava musculatura forte. É o caso do escravo Moisés que “*chato de corpo e grosso, (...) com quanto sofra do estomago, é **cheio de corpo e por isso bem musculoso***” – fugido de Alexandre José Bernardes, de Santo Antônio do Monte/MG (*Noticiador de Minas*, n.145, 07/09/1869, p.3; ênfase adicionada). Assim também era o escravo pardo Custódio, que fugiu do Comendador Vicente José da Trindade, de Diamantina (MG), “*bem feito de cara e de boa figura,*

(...) **cheio de corpo e bem constituído**" (*Noticiador de Minas*, n.1, 19/08/1868, p.3; ênfase adicionada).

Sebastião, escravo fugido que tocava viola também parecia ser bem forte. Segundo o anúncio era "pardo, de idade de 25 anos, natural da Bahia", tinha "**estatura regular, grosso, peito largo, pulsos e pernas grossas**" (*Noticiador de Minas*, n.58, 12/01/1869, p.3; ênfase adicionada).

A prática de "fechar o corpo", responsável por trazer à pessoa a sensação de um corpo invulnerável a qualquer ataque, mistério geralmente associado aos negros mandingueiros, talvez não seja tão oculta assim³. O bem-estar corporal dos sujeitos de origem africana talvez estivesse ligado às próprias culturas que os orientavam no dia-a-dia, já que eram muito favoráveis à exploração das múltiplas e amplas possibilidades de experiências físicas e sensoriais que o corpo humano permite.

Toda essa força esbanjada nas descrições dos anúncios, é claro, não vinha apenas das práticas corporais sensório-motoras estimuladas pelas culturas africanas, mas em diálogo com a forte presença do trabalho manual na trajetória de vida daqueles sujeitos, outro ponto fundamental que deve chamar atenção dos que querem compreender melhor o processo educativo na trajetória dos escravos brasileiros. Trabalho excessivo que na maioria das vezes além de músculos, também produzia inúmeras cicatrizes, como as que o escravo do seguinte anúncio de fuga carregava:

De Jacob Furtado de Mendonça em sua fazenda de S. João do Monte Alegre em

Itabapuana, fugiu desde 4 de fevereiro de 1867, o seu escravo – Bernardino – pardo, idade 38 anos, cheio de corpo, cabeça e cara grande, bastante barba, nariz grande, e boca regular, olhos pequenos e tem o sestro de os virar como vesgo quando está conversando, bons dentes, e um da frente de cima lascado, tem na falange do dedo do meio da mão direita um tortura ocasionada de moer no engenho, e na esquerda teve um panarício no dedo índice, que caiu a ponta, ficando arrombado; é tropeiro e andou muito na província de Minas, ferra e atalha, é serrador, tira formigas, e é bom de serviço de roça e derrubador; usa fumar em cachimbo; quem prender ou dele der notícia certa ao seu senhor ou nesta tipografia, ou capitão Lages, no Porto de Santo Antônio, será bem gratificado. (*Noticiador de Minas*, n.1, 19/08/1868, p.3)

O escravo Francisco, também era forte, apesar das cicatrizes provenientes das más condições de trabalho e dos castigos senhoriais:

Na madrugada de 18 do corrente fugiu da fazenda – Vargem Alegre – distrito do Jequeri um escravo crioulo por nome Francisco, que tem idade de 24 e 25 anos e mais os seguintes sinais: estatura regular, falta de dentes superiores, pisa cambeta e mostra pelas costas que foi antigamente castigado.

É muito prosa e *metido a valentão*, toma tabaco em pó e quando evadiu-se tinha os dedos polegar e índice pisados por uma tábua que lhe caiu sobre a mão, é tropeiro e carreiro. (*Noticiador de Minas*, n.55, 05/01/1869, p.4; ênfase adicionada)

Eis outra característica bastante recorrente nos anúncios em questão: a valentia de determinados escravos. A altivez desses sujeitos só veem enfatizar a complexidade da realidade da escravidão no Brasil do século XIX. Indivíduos que diante dos

castigos e do excesso de trabalho não perdiam sua autoestima, seu orgulho próprio, sua esperança. A descrição do escravo Alexandre, fugitivo que era tropeiro e cantor conforme já dissemos acima, de igual modo sugere a presença da coragem como característica distintiva de sua personalidade. Segundo o anúncio, eram esses seus "sinais":

Crioulo, estatura regular, um tanto corcunda, *reforçado de corpo*, principia a barbar, nariz achatado, com uma pequena curvatura na ponta, dentes enferrujados, mas limpos nas pontas, pisa como papagaio, de 27 anos de idade, (...) *um tanto avalentado*. (Noticiador de Minas, n.163, 03/11/1869, p.3; ênfase adicionada)

Tais descrições de escravos "avalentados" nos apresentam a necessidade de revisão da "imagem chapada" do escravo que não conseguia pensar ou agir por meio de seus próprios princípios ou valores. Imagem que se consolidou a partir de leituras radicais feitas de trabalhos como os de Fernando Henrique Cardoso (1962) e Florestan Fernandes (1975), quando tanto questionavam pertinentemente o mito da democracia racial, como quando enfatizavam com veemência o caráter violento das relações entre proprietários e escravos. É evidente que o regime do cativo foi muito violento com o escravo, mas precisamos levar em conta também que esse fato não foi capaz de torná-lo uma vítima desprovida de capacidade de resistência, ou de humanidade.

É nesse sentido que Elciene Azevedo (1999, p.27) critica a tradição biográfica do negro

aboliconista Luiz Gama que, desde sua morte no século XIX até fins do século XX, destacou seu caráter de exceção, pintando-o como "o" ex-escravo que "conseguiu a façanha de recuperar sua humanidade". Essa abordagem tradicional guarda o pressuposto de que com a escravidão dos africanos veio a desumanização daqueles sujeitos e o abandono, neles, do sentimento de se "autoconsiderar como indivíduo", o que a autora apropriadamente questiona (AZEVEDO, 1999, p.27).

Em contraste com a vigorosa energia vital desses escravos que fugiam, conforme sugerem os anúncios em que são descritos, estão as referências a doenças presentes nos reclames de venda de remédios, reclames esses que invariavelmente dividiam com aqueles anúncios as duas últimas páginas do jornal analisado.

Essa presença maciça da propaganda de remédios não era exclusiva desse periódico ouro-pretano e já era resultado de um processo histórico desencadeado algumas décadas antes. A partir da primeira metade do século XIX iniciava-se um *boom* na propaganda de medicamentos Brasil afora, sobretudo na capital do Império (BUENO & TAITELBAUM, 2008, p.18). *Boom* que acompanhou a própria vertiginosa emergência do periodismo enquanto prática privilegiada de intervenção no espaço público, que também ocorre naquele mesmo período ao redor de boa parte do mundo. Parece ser nesse contexto que o hábito de associar automaticamente a cura de alguma moléstia à ingestão de remédios, ainda naturalizado atualmente, teve sua emergência.

Se na primeira metade do século XIX os remédios já aparecem com força nos jornais, mas ainda disputando as páginas com curandeiros que também anunciavam suas promessas através de métodos alternativos, a partir da década do surto de febre amarela – 1850 – na Corte, eles passaram a dominar sozinhos aquele espaço. Isso porque o “curandeirismo” foi quase que banido dos jornais por conta da criação da “Junta de Higiene”, responsável por combater o charlatanismo naquele momento em que a saúde pública passava por uma séria crise (BUENO & TAITELBAUM, 2008, p.16-32).

O tom milagreiro, entretanto, não acompanha o desaparecimento dos “curandeiros” nas propagandas jornalísticas. Pelo contrário, os anúncios de remédios da segunda metade do século XIX também procuraram se cercar, com frequência, dos mesmos ares de infalibilidade com os quais os “charlatões” vendiam seus préstimos.

Que tipo de relação os sujeitos que se deixavam levar por tais abundantes propagandas teriam com seus corpos? Será que o preconceito contra o trabalho manual vigorante no período, considerado algo do universo dos escravos, produzia corpos senhoriais sedentários e adoentados? Acreditamos que o elogio aristocrático do ócio, presente nessas terras desde os primórdios do período colonial, pode ter contribuído para esse avanço da cultura do remédio no Brasil da segunda metade do XIX, sobretudo por que a cura nesse momento aparece como que libertada da necessidade do sujeito mobilizar seu próprio corpo para conquistá-la,

bastando tomar uma substância, um estímulo externo.

O remédio parece ser a solução contra a necessidade de se recorrer às exigências impostas pelas “simpatias” dos benzedores e benzedoras, cercadas de proibições e recomendações que interferiam diretamente no cotidiano dos hábitos corporais das pessoas. Em suma, pode-se dizer que o remédio oferecia a possibilidade da cura dentro do próprio estado de ócio em que o doente se encontrava.

Outro elemento fundamental para o sucesso dos fármacos no mundo ocidental, que emerge com toda força exatamente no século XIX – século das máquinas –, é a estrutura de subjetividade que se consolidou nas culturas de matrizes europeias pós-descoberta do continente americano:

Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito (...) pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto entre o sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira condição estrutural do Início da Modernidade (GUMBRECHT, 1998, p.12).

Uma mente alheia ao corpo necessita de um elemento externo para que reanime essa matéria inerte, esquecida, incompreendida, maltratada. Esse desconhecimento e negligência em relação ao próprio corpo pode tornar compreensível a suscetibilidade de muitos sujeitos às promessas milagrosas dos fármacos naquele contexto. Além da evocação

de uma aura milagrosa, outras estratégias também foram utilizadas naqueles reclames:

A partir do final da década de 40, do século XIX, já eram tantas as propagandas [de remédios] disputando a atenção do leitor nos jornais do Rio, que os anunciantes perceberam a necessidade de ações mais efetivas para “convencer os consumidores da seriedade de seus produtos”. Havia duas formas mais comuns (...). A primeira, mais utilizada, consistia na publicação de agradecimentos ou relatos de pessoas que haviam sido curadas pelo produto utilizado pelo anunciante. (...) A outra forma de atrair o público era conferir credibilidade ao produto, associando-o a um médico ou estabelecimento médico reconhecido (BUENO & TAITELBAUM, 2008,p.20).

A exigência do testemunho nos tribunais, que se fortalece com o desenvolvimento do estado de direito constitucional estabelecido em vários países do mundo a partir daquele século, parece ter se espalhado também para outras esferas discursivas como a do campo discursivo da medicina. Nesse sentido, mesmo que os relatos fossem encomendados pelos divulgadores de seus produtos, ele por si só já contava com um efeito de verdade. Já os relatos dos médicos contavam ainda com maior efeito de credibilidade, pois tinham sua legitimidade atrelada ao triunfo que o discurso científico também havia conquistado naquele século. Tudo isso temperado por um incessante recurso a um conjunto de elementos imagéticos e textuais que remetiam à Europa e Estados Unidos, já que, “dos médicos à moda, dava-se mais valor a qualquer coisa vinda do Velho Mundo. Tanto era assim que

muitos anúncios eram escritos em francês” (BUENO & TAITELBAUM, 2008, p.22).

Durante muitas edições o periódico analisado trazia a figura de um branco europeizado, imagem de busto, vestido de casaca, olhar distante, imparcial, metáfora da vontade científica do campo médico, do qual é representante. Ao lermos as propagandas percebemos que aquela efígie pretende ser a representação do Dr. Bristol, de New York, que associado aos Químicos alemães Lanman&Kemp, teria inventado as Pílulas Açucaradas de Bristol, as Pílulas Vegetais de Bristol e a mais afamada de todas, a Salsaparrilha de Bristol. Num dos quadrados lê-se:

Qual a razão por que de quase todas as preparações de Lanman&Kemp, há uma súcia de falsificadores, entretanto que as de seus rivais ninguém falsifica? É porque não há químicos tão acreditados, bem sucedidos, desinteressados e conscienciosos como eles há tantos anos conhecidos, e depois ajudados pelo insigne médico Dr. Bristol, que não é apenas um boticário com carta alemã. (*Noticiador de Minas*, n.355, 19/09/1871, p.4)

Nesse trecho e nos demais textos e imagens que compõem a última página do *Noticiador de Minas* podemos ver a referência explícita à **ciência médica** como argumento de autoridade, com seus olhos num futuro que se prevê mais avançado; e também a consagração da **Europa e dos EUA**, como lugar exclusivo de vanguarda no *cronótopo* que organiza a visão de mundo que triunfa a partir do século XIX. A utilização desses dois elementos por parte dos anunciantes para conferir credibilidade aos seus produtos parece estar vinculada a

uma única grande questão: à legitimidade que a noção de *progresso* havia alcançado no Brasil. Para Koselleck essas são as principais características da noção que ganhou espaço em boa parte dos países do mundo naquele contexto:

O progresso reunia (...) experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. Na hierarquia dos estamentos via-se uma classificação estática, que o impulso das classes progressistas deveria ultrapassar. Os exemplos podem ser multiplicados ao infinito. (...)

Afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor (KOSELLECK, 2006, p.317-318).

Tentar se parecer com os europeus passa a ter os foros de lei. Além dos anúncios de remédios outros não tão frequentes, como era o caso dos de roupas, cursos científicos e livros, também estão acompanhados desse pressuposto intensamente compartilhado, mesmo que algumas vezes de modo velado, de elogio a um suposto padrão europeu. Trataremos disso com maior detalhamento num momento a seguir. Por ora queremos ressaltar apenas que essa visão do progresso estava fortemente disseminada nas duas últimas páginas, as páginas dos anúncios do jornal analisado.

Todas as fartas menções à linguagem da ciência e ao padrão europeu, presentes em anúncios dos diversos produtos propagandeados, pareciam sugerir aos leitores que suas marcas acompanhavam o progresso. Mas de que progresso se fala? Lembremos que essas "imagens de progresso" vinculadas aos remédios, às roupas, relógios e livros, invariavelmente dividiam as páginas com anúncios de sujeitos escravizados. Como Reinhart Koselleck bem pontua, apesar da visão de mundo do progresso ter abarcado promessas de melhorias em todas as esferas da atividade humana, já no século XIX, "*a experiência dos progressos (...) realizados na ciência e na técnica contempla a constatação de que o progresso moral e político sofre um certo retardamento*" (KOSELLECK, 2006, p.321; ênfase adicionada).

As páginas de anúncios desse jornal prenunciam o modo de configuração que as grandes cidades brasileiras foram tomando ao longo do século XX onde produtos materiais detentores das mais avançadas tecnologias, incorporados na arquitetura urbana de certas regiões da urbe, convivem lado a lado com imensas extensões de onde essa modernidade planejadora escapou. A percepção naturalizada dessa desigualdade, fator que possibilitou a conformação atual das nossas metrópoles e que ainda permite sua manutenção, também está presente nas páginas dos anúncios daquele jornal produzido anos antes, onde as referências ao refino da ciência e da Europa compartilhavam o mesmo espaço da violência de um discurso de perseguição a um indivíduo sem

liberdade legal. Engano, no entanto, seria considerar que por conta disso o Brasil, tanto no século XIX quanto no XX, não teria experimentado o movimento da modernidade. Talvez devêssemos pensar melhor a respeito de como o Brasil engendrou sua modernidade?

Os atuais moradores das favelas não estão alheios às experiências da modernidade, assim como os escravos do século XIX também não estiveram. A questão é tentar conhecer as especificidades que marcaram seus modos de se integrarem aos valores e práticas envolvidos com o multifacetado processo histórico da modernidade.

Corpos enfeitados: os escravos fugidos e os movimentos de moda do século XIX

NOTÍCIAS DIVERSAS

Teatro – Como anunciamos, teve lugar na noite de 14 a representação da comédia – *Phantasma branco* – pela sociedade particular.

Correu perfeitamente o seu desempenho, sobressaindo o menino Brandão, os srs. João Vitor, Cabral e Queiroga, que fizeram os primeiros papéis. Os outros senhores também por sua compenetraram-se de seus papéis e executaram bem.

A farsa também agradou, especialmente por não ser conhecida no teatro da capital.

O produto dos camarotes e platés foi cedido a benefício das obras da capela de S. Francisco de Paula.

Louvores, pois, à filantropia desses cavalheiros.

Seria para desejar que continuassem em tão nobre, quão meritória missão.

Seja-nos, por fim, permitido lembrar à sociedade dramática particular, que quando tiver que levar à cena qualquer peça, nomeie *um chefe de polícia, tirado dentre os sócios, afim de policiar o edifício, e evitar* que se fume no recinto do teatro, incomodando às

senhoras, e que por detrás dos camarotes se aglomerem escravos. (*Noticiador de Minas*, n.235, 20/09/1870, p.3; ênfase adicionada)

Escanteados nessa notícia, assim como no teatro, nela quase podemos ver os vultos dos cativos, atentos à apresentação, esforçando-se por ouvir uma fala e outra, por acompanhar a sequência da história, por desfrutar ao máximo da beleza das vestimentas dos atores e da decoração do palco. Mesmo não estando no camarote principal, das esgueiras esses sujeitos escravizados participavam à sua maneira daquele evento, compartilhavam com os livres daquele espaço de experiência. Corpos barrados, mas não banidos.

Em suma, não havia como excluir os escravos de vivências que eram próprias daquele tempo, mesmo que muitos senhores tenham querido fazê-lo conforme o próprio autor anônimo da notícia citada acima parecia desejar. Assim como a difusão do teatro, a valorização dos movimentos de moda também era uma experiência própria daquele tempo e não de uma classe. Mesmo que reconheçamos as desigualdades de condições de acesso a tais experiências, elas atingem a todos os setores sociais que compartilham uma mesma conjuntura histórica.

Corroboram essas considerações tecidas acima as muitas descrições de fuga de escravos que destoam bastante da figurinha chapada da vinheta em preto e branco que acompanha os anúncios dos escravos fugidos nos jornais do século XIX, geralmente exibindo um negro maltrapilho carregando uma trouxa.

O “bem falante” escravo Veríssimo, fugido da fazenda da Barra

de São Domingos, termo da cidade do Pomba (MG), era também: "**bom alfaiate**, [e em sua fuga] **levou boa roupa**; *uma camisa de flanela vermelha com abotoadura de pedra, um chapéu de lebre fino, uma fouchinha e uma pistola velha...*" (Noticiador de Minas, n.334, 18/07/1871, p.4; ênfase adicionada). Além de procurar garantir sua proteção com uma foice e uma garrucha, Veríssimo também parece ter utilizado seu talento como alfaiate para se proteger de outro perigo: o de ser identificado com o mundo da escravidão, estrato do qual pretendia se distanciar, simplesmente por conta de seu modo de se vestir. As "roupas finas" poderiam facilitar a confusão de sua condição com a de negro alforriado ou liberto, do mesmo modo que o seu "bem falar".

Outro escravo já citado que também "falava bem" e que adota uma conduta próxima da de Veríssimo era Ludgero ao levar "**muita roupa fina**, poncho e chilenas. Foi montado em um macho russo pedrez andador." (Noticiador de Minas, n.44, 03/12/1868, p.3; ênfase adicionada). Como sugere esse anúncio do escravo Veríssimo, algumas vezes os escravos se valeram de cavalos ou muares no momento da fuga, contradizendo mais uma vez a imagem estereotipada da vinheta do negro a pé. No caso do escravo Cândido, capoeirista já analisado em outro momento desse texto, esse elemento também está presente, além de mais uma vez a atenção ao vestuário:

Fugiu levando um burro pequeno arreado, cor pelo de rato claro, uns alforjes pretos de goma, com roupa, entre a qual se acha uma calça de brim

amarelo e um chapéu de sol branco. Quem o apreender e levar ao seu senhor na cidade de Ubá, será generosamente gratificado (Noticiador de Minas, n.82, 10/03/1869, p.4).

A descrição do escravo Francisco, por seu turno, outra vez traz a expressão "**levou muita roupa fina**", em consonância com sua "*bonita figura*", sua "*fala pausada e andar moderado*", e em contraste com seus "*dentes da frente sujos e amarelos*" (Noticiador de Minas, n.287, 14/03/1871, p.3; ênfase adicionada).

Já o escravo Jerônimo era "bastante conversado", e parecia procurar somar a isso o hábito de se vestir de modo elegante uma vez que levava consigo "*calça de brim pardo, paletó de alpaca preta e camisa de algodão americano*" (Noticiador de Minas, n.246, 18/10/1870, p.4).

Na verdade a atenção desses escravos em relação às vestimentas parecia estar conectada a um movimento mais amplo pelo qual o mundo ocidental passava. As propagandas de roupas, no jornal analisado, são as únicas que chegam a ousar, mesmo que bem mais timidamente que as de remédio, na utilização de vinhetas maiores para chamar mais atenção aos seus anúncios nas páginas do periódico. O texto seguinte se repete ao longo de quase todos os anos do jornal, sempre precedido por três desenhos simples alinhados de um vestido, uma sobrecasaca e uma calça:

ATENÇÃO

42-Rua S. José-42

O abaixo assinado faz ciente a seus numerosos amigos e fregueses, que recebeu um grande sortimento de fazendas de seda, lã, linho e algodão, como sejam lãs em peças para

vestidos, cortes de dita, cassas em peças e cortes, precales, roupas feitas, sendo cavours de diferentes qualidades, *sobretudos, sobrecasacas, fraques, alabamas de pano, casimira, merinó, alpaca e brins*; assim como, calçados para homens, senhoras e crianças; *chapéus dos mais modernos idem idem*; perfumaria, miudezas de armarinho, papel, ferragens, e uma *variedade de artigos que seria longo enumerar-se* num anúncio; tudo do *mais moderno e apurado gosto*.

Espera, portanto, a concorrência de seus fregueses e protesta-lhes que os preços serão os mais razoáveis possíveis. Para as pessoas que quiserem escolher à vontade tem uma sala sobre a loja.

Ouro Preto, 8 de dezembro de 1868. – Albino da Costa Guimarães. (*Noticiador de Minas*, n.47, 15/12/1868, p.3; ênfase adicionada)

Destacariamos na narrativa citada anteriormente a presença de peças descritas de maneira muito semelhante as das utilizadas por alguns escravos em suas fugas. A loja de roupas que anuncia num dos jornais mais importantes da Província naquele período exhibe as mesmas sobrecasacas, sobretudos, alpacas, brins e chapéus que vemos os fugidos carregarem consigo.

Outro elemento importante a se ressaltar nesse texto curto é a utilização do argumento do *moderno* associado a *apurado gosto* como meio de atrair clientes. A ideia de que o que é moderno é bom por si só, sem precisar de maiores explicações, indica que a estrutura mental de organização temporal via noção de progresso já estava disseminada e tacitamente aceita em interiores do Brasil na segunda metade do XIX. Por outro lado indica também que as pessoas conectavam positivamente o

avanço da modernidade às mudanças no vestuário.

No mesmo contexto em que esse jornal foi publicado, o escritor Bernardo Guimarães, que vivia na Província de Minas, também tinha captado em sua escrita literária esse fascínio da moda associada ao moderno, ainda que de modo bastante reticente em relação aos efeitos de sua influência. Andar na moda era uma das principais características do grande vilão de seu romance *O Garimpeiro* (1872). Vejamos como o narrador o descreve:

Havia já lá, na sala do Major, um jovem trajado com elegância e certo requinte de mau gosto, porém, à última moda. Sobre o colete brilhavam-lhe a grossa cadeia do relógio, guarnecida de uma infinidade de penduricalhos, a luneta com seu competente trancelim, e no peito da camisa um formidável alfinete de diamante. O colete tinha também uma cintilante abotoadura metálica. Era em tudo o tipo acabado do peralvilho da corte, todo frisado e almiscarado (*O Garimpeiro*, 1872, p.18).

Essa passagem contém uma série de elementos para pensarmos algumas questões da modernidade sobre as quais gostaríamos de tratar com maior atenção a seguir. Nesse pequeno trecho parece haver a junção de várias aspirações daquela modernidade oitocentista, em relação às quais o autor se mostra questionador.

Primeiramente, mencionaríamos a quantidade de objetos que compõem a vestimenta do rapaz, quantia ironicamente sintetizada pelo narrador na utilização da palavra “penduricalhos”. Ora, o acúmulo de objetos era uma tônica

para o mundo burguês que se firmava na Europa oitocentista, cuja influência para o resto do mundo naquele período é impossível de ser negligenciada. Walter Benjamin (1985 [1935], p.38) chama atenção para esse hábito de acumular quando discorre sobre a centralidade que o *interieur* passa a ter para os parisienses no século XIX:

O interior não é apenas o universo do homem privado, mas também o seu estojo. Habitar significa deixar rastros. No interior, eles são acentuados. Colchas e cobertores, fronhas e estojos em que **os objetos** de uso cotidiano imprimiam a sua marca **são imaginados em grande quantidade.**

(Ênfase adicionada)

Outro ponto a ser mencionado é a presença do metal nessa profusão de objetos que compõem a figura do rapaz. Ele está presente na "grossa cadeia do relógio", na "abotoadura" e também no "formidável alfinete". A imagem do metal é quase sinônima de modernidade no século XIX, pois, como nos lembra Benjamin:

Com o ferro aparece, pela primeira vez na história da arquitetura, um material artificial. A isto subjaz uma evolução cujo ritmo se acelera no decorrer do século. Isto recebe o decisivo impulso quando fica claro que a locomotiva, com a qual se faziam experiências desde o final dos anos 20, só era utilizável sobre trilhos de ferro. O trilho se torna a primeira peça montável de ferro, sendo precursor da viga de sustentação. Evita-se o ferro nas moradias, mas ele é empregado nas galerias, salas de exposições e estações de trem – construções que serviam para fins de trânsito. Simultaneamente se amplia o campo de aplicação arquitetônica do vidro (BENJAMIN, (1985 [1935], p.31-32).

O ferro era o material com que se construíam as galerias e salas de exposições, os principais espaços de fetichização das mercadorias, processo que marca a fantasmagoria da modernidade oitocentista, tal qual a compreendeu Benjamin. Ao lado do ferro, na arquitetura desses dois espaços também está fortemente presente o vidro. Não por acaso, outro símbolo da modernidade oitocentista. O vidro que protege a mercadoria, ao mesmo tempo em que permite que ela seja vista. Ele também teve grande importância para que se consolidasse, naquele século, o primado da visão. Esse vidro que é transparente, permitindo que se veja além de si, é o mesmo que chama atenção das vistas quando brilha contra a luz. Talvez por isso mesmo o verbo "brilhavam-lhe" seja o que anteceda à apresentação dos acessórios presentes no colete do rapaz descrito pelo narrador de *O Garimpeiro* – descrição que temos considerado como imagem sintética de vários aspectos da modernidade oitocentista. O brilho está no vidro do relógio e da luneta, está no diamante do alfinete, além de ser uma marca principal da "**cintilante abotoadura metálica**".

Outra marca da modernidade naquela descrição, talvez a principal, é a menção à "*última moda*". Paris adquire o status de porta-voz da modernidade no século XIX em boa medida por que "*se afirma como a capital do luxo e da moda*" (BENJAMIN, 1985 [1935], p.36). Todo o ferro das máquinas e das estruturas das galerias, bem como toda transparência e brilho do vidro nas vitrines das passagens, não se

articulam a outra coisa senão à crescente quantidade de objetos descartáveis que a moda, a partir daquele século, tem a legitimidade de *ditar*. Como diz Benjamin (1985 [1935], p.36), “*a moda prescreve o ritual segundo o qual o fetiche mercadoria pretende ser venerado*”.

Os escravos, por sua vez, não estavam alheios a essa valorização das roupas que, em diferentes níveis e capacidades de consumo, afetava a todos os que experimentaram aquela conjuntura histórica determinada. Mas eles tiveram uma percepção sagaz das consequências que acompanhavam a nova organização dos grupos humanos influenciada pelos movimentos de moda a partir daquele século: os objetos e roupas utilizados estariam passando a dizer tão ou mais da condição social de um indivíduo que as próprias características fenotípicas dos sujeitos.

A valorização dos objetos que compõem as vestimentas ao mesmo tempo faz parte e dá a ver o triunfo da ordem burguesa sobre o mundo das hierarquias de sangue e de nobreza, o triunfo do dinheiro sobre o sobrenome. Destaque-se que a saída da escravidão podia ser comprada com dinheiro por homens e mulheres que na maioria das vezes sequer tinham sobrenomes. Símbolo dessas hierarquias agora flutuantes de acordo com quem acumula mais dinheiro, as indumentárias mais do que nunca passavam a ter o poder de funcionar como convincentes mascaradas.

Georg Simmel, filósofo e sociólogo alemão que nasceu em 1858, compartilhou com esses escravos anunciados boa parte do

frenesi da moda que a segunda metade do século XIX assistiu em escala quase mundial. Para o autor tratava-se de matéria tão importante para uma melhor compreensão da mobilidade de seu tempo que em 1904 dedicou a ela um profundo artigo intitulado “Filosofia da Moda” (2008 [1904], p.21-59). Nele expôs sua percepção da natureza ambígua da moda, metáfora da própria ambivalência da experiência humana:

Ela é imitação de um modelo dado, e satisfaz assim a necessidade de apoio social, conduz o indivíduo ao trilho que todos percorrem, fornece um universal, que faz do comportamento de cada indivíduo um simples exemplo. E satisfaz igualmente a necessidade de distinção, a tendência para a diferenciação, para mudar e se separar. (...) Por isso, a moda nada mais é do que uma forma particular entre muitas formas de vida, graças à qual a tendência para igualização social se une à tendência para a diferença e a diversidade individuais num agir unitário (SIMMEL, 2008 [1904], p.24).

Essa passagem pode contribuir para nosso esforço de melhor compreender a estratégia operada pelos escravos no momento de suas fugas em relação ao recurso às “roupas finas”: num mesmo movimento buscavam-nas tanto para se *diferenciar* de sua antiga condição – escravidão –, quanto para se *homogeneizar* em outra – a de alforriados ou libertos.

Nesse sentido não parece ser por acaso que o costume do escravo Martinho de auto-intitular-se forro, já mencionado em páginas anteriores, fosse acompanhado por sua preocupação com o vestuário, uma vez que essa parece ter ocupado lugar

central em seus planos de fuga conforme sugere o seguinte trecho de seu anúncio:

Declara-se mais que o dito escravo levou consigo um grande saco de linhagem ordinária contendo dois paletós de alpaca preta, um dito de riscado, uma cobertura grossa de algodão, uma calça de brim branco, uma dita de dito verde, duas ditas de algodão tintas de braúna, uma camisa de morim e duas ditas de algodão (*Noticiador de Minas*, n.272, 04/02/1871, p.4).

Por outro lado a moda também se identifica com a *fuga* porque, sendo um grande símbolo do que é moderno, é por extensão um símbolo do *fugaz*. Sendo fugaz “o que tem rapidez; rápido, ligeiro, veloz” (HOUAISS, 2009). Tem origem no latim *fugax*, que significava “que foge facilmente; passageiro”. Afinal, essa característica da moda – relacionada à *velocidade* – não é a principal responsável por identificarem-na, desde pelo menos o século XIX, como uma das principais expressões da modernidade?

Não é contra outra coisa que José de Rezende Monteiro, de Leopoldina (MG), após anunciar as características de seu escravo “fujão”, Benedito Crioulo de 26 a 30 anos, parece protestar. A falta de fixidez, inclusive das identidades, possibilitada pela modernidade desorganiza o poder dos senhores da terra.

É natural que esteja em alguma casa como forro, ou em alguma tropa, visto haver hoje em nosso país tanta facilidade em ajustar-se qualquer indivíduo, que não apresenta *documentos pelos quais mostre sua identidade*. (*Noticiador de Minas*,

n.308, 04/05/1871, p.3; ênfase adicionada)

Um dos principais argumentos que levantamos a partir dessa pesquisa é o de que a *fuga*, empreendida por alguns sujeitos de uma arcaica organização social como a escravidão, parece coincidir e se integrar a outro tipo de fuga. A fuga atrelada a um movimento mais amplo, típico da nova conjuntura dita moderna que se instaurava naquele século: a *fugacidade* das próprias identidades dos sujeitos que experimentaram tal conjuntura, sendo eles *escravos ou não*.

Após a leitura desses anúncios...

De tudo o que foi exposto fica a percepção de um dilema na formação dos escravos analisados por via dos anúncios de fuga. Se o aprendizado das culturas africanas, com suas visões holísticas de mundo, com a centralidade das atividades corporais em seus ritos culturais, pareciam trazer benefícios significativos para a saúde e bem-estar dos escravos, por outro lado os aproximava do mundo da escravidão, do africano recém-chegado, considerado pouco civilizado em detrimento dos escravos já nascidos no Brasil, chamados de “ladinos”.

A perseguição de aspectos culturais mais “europeizados” por parte de muitos escravos, por outra via, também se revelava uma via de mão-dupla. A fluência no português falado e a escolha de roupas finas para suas fugas indicam que muitos cativos almejavam uma proximidade com o mundo do ladino, tido como negro mais civilizado, integrado à

cultura brasileira. Isso tanto ampliava suas possibilidades de se passar por negro alforriado ou liberto, quanto o obrigava a se afastar ou tentar esconder seu passado africano, o que ocasionava em sérias consequências para a conformação de suas identidades.

Cumpra também salientar a constatação de uma grande falta a partir da leitura dos jornais ao longo de todo o período analisado: a ausência de anúncios de mulheres em fuga, no caso de Minas Gerais. O

espaço aberto do público, do mundo externo das estradas, conforme indica nossa tese de doutorado (ZICA, 2011), também para os sujeitos que estavam na condição de escravidão – ou para os que queriam sair dela – era masculino. Isso nos leva a questionar, portanto, acerca das maneiras pelas quais as escravas se resolviam para garantir suas liberdades. Se não fugiam assim tão explicitamente quanto seus companheiros homens, de que modo faziam?

FONTES

DOCUMENTOS ANALISADOS

Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1866 o 2.º vice-presidente, Joaquim José de Sant' Anna. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1866.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1867, o presidente, José da Costa Machado de Souza. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1867.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente da provincia, José da Costa Machado de Souza. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1868.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que ao Illm. eExm. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província de Minas Gerais, apresentou no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1869.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria de 1869 pelo presidente da mesma provincia, dr. José Maria Corrêa

de Sáe Benavides. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1870.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. eexm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1871 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Falla com que o illm. eexm. sr.dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2.o vice-presidente da provincia de Minas Geraes, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da 19.a legislatura em 17 de maio de 1872. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, [n.d.] http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

Jornais

Noticiador de Minas. Da edição n. 01 (19/08/1868) até a última edição, n. 531 (25/01/1873). <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Texto Literário

GUIMARÃES, Bernardo. *O Garimpeiro*. São Paulo: Ática, 1980. [1872]

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do Século XIX. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Ática, 1985.p.30-43 [1935]

BUENO, Eduardo & TAILTELBAUM, Paula. *Vendendo Saúde: história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: ANVISA, 2008.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, Edusp, 1975.

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo/Recife: Ed. Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. [1961]

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa Antônio Houaiss. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

PAIVA, Eduardo França. De corpo fechado: gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos Mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira.(Orgs.) *Trabalho livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2006 a.

PERES, Eliane. *Sob(re) o "silêncio" das fontes... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais*. In: Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 4, 2002.p.75-102

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista*. In: Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 4, 2002.p.145-166

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008 [1904]

ZICA, Matheus da Cruz e. *Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)*. Tese (Doutorado) – FAE, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

Recebido em 29/04/2015

Aprovado em 20/05/2015

O CORSO NAS ÁGUAS DO ATLÂNTICO SUL: PRÁTICA DE GUERRA NO LITORAL DA GUIANA FRANCESA.

Ivete Machado de Miranda Pereira¹

RESUMO

No começo do século XIX, a guerra na Europa reavivou uma prática que tivera seu auge no século XVII: o corso. Navios corsários agiam na região das Antilhas e da Guiana Francesa buscando boas presas com duplo objetivo: arruinar o comércio do inimigo e obter dinheiro. Em consequência da guerra europeia, a Guiana foi invadida, em janeiro de 1809, por tropas provenientes do Grão Pará, permanecendo sob gestão portuguesa até 1817. Este texto analisa o corso no litoral da Guiana Francesa, de 1800 a 1817, período que engloba a administração portuguesa e retrata a ação de dois atores importantes envolvidos nos empreendimentos corsários: Victor Hugues, governador da Guiana de 1800 a 1809, e o capitão de navio corsário Alexis Grassin. O estudo sobre o corso na Guiana será desenvolvido por meio da análise de documentos consultados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo Caiena –, e nos Archives Nationales d’Outre-Mer. Discerniremos desse modo a relação entre o corso e a administração do espaço colonial.

Palavras-chave: Guiana Francesa, corsários, corso

RESUME

Au début du XIXe siècle, la guerre en Europe a ravivé une pratique dont l’apogée a eu lieu au XVIIe siècle : la course. Bâtiments corsaires agissaient dans la région des Antilles et de la Guyane française cherchant de bonnes prises avec un double but : ravager le commerce de

l’ennemi et obtenir du numéraire. En conséquence de la guerre européenne, la Guyane a été envahie, en janvier 1809, par des troupes provenant du Grão Pará, puis administrée jusqu’à la fin 1817 par les Portugais. Ce texte analyse la course dans les côtes de la Guyane française, entre les années 1800 et 1817, période qui englobe l’administration portugaise, et retrace l’action de deux acteurs importants qui s’attachaient aux entreprises corsaires : Victor Hugues, gouverneur de la Guyane entre 1800 et 1809, et le capitain de vaisseau corsaire Alexis Grassin. L’étude sur la course en Guyane sera développée au moyen de documents répertoriés aux Archives Nationales de Rio de Janeiro – Fonds Cayenne –, et aux Archives Nationales d’Outre Mer. Ainsi, nous discernons la relation entre la course et l’administration de cet espace colonial.
Mots-clés : Guyane française, corsaires, course.

Curso ao longo do tempo

A guerra de corso² foi prática admitida pelos governos até meados do século XIX, apesar de contestada desde final do século XVIII pela cultura das Luzes. Os “filósofos” a consideravam exemplo da persistência da barbárie em uma época na qual se lutava pelos direitos humanos. O “filósofo” Gabriel Bonnot de Mably a considerava imoral e totalmente contrária à prática admitida nos combates terrestres: “Nós olhámos com horror um exército que fizesse a guerra aos cidadãos, e os despojassem de seus bens” (MABLY, 1794: 545). Por que considerar como legítimo no mar o que é infâmia na terra? Para ele, corsários não se distinguem dos piratas, considerados na época inimigos da humanidade e contra os quais seria legítimo utilizar todas as

¹ Doutoranda pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Bolsista Capes BEX 1773-13-5

² A palavra “corso” é de origem italiana (correre, correr), não possuindo definição jurídica precisa.

armas. Além da crítica moral ao corso, a prática era igualmente condenada pela destruição do comércio, entre eles a troca de mercadorias colônia/metrópole. Debates na Assembleia Legislativa francesa a partir de maio de 1792 opõem adversários e partidários em torno do direito da guerra que deve praticar a França pós-Revolução. Entretanto, as discussões foram adiadas após a declaração de guerra à Inglaterra, em 1793, e a Convenção autoriza cidadãos franceses a fazer o corso (BELISSA, 2001: 119-128).

As regras do direito internacional no século XVII aplicavam o termo "corso" para designar navios mantidos, armados e operados por particulares, com autorização do governo, para combater o comércio marítimo de um Estado inimigo. A autorização oficial – chamada *lettre de marque* ou *lettre de course* em francês, patente de corso em português – distingue o corsário, navio mercante fazendo a guerra, do pirata, e contém instruções expressas a serem cumpridas. Diferentemente do corsário, o pirata é definido como navio armado sem autorização, fazendo guerra no mar sem distinção a amigos ou inimigos de seu Rei. Na França de Antigo Regime, a *lettre de course* era outorgada pelo Almirante da França, Chefe do Conselho da Marinha, em nome do rei, e a partir da Revolução Francesa pelo representante do ministro da Marinha e das Colônias (VILLIERS, 2007: 3). A obtenção da patente de corso estava ligada ao perfil do comandante do navio corsário que deveria reunir, entre outras qualidades, dom de comando sobre a tripulação, coragem, conhecimento da zona marítima onde

exerceria a função e distinção em ações navais cumpridas.

Na França, os juízes encarregados de julgar as práticas corsárias dispunham de leis antigas e incompletas, como as ordenanças de 1373, 1517 e 1555. O verdadeiro primeiro *corpus* é um edito de Henrique III, de 1584, que dedica 38 artigos à prática do corso e pirataria, texto que não ficou imune às divergências de interpretações entre juristas. O edito serviu de base para as decisões sobre presas marítimas até a Grande Ordenança da Marinha, de 1681, também conhecida como Código da Marinha ou Ordenança de Colbert, na realidade um grande código que regulamentou a Marinha. (BARAZZUTTI, 2011: 252). Essa grande ordenança trata das presas no Título IX, do livro III, "Contratos Marítimos", e confirma no Artigo I o papel primordial do almirantado ao determinar que "ninguém pode armar navio de guerra sem a comissão do Almirante". A comissão era registrada no Tribunal do Almirantado do lugar onde o navio seria armado, e uma caução de 15 mil libras recebida em presença do Procurador. A Marinha recebia igualmente 10% do produto bruto das presas. Os artigos se sucedem: proíbe franceses de armarem navios de guerra sob comissão de outro Estado; precisa como boa presa os navios pertencentes a inimigos, a piratas, ou a qualquer outro que não tenha permissão de um príncipe ou Estado; determina que a ausência de um pavilhão de nacionalidade ou uso de dupla nacionalidade em navio o tornariam pirata. O artigo VII trata da carga encontrada no navio abordado, estipulando de boa presa navios

carregados com mercadorias pertencentes aos inimigos e as pertencentes aos aliados e encontradas em navio inimigo (BNF, 1714: 324-349).

Para limitar as fraudes, a ordenança determinava ao corsário o retorno ao mesmo porto onde fora armado, o que nem sempre era cumprido. No porto, para que a presa fosse declarada boa ou má, havia um julgamento. Para acelerar os procedimentos, uma lei de 2 de outubro de 1689 declara que os almirantados estavam autorizados a julgar em primeira instância as presas inimigas, se fossem consideradas indubitavelmente boa presa (VILLIERS, 2007:32). Em caso positivo, antes da divisão da presa, eram pagos os gastos com descarga do navio, segurança das mercadorias e do navio, e despesas judiciais. Após pagamento dos 10% da Marinha, havia a divisão entre os associados de acordo com os termos da Sociedade. Na ausência de um Contrato de Sociedade, dois terços da presa pertenciam àqueles que haviam equipado o navio com munições, armamentos e provisões, o outro era dividido entre oficiais, marinheiros e soldados (BNF, 1714: 348).

O apogeu do corso se situa nas últimas décadas do século XVII, época de guerras e final do reinado de Luís XIV. Desde o século XVI, o corso fazia parte dos negócios dos portos atlânticos e normandos, três cidades portuárias francesas se sobressaindo: Dieppe, Saint-Malo e La Rochelle. São cidades que dispunham de certa autonomia política, tolerada pela monarquia, em decorrência da força econômica e militar que possuíam. O Atlântico era campo de ação do corso

e o alvo eram os galeões espanhóis e portugueses vindos da América. No século XVII, Dunkerque e Calais, no Mar do Norte, dominaram o curso contra ingleses e holandeses. Corsários ficaram famosos, entre eles Jean Bart, que fez 92 presas de 1674 a 1678, atraiu capitais para Dunkerque e retomou a tática espanhola do ataque, em sociedade com outros capitães mais ou menos importantes. Um contrato definia as regras da divisão da presa e os associados atacavam pequenos comboios e navios coloniais fortemente armados (VILLIERS, 2007: 56-57). Outro corsário célebre foi Jean-Baptiste Ducasse, que em 1694 conduziu 1.500 homens contra a Jamaica, fazendo 1.200 escravos e devastando a ilha, e em 1697 atacou Cartagenas de Índias, tornando-se um rico colono (BUTEL, 2007: 107). Em 1711, René Duguay-Trouin, nascido em Saint-Malo, pertencente a uma família de armadores, invadiu o Rio de Janeiro com frota de 17 navios e 2.500 homens, e destruiu a esquadra portuguesa. O resgate pedido foi de 12 milhões de cruzados e o lucro obtido com a empreitada de 92% (VERGÉ-FRANCESCHI, 1996: 222).

O corso podia ser um negócio privado, uma empresa comercial que unia armador, comandante e tripulação, todos interessados na rentabilidade comercial do empreendimento. Nesse caso, corso e comércio estão ligados e não prescindem de uma rede de comércio paralelo por meio do qual as mercadorias apreendidas voltam a ser negociadas, muitas vezes compradas pelo próprio comandante pilhado. Mas o corso igualmente pode ser um negócio de Estado que o utiliza para

atingir seus inimigos. Após a declaração de guerra à Inglaterra em 1793, a Convenção declara que “[...] todos nossos planos, todos nossos cruzeiros, todos nossos movimentos nos portos e no mar terão por objetivo arruinar seu comércio [da Inglaterra], destruir, desorganizar suas colônias, forçá-la assim a uma bancarrota vergonhosa” (apud VILLIERS, 2007: 48). A Marinha de Guerra Francesa segue a nova estratégia de destruir o comércio e as possessões inglesas; apoiando-se no Tratado de Amizade de 1778, pede ajuda aos americanos.

Curso no Atlântico Sul

A França, como a adversária Inglaterra, possuía várias colônias na América, entre elas a parte francesa de São Domingos, Martinica, Guadalupe, Santa Lúcia, Tobago e Guiana. Eram colônias escravagistas de plantação cujo eixo essencial da economia baseava-se na produção destinada à exportação para a metrópole. Com exceção da Guiana, a produção principal é o açúcar, seguido pelo café, índigo, algodão e cacau. As colônias eram subordinadas à Secretaria de Estado da Marinha, o que se explica pelo caráter ultramarino das colônias francesas, necessitando de navios para o comércio e ligação com a metrópole. Desde Colbert, ministro de Luís XIV, as colônias possuíam dupla administração, mesmo modelo bipartido dos portos metropolitanos. O governador, oficial de espada, era responsável pela organização militar e política da colônia, comandante de todas as tropas e responsável pelas fortificações e defesa. E o Intendente, oficial de pluma, encarregado da

administração da justiça, polícia e finanças, armazéns, hospital e munições. As colônias sentiram os efeitos da turbulência política da metrópole pós-Revolução Francesa e igualmente dos acontecimentos que a ela se seguiram, como a guerra na Europa e o crescimento da guerra de corso no Atlântico Sul.

A escravidão foi abolida nas colônias francesas pela lei de 4 de abril de 1792, mas não foi bem aceita pelos colonos, que dependiam da mão de obra escrava. Para aplicar a abolição nas ilhas de Guadalupe, Martinica e Santa Lúcia, são enviados pela Convenção dois comissários civis, Victor Hugues e Pierre Chrétien, à frente de uma expedição. Personagem polêmico, Victor Hugues nasceu em Marselha em 20 de julho de 1762, partiu para a América aos 14 anos como aprendiz de marinheiro, foi corsário durante oito anos, o que lhe proporcionou o conhecimento de todos os portos do Mar das Antilhas e do Golfo do México (AZEMA, 2006: 7). Por volta dos 20 anos se estabeleceu em São Domingos como padeiro, fornecendo pão para as tropas e hospitais. Estava à frente de confortável situação financeira quando a Revolução explodiu em São Domingos. O grande incêndio de Port-au-Prince, de 21 de novembro de 1791, arruinou seu comércio e ele voltou para a França, tornando-se acusador público do tribunal revolucionário de Rocheford em 1793 (RÉGENT, 2006: 207).

Victor Hugues é ator importante na guerra de corso das Antilhas e da Guiana Francesa, da qual foi governador durante nove anos. Com sua chegada, o corso na Guadalupe tem crescimento

extraordinário, com a criação de uma frota de navios corsários. Seu "exército naval das Antilhas" contava com 47 navios, 12 de três mastros, contendo de 12 a 20 canhões, e 35 de dois mastros, com menos de dez canhões. A metade da frota provém de presas inglesas (REGENT, 2004: 306). Com Hugues, a Guadalupe tornou-se base dos corsários jacobinos "corsários da liberdade", constituídos por tripulação de escravos libertos. A partir de 1796, a República passou a fornecer munição aos navios corsários e autorizou a presa de navios americanos e neutros, carregados com produtos das ilhas inglesas. Em represália, os americanos autorizaram o curso contra navios franceses, começando o que ficou conhecido como a "quase guerra", que atingiu duramente as Antilhas (VILLIERS, 2007: 50).

De dezembro de 1799 a 1801, 393 navios foram julgados "boas presas" nas Antilhas, dos quais 58% americanos, 27% ingleses e 15% suecos. Se, no início, o objetivo do curso era prejudicar militarmente os ingleses, com o tempo ele se transforma em "pirataria de subsistência". Com o apoio de capitães corsários Negros, Victor Hugues conseguiu afastar da ilha o espectro da fome – o bloqueio dos navios ingleses impedia seu abastecimento – e favoreceu certo desenvolvimento da Guadalupe. Os marinheiros Negros são recrutados igualmente entre pescadores e cultivadores, e acusações são feitas a Hugues de privilegiar o curso em detrimento das plantações. Na verdade, além dos corsários da

República, o comissário civil tinha interesses no curso privado e enriqueceu dessa maneira. Não só ele, mas igualmente negociantes mestiços, e em decorrência, um afluxo monetário importante chegou pelo curso à Guadalupe. Em 1796-1797, o produto das vendas do curso atingiu 40 milhões de libras francesas (RÉGENT, 2004: 312).

Em 1799, Victor Hugues voltou para a França, mas pouco depois foi enviado pelo Diretório para a Guiana como governador, cargo que ocupou de janeiro de 1800 a janeiro de 1809, quando tropas portuguesas conquistaram a colônia francesa. Após a ruptura do Tratado de Amiens em 1803, o primeiro cônsul, Napoleão Bonaparte, publicou um regulamento sobre a atividade do curso que retomou a legislação do Antigo Regime. Juridicamente, o corsário era armado por uma sociedade em comandita, o armador fornecendo fundos e uma caução de 37 mil francos; o navio corsário poderia ser armado em porto aliado, mas o capitão e o armador deviam ser franceses. O armador, geralmente um comerciante, contratava o comandante, a tripulação, armava o navio e o abastecia. Muitas vezes o armador financiava várias expedições corsárias, investimento de alto risco que dependia dos julgamentos do "Tribunal de Presas" que as classificava em "boas" ou "más". A classificação baseava-se na obediência ou não da regulamentação existente; as "boas" presas eram vendidas, e geralmente a metade do valor obtido com a venda era do armador.

Curso no litoral da Guiana Francesa

Com Hugues, a Guiana passou a se beneficiar do curso, como comprovam ofícios do chefe da Administração da colônia, Benoist Cavay, ao ministro da Marinha e das Colônias. Os documentos servirão como amostragem da atividade do curso desenvolvida na Guiana sob administração de Victor Hugues. No ofício de 31 de agosto de 1804, Cavay declarou a captura de embarcações julgadas pelo "Tribunal de Presas", consideradas "boa" presa. A goleta do Estado La Vigie, sob comando do tenente Jean Michel Mahé, associado a corsários particulares da Guiana,

capturara o brique La Flora, de Dublin. La Vigie capturara ainda o navio Le Triton, de Liverpool. Cavay acrescenta que fora pago ao Estado-Maior e à tripulação da goleta La Vigie a parte relativa às capturas feitas. O resultado das presas feitas pelas outras embarcações, sua liquidação e repartição era igualmente enviado para o ministro da Marinha. O quadro abaixo relaciona as presas detalhadas no ofício de 31 de agosto de 1804 e contém nome e porto de origem do navio corsário, nome e bandeira do navio apresado (ANOM_C14_83).

Corsário	Porto de origem	Presa	Bandeira	Dia da presa
Goleta La Vigie	Caiena (Marinha)	Brique La Flora	Inglesa	05/12/1803
Goleta La Vigie	Caiena (Marinha)	Le Triton	Inglesa	04/02/1804
L'oncle Thomas	La Rochelle	Brique La Venus	Inglesa	14/02/1804
L'oncle Thomas	La Rochelle	L'Impérial	Inglesa	29/02/1804
La Vengeance	Marselha	Goleta Kitty	Inglesa	25/04/1804
La Vengeance	Marselha	Le George	Inglesa	01/05/1804
L'Oiseau Les Amis	Caiena	L'Aigle	Inglesa	14/05/1804

Fonte: ANOM C14/83. Ofício de 31 de agosto de 1804

Um ofício sem data do chefe da Administração, Benoist Cavay, relata a presa em um mesmo dia de três embarcações inglesas, por uma

divisão naval da Marinha Francesa, sob comando do capitão M. L'Hermitte. O corsário Le Prudent pertencia a armador particular.

Corsário	Porto de origem	Presa	Bandeira	Dia da presa
Le Prudent	Caiena	Goelette Molly	Inglesa	07/10/1805
Divisão naval	Caiena (Marinha)	Robert	Inglesa	08/12/1805
Divisão naval	Caiena (Marinha)	Flora	Inglesa	08/12/1805

Divisão naval	Caiena (Marinha)	Héros	Inglesa	08/12/1805
---------------	------------------	-------	---------	------------

Fonte: ANOM C14/84

Em 29 de dezembro de 1806, relatório sobre o julgamento de quatro presas inglesas, feitas por corsários da Guadalupe, Caiena, Espanha e Martinica, foi enviado para o ministro. Como vimos acima, corsários se uniam para abordar um navio e dividiam a presa. Foi o ocorrido em 29 de outubro, quando La Petite Adèle, de Caiena, e L'Éclair, da Martinica,

fizeram a presa do navio L'Harmonie. O ofício nos deixou a par de um procedimento corrente nos portos franceses: os navios corsários franceses eram obrigados a destinar cinco centavos por franco de presa aos inválidos da Marinha, procedimento que não se estendia aos corsários estrangeiros (ANOM_C14/83).

Corsário	Porto de origem	Presa	Bandeira	Dia da presa
Le Prince de la Paix	Espanha	Lord Nelson	Inglesa	07/04/1806
Goelette La Confiance	Guadalupe	Le Phenix	Inglesa	23/06/1806
Le Victor	Caiena	Lady Parker	Inglesa	02/08/1806
La Petite Adèle	Caiena	L'Harmonie	Inglesa	29/09/1806
L'Éclair	Martinica			

Fonte: ANOM C14/83. Ofício de 29 de dezembro de 1804

Em ofício de 14 de julho de 1808, Cavay relata que a presa do navio Harriot, de Liverpool, realizado pela corveta L'Oreste, da Marinha Francesa, comandada pelo capitão de fragata M. Lamaison, rendera a quantia de 60 mil francos, após retirada das despesas. O total era dividido entre o Estado-maior e a tripulação, cabendo ao comandante, M. Lamaison, um adiantamento de 11 mil francos, valor a ser deduzido do total que lhe era devido. O adiantamento representava 18,33% do total a ser dividido, mas não sabemos qual a percentagem total

que cabia ao comandante. Já a divisão resultante da liquidação da presa do navio inglês Georgetown, capturado por Le Serpent, corveta da Marinha Francesa, não ocorrera. A corveta recebera ordem de partir para cumprir missão urgente antes que se procedesse a alguma divisão entre os captores. Entretanto, o governador Victor Hugues ordenara que 8800 piastras espanholas fossem divididas entre a tripulação. O governador conhecia o perigo de desagradar à tripulação, e não quis correr risco de motim e perda de controle da embarcação.

Corsário	Porto de Origem	Presa	Bandeira	Dia da presa
Los Tres Amigos	Espanha	Isabella	Inglesa	20/12/1806

Général Ernouf	Guadalupe	Cutter Barbara	Inglesa	15/09/1807
L'Oreste	Caiena (Marinha)	Harriot	Inglesa	04/02/1808
Le Serpent	Caiena (Marinha)	Georgetown	Inglesa	31/05/1808
Emilie	Caiena	L'Appolon	Dinamarca	20/02/1808

FR ANOM COL C14/85. Ofício de 13 de julho de 1808

Na guerra de corso havia artimanhas usadas pelos navios para impedir sua presa. Como exemplo, vamos usar um ofício de Cavay sobre uma goleta com pavilhão americano abordada em 13 de agosto de 1808 pelo brigue da Marinha Francesa, Le Milan. A corveta não possuía documento provando ser americana nem confirmando o porto de onde fora expedida, mas os tripulantes diziam ser americanos. O capitão declarara por escrito que seu destino era a ilha de Barbados e que saíra de Boston sem os documentos imprescindíveis à navegação em decorrência do embargo existente nos Estados Unidos. Entretanto, o capitão francês desconfiou da veracidade dos fatos relatados e enviou a goleta para Caiena. A Comissão Administrativa de Caiena, encarregada de julgar as presas, considerou o navio e sua carga pertencentes a inimigo, baseando-se no estado irregular e contrário a todas as leis da Marinha em que se encontrava – falta de documentação comprobatória – e o destino, Barbados, então em mãos dos ingleses. Portanto, o navio foi considerado de boa presa e sua carga vendida, composta, entre outros produtos, de 613 barris de farinha e 413 quintais³ de bacalhau. O valor a ser repartido entre o Estado-maior e a tripulação foi de 17.514 francos (FR ANOM COL C14/85).

Curso durante a administração portuguesa da Guiana Francesa

No começo do século XIX, a Guiana era uma colônia francesa de plantação escravagista na América Meridional. Fracamente povoada, a população total era de 15.483 indivíduos, segundo o recenseamento de 1807, composta de 13.474 escravos, 1.040 libertos e 969 brancos, não incluída a tropa (ANP_C14/85-86). A população indígena ausente desse recenseamento esteve, contudo, presente no censo de 1789, inventariados em 806 (CARDOSO, 1999: 329). Uma das características da Guiana Francesa era sua fraca demografia que, durante o século XVIII, conheceu aumento de menos de 3 mil pessoas.

Em 1809, o território habitado era dividido em oito *quartiers*⁴ – *Oyapock*, *Approuague*, *Kourou*, *Cayenne* e *Remire*, *Macouria*, *Roura*, *Sinamary* e *Iracoubo*, nos quais havia 234 *habitations*⁵, ou estabelecimentos de cultura espalhados pela colônia, 45% concentrados nos Cantões de Cayena e Macouria. Além das *habitations*, pequenos estabelecimentos pertencentes aos “livres de cor” com menos de dez escravos se ocupavam, sobretudo, da exploração de madeiras e criação de gado. A produção agrícola da colônia em 1809 era composta pelo algodão,

³ O quintal era uma medida de peso que corresponde a 58, 982 quilos. Cf SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil. Brasília: Edições do Senado, 2005, p. 585.

⁴ Os “quartiers” eram a circunscrição administrativa da colônia francesa. Esse termo é substituído por “cantão” e “quartel” nos ofícios portugueses.

⁵ O termo *habitation* utilizado nas colônias francesas designava as fazendas formadas pela distribuição de terras a particulares, o *habitant* ou colono, concessão gratuita sob obrigação de cultivá-las.

urucum, cravo-da-índia, cacau, café, canela e madeira de cor, produção avaliada em 1 milhão e 671 mil francos coloniais (BNRJ, Cod CXCIX 16-65 I-4-2 Nº 34). Os engenhos de açúcar que faziam a riqueza de outra colônia francesa, São Domingos, conheceram, desde 1740, um declínio em decorrência da falta de capital para a empreitada, que exigia mão de obra numerosa, várias construções, nível técnico aprimorado e planejamento. Nas palavras do historiador Ciro Cardoso, “uma sociedade microscópica, uma economia desprezível no quadro do mundo colonial francês, [...] uma colônia defendida por sua própria pobreza” (CARDOSO, 1999: 23).

Entretanto, a Guiana foi conquistada em janeiro de 1809 por tropas portuguesas, com ajuda naval inglesa, depois administrada até finais de 1817 pelos portugueses, invasão vista pela historiografia como represália contra a ocupação de Portugal em 1807 pelo exército napoleônico. O texto da capitulação da Guiana Francesa, redigido por Victor Hugues, assinado no dia 12 de janeiro de 1809, não agradou aos portugueses. Os franceses igualmente não ficaram satisfeitos com a perda da colônia e consideraram que houve negligência e falta de empenho na organização da defesa e na operação militar comandada pelo governador. Na França, Victor Hugues respondeu a um Conselho de Inquirição, nomeado por Napoleão Bonaparte, para conhecer as causas e circunstâncias da entrega da colônia, e o Conselho concluiu que o governador não empregara todos os meios que tinha em mãos para se defender. Ele passou

por um tribunal, mas foi absolvido das acusações que lhe fizeram.

Uma das acusações era o enriquecimento ilícito. Segundo carta enviada ao ministro da Marinha por um colono, Hugues deveria dar conta dos recursos advindos das vendas das presas, insinuando a malversação do dinheiro público. O autor relacionou, entre outros, os rendimentos com a venda de escravos resultado de presas e avaliada, segundo ele, em 2 milhões e 500 mil francos. A divisão das presas pela Marinha igualmente era objeto de suspeita, como as hastas públicas para venda das mercadorias advindas de presas. A influência e o poder de Hugues afastavam possíveis concorrentes, e as mercadorias eram arrematadas por pequeno preço pela Casa Farnou, cujo proprietário seria o próprio governador, mas tendo à frente um testa de ferro. Ele comprava as mercadorias dos leilões, as enviava para a África para serem trocadas por escravos que sua Casa de comércio vendia na Guiana “por preços excessivos” (ANOM COL C14/86 Fº 303).

Além de Victor Hugues, polêmico governador da Guiana Francesa, outro ator da guerra de corso no litoral da Guiana foi o comandante Alexis Grassin, nascido em Nantes. Em 1798, ele era capitão do navio corsário armado na Guadalupe, La Mahomet, quando foi apresado pela corveta Le Hoop, em Portchester. Preso na Inglaterra, pagou a André Rivière 18 guinéus para ficar em seu lugar na prisão inglesa (SHD_4P3.2). Suas proezas, entre elas a presa da corveta inglesa Barbara, em 15 de setembro de 1807, valeram-lhe a cruz da Legião de

Honra, outorgada por Napoleão Bonaparte. A corveta Barbara, de dez canhões e tripulação de 49 homens, vigiava as Antilhas francesas, bloqueando portos e impedindo o comércio no litoral. Grassin comandava o corsário de Nantes, o general Ernouf, e queria se livrar da vigilância inglesa, mas as forças da Barbara eram maiores que as suas. Astucioso, colocou uma pesada chalana carregada de frutas e mercadorias de pouco valor, manobrada por pescadores desajeitados, ao lado do navio inglês. Os pescadores obtiveram permissão de subir a bordo para vender suas mercadorias, e enquanto os ingleses se acotovelavam em torno de abacaxis e laranjas, 50 homens se içaram, subiram pela ponte e apoderaram-se da Barbara (NICOLLIÈRE-TEIJEIRO, 1896: 424-432).

Fato ou não, a verdade é que Grassin foi uma pedra no sapato da administração portuguesa na Guiana (1809-1817). Uma presa de Grassin irritou particularmente o intendente Maciel da Costa. Em março de 1811, duas goletas pertencentes à Casa de João Sénat e Companhia, comerciante de Caiena, foram apresadas pelo brigue corsário O Diligente, comandado por Alexis Grassin. Antes das duas goletas, Grassin havia feito a presa de um navio inglês ricamente carregado vindo da Bahia, e usara o navio de bandeira inglesa para fazer a presa das duas corvetas de Caiena. Uma das goletas vinha do Suriname e a outra tinha por destino o Pará, levando alguns oficiais que estavam se retirando, além de sete soldados, envolvidos no motim da tropa que eclodira em março em Caiena, que

seriam sentenciados no Pará. As cargas, que montavam a quatro contos de réis, foram levadas, e as goletas foram abandonadas. A que ia para o Pará retornou a Caiena com a tripulação e os oficiais, mas os sete soldados ficaram em poder de Grassin. Segundo o comandante do corsário, os soldados seriam condenados à pena de morte no Pará, e ele julgou conveniente levar os acusados, deixando-os no primeiro porto francês. Grassin aproveitou a carta enviada a 20 de abril de 1811 para dizer aos habitantes de Caiena que não daria a liberdade aos soldados – que ele designa como índios – por desejar a tranquilidade e a segurança dos franceses da Guiana (ANRJ_Fundo Caiena_Cx 1192).

Em resposta, o intendente português, João Severiano Maciel da Costa, mandou imprimir uma ordenança, em 29 de março de 1811, dirigida aos habitantes da Guiana, informando-os que o corso estava sendo feito por navio e comandante franceses contra seus próprios navios, na tentativa de colocar os colonos contra Napoleão, em suas palavras, “desenganá-los”. O cartaz informava que “o Capitão Grassin, que se diz membro da Legião de Honra, Cavaleiro do Império Francês”, comandando o navio corsário O Diligente, acabara de “pilhar”, no litoral da Guiana, duas pequenas goletas pertencentes a comerciantes franceses de Caiena. O objetivo do intendente era mostrar “[...] aos habitantes quais são as ideias do Governo Francês a seu respeito, e quanto é quimérica e fabulosa a fraternidade tão gabada, com que devem ser mutuamente tratados os indivíduos da família da Grande Nação

Francesa [...]”. Relata que não perdoaram nem a “roupa de uso e calçado dos passageiros e marinheiros”, e mesmo a ferramenta de um carpinteiro da Martinica, que não fazia parte da tripulação, fora levada (ANRJ_Fundo Caiena_CX1192).

Em ofício ao conde de Aguiar, então ministro e secretário de Estado do Interior, escrito em 26 de abril de 1811, o intendente relata o ocorrido e a razão de seu mal-estar. Grassin não apenas levava os soldados prisioneiros como teria dado as goletas para um dos oficiais, o capitão Francisco de Paula Maria. A atitude do capitão Maria revoltou o intendente, pois além de entregar nas mãos de Grassin todos os papéis do governo e o processo contra os soldados, que poderia ter jogado no mar, ainda reclamava a doação das goletas feita por Grassin, pedindo que os proprietários lhe pagassem compensação pela perda que sofrera.

A resposta de Maciel da Costa ilumina um pouco mais as práticas do corso, pois ele enumera três razões pelas quais a reclamação não teria fundamento legal. Primeiramente, no título autêntico passado pelo corsário atestando o apresamento e as circunstâncias em que ocorrera, não há uma só palavra sobre doação: em virtude das ordens de Napoleão, Grassin não podia dar as embarcações, que deviam ser queimadas; somente a necessidade de se desembaraçar dos ingleses que tinha a bordo do Brigue lhe permitia abandoná-las como fez. O segundo argumento do intendente era o fato de o jornal náutico do piloto não fazer referências à doação, mas mesmo se o fizesse, o jornal não poderia servir

como prova de doação. Do mesmo modo, ainda se toda a tripulação e o piloto testemunhassem a doação, ela não teria valor, pois era considerado testemunho suspeito perante a lei que protegia o armador. O terceiro argumento contra a pretensão do oficial era de que, mesmo se houvesse uma doação clara e irrefutável, era essencial que a presa fosse julgada e considerada “boa” pelo almirantado, e deveria ser averiguado se o corsário agira dentro das normas do Direito Comum das Nações. Enfim, todo navio apresado e abandonado pelo inimigo, ao voltar para onde estava seu proprietário, devia ser restituído ao mesmo, “casco e carga”. O capitão Maria, desenganado, foi fazer citar os proprietários perante o Tribunal de Primeira Instância porque disseram-lhe que as leis francesas lhe eram mais favoráveis do que as portuguesas. A intervenção enérgica de Maciel da Costa impediu o avanço do processo.

Documentos permitiram explorar o universo do corso no Atlântico Sul no início do século XIX. Criticado e considerado imoral pela cultura das Luzes, era julgado igualmente “arma dos fracos”, pois os governos utilizavam frotas particulares na guerra contra o inimigo sem despesas, e ao mesmo tempo se beneficiando do rendimento das presas. A guerra de corso pode ser considerada ainda economicamente absurda ao prejudicar o comércio da metrópole, pois o cerco no litoral da colônia impedia as trocas necessárias entre as duas, em época de dificuldades, de guerra. Se as colônias se beneficiaram do corso para seu abastecimento, outros atores coloniais acumularam

maior benefício, caso do governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, acusado de enriquecimento ilícito. As indicações empíricas fazem acreditar que a grande maioria dos navios apreendidos por corsários franceses no litoral da Guiana era inglesa, caso de 95% das fontes da amostragem. Igualmente se verifica que durante a administração portuguesa o corso continuou a ser prática de navios

franceses, perturbando o comércio da colônia e prejudicando os próprios cidadãos franceses, prática contrária às leis do corso. A partir de meados do século XIX, navios mercantes armados tornam-se mais raros, o que não impediu que a guerra ao comércio das nações inimigas continuasse a ser praticada no século XX, como prova a guerra submarina utilizada durante a guerra de 1914-1918.

Referências Bibliográficas

AZEMA, Mylene. *L'administration coloniale de la Guyane sous Victor Hugues d'après sa correspondance*. Mémoire de Master I. Université Paris VIII. 2005-2006.

BNF. Ordonnance de la Marine du mois d'août 1681. Paris : Charles Osmont, 1714. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k95955s>

BARAZZUTTI, Roberto. Guerre de course et corsaires français dans le second tiers du XVII siècle. In : *La Méditerranée dans les circulations atlantiques au XVIII siècle. Revue d'Histoire Maritime*. Paris : PUF, 2011, nº 13, p. 251-

BELISSA, Marc. Les Lumières contre la guerre de course. In : *L'Atlantique. Dix-Huitième Siècle*. Paris : PUF, 2001, nº 33, p. 119- 131.

BUTEL, Paul. *Histoire des Antilles françaises : XVIIe-XXe siècle*. Paris : Éditions Perrin, 2007.

MABLY, G. B. *Le droit public de l'Europe dans Oeuvres complètes*. Paris : Desbrière, 1794, tome VI.

MEYER, Jean. La course : romantisme, exutoire social, réalité économique. Essai de méthodologie. In : *Annales de Bretagne*. Tome 78, nº 2, 1971, p. 307-344

NICOLLIÈRE-TEIJEIRO, S de La. *La course et les corsaires du Port de Nantes : armements, combats, prises, pirateries, etc.* Paris : Champion Libraire, 1896. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6568080k>

RÉGENT, Frédéric. *Esclavage, métissage, liberté : la Révolution française en Guadeloupe 1789-1802*. Paris : Grasset, 2004.

VERGÉ-FRANCESCHI, Michel. *La Marine Française au XVIIIe siècle*. Condé-sur-Noireau : SEDES, 1996.

VILLIERS, Patrick. *Les Corsaires: des origines au Traité de Paris du 16 avril 1856*. Paris : Éditions Jean-Paul Gisserot, 2007.

O MOVIMENTO MISSIONÁRIO PROTESTANTE, O EXPANSIONISMO NORTE- AMERICANO E O BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS AO CONGRESSO DO PANAMÁ (1916)

Paulo Donizéti Siepierski, PhD¹

Apesar da importância das atividades missionárias para a expansão do processo civilizador europeu, particularmente aquelas de cunho protestante, poucos estudos têm se concentrado no movimento missionário protestante como um dos vetores da globalização em curso. A concepção e a propagação de conceitos hoje dominantes em boa parte das nações como o princípio democrático e a liberdade de pensamento e expressão são substancialmente devedoras ao esforço missionário desenvolvido pelas diferentes expressões do protestantismo, sobretudo as anglófonas. Tardio em relação ao esforço missionário das ordens católicas, o movimento missionário protestante precisou superar um substancial entrave de cunho teológico — a versão calvinista da doutrina da eleição — para romper seus limites étnico-raciais e participar da expansão do império colonial britânico, primeiramente na América e depois no Oriente e na África. Com a independência das treze colônias inglesas na América, o esforço missionário britânico se voltou exclusivamente para áreas não cristãs no Oriente e na África e lá participou ativamente na replicação de valores e

hábitos de consumo da civilização britânica.

Já na América a independência política das treze colônias — e a consequente formação dos Estados Unidos da América — provocou uma mudança radical na concepção de sua missão. Os puritanos inicialmente se perceberam enquanto povo eleito de Deus, numa concepção centrípeta de sua missão, como uma cidade sobre um monte (a city on a hill), um modelo a ser observado e seguido por todo o mundo. Com a instalação da República e o triunfo do princípio democrático e da liberdade de pensamento e expressão os Estados Unidos passaram a se ver como país eleito e sua concepção de missão tornou-se centrífuga, ou seja, expansionista. Sua missão não era mais a de ser exemplo a ser seguido, mas a de um modelo a ser imposto. Tal compreensão ficaria evidente em formulações como a Doutrina Monroe o Destino Manifesto e se concretizaria na expansão territorial dos Estados Unidos, ocorrida majoritariamente sobre o espólio do império colonial espanhol e seu principal herdeiro, o México, e cujo leitmotiv foi o anticatolicismo.

Destarte, diferentemente do esforço missionário britânico que era voltado exclusivamente para áreas não-cristãs, o movimento missionário norte-americano também mirou a América Latina, área já cristianizada pelo catolicismo romano. Ressalte-se que nesse momento, primeira metade do século dezenove, ao contrário das áreas não cristãs as jovens repúblicas latino-americanas e o império brasileiro estavam em um estágio civilizatório propício para a propagação de conceitos como o

¹ Professor da
Universidade Federal
Rural de Pernambuco

princípio democrático e a liberdade de pensamento e expressão. Dessa forma a atividade missionária protestante norte-americana se inicia no Brasil em 1836 e será caracterizada por profundo anticatolicismo e pela convicção da eleição divina dos Estados Unidos da América. Esse caráter do protestantismo no Brasil, que pode ser denominado "kiddismo" tendo em vista seu mais conhecido missionário precursor, acompanha sua trajetória por todo o século dezenove e se consolida no Congresso do Panamá, realizado em 1916 na zona do canal sob domínio dos Estados Unidos, e só perde vigor na metade do século vinte quando o pentecostalismo se torna majoritário entre as expressões cristãs não católicas no Brasil.

Assim, este ensaio analisa primeiramente a relação entre o colonialismo europeu e a expansão protestante, particularmente a ocorrida no seio do império colonial britânico, ressaltando a necessidade da superação de entraves teológicos presentes na gênese do protestantismo de orientação calvinista. Em seguida é exposta a atividade civilizadora do protestantismo britânico em áreas não cristãs no Oriente tornadas preferenciais devido a independência das colônias inglesas na América. Então são apresentados os fundamentos religiosos do expansionismo dos Estados Unidos e como a ação missionária do protestantismo americano levou para o Brasil seus princípios capitais, cuja consolidação se deu no Congresso do Panamá em 1916.

Colonialismo e expansão protestante

Os períodos de maior expansão na história do cristianismo tendem a reproduzir o evento fundante, o Pentecostes. Nesse modelo, normalmente denominado como avivamento, há um derramamento do Espírito Santo seguido de um impulso missionário que leva a mensagem cristã até os confins da terra. Portanto, não se pode dizer que a Reforma que deu origem ao protestantismo foi um avivamento pois ao lado do Espírito Santo, outro grande ausente naquele evento foi o ímpeto missionário. De fato, enquanto os seguidores de Lutero e de Calvino ensimesmavam-se num mar de controvérsias criado por seu logocentrismo e suas doutrinas exclusivistas, as ordens católicas revitalizadas primeiramente pelo reformador Jiménez de Cisneros (1436-1517) e depois por Inácio de Loyola e Francisco de Xavier — este veio a ser o santo patrono dos missionários — evangelizavam os territórios conquistados, reconquistados e a conquistar pelas potências marítimas ibéricas. Assim, nos dois séculos subsequentes à Reforma, ao passo que o protestantismo se mantinha um fenômeno estritamente europeu, o catolicismo se tornava a primeira religião verdadeiramente mundial disseminada pelas ordens missionárias católicas que se aproveitavam do vigor econômico e militar de Portugal e Espanha.

Além da idiosincrasia teológica, a potência marítima protestante de então, a Holanda, não se tornou potência missionária como

os reinos católicos ibéricos por estar em diferente estágio na evolução mercantilista do capitalismo. Em 1501 o papa Alexandre VI, ao ver-se incapaz de evangelizar os novos territórios, atribuiu essa tarefa aos reinos ibéricos e concedeu-lhes o poder de nomear padres e bispos e o direito de cobrar o dízimo eclesiástico como compensação pelos gastos provocados pela implantação e manutenção das igrejas. Já a expansão colonial holandesa se deu ancorada na iniciativa privada, tendo o calvinismo como principal força motriz. Na carta de formação da Companhia Holandesa das Índias Orientais de 1602, primeira corporação multinacional formada por ações que se tem conhecimento, não houve nenhuma prescrição que a obrigasse a implantar e manter igrejas em seus territórios. Os ministros que acompanhavam os navios eram selecionados e remunerados pela Companhia, devendo-lhe total obediência.

Logo que a Companhia estabeleceu seu quartel-general para o Oriente em Batávia, atual Jacarta, a junta de acionistas da Companhia em Amsterdã comunicou ao seu governador-geral que o poder civil teria total controle sobre o eclesiástico pois a natureza do governo não lhe permite ter dois poderes controladores, da mesma forma que um corpo não suporta duas cabeças. Também, como o objetivo maior da Companhia era obter lucro para os acionistas e para tanto era necessário romper o monopólio português sobre o comércio de especiarias, ela não hesitou em guerrear contra os portugueses. Para legitimar seu belicismo, por vezes a

Companhia utilizou o argumento religioso, sublinhando que os portugueses eram católicos, levando assim para além-mar as guerras de religião travadas na Europa. Ademais, para tomar dos portugueses o porto de Amboina nas Ilhas Molucas (atual Indonésia), ponto inicial do domínio batavo que duraria séculos na região, a Companhia não titubeou em fazer alianças com os muçulmanos.

Outrossim, o interesse dos batavos era conseguir o monopólio da produção das especiarias e seu comércio na Europa, não se preocupando com a formação de um mercado consumidor dos produtos da metrópole em suas colônias, até porque nesse momento a Holanda pouco tinha a oferecer. Houvesse a constituição de um mercado colonial certamente este se beneficiaria do logocentrismo e da ética calvinista, esteios da burocracia comercial, caso fosse vencida a exclusivista doutrina da eleição.

O quadro protestante começou a mudar somente quando o pietismo simbolizado por Philipp Jakob Spener (1635-1705) e seu sucessor August Hermann Francke (1663-1727) ofereceu um cristianismo prático—novo nascimento e santidade de vida—como alternativa ao polemicismo típico da ortodoxia luterana e produziu gente como o Conde Nikolaus Ludwig von Zinzendorf und Pottendorf (1700-1760). Em 1722 o Conde de Zinzendorf abrigou em sua propriedade em Herrnhut, região de Dresden, refugiados morávios pertencentes à Unidade dos Irmãos (*Unitas Fratrum*), perseguidos pelos católicos por causa de sua fé hussita. O encontro do pietismo de

Zinzendorf com o comunitarismo hussita produziu uma fé centrada na comunhão e com ênfase na conduta acima do credo, muito semelhante à primitiva comunidade dos nazareanos em Jerusalém. E, da mesma forma que os nazareanos, os morávios de Herrnhut foram visitados pelo Espírito Santo e tiveram seu Pentecostes em 13 de agosto de 1727. Também, à semelhança do que ocorreu com os nazareanos, o pentecostes provocou um ímpeto missionário na comunidade dos morávios.

Como Zinzendorf conhecia a iniciativa dano-norueguesa do Colégio Real de Missões, instituição estabelecida em 1714 em Copenhague sob patrocínio real com o propósito de apoiar a atividade missionária pietista na colônia dinamarquesa de Tranquebar, Índia, iniciada em 1706, o movimento missionário morávio foi inicialmente direcionado para os escravos no império dano-norueguês. Nas décadas seguintes a pequena comunidade de Herrnhut enviou centenas de missionários — leigos, ressalte-se — para diferentes áreas no Ártico, na África, nas Américas e no Oriente. Nas colônias inglesas na América evangelizaram diversas nações indígenas, como os moicanos e mais tarde os cheroquis. Curiosamente, o padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), quando regente do império brasileiro (1835-37), conhecedor da fama dos morávios enviou-lhes um convite para que viessem evangelizar indígenas no Brasil, convite não atendido por razões desconhecidas.

No decorrer do século dezoito, excetuando-se o esforço de evangelização dos nativos nas colônias inglesas na América, a única

atividade missionária de cunho protestante expressiva foi a dos morávios, embora estes não possam ser classificados como protestantes devido sua origem hussita, de forma que dos cerca de duzentos missionários não católicos existentes em 1800, metade eram morávios. O século dezoito também assistiu ao declínio dos impérios ibéricos católicos, mas num momento quando suas colônias já estavam cristianizadas. Os impérios protestantes dano-norueguês e holandês também declinaram, mas sem terem cristianizado permanentemente suas colônias, que pouco a pouco foram mudando de mãos para o ascendente império colonial britânico, transição que alcançou seu auge no período das guerras napoleônicas (1803-1815). Assim os calvinistas holandeses, que tiveram o século dezessete como sua idade de ouro dispendo de enormes recursos econômicos, pouco fizeram para a expansão do cristianismo. Na verdade, chegaram mesmo a provocar seu retrocesso ao expulsarem — ou provocarem a expulsão — dos portugueses católicos de várias localidades. Um exemplo é o Japão, de onde os portugueses foram expulsos em 1639. Desse ano até 1854 a calvinista Holanda foi a única potência europeia que teve permissão para agir naquele país. Nesse período de 215 anos inúmeros católicos foram martirizados e nenhuma igreja cristã, católica ou protestante, foi estabelecida no Japão.

Já no império britânico a questão religiosa teve tratamento totalmente diferente. Enquanto as potências ibéricas se dedicaram a explorar suas colônias e os

holandeses se concentraram no comércio colonial, os ingleses formaram um forte mercado consumidor nacional. Em 1700 Londres já era a primeira metrópole mundial moderna, com mais de quinhentos mil habitantes. Através de legislações específicas e inovações técnicas a indústria têxtil floresceu, tornando-se o carro-chefe da revolução industrial que possibilitaria aos ingleses a construção de um império colonial cuja hegemonia duraria mais de dois séculos. Em seu ápice esse império compreenderia mais de quatrocentos milhões de pessoas e um território correspondendo a quase um quarto do planeta. Diante da consolidação de seu império colonial ao longo do século dezoito, para os britânicos a perda das treze colônias americanas que alcançaram sua independência em 1776 seria mais do que compensada com a decorrente “virada para o Oriente” e com os espólios auferidos primeiro na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e depois na vitória sobre a França napoleônica em 1815.

Como o objetivo básico do império colonial britânico era a obtenção de matéria prima para suas indústrias e a formação de um mercado consumidor para seus produtos manufaturados, era essencial para os ingleses replicar valores e hábitos de consumo em outras populações. Por isso os colonizadores britânicos, ao contrário de seus predecessores, demonstraram um grande interesse pelos valores e hábitos das populações conquistadas, bem como pela história, geografia, arqueologia, fauna e flora dos territórios, o que de certa forma criava uma empatia entre

colonizadores e colonizados. Some-se a isso a preocupação administrativa colonial com a construção de prédios públicos, escolas, hospitais, infraestrutura de transporte e, é claro, a torre do relógio. Tanto na metrópole como nas colônias o império colonial britânico era percebido como indutor de civilização e símbolo de progresso e de prosperidade material e assim foi enorme sua influência na língua, nas instituições políticas, na educação, na arquitetura e na cultura material e, como não poderia deixar de ser, na religião.

William Carey e os primórdios das missões modernas

Apesar de muito criticada e por vezes condenada, a iniciativa dos morávios suscitou no seio do protestantismo inglês o desejo de evangelizar os povos que o império colonial britânico estava contatando e conquistando em sua expansão. Esse desejo ganhava cores com os relatos dos exploradores que descreviam os lugares e os povos exóticos visitados despertando interesse e curiosidade. Um desses exploradores foi o exímio cartógrafo capitão James Cook (1728-1779) da marinha real britânica, navegante no Pacífico Sul e quem reivindicou o continente austral para a Inglaterra. A primeira viagem de Cook terminou em julho de 1771 e já em setembro daquele ano era publicado o primeiro diário que seria seguido por diversas edições e acompanhado dos relatos das viagens subsequentes.

Foi lendo livros como *A journal of Captain Cook's last voyage to the Pacific ocean* (1783) e *A new geographical, historical and commercial Grammar and present*

state of these veral kingdom so fthe world (1780) que William Carey (1761-1834), inicialmente anglicano mas congregacional após uma experiência de conversão em 1778 e finalmente batista particular (calvinista) ao ser convencido que o verdadeiro batismo é por imersão, se interessou em levar a mensagem cristã aos pagãos, como ele os chamava. Porém, a ação missionária era contrária à doutrina calvinista da eleição que Carey professava, pois lhe teria sido ensinado que “quando Deus quiser converter os pagãos, Ele o fará sem a minha ou sua ajuda”. Essa frase, atribuída ao então presidente da junta de ministros de Northampton em 1787, John Collett Ryland (1723-1792), é citada em todas as biografias sobre Carey. É oportuno ressaltar que essas biografias têm olvidado, em sua quase totalidade, a conclusão do pensamento de Ryland, que entendia ser necessário para a evangelização dos pagãos um novo derramamento do Espírito concedendo o dom de línguas estrangeiras (xenolalia).² Embora até o presente nenhum autor tenha investigado a relação entre esse condicionamento imposto por Ryland e o pentecostalismo do início do século vinte, particularmente aquele simbolizado por Charles Fox Parham (1873-1929), é evidente que tal pentecostalismo, essencialmente pré-milenarista e movido pela urgência missionária, surge, pouco mais de um século depois, como resposta à exigência de Ryland e, ainda mais importante, como percepção do fracasso do movimento missionário protestante moderno no cumprimento de sua tarefa de ir até os confins da terra.

Carey teve, portanto, que excluir o exclusivismo calvinista de sua teologia, no que foi auxiliado por Andrew Fuller (1754-1815), outro batista particular que já questionara as doutrinas calvinistas ao publicar *The Gospel Worthy of all Acceptation* em 1786. Nessa obra Fuller nega explicitamente a doutrina calvinista da eleição argumentando que nem a Lei nem as obras são exigidas dos pecadores, apenas a fé em Cristo, e que todas as pessoas são aptas a aceitarem a fé cristã. Carey, impressionado com a reflexão de Fuller, escreveu em 1792 um ensaio intitulado *Na Enquiry in to the Obligations of Christians to Use Means for the Conversion of the Heathens*, o que conduziu a fundação naquele mesmo ano da *Particular Baptist Society for the Propagation of the Gospel Amongs the Heathen*, mais tarde conhecida como *Baptist Missionary Society*. Essa sociedade foi formada por Carey, Fuller e mais dez ministros batistas particulares com o objetivo de direcionar e sustentar missionários. Constituída nos moldes das sociedades comerciais da época, seu exemplo foi seguido por praticamente todas as denominações protestantes e assim representa o início do movimento missionário protestante moderno.³

O próprio Carey foi o primeiro a ser enviado, seguindo para a Índia — então sob o domínio britânico da East India Company — em 1793 e lá permanecendo até sua morte em 1834, sendo por isso alçado de pai das missões modernas. Poliglota nato — ao partir Carey já dominava latim, grego, hebraico, italiano, francês e holandês — na Índia ele traduziu a bíblia para diversas línguas como o

² O missiologista sul-africano David Bosch é um dos raros autores a apresentar a citação completa: “Young man, sitdown, sitdown, You’reanenthusiast. When God pleases to convert the heathen, He’ll do it without consulting you or me. Besides, Sir, can you preach in Arabic, in Persian, in Hindustani, in Bengali? There must first be another Pentecostal gift of languages” (BOSCH, 1980, p. 148).

³ Em seguida foram formadas a London Missionary Society (1795), a Church Missionary Society (1799), a Religious Tract Society (1799), a British and Foreign Bible Society (1804) e, nos Estados Unidos, a American Board of Commissioners for Foreign Missions (1810) e a American Bible Society (1816).

bengali e o sânscrito. Em decorrência dos esforços de tradução foram produzidos dicionários e gramáticas que auxiliaram na normatização das línguas trabalhadas. Além de implantar igrejas, Carey e seus associados estabeleceram dezenas de escolas e postos de atendimento médico. Também foram responsáveis pela instalação da primeira imprensa na Índia, acompanhada de uma fábrica de papel, e pela introdução do motor a vapor naquele país. Botânico autodidata, Carey estudou cuidadosamente as plantas da localidade e fundou em 1820 a Sociedade de Agricultura e Horticultura da Índia, instituição que se notabilizaria pelo estudo e melhoramento da famosa cana-da-índia. Por tudo isso, Carey também pode ser considerado um dos pais da Índia moderna.

Merece ser sublinhado que o empreendimento de Carey e seus sucessores, o movimento missionário protestante moderno, não foi fruto de um pentecostes e seu sentimento de urgência não foi decorrente de uma percepção de iminência da volta de Jesus. Na verdade, foi um empreendimento efetivamente moderno, imbuído de racionalidade e promotor de um projeto civilizador. Correspondentemente, foi guiado por uma escatologia pós-milenarista na qual o reino de Deus vindouro resultaria do esforço missionário que estabeleceria seus valores em todas as nações da terra. Assim, na ótica desse protestantismo marcado por uma concepção de mundo calcada na noção de progresso evolutivo, o foco da tarefa missionária deveria se direcionar primeiramente para os pagãos —ou menos civilizados, de

acordo com sua escala civilizatória — e não para religiões mais evoluídas como as monoteístas e muito menos para as áreas declaradamente cristãs. Por fim, o movimento missionário protestante moderno foi em sua fase inicial um esforço denominacional e colaborativo — condenou o proselitismo e deu surgimento ao movimento ecumênico — no qual as diferentes denominações estabeleceram de comum acordo seus territórios de atuação, criando monopólios denominacionais e delimitando mercados religiosos, reproduzindo assim as práticas comerciais da época.

Esse quadro seria alterado drasticamente a partir da segunda metade do século dezenove com o fenômeno conhecido como *faith missions*. Em clara reação à lógica comercial moderna, esse fenômeno se caracterizou por ser interdenominacional e defensor do “princípio de fé” na questão do apoio financeiro. Segundo esse princípio, estreitamente ligado a Hudson Taylor (1832-1905) e sua Missão do Interior da China, o próprio missionário — e não sua denominação — seria responsável por seu sustento e isso comprovaria sua chamada divina. Assim os missionários se libertaram do jugo das juntas missionárias denominacionais, embora ao custo de terem que levantar seu suporte financeiro, tornando-se verdadeiros empreendedores individuais, reservando-se o direito de escolherem como e para onde ir.

Embora num primeiro momento os missionários de fé tenham se direcionado para áreas ainda não evangelizadas (o termo “interior” tornou-se característico),

respeitando a delimitação territorial imposta pelas denominações e, portanto, não agindo de forma concorrencial, em pouco tempo abandonaram qualquer restrição, bastando apenas um sentimento de ordem divina. As missões de fé, refletindo a experiência pessoal de Hudson Taylor que, embora nascido no seio do movimento de santidade metodista, tivera uma experiência de conversão e mais tarde solicitara o batismo por imersão, se caracterizaram pela ênfase na experiência individual de conversão. Com isso passaram a julgar as áreas já cristianizadas como campo missionário, uma vez que nelas havia evidentemente muitas pessoas batizadas em suas igrejas que não eram consideradas cristãs pelos missionários de fé, uma vez que não atendiam os critérios de experiência individual de conversão por eles estabelecidos. Como essas missões de fé seguiam uma escatologia pré-milenarista, sua urgência derivava da percepção que deveriam converter o máximo possível de pessoas antes da iminente vinda de Cristo. Com isso estabeleceram, de fato, a livre iniciativa e a livre concorrência no mercado missionário.

Fundamentos religiosos do expansionismo dos Estados Unidos

Como o movimento missionário que ocorria no bojo do império colonial britânico nunca tivera o Brasil como objetivo — primeiro porque Portugal não perdera essa colônia para a Inglaterra e segundo porque o Brasil não era considerado campo missionário uma vez que

professava o catolicismo — a independência política do Brasil em 1822, que manteve o catolicismo como a religião oficial do império brasileiro, pouco importou para as sociedades missionárias britânicas. O contrário, porém, ocorreu com o que poderia ser denominado “novo império colonial britânico-americano”, ou Estados Unidos da América. Formado inicialmente pela independência das treze colônias britânicas na América em 1776, os Estados Unidos, apesar de constituírem uma república, permaneceram essencialmente britânicos em seu caráter, representando um desdobramento lógico do imperialismo britânico. Nesse novo estágio do imperialismo raramente há a dominação política direta, ou há apenas quando ocorre a conquista total do território, uma vez que o que interessa é o domínio econômico e cultural e por vezes aquela — normalmente acompanhada pela intervenção militar — além de onerosa desperta mais rejeição do que aceitação. Assim, nesse estágio do imperialismo o elemento religioso é ainda mais importante do que no anterior.

Portanto, a independência política das colônias hispânicas e lusitana — o Brasil — na América foi muito bem recebida pelos Estados Unidos que agora não precisariam se confrontar com potências europeias, embora decadentes, e ainda teriam a vantagem de lidarem com mais de uma dezena de países, muitas vezes belicosos entre si, resultantes da fragmentação geopolítica ocorrida no processo de independência. Esses países, entre eles o Brasil, se

tornaram naturalmente objeto do imperialismo americano e, portanto, a obra missionária protestante no Brasil está intimamente conectada à expansão econômica e cultural dos Estados Unidos e só pode ser compreendida à luz de doutrinas fundantes do imperialismo americano como a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto.

Cabe lembrar, porém, que a presença permanente de protestantes no Brasil se deu inicialmente pela imigração de luteranos e reformados de estoque germânico, mas estes permaneceram várias décadas sem proselitismo junto a população católica, como também não proselitizaram os capelães anglicanos que para cá vieram anteriormente na esteira dos tratados anglo-lusitanos. Da mesma forma é oportuno observar que o médico escocês e missionário de fé Robert Reid Kalley (1809-1888) — colega do também médico Hudson Taylor na faculdade de medicina — considerado o precursor do protestantismo oriundo da ação missionária no Brasil, não obstante sua influência perene no desenvolvimento do protestantismo neste país, pertence mais ao modelo de protestantismo disseminado pelo império colonial britânico do que ao tipo de protestantismo que se tornaria hegemônico no Brasil, de caráter norte-americano.

Tanto a chamada Doutrina Monroe como o intitulado Destino Manifesto expressam o mesmo sentimento de eleição divina que os puritanos ingleses desenvolveram a partir de textos bíblicos referentes à história dos antigos hebreus em sua fase tribal. Ao atravessarem o Atlântico em direção

ao continente americano sobrevivendo às tormentas e intempéries esses puritanos atribuíram seu sucesso à Providência divina. Operando num esquema teleológico semelhante ao dos antigos hebreus, os puritanos viram nessa ação providencial uma intencionalidade divina, pois teriam sido libertados da decadente Igreja da Inglaterra (Egito) e preservados no mar (deserto) para herdarem uma nova terra (Canaã) que lhes fora preparada por Deus como prova de sua eleição e recompensa por sua fidelidade.

Da mesma forma, a independência das treze colônias em 1776 foi percebida como mais um ato providencial nessa história da salvação, liberando os agora americanos para o cumprimento de sua missão, a ocupação da terra que lhe fora confiada por Deus, o continente americano. É imbuído desse sentimento, e também com a intenção de frear a expansão da Rússia no território do Oregon ao sul do Alasca e de se apropriar dos espólios franceses e espanhóis, que em 2 de dezembro de 1823 o presidente James Monroe (1758-1831)—episcopal, escravocrata e antissemita — apresentou ao Congresso americano uma doutrina de política externa baseada em três conceitos principais: distintas esferas de influência para as Américas e para a Europa, nenhuma nova colônia europeia na América e não intervenção europeia nas jovens nações americanas. Assim o continente americano ficaria reservado exclusivamente para a expansão geográfica, econômica, política e cultural dos Estados Unidos.

Monroe fora instrumental na compra da Louisiana aos franceses em 1803, o que dobrara a área dos Estados Unidos, como também crucial para a tomada belicosa da Flórida aos espanhóis em 1819.⁴ Neste último empreendimento, Monroe apoiou a iniciativa de Andrew Jackson (1767-1845) de invadir em tempos de paz o território de uma nação amiga (Espanha) e cometer o assassinato de centenas de índios seminóis e escravos negros fugitivos dos Estados Unidos que ali tinham se refugiado. Esse mesmo Jackson, presbiteriano e escravocrata, eleito presidente em 1829 promoveu no ano seguinte a Lei de Remoção Indígena, que expulsou os índios para o oeste do Mississipi, ocasionando verdadeiro genocídio dos nativos americanos.⁵

Em 1832, Lyman Beecher (1775-1863), ministro milenarista presbiteriano publicou em Cincinnati (Ohio) um libelo nativista intitulado "A Plea for the West". Elaborando sobre a noção de que a república americana era a antecipação do milênio, uma vez que este se caracterizaria pelo triunfo da liberdade e da democracia, Beecher entendia que os sinais dos tempos indicavam que o caminho do Senhor estava sendo preparado, na Providência de Deus, pela nação americana, pois esta fora "destined to lead the way in the moral and political emancipation of the world". Esse entendimento não apenas legitimava a expansão dos Estados Unidos no continente como sancionava os meios utilizados para isso, uma vez que estavam a serviço de um fim supremo. Aqui é importante sublinhar que todo esquema bipolar que situa Deus de um lado, demoniza o outro.

Para Beecher, e para o protestantismo americano em geral, o inimigo demoníaco era o catolicismo romano. Assim, Beecher enxergava uma conspiração católica orquestrada no Vaticano para conquistar o oeste para o romanismo. Seu sermão sobre o assunto pregado em Boston em 1834 incitou a multidão a incendiar o convento católico das Irmãs Ursulinas naquela cidade. A demonização do catolicismo justificava também a tomada dos territórios mexicanos, sendo um dos argumentos para a guerra contra o México, uma vez que o catolicismo era a religião oficial daquele país.

Em sua edição de julho-agosto de 1845 o jornal *Democratic Review*, que há muito divulgava as ideias de Jackson, publicou um artigo anônimo pregando o expansionismo americano e conclamando a República do Texas a se juntar aos Estados Unidos. Nesse artigo, cujo autor posteriormente foi identificado como sendo John Louis O'Sullivan (1813-1895), a expansão para o oeste é vista como "the fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions". Como essa frase resumia de forma magistral a percepção que os americanos tinham de sua história e justificava quaisquer atrocidades cometidas na conquista do continente que lhes fora reservado e para seus filhos pela Providência, pois tais atrocidades teriam sido um mal necessário para se atingir um bem supremo, logo caiu na graça popular, sendo seu conceito resumido na expressão "manifest destiny".

Nesse contexto o presidente James Polk (1795-1849) não teve

⁴ O sentimento de que os Estados Unidos eram guiados pela Providência é evidente em Monroe. Em seu Primeiro Discurso Inaugural em 4 de março de 1817 ele advertiu que "I fwe persevere . . . we cannot fail, under the favor of a gracious Providence . . . My fervent prayers to the Almighty that He will be graciously pleased to continue to us that protection which He has already so conspicuously displayed in our favor".

⁵ Não obstante a escravidão de negros africanos e o genocídio de nativos americanos, Jackson compartilhava do mesmo sentimento de seus antecessores de que os Estados Unidos tinham um destino singular na história da humanidade, pois eram objeto da Providência divina. Em seu discurso de despedida proferido em 04 de março de 1837 ele assim se expressou: "You have the highest of human trusts committed to your care. Providence has showered on this favored land blessings without number, and has chosen you as the guardians of freedom, to preserve for the benefit of the human race. May He who holds in His hands the destinies of nations, make you worthy of the favors He has bestowed, and enable you, with pure hearts and hands and sleepless vigilance, to guard and defend to the end of time, the great charge He has committed to your keeping".

dificuldade em anunciar ao Congresso em 2 de dezembro de 1845 que iria aplicar estritamente a Doutrina Monroe e expandir agressivamente os Estados Unidos para o oeste. Vinte e sete dias depois o Texas — cujo território englobava partes dos atuais estados de Oklahoma, Kansas, Colorado, Wyoming e Novo México — foi anexado pelos Estados Unidos em desfecho de uma disputa com o México que remontava à gênese desse país. Em 1810, no início da guerra de independência do México, os insurgentes tinham abolido a escravidão — deram um prazo de dez dias para os donos de escravos libertarem seus escravos, sob pena de morte — e estabelecido uma monarquia constitucional católica, substituída em 1821 pelo Primeiro Império Mexicano, o qual manteve os privilégios e o monopólio religioso da Igreja Católica no México. Esse império estendia-se por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, desde o atual Oregon ao norte até o istmo do Panamá ao sul. Em 1824 foi estabelecida uma república sob a égide da Constituição Federal dos Estados Unidos Mexicanos que em seu artigo terceiro declarava que “La religión de la nación mexicana es y será perpetuamente la católica, apostólica, romana. La nación la protege por leyes sabias y justas y prohíbe El ejercicio de cualquiera otra”. Essa república federalista, por sua vez, foi substituída em 1835/1836 por uma república centralista que teve como primeira lei a obrigatoriedade do catolicismo. Temerosos que um governo central forçasse o cumprimento dos preceitos constitucionais que proibiam a escravidão e impunham o catolicismo,

colonos americanos — protestantes e proprietários de escravos — que desde 1821 vinham se instalando no território do Texas declararam sua independência no início de março de 1836 estabelecendo a República do Texas.

Em pleno caos político e incapaz de defender seu vasto território, o México não teve como evitar a perda do Texas, mas não reconheceu a nova república, o que causou descontentamento nos Estados Unidos onde o presidente Jackson não apenas reconheceu o Texas como iniciou conversações sigilosas para sua anexação aos Estados Unidos, o que ocorreria nove anos depois. A anexação do Texas estimulou ainda mais o expansionismo americano e em 11 de maio de 1846 o presidente Polk ordenou a invasão do México. Com enorme superioridade bélica e praticamente sem encontrar resistência, as tropas americanas rapidamente ocuparam todo o norte do México e depois marcharam sobre a Cidade do México, capturando-a em 14 de setembro de 1847. Como resultado o México perdeu mais da metade de seu território e os Estados Unidos conquistaram extensa costa no Pacífico, da Califórnia ao Canadá.

Como o destino da nação era manifesto, ou seja, evidente, se auto alimentava a cada nova expansão pois assim confirmava o destino expansionista. E da mesma forma que na história do Israel antigo, as adversidades — e fracassos — enfrentadas pelos Estados Unidos fortaleciam ainda mais sua compreensão de nação eleita por Deus. Mesmo a Guerra da Secessão (1861-1865) que dilacerou o país por

vários anos, foi vista como ato da Providência. Contudo, se para o presidente Abraham Lincoln (1809-1865) essa devastadora guerra fora a punição — e libertação — de um pecado — a escravidão negra — que ofendia a Deus e afastava a nação das bênçãos do Altíssimo, para o também presidente general Ulysses S. Grant (1822-1885) a causa da guerra residia na invasão e tomada de territórios do México, de cujos eventos fora protagonista. Em suas memórias publicadas em 1885-1886 ele classifica aquela guerra de agressão como “one of the most unjuste verwagedby a strong er against a we akernation”. Segundo ele, a ocupação, separação e anexação do Texas e depois a tomada de territórios mexicanos pelos Estados Unidos foram etapas de uma conspiração arquitetada para construir uma maioria de estados escravistas de forma que seus representantes no Congresso americano mantivessem a escravidão no país. Por isso, para o presidente Grant, a Guerra da Secessão fora em grande medida consequência da guerra de agressão provocada contra o México e, uma vez que “nations like individuals are punished for their transgressions, we got our punishment in the mosts anguin ary and expensive war of modern times”.

Na verdade, a noção que o povo que viera para fundar a Nova Inglaterra na América era um povo eleito por Deus, o novo Israel, essência da percepção de Destino Manifesto, já estava presente no ideário puritano desde o momento em que seus primeiros representantes pisaram neste continente, ou mesmo antes, e seu exitoso desembarque

confirmava isso. Tal noção fora descrita apropriadamente em termos bíblicos por John Winthrop (1587-1649) na baía de Boston em 1630. Para ele, Deus fizera um pacto com os puritanos e cumprira sua parte ao conduzi-los a salvo através do oceano, cabendo-lhes agora cumprirem sua parte no pacto, ou seja, construírem uma sociedade justa, cheia de misericórdia e humilde diante de Deus. Agindo assim, Deus estaria em seu meio, protegendo-os de seus inimigos e lhes proporcionando bem-estar. Seu sucesso teria o fim de convencer às outras nações de que Deus existe e atraí-las para contemplarem Sua glória. Essa noção de missão centrípeta confiada aos puritanos fica evidente na sempre citada construção bíblica de Winthrop, “weshallbe as a City upon a Hill, they eso fall people uponus”.

Porém, o sucesso das treze colônias ao se tornarem independentes em 1776 e formarem um novo país, os Estados Unidos da América, gerou a noção de um país — não um povo — eleito por Deus. Embora formalmente um estado secular — a proibição ao estabelecimento de qualquer igreja foi um de seus princípios fundantes — o novo país era constituído por uma sociedade profundamente religiosa que, na falta de uma doutrina religiosa comum, unificadora, logo passou a venerar a Pátria e comungar as doutrinas estabelecidas na Declaração de Independência e na Constituição, dando surgimento a uma poderosa religião civil de caráter monoteísta inclusivo, na qual não importa a religião professada desde que tenha a Pátria como Deus. Dessa forma, numa inversão para a noção de missão

centrífuga, expansionista, os Estados Unidos era um país eleito por Deus para levar a democracia e a liberdade para o mundo. O movimento missionário protestante oriundo dos Estados Unidos e que veio para o Brasil se encaixa nesse empreendimento. Portanto, não obstante a escravidão negra e o genocídio dos índios, o expansionismo dos Estados Unidos era a ação da Providência no cumprimento de um mandato divino e, assim, o imperialismo americano e toda devastação que causou — ambiental, humana, social e econômica — não foi um desvio do puritanismo e sim sua completa realização.

Princípios do protestantismo oriundo dos Estados Unidos no Brasil

Em março de 1825, portanto pouco mais de um ano após a formulação da Doutrina Monroe, a Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal de Nova Iorque propôs o estabelecimento de uma missão na América do Sul, e essa proposta foi aceita pela Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal em 1832, já durante a presidência de Andrew Jackson. Em decorrência, em 1835 o ministro metodista Fountain Elliott Pitts (1808-1874), mais tarde coronel do exército confederado durante a Guerra da Secessão, foi enviado em viagem de reconhecimento para o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevidéu e ao retornar recomendou à Conferência Geral de 1836 que iniciasse trabalho missionário nas duas primeiras cidades, não obstante a legislação tanto no Brasil como na Argentina

restringir a pregação protestante e estabelecer a Igreja Católica como oficial. Nesse mesmo ano foi enviado para o Rio de Janeiro o ministro Justin Spaulding (1802-1865) e no ano seguinte, para auxiliá-lo, o ministro Daniel Parish Kidder (1815-1891). Este retornou aos Estados Unidos em 1840 e aquele no ano seguinte.⁶

O ministério de Spaulding no Rio de Janeiro se caracterizou pela distribuição de bíblias e pelo estabelecimento de uma escola no Catete. Coube a Kidder a tarefa de montar uma rede de indivíduos que poderiam receber, armazenar e distribuir bíblias e literatura protestante nas principais cidades ao longo da costa brasileira. Para tanto ele viajou por diversas províncias anotando meticulosamente suas observações sobre o cotidiano religioso e teve a oportunidade de contatar pessoas ilustres, como o já citado padre Diogo Antônio Feijó, de quem se tornou admirador e mais tarde traduziu para publicação nos Estados Unidos a obra de 1828 intitulada “Demonstração da necessidade de abolição do celibato clerical” (FEIJÓ, 1844). Kidder também publicou suas anotações, que foi a primeira descrição do cotidiano brasileiro feita por um viajante norte-americano (KIDDER, 1845).⁷

Para Kidder — e sua percepção do Brasil e dos brasileiros iria determinar as percepções posteriores — os brasileiros não se importavam com a vida pública, abdicando de seu destino político. Esse absentismo era provocado, e incentivado, pelo catolicismo. Este, raiz de todos os males que acometiam a sociedade brasileira, embasava-se na tradição e na hierarquia e não permitia o

⁶ Essa igreja, como muitas outras, se dividiu (1844) diante da questão da escravidão na qual os estados do sula defendiam enquanto os do norte desejavam aboli-la, questão resolvida apenas na Guerra da Secessão. Embora o motivo do retorno de Spaulding e de Kidder não esteja registrado, é bastante possível que tenha sido sua clara postura a favor da abolição da escravidão. Spaulding era natural de Vermont e Kidder de Nova York, estados do norte dos Estados Unidos.

⁷ Mais tarde essa obra foi revisada e publicada conjuntamente com o missionário presbiteriano James Cooley Fletcher, tornando-se uma das obras sobre o Brasil mais lidas nos Estados Unidos, conhecendo diversas edições e despertando sobremaneira o interesse pelo Brasil, particularmente no tocante à obra missionária. Cf. KIDDER, Daniel P. e FLETCHER, James C. *Brazil and the Brazilians. Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs and Peterson, 1857.

pensamento crítico. Para piorar, o clero católico não ensinava as doutrinas cristãs corretamente e sua corrupção e decadência moral contaminavam toda a sociedade. Os rituais, as festas e as crenças supersticiosas aprisionavam as pessoas nesse sistema religioso e em nada contribuíam para sua salvação ou para o progresso social. Daí a necessidade do protestantismo e sua ênfase na ética individual e na leitura da bíblia, portador não apenas da doutrina correta como também, e conseqüentemente, da educação que conduziria a democracia e a liberdade.

Como visto acima, essa compreensão de Kidder será bastante divulgada nos Estados Unidos em sua obra conjunta com James Cooley Fletcher (1823-1901), ministro presbiteriano que em seu trabalho para agências americanas distribuidoras de bíblias e folhetos protestantes esteve no Brasil em diferentes períodos de 1851 a 1869, e será abraçada com variada intensidade pelos missionários que implantaram as quatro primeiras principais igrejas protestantes de origem americana neste país. A saber, a presbiteriana iniciada por Asbbel Green Simonton (1833-1867) em 1859, a metodista por John James Ransom (1853-1934) em 1876,⁸ a batista por William Buck Bagby (1855-1939) em 1881⁹ e finalmente a episcopal por James Watson Morris (1859-1954) e Lucien Lee Kinsolving (1862-1929) em 1890.¹⁰ Embora cada qual com sua tradição doutrinária singular e se desenvolvendo com interesses diversos, essas quatro igrejas tiveram como ponto de convergência sua percepção do Brasil e dos brasileiros, um "kiddismo"

somado a noção de eleição divina dos Estados Unidos, que marcou a identidade do protestantismo no Brasil e fez com que os brasileiros percebessem o protestantismo como algo estranho — e nocivo — ao seu modo de ser católico. O caráter anticatólico desse protestantismo era tão forte que não se alterou com a proclamação da República, em cuja esteira veio o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, determinando a plena liberdade de culto e a Constituição de 1891 que estabeleceu a separação entre a igreja e o estado.

O "kiddismo" do protestantismo brasileiro somente seria modificado com a chegada do pentecostalismo em 1910 e sua história foge ao escopo deste ensaio. Aqui é suficiente mencionar que o pentecostalismo, embora oriundo dos Estados Unidos, não foi trazido por americanos, mas por emigrantes europeus que aceitaram o pentecostalismo nos Estados Unidos e o trouxeram para o Brasil como missionários de fé. Imigrantes nos Estados Unidos, que para lá foram para descobrir que as ruas não eram pavimentadas de ouro, ao contrário, nem pavimentadas estavam, e deles se esperava que as pavimentassem, não comungavam da noção da eleição divina dos Estados Unidos. Pré-milenaristas, sua preocupação maior era a iminência do retorno de Cristo.

O Congresso do Panamá e a consolidação da ação protestante norte-americana

Enquanto o esforço missionário dos britânicos era voltado para áreas não-cristãs e estava imbuído de uma intencionalidade

⁸ Uma igreja metodista fora organizada em 1871 na região de Santa Bárbara (SP) entre os americanos que haviam emigrado para o Brasil em decorrência da derrota sulista na Guerra da Secessão, por um deles, o pregador metodista Junius Eastham Newman (1819-1895).

⁹ Cabe lembrar que o pioneiro batista no Brasil foi o missionário Thomas Jefferson Bowen (1814-1875). Após implantar a obra batista na Nigéria, onde aprendeu ioruba, Bowen veio para o Brasil em 1860 para evangelizar os escravos nessa língua. Porém, a instabilidade política e social que precedeu a Guerra da Secessão criou dificuldades para seu suporte financeiro e ele teve que retornar aos Estados Unidos no início do ano seguinte. Também, da mesma forma que os metodistas, os emigrantes americanos de origem batista na região de Santa Bárbara organizaram uma igreja para si em 10 de setembro de 1871, tendo como pastor Richard Ratcliff (1831-1912).

¹⁰ Uma primeira tentativa fora realizada pelo comerciante escocês Richard Holden (1828-1886). Enviado ao Brasil pelo Departamento de Missão da Igreja Episcopal em 1860— após estudar teologia nos Estados Unidos— Holden trabalhou no Pará e na Bahia de 1861 a 1864, e então, após romper com os escoceses americanos, no Rio de Janeiro com o já citado médico escocês Robert Reid Kalley. Em 1871 partiu para Portugal onde permaneceu até sua morte.

civilizadora, a ação missionária norte-americana se caracterizou pelo conversionismo individual e pela ênfase em princípios fundantes dos Estados Unidos como democracia e liberdade. Ademais, uma vez que no mundo britânico não havia separação entre igreja e estado, o esforço missionário recebia recursos oficiais; já nos Estados Unidos as missões eram dependentes do voluntarismo e naturalmente buscaram seu financiamento junto a indivíduos de posse e empresas solidamente estabelecidas. Portanto, se no império britânico por vezes os interesses comerciais das empresas britânicas conflitavam com os missionários, na expansão missionária norte-americana se formaram sólidas alianças entre missionários, comerciantes e diplomatas criando um ciclo de apoio mútuo resultando na expansão política, econômica, cultural e religiosa dos Estados Unidos. Por exemplo, no Rio de Janeiro, além de distribuir bíblias, Fletcher organizou uma exposição de produtos dos Estados Unidos e atuou como secretário da legação americana.

Aos industriais americanos era evidente que a introdução da vida industrial moderna nos países latino-americanos impulsionaria a indústria e o comércio nos Estados Unidos, país que, ao contrário dos europeus, era pouco dependente da importação de matéria-prima. E da mesma forma que atribuíam o que avaliavam como sucesso dos Estados Unidos à Providência, entendiam que sua riqueza também era obra divina e que somente se tornara possível graças ao ambiente de democracia e liberdade construído naquele país pelos

puritanos e seus descendentes. Assim o maior contribuinte para o movimento missionário foi o batista John Davison Rockefeller (1839-1937), fundador da Standard Oil Company e considerado a pessoa mais rica do mundo na época. Outros empresários se envolviam ainda mais, como o industrial no ramo de tapeçaria, Samuel Billings Capen (1842-1914), que foi presidente da já mencionada American Board of Commissioners for Foreign Missions e grande incentivador da participação de leigos no movimento missionário.

Esses industriais e empresários muito lucravam com o expansionismo dos Estados Unidos, que ganhou vigor após a Guerra da Secessão com a compra do Alasca em 1867, a anexação do Havaí em 1898 e, nesse mesmo ano, a guerra contra a Espanha que resultou no controle norte-americano de Porto Rico, Filipinas, Guam e, temporariamente, de Cuba. Para os norte-americanos, sua vitória sobre a Espanha lhes qualificava como herdeiros do antigo império colonial espanhol nas Américas e logo trataram de expandir seu domínio para toda a América Central. Assim, o presidente Theodore Roosevelt (1858-1919) em sua mensagem ao Congresso em 1904 declarou que "in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the United States . . . to the exercise of an international police power". Foi recorrendo a esse corolário de Roosevelt à Doutrina Monroe que seus sucessores legitimaram as diversas intervenções americanas em Cuba, Nicarágua, Haiti e República Dominicana.

Uma vez que a política expansionista e intervencionista dos Estados Unidos tinha reflexos no empreendimento missionário, naturalmente houve um choque entre os esforços missionários dos britânicos e dos norte-americanos e desses com os demais. Esse choque ficou claramente evidenciado na Conferência Missionária Mundial realizada em Edimburgo em 1910. Essa Conferência foi organizada por uma comissão de dezoito membros indicados por sociedades missionárias dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e do Canadá. A comissão nomeou o escocês Joseph Houldsworth Oldham (1874-1969) como seu secretário executivo, estabeleceu três pontos centrais da Conferência — entre eles um que a limitava à tarefa missionária realizada entre povos não-cristãos — e alterou o tema da Conferência que era “The Evangelisation of the World in This Generation” para “A Consideration on the Problems Facing Missionary Societies in the Non-Christian World”. A Conferência transcorreu de 14 a 23 de junho de 1910, sob a presidência do metodista leigo americano John Raleigh Mott (1865-1955)—um dos fundadores da Federação Mundial de Estudantes Cristãos (1895)—de quem certa vez o sociólogo pernambucano Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) disse ter tido a honra de apertar a mão.¹¹ Dos 1.215 delegados não havia representação nem de ortodoxos nem de católico-romanos e mais de mil eram americanos ou britânicos.

As sociedades missionárias norte-americanas se irritaram sobremaneira com a mudança de foco da Conferência pois dessa forma a América Latina não poderia ser

considerada campo missionário. Em reação, a Foreign Missions Conference of North America realizou em 12 e 13 de março de 1913 em Nova Iorque a Conference on Missions in Latin America ao final da qual ficou estabelecido o Committee on Cooperation in Latin America, tendo como secretário o metodista Mott, o que deixa evidente que a mudança de foco da Conferência de Edimburgo não teve sua concordância. Esse comitê então organizou o Congress of Christian Work in Latin America, modelado segundo a Conferência de Edimburgo e inicialmente denominado Congress of Missions in Latin America — título alterado para suavizar as acusações de proselitismo — que foi realizado na Cidade do Panamá, de 10 a 20 de fevereiro de 1916, num momento político bastante sensível uma vez que a Europa estava sendo dilacerada pela guerra e a revolução russa estava em marcha. No México, em decorrência da revolução de 1910 estava sendo elaborada uma nova constituição — promulgada em 1917 — que limitava substancialmente os interesses da indústria petrolífera dos Estados Unidos naquele país, o que estava suscitando no congresso norte-americano apelos por intervenção militar.

O local da realização do evento foi cuidadosamente escolhido por simbolizar a hegemonia dos Estados Unidos no continente pois a construção do canal, abandonada pelos franceses, fora assumida pelos norte-americanos e finalizada em 15 de agosto de 1914. Essa realização só fora possível com a separação em 1903 do então Departamento do Panamá da jovem República da

¹¹ Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em 14/03/1920, Gilberto relata sua participação no 8º Congresso Internacional de Estudantes realizado pela Federação Mundial de Estudantes Cristãos em Des Moines, Iowa, sob a presidência de Mott. Sobre o passado protestante de Gilberto Freyre, cf. SIEPIERSKI, P. D. “O ideário protestante nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre”. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 24, n. 38, p.85-106, 2o. sem. 2002.

Colômbia, na qual os revoltosos panamenhos receberam ostensivo apoio da marinha norte-americana e em retribuição permitiram aos Estados Unidos a construção e o posterior controle do canal. O Congresso fora planejado para se realizar no Teatro Nacional, uma oferta do presidente Belisario Porras Barahona (1856-1942), mas os senadores panamenhos foram contrários e assim o evento teve lugar no Hotel Tívoli, na Zona do Canal, área sob o domínio norte-americano.

O Congresso reuniu 304 delegados de quarenta e quatro sociedades missionárias dos Estados Unidos, cinco da Grã-Bretanha, duas da Jamaica e uma do Canadá. Entre os delegados havia apenas vinte e um latino-americanos sendo que o Brasil foi representado pelos pastores presbiterianos Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis (1864-1925), Eduardo Carlos Pereira de Magalhães (1855-1923) e Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932). Os debates, conduzidos exclusivamente em inglês, foram moderados pelo presbiteriano Robert Elliott Speer (1867-1947) e secretariados por Samuel Guy Inman (1877-1965). As principais conclusões do Congresso podem ser reduzidas à três linhas de ação. A primeira, que refletiu o espírito cooperativo e o pan-americanismo reinantes na época, convocou os missionários a trabalharem cooperativamente e dividiu a América Latina em esferas de influência entre presbiterianos, metodistas, episcopais e, em menor grau, batistas. O incipiente movimento pentecostal, que nas décadas vindouras conquistaria o continente, nesse momento estava totalmente ausente. A segunda linha

de ação foi a ênfase na conversão individual. Num continente nominalmente católico não poderia haver outra alternativa, não obstante o reconhecimento dos males sociais que afligiam a América Latina, mas estes seriam vencidos à medida que os indivíduos se convertiam ao verdadeiro cristianismo. Por último, reconheceu-se que a vitória do protestantismo — a religião do livro — dependia do grau de instrução da população, e a constatação era que a educação formal no continente ainda estava bastante incipiente. Assim, a estratégia deveria focar a educação com o estabelecimento de escolas direcionadas para as elites, cujo poder replicador era imenso. Papel crucial na área da educação seria concedido às mulheres, então representando cerca de três quartos da força missionária.

A importância da educação pode ser constatada pela presença de três notáveis educadores do Teachers College da Columbia University na comissão que redigiu o relatório da área: James Earl Russell (1864-1945), então deão no Teachers College; Thomas Henry Powers Sailer (1868-?), responsável pela recentemente estabelecida cátedra de missões; e Paul Monroe (1869-1947), especialista em história da educação e editor da famosa *Encyclopedia of Education* (1911-13). No ano seguinte Monroe seria um dos principais conselheiros do *The Inquiry*, um grupo de especialistas organizado secretamente em setembro de 1917 pelo presidente Thomas Woodrow Wilson (1856-1924) para planejar a reconstrução após o final da Primeira Guerra Mundial.

A percepção da América Latina contida nos relatórios produzidos no

Congresso foi oriunda dos relatos encaminhados pelos missionários que ali atuavam e fora antecipada em 1913 pela Conference on Missions in Latin America em seu relatório final (FOREING, 1913). A influência do secretariado de Inman, adepto do evangelho social e filo-mexicano, permeia todos os relatórios. Inman fora missionário dos Discípulos de Cristo no México durante a Revolução Mexicana e desenvolvera apreço pela cultura latino-americana, tornando-se crítico do intervencionismo dos Estados Unidos. Também cultivava uma postura de diálogo com a Igreja Católica e acreditava que através da educação seria possível elevar o caráter moral da população que então poderia fazer livremente sua opção religiosa. No caso específico do Brasil, porém, pouco mudara em relação àquele kidderismo estabelecido desde meados do século dezenove. Na verdade, o kidderismo fora até radicalizado pelo embate dos missionários com a tradição católica, não obstante o advento da República em 1889. Duas obras que alcançaram enorme trânsito nos Estados Unidos na década anterior ao Congresso são bastante representativas desse perene kidderismo.

A primeira, uma coletânea de artigos que visava legitimar a América do Sul como campo missionário, foi publicada pelo Student Volunteer Movement for Foreign Missions em 1900 (BEACH, 1900). A parte sobre o Brasil coube ao metodista Hugh Clarence Tucker (1857-1956), então agente da American Bible Society no Rio de Janeiro. Ao analisar a história do Brasil, Tucker atribui ao fracasso dos calvinistas franceses e holandeses em suas tentativas de implantação do

protestantismo neste país, "the very adspectable of the intelectual, social and moral condition of the country". Caso não tivessem fracassado, "we would doubtless be gazing upon the marvellous wealth and prosperity of a highly cultured, godly and upright nation". Responsável pelas mazelas que afligiam o Brasil, o catolicismo acomodara-se às superstições e práticas pagãs dos africanos, bem como às suas tendências idólatras, e assim não desempenhava papel disciplinador. Para o missionário metodista, "the teaching of rewards and punishments, which has had such a wholesome effect upon the North American negroes, has been lacking in this country". Sistematizando as apresentações dos demais colegas, Thomas B. Wood (1843-1922), então missionário metodista no Peru, mas tendo trabalhado em diversos países sul-americanos, afirma que "South Americanis a paganfield, properly speaking. Its image-worship is idolatry; its invocation of saints is practical polytheism"; o continente "is worse off than any other great pagan field, in that it is dominated by a single might hierarchy . . . which augments its might by monopolizing the gospel, not in order to evangelize the masses, but to dominate them" (itálicos no original). Agrilhada pelo catolicismo romano, dominada por seus sacerdotes, a esperança de regeneração moral da América do Sul dependeria de ação externa. Apenas o esforço missionário norte-americano poderia libertar o continente do domínio retrógrado e tenebroso de Roma.

A segunda obra, do ministro congregacional Francis Edward Clark (1851-1927), teve circulação maior

ainda pois foi dirigida especificamente para a juventude protestante (CLARK & CLARK, 1909). Clark fundara em 1881 a Young People's Society of Christian Endeavor, uma sociedade cujo objetivo era envolver a mocidade no ministério evangelístico, até então creditado apenas aos mais velhos. Inicialmente uma pequena sociedade na Nova Inglaterra, em poucos anos ela tornou-se uma enorme organização interdenominacional que por volta de 1908 possuía mais de três milhões de membros em cerca de setenta mil grupos espalhados pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, África do Sul, Índia, Japão e China. Nessa obra Clark situa no contexto maior das nações latinas suas impressões já expostas anos antes em outro livro que também alcançara grande circulação (CLARK, 1907). Seguindo o pensamento de Tucker com quem confabulara no Rio de Janeiro, ele imputa ao catolicismo romano a dificuldade dos países sul-americanos em adquirir um caráter verdadeiramente republicano. Ademais, para Clark a diferença substancial entre as duas Américas não residiria nem nos recursos naturais nem nas oportunidades para progresso, mas no caráter dos homens e no caráter das religiões que nelas se estabeleceram. "South America never had a Mayflower" escreve Clark, "its Pilgrim Fathers were bloodthirsty adventurers with a veneration of Christianity". Assim, encontra-se "in the character of the earlier and later settlers of South America, and in the religion which they brought to her shores . . . the reason for the striking differences in progress, mental, material, and moral" existentes entre as duas

Américas. Por essa razão, conclui Clark, "South America is a legitimate mission field for Protestants" e "North America should send to the southland the best education, the best morality, the best religion which she herself possesses".

Considerações finais

O objetivo geral deste ensaio foi estudar as interseções entre o movimento missionário protestante e o expansionismo norte-americano e suas implicações para a inserção de um tipo de protestantismo no Brasil que se consolidou no Congresso de Ação Cristã realizado no Panamá em 1916. Dessa forma, primeiramente foi analisada a relação entre o colonialismo europeu e a expansão protestante, particularmente a ocorrida no seio do império colonial britânico, ressaltando a necessidade da superação de entraves teológicos presentes na gênese do protestantismo de orientação calvinista, especificamente a exclusivista doutrina da eleição. Em seguida foi exposta a atividade civilizadora do protestantismo britânico em áreas não cristãs no Oriente, tornadas preferenciais devido a independência das colônias inglesas na América. Por fim, foram apresentados os fundamentos religiosos do expansionismo dos Estados Unidos — seu ferrenho anticatolicismo e a concepção de país eleito por Deus — e como a ação missionária do protestantismo americano levou para o Brasil seus princípios capitais e sua ênfase na educação como caminho para se alcançar a doutrina correta.

Esse tipo de protestantismo — que alcunhei de “kidderismo” — começou a declinar na década de 1920 uma vez que sua ênfase na educação encontrou rivais à altura nas reformas educacionais efetuadas pelo Estado brasileiro e nas acomodações do catolicismo à modernidade (SIEPIERSKI, 1996; 2001). Também, seu ferrenho anticatolicismo que fora bem recebido pelas elites não conseguiu atrair as classes menos abastadas, tão apegadas a um certo catolicismo popular marcado pelas festas e devoções (SIEPIERSKI, 2013). Catolicismo popular que foi revitalizado no início da República com a chegada de milhões de imigrantes de países onde também se desenvolvera um tipo de catolicismo fortemente vinculado à identidade nacional, como Portugal, Itália e Polônia. Ao mesmo tempo em que esse catolicismo fornecia aos imigrantes coesão e refúgio para a manutenção de elementos identitários fundamentais, também lhes proporcionava um ambiente pleno de sentido na adaptação à nova pátria.

Paralelamente esse “kidderismo”, além de ter que conviver com concorrência cada vez mais acirrada na competição pelas almas dos brasileiros, teve que enfrentar — mas sem sucesso — seu maior predador, o pentecostalismo. Ao passo que o “kidderismo” enfatizava a educação para a compreensão da doutrina correta, ou seja, educava para evangelizar, o pentecostalismo evangelizava para então alfabetizar e

assim muitos tiveram a bíblia como sua primeira cartilha. E, ao adicionar ao protestantismo a experiência mística do batismo pelo Espírito Santo, o pentecostalismo construiu pontes para dialogar com parcelas da população mais arreadas à racionalidade moderna. Ademais, o pentecostalismo não partilhava da ideia que os Estados Unidos da América era um país eleito — para alguns pentecostais era a própria Grande Babilônia — e, portanto, não buscou reproduzir valores norte-americanos, nem mesmo os princípios democráticos e a liberdade de pensamento e expressão, o que lhe aproximou da tradição brasileira de autoritarismo e absenteísmo político e lhe proporcionou expressivo crescimento, particularmente nos regimes ditatoriais. Porém, como após o último período autoritário ficou evidente a participação crescente de pentecostais na política, sobretudo daqueles segmentos que abandonaram a escatologia pré-milenarista característica do pentecostalismo, fazem-se necessários novos estudos que analisem as mutações ocorridas no longo ciclo do protestantismo anglófono, mutações essas que o afastaram de seu logocentrismo inicial e de suas doutrinas calvinistas exclusivistas. Tais estudos poderão eventualmente revisar concepções cristalizadas como a relação do protestantismo com o espírito do capitalismo.

Referências

BEACH, H. P. [and others]. *Protestant Missions in South America*. New York: Student Volunteer Movement for Foreign Missions, 1900.

BOSCH, D. J. *Witness to the World*. London: Marshall, 1980.

FEIJÓ, Diogo Antônio. *Demonstration of the necessity of abolishing a constrained clerical celibacy; exhibiting the evils of that institution, and the remedy*. Translated from the Portuguese with an Introduction and Appendix by Daniel Parish Kidder. Philadelphia: Sorin and Ball, 1844.

CLARK, F. E. and CLARK, H. A. *The Gospel in Latin Lands. Outline Studies of Protestant Work in the Latin Countries of Europe and America*. New York: The MacMillan Company, 1909.

CLARK, F. E. *The Continent of Opportunity. The South American Republics—Their History, Their Resources, Their Outlook. Together with a Traveller's Impressions of Present Day Conditions*. New York: Fleming H. Revell Company, 1907

FOREIGN MISSIONS CONFERENCE OF NORTH AMERICA. COMMITTEE OF REFERENCE AND COUNSEL. *Conference on Missions in Latin America. New York, March 12 and 13, 1913*. Lebanon, PA: Sowers Printing Co., 1913.

KIDDER, Daniel P. *Sketches of Residence and Travel in Brazil embracing historical and geographical notices of the Empire and its several provinces*. Two volumes. Philadelphia: Sorinand Ball, 1845.

_____. & FLETCHER, James C. *Brazil and the Brazilians. Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs and Peterson, 1857.

SIEPIERSKI, P. D. "A década de 20 em Pernambuco: educação protestante e modernidade". In: BITTENCOURT, Circe M. F. e IOKOI, Zilda M. G. (orgs). *Educação na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1996

_____. "O ideário protestante nos artigos de jornal do aprendiz Gilberto Freyre". *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 24, n. 38, p.85-106, 2o. sem. 2002.

_____. "Educação protestante e modernidade na década de 20 em Pernambuco". In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs). *Além do apenas moderno. Brasil séculos XIX e XX*. Recife: Massangana, 2001.

_____. "Mané Tibiriçá: polifonia e catolicismo popular no cururu caipira". In PASSOS, Mauro e NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). *A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2013, p. 295-315.

OS TRÓPICOS BRASILEIROS NO SÉCULO XIX: A CONSTRUÇÃO DE UM PARADIGMA TROPICAL

Luis Fernando Tosta Barbato¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender como a noção de clima tropical, tão importante na construção da identidade nacional brasileira no século XIX, foi construída. Através da análise de textos de cronistas que visitaram o Brasil em seus tempos de colônia, de filósofos da Ilustração, e da historiografia dedicada ao tema, entenderemos como o clima tropical foi visto durante a história, e assim entender quais foram as imagens sobre os trópicos que ajudaram a formar a nossa própria noção de país tropical, iniciada no século XIX.

Palavras-chave: História dos conceitos; Historiografia do século XIX; História Cultural.

ABSTRACT

This study aims to understand how the notion of tropical climate, so important in the construction of Brazilian national identity in the nineteenth century, was built. By the analysis of chroniclers that visited Brazil in their colony times, philosophers of Illustration, and historiography dedicated to the theme, we will understand how the tropical climate was seen throughout history, and thus to understand what were the images of the tropics who cooperated to form our own notion of tropical country, which began in the nineteenth century.

Keywords: History of concepts; Historiography of the nineteenth century; Cultural history.

Introdução

O clima tropical é elemento marcante da identidade nacional brasileira, como grande parte da

historiografia dedicada aos estudos do século XIX aponta, foi sobre essa singularidade do Brasil – aqui em referência à Europa de clima temperado – que se formou uma das principais bases para as representações que marcariam o Brasil, tanto dentro do país, quanto no exterior (SÜSSEKIND, 1990; VENTURA, 1991; NAXARA, 2001; BARBATO, 2011).

Dessa forma, a presença do clima tropical, ou os trópicos, se estendermos a análise a tudo aquilo que do clima decorria, como as próprias características morais dos brasileiros é elemento marcante dentro da historiografia brasileira, como pode ser visto, por exemplo, ao encontrarmos termos como “medicina tropical”, “civilização tropical”, ou “tropicalismo” para fazer referência aquilo que é brasileiro, servido, dessa maneira, como elemento distintivo e identificador.

E é no século XIX que podemos encontrar o embrião dessa associação entre a identidade nacional brasileira e o clima tropical, afinal, ele bem atendia aos anseios do Governo Imperial e dos intelectuais ligados a ele de produzir e promover uma identidade para o Brasil, afinal, concentrava aquilo que uma identidade nacional necessitava, pois, ao mesmo tempo que marcava a singularidade, também servia como elemento capaz de promover o orgulho do pertencimento, algo deveras importante para um povo distribuído parcamente por um território de proporções enormes e muito mal comunicado, como era o Brasil nesses idos dos oitocentos (BARBATO, 2011).

¹ Doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)

No entanto, a construção desse ideal nacional tropical no século XIX, não foi simples como as palavras acima podem dar a entender. Os trópicos há muito vinham sendo visitados, estudados e debatidos na Europa, e no decorrer de séculos, desde que pela primeira vez os europeus aqui pisaram, um turbilhão de informações detratoras e exaltantes percorreu o Velho e o Novo Mundo. Imagens essas que se fariam refletir nas opiniões dos próprios brasileiros no século XIX, ajudando a construir trópicos ambivalentes, às vezes sufocantes, perigosos e avessos ao almejado progresso europeu, outras calcadas em suas imagens paradisíacas, em suas florestas virgens, e em sua terra fértil, detentora de um futuro de boas esperanças. Assim, chegamos aos oitocentos com uma visão tropical já marcada pelas experiências europeias, e que não deixariam de deixar suas marcas na construção do próprio ideário tropical brasileiro.

Desta maneira, o que buscamos aqui é trazer toda uma história do clima tropical, e mostrar como ele foi trabalhado no decorrer dos tempos, e quais foram as representações e conceitualizações que chegaram até o século XIX e acabaram servindo de base para a construção de um paradigma tropical, tão importante dentro do processo de construção da identidade nacional brasileira no período.

O clima tropical na história

Sobre essa rede de opiniões, estudos e experiências europeias, que ajudaram a construir nossas próprias noções e visões de trópicos no século XIX, e que acabaram por

se estender, inclusive para tempos posteriores, podemos começar a tratar dos primeiros europeus que cá pisaram e que deixaram suas impressões. Viajantes e colonizadores que pela primeira vez aproximaram os trópicos e sua natureza exuberante de um paraíso terreal, e que, através dessas boas impressões, ajudariam, séculos depois, a construir uma identidade tropical brasileira, que muito guardava do paraíso – não isento de problemas, vale frisar – descrito por esses estrangeiros.

Para ilustrar isso, temos os textos de Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio, que podem ser considerados pioneiros na empreitada marítimo-comercial que atingiu as terras situadas do outro lado do Atlântico. Caminha disse sobre a terra encontrada que ela em “si é de muitos bons ares, assim frios e temperados... As águas são muitas, infindas”. Vespúcio afirmou sobre o Brasil: “E, em verdade, se o paraíso terrestre está localizado em alguma parte da terra, julgo que não dista muito daquelas regiões [referindo-se ao Brasil]” (PARKER, 1991: p. 25-28).

Com Cristóvão Colombo não foi diferente, assim, como Caminha e Vespúcio, suas impressões sobre as terras tropicais encontradas no Novo Mundo foram muito positivas, chegando ele a afirmar que “esta terra [referindo-se a uma ilha que visitava no mar do Caribe] é a melhor e mais fértil, temperada, plana e boa que tem no mundo” (COLOMBO, 1984: p. 51).

As imagens edênicas aparecem em várias oportunidades nos relatos de Colombo acerca da

América, no entanto, em algumas passagens, é possível notar que o clima tropical, apesar de salutar a princípio, poderia também mostrar aspectos negativos:

Nunca vi céu mais aterrador: um dia ardeu feito forno até de noite, a ponto de eu olhar para ver se não me havia levado os mastros e a velas. A tripulação estava tão alquebrada que sonhava até com a morte para se livrar de tantos padecimentos (COLOMBO, 1984, p. 153).

Colombo também deixa transparecer em seus relatos que o clima tropical não era tão salutar como acreditava:

Eu [Colombo], muito só, do lado de fora, numa costa tão bravia, com febre alta e tanto cansaço" (COLOMBO, 1984: p. 155).

Nos séculos XVI e XVII temos uma farta gama de relatos de europeus que - desembarcando como religiosos, militares, comerciantes, exploradores, ou apenas curiosos - passaram pelas regiões tropicais e deixaram suas impressões, sendo o Brasil um local privilegiado no que toca a essa questão.

Em relação aos viajantes europeus que passaram pelo Brasil, as visões positivas sobre o clima e a natureza do país também são bastante significativas. Segundo Sant'anna Neto, esses viajantes percorriam um território natural e selvagem, muito diferente da Europa com a qual estavam acostumados. Repletos de simbologia, e envoltos em mitos e fábulas, seus relatos apresentam descrições que evidenciam muito mais visões do que fatos (SANT'ANNA NETO, 1999: p. 14).

Lilia Schwarcz corrobora os dizeres de Sant'anna Neto, ao afirmar que a literatura de viagem produzida nos séculos XVI e XVII aliava a fantasia com a realidade e buscava no mundo natural americano aquilo que os europeus já imaginavam previamente, o que, segundo a autora, seria justamente o mito do Paraíso Terrestre. Para esses cronistas do Velho Mundo, em meio àquelas maravilhosas terras americanas, poderia estar o Paraíso Terrestre, como sua primavera eterna, seus campos férteis, suas fontes da juventude... Mas essas terras também poderiam ser inóspitas, habitadas por monstros disformes².

Desta maneira, podemos aqui elencar os numerosos relatos de viajantes, alguns estabelecidos na colônia, que trata da questão do clima no Brasil, e suas ambivalências. Podemos começar pelos relatos dos missionários jesuítas que aportaram no Brasil logo no início da colonização, os quais enaltecem a natureza e o clima brasileiro. Exemplo disso é a carta de Pe. Manuel da Nóbrega, enviada em 1549, que descreve a Bahia como uma terra agradável, "muito temperada. De tal maneira que o inverno não é nem frio nem quente, e o verão, ainda que seja mais quente, bem se pode sofrer³ (...)" (HUE, 2006: p.32).

Fernão Cardim, por exemplo, que esteve no Brasil entre os anos de 1583 e 1599, é outro desses exemplos de cronistas que deixaram relatos positivos sobre o clima e as terras brasileiras. Afinal, o viajante de seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, compara o clima brasileiro

² A verdade é que os verdadeiros "monstros disformes" que mostrariam o outro lado das presumíveis paradisíacas terras tropicais se apresentariam na forma humana. Eram os indígenas, que com sua nudez, seu canibalismo, poligamia, e outras atitudes condenáveis aos olhos europeus, seriam os formadores do antiparaíso, e até do inferno.

³ Para esses missionários da Companhia de Jesus, como ressalta Ronaldo Vainfas, os males das terras tropicais não estavam em seu clima e natureza, que viam com bons olhos, mas sim em suas gentes, tanto as nativas, como as de origem lusitana que aqui aportavam, prontas a desobedecer as ordens de Deus. Não vamos nos alongar agora sobre essa questão, porque ela será retomada mais afundo no decorrer do trabalho (VAINFAS, 1989: p. 18-31).

com o clima de Portugal, e constata que os climas do Rio de Janeiro e de São Paulo são bastante agradáveis⁴, enfatizando ainda a fertilidade do solo paulista (SANT'ANNA NETO, 1999: p. 16-17).

Entre os portugueses que por aqui estiveram e deixaram suas impressões, vale citar os tratados de Pero de Magalhães Gândavo, que escreveu as obras *História da Província de Santa Cruz*, de 1576, e *Tratado de Terra & História do Brasil*, e também a obra de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogo das grandezas do Brasil*, de 1618.

Ambos os autores enfatizaram expoentes da vertente edenizadora das terras brásicas, no entanto, como ressalta Laura de Mello e Souza, há uma matização dessa edenização nesses cronistas, reiterando a ideia que de que o caráter edênico se reelabora, transmutando-se, com o processo de colonização. A natureza tropical da colônia portuguesa era reafirmada como pródiga e generosa, mas desde que transformada pelo homem (MELLO E SOUZA, 1986: p. 40).

Gândavo escreve, como diz Schwarcz, "em tom de eterna propaganda"⁵ a respeito das terras brasileiras, uma vez que não se cansa de elogiar suas qualidades. Suas obras fazem referência ao clima ameno, ao solo fértil e viçoso, à luminosidade do sol, às boas águas, que são sadias para beber, finalmente sintetizando: "Esta terra é tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja" (SCHWARCZ, 2008: p. 26).

Sobre Gândavo, Laura de Mello e Souza observou que as imagens empregadas para qualificar

a Província de Santa Cruz são as normalmente empregadas nas descrições europeias dos Paraísos Terrestres, como nas passagens: a terra é "mui deliciosa e fresca (...) onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá [Europa] nos oferece abril e maio". No, entanto, para Gândavo, segundo Mello e Souza, essas potencialidades do trabalho humano se revertem em favor do trabalho humano, facilitando-o (MELLO E SOUZA, 1986: p. 40). O trecho abaixo mostra como a fertilidade da terra, unida ao esforço humano pode ser fonte geradora de grandes riquezas, como o açúcar e o algodão:

Além das plantas que produzem essas frutas e mantimentos que na terra se comem, há outras de que os moradores fazem suas fazendas, convém a saber, muitas canas-de-açúcar e algodões, que são a principal riqueza que há nestas partes, de que todos se ajudam e fazem muito proveito em todas as capitâneas, especialmente na de Pernambuco, onde foram feitos perto e trinta engenhos, e na Bahia do Salvador quase outros tantos, donde se tira a cada ano grande quantidade de açúcares, e se dá infinito algodão (...) (GÂNDAVO, 2004: p. 84).

Brandônio também ressalta as qualidades climáticas das terras brasileiras, com seus ventos frescos, a simetria na duração de dias e noites, o que faz com que também se atrele à vertente edênica das terras tropicais do Novo Mundo, como podemos observar na seguinte passagem: "Não faltam autores que querem afirmar estar nessa parte situado o paraíso terreal" (BRANDÃO, s.d.: p. 44).

⁴ Se ao descrever as terras brasileiras com ares que as aproximam do Paraíso, sobre os homens nativos destas terras suas descrições não foram tão positivas, chegando a comparar a oca indígena a um labirinto infernal, onde o fogo acesso dia e noite, verão e inverno fazia as vezes de única roupa que conheciam, além de ali serem praticados atos de promiscuidade, em ambientes sem divisórias nos quais viviam cem ou duzentas pessoas, tudo isso às vistas uns dos outros, e como testemunha o fogo que ardia sem parar (VAINFAS, 1989: p. 152).

⁵ O que é plenamente justificável, a notar que Gândavo desfere palavras alentadoras acerca da colônia portuguesa na América, a fim de incentivar a imigração de portugueses para o Brasil, como pode observar no trecho: "(...) achei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa que ategora não empreendeu pessoa alguma) pera que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta província, que nisso consiste a felicidade e

Segundo Mello e Souza, Brandônio incorpora a edenização, um elemento importante do imaginário europeu, mas dela faz uma leitura nova, pois o Éden é formado a partir da união da natureza pródiga e generosa, ao trabalho humano.

Mello e Souza mostra isso ao defender que, de todas as riquezas fundamentais do Brasil, arroladas por Brandônio, com exceção da madeira e do pau-brasil, todas as demais - lavoura do açúcar, mercancia, algodões, lavouras de mantimentos e criação de gado - pressupõem atividade colonizadora (MELLO E SOUZA, 1986: p. 41).

Podemos ainda citar aqui, como exemplo da vertente edenizadora das terras brasílicas entre os portugueses, Rocha Pita, que em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, dá a seguinte opinião sobre nossas terras:

Em nenhuma outra Região se mostra o Ceu mais sereno, nem madrugada mais bella a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisferio tem os rayos tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes: as Estrellas são as mais benignas, e se mostrarão sempre alegres: os horisontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as aguas ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações no aqueductos, são as mais puras: é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os mayores rios: domina salutifero clima; influem benignos Astros e respirão auras suavissimas, que o fazem fértil, e povoado de innumeráveis habitadores, posto que por ficar debaixo da Torrida Zona, o desacreditassem, e dessem por inhabitavel Aristoteles, Plinio e Cicero(...) (PITA, 1950: p. 23).

Como podemos notar, entre os portugueses que aqui vieram nos séculos XVI e XVII, as imagens do clima e das terras brasílicas foram positivas. Em relação aos primeiros franceses que passaram pelo Brasil⁶, tais imagens também foram levantadas, pois da mesma forma relataram uma terra de belezas, fertilidade e alegria. Em todos estes relatos, é quase unânime a boa impressão da flora, fauna e habitantes. Léry, Abbeville e Evreux, Barré⁷, entre outros defendiam a existência de um quadro natural puro, sadio e paradisíaco.

Como, a esse respeito, ressaltou Leyla Perrone-Moisés:

O Brasil desses primeiros viajantes franceses é uma terra de beleza, fertilidade e alegria. A opinião sobre os bons ares, a riqueza e o colorido da flora e fauna, assim como a boa impressão sobre os habitantes é unânime (PERRONE-MOISÉS, 1989: p.90)⁸.

Isso vem a ser corroborado nos diversos trechos retirados dos relatos desses viajantes franceses, que veem certa aproximação entre as terras brasileiras e o Éden. Nicolas Barré, por exemplo, entusiasmado com a abundância de peixes, plantas e metais à disposição humana, mostra seu aspecto positivo em relação ao clima e terras que encontrou na colônia portuguesa na América: "A terra é irrigada e tem belos rios de água doce, a mais saudável que jamais bebi. O ar é temperado, tendendo mais ao calor que ao frio (...) a terra é fértil e salubre" (SCHWARCZ, 2008: p. 32).

André Thevet⁹ a princípio descreveu o Rio de Janeiro como um lugar inóspito, de chuvas incessantes

⁶ É importante lembrar que até a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, a entrada de estrangeiros era basicamente impedida ou limitada no Brasil. No entanto, essa proibição não evitou a vinda de religiosos, soldados, comandantes, corsários ou meros curiosos, como ressaltou Lilia Schwarcz, pessoas que deixaram uma série de relatos sobre nossas terras, passados avidamente de mão em mão (SCHWARCZ, 2008: p. 23).

⁷ Os quatro eram membros das missões francesas que tentaram colonizar áreas do Brasil. Jean de Lery visitou o Brasil em 1557, na chamada França Antártica, situada no Rio de Janeiro. Já Claude d'Abbeville e o capuchinho Yves d'Evreux participaram da missão francesa na chamada França Equinocial, o primeiro em 1612, permanecendo por 4 meses, e o segundo durante os anos de 1613 e 1614. Já Nicolas Barre foi um dos calvinistas enviados ao Brasil a fim de participar dos empreendimentos de Villegagnon no Brasil, em 1555.

⁸ Aqui, vale ressaltar, as boas impressões acerca dos habitantes é referente aos seus quadros de saúde, ressaltando o clima do Brasil como benéfico aos corpos, em relação aos seus hábitos, as opiniões também apontam para os sentidos negativos, como trouxemos anteriormente.

e calor insuportável, acreditando ser a natureza brasileira perigosa e corrompida. No entanto, após sua estadia no Brasil, Thevet mudou sua postura em relação ao clima do país, acreditando que os antigos falavam mais por conjecturas do que por experiências sobre a vida nos trópicos, e que, depois de morar nos trópicos, constatou que não lhe restavam dúvidas a respeito da superioridade dos trópicos para a sobrevivência e habitabilidade humanas (SANT'ANNA NETO, 1999: p. 19-20). O Brasil acabaria sendo apresentada por Thevet como um lugar "tropical e fértil".

Jean de Léry publicou seu relato referente à sua estada na França Antártica, em 1578, segundo o autor, com o objetivo principal de desmentir "mentiras e erros" contidos no livro de Thevet¹⁰. Léry, nessa sua empreitada, como diz Schwarcz, "faz o leitor seguir viagem ao seu lado e logo se refere ao impacto que sentiu diante da natureza brasileira (...)" (SCHWARCZ, 2008: p. 34). Como podemos ver no trecho abaixo:

Por isso, quando a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta aos meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral, as riquezas que embelezam essa terra o Brasil, logo me acode a exaltação do profeta no salmo 104:

Ó seigneur Dieu, que tes oeuvres divers

Sont merveilleux par Le monde univers:

Ó que tu as tout fait par grande sagesse!

Bref, La terre est pleine de ta largesse¹¹.

O trecho acima, ainda nos serve de exemplo para a divinização da natureza brasileira, entre viajantes que percorreram nossas terras nos séculos XVI e XVII, atrelando a sua magnitude à prova da obra de Deus na Terra, como nos mostra Laura de Mello e Souza:

associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do Paraíso Terrestre tornava mais fácil e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida. A presença divina fazia-se sentir também na natureza; esta, elevada à esfera divina, mais uma vez reiterava a presença de Deus no universo (MELLO E SOUZA, 1986: p. 35).

Nesse rol de viajantes que valorizaram e elogiaram a natureza brasileira, vendo em seu clima, terras, rios, águas, fauna e flora componentes de uma imagem edênica, poderíamos ainda enquadrar as *Memoires de M. Du Gué-Trouim* (1730), de Duguay Trouim; *Relation historique et géographique de la grande rivière dès Amazones* (1655), de Blaise-François Pagan e *Historie du Nouveau Monde ou Description de Indes Occidentales* (1640), de Joannes de Laet¹². Há ainda uma gama diversa de outros autores que poderiam ser citados como exemplos desse vertente edênica da natureza tropical brasileira, o que ressalta esse caráter primordialmente positivo de nossa condição tropical propagado por esses primeiros visitantes estrangeiros que aqui estiveram.

Schwarcz, em seu *O Sol do Brasil*, afirma que "a mística da terra do mel surge por toda a parte", referindo-se às terras brasileiras nesses idos dos séculos XVI e XVII, o

⁹ O franciscano Thevet permaneceu por 3 meses na chamada França Antártica durante o ano de 1555, em companhia de Villegaignon.

¹⁰ Em seu relato, Thevet demonstrou deveras repulsa a hábitos indígenas como a poligamia e o canibalismo, afirmando assim a certeza da ausência de regras entre eles. Já Léry vem justamente em defesa dos nativos, mostrando que entre eles também haveria regras e valores como entre os colonizadores (SCHWARCZ, 2008: p. 34).

¹¹ "Senhor Deus, como tuas obras diversas são maravilhosas em todo o universo! Como tudo fizeste com grande sabedoria! Em suma, a terra está cheia de tua magnificência." (LÉRY, 1980: p. 181).

¹² Todos esses exemplos foram retirados da obra de Schwarcz (SCHWARCZ, 2008: pp.39-40).

que não deixa de ser verdade. No entanto, cabe aqui frisar que nesses relatos, apesar de haver um maior número de imagens positivas a respeito do clima e terras do Brasil, há também o aparecimento de imagens negativas, por isso, o correto é afirmar que nesse período da História, o clima tropical apresentava uma visão globalmente positiva, como afirma Perrone-Moisés (PERRONE-MOISÉS, 1989: p. 90).

Nesse sentido, Gândavo, apesar de relatar um Brasil de maravilhas e salubridade, mostra que aqui também havia perigos: "Este vento da terra é mui perigoso e doentio e se acerta de permanecer alguns dias, morre muita gente, assim portugueses, como índios da terra" (MELLO E SOUZA, 1986: p. 45).

Em outra passagem, Gândavo culpa o clima do Brasil pela grande quantidade de animais peçonhentos que possui:

Dos climas que a senhoreiam [a Terra], não pode deixar de os haver [os animais peçonhentos]. Porque como os ventos que procedem da mesma terra se tornem infeccionados das podridões das ervas, matos e alagadiços geram-se com a influência do sol que muito concorre, muitos e mui peçonhentos, que por toda a terra estão esparzidos, e esta causa se criam e acham nas partes marítimas, e pelo sertão dentro infinitos da maneira que digo (GÂNDAVO, 2004: p.106).

Ainda sobre a questão da abundância de animais peçonhentos no Brasil, Cardim nos dá o seguinte relato:

Parece que este clima influi peçonha, assim pelas infinitas cobras que há, como pelos muitos Alacrás, aranhas e

outros animais imundos, e as lagartixas são tantas que cobrem as paredes das casas (CARDIM, 1978: p. 33-34).

Esses dois trechos servem para exemplificar o que afirma Mello e Souza, segundo o qual não houve uma sequência ordenada entre os movimentos de edenização e detração do clima tropical, assim, como da natureza do Novo Mundo. Mesmo os maiores edenizadores das terras tropicais não pouparam observações negativas, em maior ou menor grau, sobre as terras que visitaram no Novo Mundo. Como a historiadora afirma: "Houve, portanto, tendência à edenização da natureza, predomínio dela, mas não exclusividade" (MELLO E SOUZA, 1986: p. 43).

A fim de entender esse outro aspecto da edenização, "detratora e mesmo infernalizante", Mello e Souza vai até o Renascimento, e o traz como inspiração dessa dualidade. "O Renascimento teria sido enigmático e contraditório. Seus contemporâneos tiveram consciência disso" (MELLO E SOUZA, 1986: p. 44). Para corroborar seus dizeres, a historiadora apresenta a seguinte sentença, de Delumeau: "Tudo [no Renascimento] foi misturado, o mais alto com o mais baixo, o inferno com o céu, o melhor com o pior" (DELUMEAU Apud. MELLO E SOUZA, 1986: p. 44).

Mello e Souza, conclui então, que "sendo assim, não é de admirar que o céu e inferno se misturassem também nas crônicas sobre a América, e que o mais edenizador dos autores se visse também às voltas com a detração" (MELLO E SOUZA, 1986: p. 44).

Vale ainda ressaltar que até agora, não tocamos no assunto que entre esses autores mais aproximava o Brasil, agradável de se viver, e divino em sua natureza, em uma espécie de antiparaíso, que são suas gentes nativas, com seus hábitos que para alguns eram a evidência de que o diabo havia se instalado na América (MELLO E SOUZA, 1993: p. 30). Tocamos apenas no ponto referente à natureza e ao clima do Novo Mundo, que mesmo apresentando uma nítida tendência à edenização, ainda contava com elementos de detração. Em relação aos seus homens, esses fatores de detração pesam bem mais na sua balança com a edenização, como veremos no decorrer do trabalho.

Esses são apenas alguns exemplos de europeus que aprovaram a vida nos trópicos, que foram cantados em suas maravilhas por muitos outros que aqui estiveram, e que assim, contribuíram para a construção de um paradigma sobre os trópicos que marcariam o século XIX no Brasil, no qual essa mítica do paraíso terreal seria recuperada a todo momento, como veremos mais a frente.

No entanto, como foi dito, a visão europeia sobre os trópicos era ambivalente, se os aspectos positivos eram exaltados, os negativos também o eram, em alguns momentos mais, em outros menos, mas a verdade é que os trópicos nunca foram uma unanimidade. E algumas dessas teorias que difamavam os trópicos e os que estavam sob sua influência tiveram longa vida no pensamento social brasileiro, sendo frequentes no século XIX.

Por mais que o ideal e a vontade de mostrar um país tropical belo e simultaneamente apto ao progresso fizessem parte de uma missão patriótica e de uma agenda oficial, questão que marcou a formação dessa identidade tropical no século XIX, a verdade é que certas incredulidades acerca dos trópicos e de seu potencial assombravam aqueles intelectuais e políticos oitocentistas, que acostumados a ver e analisar o Brasil através de um "jogo de espelhos deformantes", ou seja, através do olhar estrangeiro, e nesse caso, não conseguiam se desvincular das teorias do Velho Mundo que inferiorizavam os trópicos e o condenavam, juntamente com seus habitantes, a ocupar um lugar secundário no rol das grandes nações.

Referências negativas ao clima tropical existem há séculos, um dos motivos das vivas de Sérgio Buarque de Holanda ao português foi justamente a sua habilidade de se trasladar às zonas tórridas e de habitá-las, desafiando o conceito quinhentista que os homens nela se degeneravam. Isso, para não citarmos as teorias hipocráticas, que ainda na Grécia antiga, já viam a chamada "zona tórrida" como um lugar de inferioridade frente às consideradas zonas médias (ARNOLD, 2000: p. 22; GLACKEN, 1967: p. 87). Todavia, esse debate sobre a interferência do clima e da natureza em geral na vida e desenvolvimento das pessoas e povo se intensificou no século XVIII, principalmente na parte que toca a América. Tanto que Antonello Gerbi batizou essas discussões acerca da

natureza americana de "A Disputa do Novo Mundo" (GERBI, 1996).

Inclusive, os filósofos pertencentes ao movimento da Ilustração europeia discutiram as relações entre a natureza, o corpo social e a política, como é o caso de Montesquieu em seu *O Espírito das Leis* (1748), no qual defende que os homens não são guiados apenas por suas fantasias, mas haveria princípios que governariam as leis e os costumes, válidos em todo o mundo. Ao contrário de Hobbes, Locke e Rousseau, Montesquieu não se interessa pelo contrato social. Sua reflexão se volta para os tipos de sociedade, buscando nelas suas regras objetivas. Constrói assim uma teoria geral do clima, que ajuda a explicar a pluralidade dos costumes e das leis: "o império do clima é o primeiro de todos os impérios", afirma ele (VENTURA, 1991: p. 19).

Essa teoria tem como centro a natureza e as instituições da Europa, produzindo uma hierarquia do espaço natural e social, no qual o clima temperado e a monarquia constitucional são considerados os modelos ideais, tendo como opostos os climas tórridos e glaciais, e seus respectivos padrões de governo, segundo Montesquieu: a república e o despotismo oriental.

O trecho de Ventura abaixo relata bem o pensamento de Montesquieu:

A escravidão, a poligamia e o despotismo resultam, na sua visão [de Montesquieu], da apatia geral dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o "relaxamento" das fibras nervosas. Com isso o indivíduo perderia toda sua força e vitalidade, seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de

curiosidade, enervando o corpo e enfraquecendo a coragem. O clima quente favorece a aceitação da servitude: "não surpreende que a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que, a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres. É um efeito que deriva de sua causa natural [aqui citando Montesquieu] (VENTURA, 1991: p. 12).

Notamos por esse trecho que a visão do filósofo francês a respeito dos ambientes de clima quente é extremamente negativa. O mesmo valia para os climas extremamente frios. A liberdade predominante na Europa poderia então ser explicada em virtude de estar posicionada na zona temperada ideal do globo¹³.

Nos demais continentes, as condições naturais teriam trazido o despotismo e a escravidão. Assim sendo, a Ásia seria um continente cuja predisposição à tirania seria explicada devido ao clima muito frio, que se altera com áreas excessivamente quentes; já a África teria como características a escravidão e a debilidade de seus governos, por causa precisamente do clima tórrido. Sobre a América, que ele divide em duas áreas, a posição de Montesquieu é ambígua.

Havia a América próxima ao Equador, terra dos "impérios despóticos do México e do Peru", e uma outra fora dos trópicos, povoada por "pequenos povos livres". Montesquieu apontava que a existência dessas populações no continente poderia ser atribuída à fertilidade do solo americano, que produzia por si só frutos, independentemente da ação do homem.

¹³ Nesse ponto, é interessante ressaltar que Montesquieu simplesmente não toca na escravidão presente nas sociedades gregas e romana, consideradas os berços da civilização europeia.

Portanto, notamos que na teoria de Montesquieu o futuro do Novo Mundo está aberto, já que havia áreas dentro da "zona climática ideal", compatíveis com o modelo europeu. Ou seja, apesar das facilidades que a natureza oferecia, o que era visto de forma negativa, pois não levava seus habitantes a pensar e evoluir para sobreviver, ainda havia uma chance de a América se civilizar (VENTURA, 1991: p. 20-21).

Sobre o pensamento e Montesquieu em relação à interferência do clima no caráter do ser humano, podemos observar um retorno das ideias hipocráticas, que pregam, por exemplo, a ação benéfica do clima frio sobre os corpos, retesando-os, e aumentando assim sua força, e da mesma forma, o efeito maléfico dos climas quentes sobre esses mesmos corpos, alongando-os, diminuindo-os, o que explica o maior vigor dos povos do Norte, de clima frio, e em contraposição, a frouxidão os povos tropicais. Podemos encontrar ainda nessas teorias hipocráticas, revisitadas por Montesquieu, e muitos outros depois – uma vez que se já não era, viriam a se tornar um lugar-comum, segundo Bresciani -, a gradação da sensibilidade em relação aos prazeres e à dor, da menor nos climas frios, à maior nos climas quentes (BRESCIANI, 2007: p.75).

No entanto, vale aqui frisar, que assim como Hipócrates, Montesquieu não era de todo determinista, apesar de crer na intensa participação das condições ambientais na determinação de comportamentos e caráter dos povos, o iluminista francês, não via essa relação de maneira peremptória

e incontornável. Como mencionou Bresciani, "ele se recusaria expressamente a isso, considerando mesmo um grande absurdo pensar que um fatalismo cego pudesse ter produzido seres inteligentes" (BRESCIANI, 2007: p.75). Tanto que Montesquieu via como tarefa dos legisladores e bons governantes, sobrepor-se a esses percalços impostos pelo clima e outros fatores ambientais, quanto mais estes tentassem se impor sobre suas sociedades (ARNOLD, 2000: p.27).

Vale ainda ressaltar que Montesquieu, não foi original ao elaborar essas ideias, na Europa Moderna, Jean Bodin, por exemplo, um século e meio antes já antecipara alguns dos paradigmas que Montesquieu abordaria em seu *O Espírito das Leis*. No entanto, como ressalta David Arnold, a importância de Montesquieu está na sua capacidade de absorver e sintetizar essas ideias sobre a influência do meio no homem, que circulavam pela Europa, para apresentá-las de uma forma atrativa e relativamente coerente. Tanto que podemos encontrar vestígios dessas teorias de Montesquieu em obras como *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, *A Filosofia da História*, de Hegel, além das questões referentes à discussão do "despotismo oriental", e do "modo de produção asiático", presentes em Marx e Engels.

Essas ideias expressas por Montesquieu, nas quais o clima e o meio em geral atuavam na modelagem do homem voltaram a entrar bastante em voga já em finais do século XVII, sendo muito importantes nos séculos XVIII e XIX. A Medicina, as ciências, a filosofia, a

poesia, a pintura, e até mesmo a jardinagem, nos dão provas da profunda penetração dessas ideias nas sociedades europeias – e depois de outros lugares do globo – nesse período (ARNOLD, 2000: p. 28-29).

Como observa Glacken, em nenhuma das épocas anteriores, os pensadores se haviam posto a examinar as questões relativas à cultura e ao ambiente com tanta minúcia, curiosidade e dedicação como fizeram no século XVIII (GLACKEN, 1967: p. 501).

Arnold aponta algumas causas para esse súbito interesse pela natureza, no século XVIII: 1) Graças aos avanços da física, astronomia e botânica, ocorridos desde o século XVI, as formas e efeitos do mundo natural podiam ser melhor compreendidos, e motivaram um desejo – e uma capacidade – sem precedentes de controlar as forças da natureza. 2) A segurança e opulência, recém-adquiridas de governantes e aristocratas, promoveram, através do mecenato, um incentivo às artes e ciências. 3) A urbanização e os inícios da industrialização avivaram a reação romântica, o que alimentou o apetite para as paisagens naturais. Assim, podemos dizer que no século XVIII, a natureza, através dos filósofos, cientistas e artistas, se converteu também em uma das metáforas principais da época, o prisma através do qual se refratavam com inusitado brilho toda classe de ideias e ideais (ARNOLD, 2000: p. 24-25).

Desta maneira, outro francês, também relacionado à Ilustração, o naturalista Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, em sua obra *História Natural do Homem* (1749),

adota a teoria do clima de Montesquieu, inserindo o homem em um modelo hierárquico e eurocêntrico de climas temperados.

O clima temperado se localiza do 40° a 50° grau de latitude; é também nessa zona que se encontram os homens mais belos e bem feitos (...) é daí que se devem tomar o modelo e a unidade a que se devem referir todas as outras nuances de cor e beleza (BUFFON Apud. VENTURA, 1991: p. 21-22).

Além disso, Buffon avançou em relação a Montesquieu no momento em que detratou a natureza americana, acusando-a de ser menos “ativa” do que a do Velho Mundo. Ele acreditava que a umidade e o calor, característicos das “zonas tórridas” da América, eram responsáveis pelos animais menos numerosos e de menor porte (VENTURA, 1991: p. 22). No Novo Mundo não havia leões, girafas ou elefantes, o lhama não passava de um camelo mirrado, o continente era dominado por répteis e insetos, portadores e sangue frio, e os animais europeus, aqui não se adaptavam ou diminuía de tamanho. Tudo isso, segundo Buffon, vinha a corroborar sua tese da hostilidade ao desenvolvimento que a natureza americana proporcionava, através do seu calor e da sua umidade generalizada, que tudo corroía e deteriorava, “enchendo o ar de miasmas perigosos”, como nos diz Maria Ligia Prado (PRADO, 1999: p. 181-182)¹⁴.

Munido de relatos de viajantes que percorreram a América, Buffon saiu em defesa da teoria monogenista, e da condição racional de toda a espécie humana, sem, no

¹⁴ Maria Ligia Prado nos lembra que no século XVIII eram comuns teorias sobre a geração espontânea de vermes e víboras a partir de corpos putrefatos, e sobre terras encharcadas e insalubres, o que justificava, aos olhos de Buffon, a presença e tantas moléstias no Novo Mundo..

entanto, deixar de estabelecer uma classificação dos tipos humanos em função dos graus de sociabilidade observados e avaliados pelo esclarecimento, polidez, submissão às leis e à ordem estabelecida. Podemos notar que para Buffon, o modelo de civilização a ser seguido era o europeu, inclusive no seu aspecto físico, e o que se distanciava dele ganhava uma conotação negativa, sendo os europeus do Norte os ocupantes do topo de sua escala, seguidos pelos outros europeus, depois pelos asiáticos e certos africanos, cabendo aos selvagens americanos, australianos e africanos o mais baixo grau, próximo ao dos animais (BRESCIANI, 1997: p.76).

Buffon acreditava que, assim como os animais, os homens das regiões tropicais eram vítimas da natureza, já que esta seria tão poderosa a ponto de impedir seu crescimento e evolução. Portanto, notamos a continuação da visão negativa sobre a América de Montesquieu na obra de Buffon.

Buffon detratou a natureza americana, acusando-a de ser "imatura", inferior à natureza do Velho Mundo, ao contrário dos viajantes do século anterior, não via no calor dos trópicos, na fertilidade das terras e nas florestas exuberantes, motivos para comemorações, pois proporcionavam um continente infantilizado em seu desenvolvimento.

No entanto, as ideias detratoras e Buffon a respeito da América foram muito bem recepcionadas no meio letrado europeu, não só sendo aceitas como verdadeiras, como tendo uma grande

e duradoura persuasão. Exemplo disso foi que pensadores de renome, como Auguste Comte e Domingo Sarmiento teceram elogios ao filósofo francês e suas teorias, muitas décadas depois de sua publicação.

Além disso, Prado realça a importância da obra e Buffon, pois ao tratar a natureza americana, um tema aparentemente neutro, ele contribuiu para a gestação de uma identidade, a princípio continental e de inferioridade em relação à Europa (PRADO, 1999: p. 182-183).

Se Buffon detratou a natureza da América ao proclamar sua suposta "imaturidade", Cornelius De Pauw, em seu *Investigações filosóficas sobre os Americanos (1768)*, radicalizou ainda mais essa deturpação, pois afirmou que os animais, as plantas e mesmo os homens (incluindo os descendentes de europeus) que habitavam o Novo Mundo passavam por um processo de degeneração.

Segundo ele, antes de serem vítimas dos conquistadores europeus, os nativos da América foram vítimas do clima, do solo, da natureza em geral do seu continente, que impedia qualquer tipo de indústria humana (VENTURA, 1991: p. 23).

Provavelmente conhecedor de algumas elaborações de finais do século XVII, produzidas pela escola dos chamados *diluvians*, que atribuíam ao dilúvio as causas para a debilitação dos solos, e a diminuição da longevidade dos seres humanos e animais, De Pauw acreditava que essa catástrofe era a mais provável causa para os vícios que encontrou nos habitantes das Américas (PRADO, 1999: p. 183).

Citar todos os autores que depreciaram a imagem da natureza da América no século XVIII demandaria um tempo e um espaço que não temos aqui, e nem esse é o objetivo do trabalho, mas é preciso destacar que além desses aqui citados, o abade Raynal, Thomas Buckle, Hegel, além de outros, são responsáveis por atacar e difamar a imagem do Novo Mundo, na disputa a que Gerbi se referiu.

O que notamos então é que, apesar de diversas discordâncias entre os autores acima, em geral se propagava a tese de inferioridade americana, tanto em termos naturais, quanto em termos populacionais. Mas se Gerbi chamou esse período de disputa, quem são os que defendem a América no embate?

Segundo Márcia Naxara, havia na Europa do período a noção de que o homem civilizado já não era mais capaz de viver de maneira feliz, pois fora acometido por outro tipo de barbárie, e perdera a sua humanidade (NAXARA, 1999: p. 25).

O principal representante dessa concepção foi o filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau, que via no homem selvagem, a alternativa para a "degeneração" que acometera o homem civilizado, levando-o a perder a bondade original. Nesse contexto, a Europa civilizada tinha muito que (re) aprender¹⁵ com a América selvagem (SCHWARCZ, 2008: p. 45).

No entanto, não foi Rousseau o principal responsável pela mudança da imagem negativa do Novo Mundo nos círculos acadêmicos. O naturalista e viajante alemão Alexander von Humboldt reverteu essa visão, ao mostrar seu

entusiasmo pela natureza e clima da América tropical e do Caribe, tidos então como insalubres para o desenvolvimento humano.

Humboldt conseguiu essa mudança de pensamento ao dar à América um passado próprio, específico, sem comparações com a Europa. Ao tratar a natureza americana dessa maneira, como nunca havia sido feito antes de maneira científica, os estudos de Humboldt subverteram a noção de fragilidade e juventude da natureza e clima do Novo Mundo. Ele conseguiu esse feito ao localizar na natureza desse continente uma série de "ruínas" que atestavam a grandiosidade e a idade avançada da América. Exemplo dessas ruínas são os monumentos deixados por povos pré-colombianos, que atestam que aqui também houve grandes e avançadas civilizações, capazes de obras arquitetônicas invejáveis e que nada se assemelhavam ao padrão europeu (SCHIAVINATTO, 2003: 615-616).

Além disso, para refutar as opiniões a respeito da degeneração do homem americano, Humboldt tomou como exemplo os trabalhadores indígenas e mestiços das minas no México, que chamavam a atenção pela robustez e resistência, nada parecidos com o estereótipo de físico frágil em virtude da ação do meio, propagados na Europa.

Humboldt também negou a ideia de juventude geológica do continente americano ao encontrar fósseis pré-históricos que atestavam a idade avançada do Novo Mundo. Assim, através dessas "ruínas", Humboldt inverteu a imagem negativa da natureza da América

¹⁵ Sobre essa questão da valorização do meio natural, em especial do selvagem que nele habita, Todorov nos faz uma ressalva importante, ao mostrar-nos que a imagem do "bom selvagem" (e por oposição, à do "mal selvagem") constitui uma construção mental, uma ficção, realizada com a finalidade de facilitar a compreensão dos argumentos dos autores. Para Rousseau, em seu Discurso sobre a origem da Desigualdade, prossegue Todorov, o homem da natureza se apresentaria como uma elaboração literária, com o objetivo de "conhecer um estado que não mais existe, que provavelmente nunca terá existido, que não existirá jamais, e do qual é entretanto necessário ter noções precisas para bem compreender a situação presente" (TODOROV Apud. BRESCIANI, 1997: p. 90).

dentro dos círculos intelectuais europeus. Ventura traz uma frase de Humboldt na qual sua opinião acerca desse debate fica bastante clara: "Essas ideias se propagaram facilmente, porque lisonjeavam a vaidade dos europeus, ligando-se a hipóteses brilhantes sobre o antigo estado de nosso planeta" (VENTURA, 1991: p.27).

A verdade é que a Humboldt fascinava a tensão existente entre as forças da natureza, que ele podia observar com maior intensidade nos trópicos. Para o naturalista germânico, a natureza tropical "aparece mais ativa, mais fecunda, pode-se, inclusive, dizer que é mais pródiga de vida". Segundo Arnold, foi a fecundidade e a diversidade dos trópicos que alimentou seus pensamentos de como uma só e indissolúvel cadeia mantém unida toda a natureza, formando um único todo ordenado harmoniosamente, o qual chamou de *Cosmos* (ARNOLD, 2000: 134).

Com as teses de Humboldt, que derrubaram as imagens negativas do Novo Mundo nos debates intelectuais¹⁶, e a retificação de Buffon em relação à sua própria teoria, ao negar a ação degenerativa da natureza sobre homem americano, sendo esta atuante somente os animais domésticos, a chamada "Disputa do Novo Mundo" chega ao fim, e essa discussão perde forças no pensamento europeu (VENTURA, 1991: p. 26).

Vale aqui ressaltar, que, apesar de o século XVIII ser mais conhecido na historiografia como um período de detração da natureza americana, observou-se uma tendência a ela principalmente na

Europa, pois se observarmos, é farta a produção de imagens positivas sobre o meio-ambiente tropical no século XVIII.

Histoire générale des voyages ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, de Prevóst, que começou a escrever em 1746; *Abregé de l'histoire* (1780), de La Harpe; *Voyage autour du Monde* (1771), de Antoine Bouganville, entre outros, são exemplos de obras na qual a natureza que aparecia nos escritos era edenizada (SCHWARCZ, 2008: p. 45-48), e é interessante que lembremos que apesar de Humboldt ser preconizado como o responsável pela inversão da imagem dos trópicos entre os europeus, já havia (ou ainda havia) homens que acreditavam nos benefícios dos trópicos, antes mesmo da visita do naturalista germânico à América.

No entanto, apesar de a visão positiva da América, simbolizada por Humboldt, ganhar espaço de maneira gradativa nos círculos intelectuais, a maneira negativa de se enxergar esse continente ainda permaneceu bastante latente, como ressalta Márcia Naxara (NAXARA, 1999: p. 37). Um exemplo disso é o debate a respeito das teorias raciais que tomam conta do Brasil a partir da década de 1870.

No entanto, sobre o século XIX, sabemos que a partir da revalorização da natureza promovida por Humboldt, e também com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808 - como diz Schwarcz, "a maravilhosa natureza brasileira ganhava novas representações, clichês e banalidades, sobretudo na França".

Além disso, há todo um redescobrimto de nosso mundo natural, promovidos por uma multidão de geógrafos, botânicos, e outros cientistas que aqui desembarcam, em busca de conhecer e descrever aquele famigerado desconhecido que era o Brasil (SCHWARCZ, 2008: p.48).

Maria Liga Prado nos conta que no século XIX, os cientistas desejavam observar a natureza, medi-la, descrevê-la e rotulá-la. Já os artistas românticos viam na atravessada por qualidades e defeitos semelhantes aos dos humanos, projetando nela sentimentos, despertando em si a admiração ou o temor. "Os primeiros usavam a linguagem supostamente objetiva e fria da ciência, enquanto o segundo fazia descrições que carregavam nas cores e nas tintas e que respiravam emoções" (PRADO, 1999: p.180).

No entanto, se cientistas e artistas se debruçavam sobre a natureza buscando conhecimento ou inspiração, o clima tropical continuava a ser tratado de maneira ambivalente no debate letrado.

Desta maneira, podemos notar que os intelectuais do século XIX, escreviam sob uma rede de tensões que trazia os trópicos ora vistos como motivo de orgulho, ora vistos como motivo de preocupação, em um movimento que dividia claramente o globo em uma zona temperada, lugar do trabalho e do progresso, e outra negativa, lugar do deleite e do atraso, o que presumia de estratégias que fossem capazes de contornar tais sentenças nada alentadoras. Montesquieu, Humboldt, Buffon, Caminha, Lery... todos eles contribuiriam para a formação de

uma identidade tropical brasileira forjada sob o signo da ambivalência.

É importante ainda citar que essa identidade nacional brasileira, baseada nesse viés tropical do país, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, muitas vezes se confunde, ou se mescla a um outro elemento que, como dissemos, também serviu com base para a construção da identidade nacional brasileira: a raça. Que queira ou não, era elemento constituinte desses trópicos, afinal, elas eram frutos de sua ação, e suas características, tão importantes para o desenvolvimento civilizacional das nações, estavam diretamente ligadas ao clima.

Segundo Arnold, os motivos para a ascensão dessa nova maneira de classificação dos homens seriam: 1) O problema da escravidão e da abolição promoveu intensos debates sobre a questão racial em ambos os lados do Atlântico, no que concernia sobre a questão de os africanos pertencerem ou não a uma subespécie humana distinta, presumidamente inferior. 2) A crescente ascensão militar e econômica da Europa se tornava como um sinal de que os europeus eram uma raça superior, principalmente quando sua chegada a muitas partes do mundo foi seguida pelo decréscimo populacional, ou mesmo extinção dos povos nativos conquistados. 3) Os séculos XVIII e XIX assistiram a um rápido crescimento dos estudos das ciências biológicas, o que fomentou o debate acerca das diferenças entre os seres-humanos (ARNOLD, 2000: p.30).

Além da combinação desses fatores, não podemos nos esquecer da publicação de *A Origem das*

Espécies, em 1859, por Charles Darwin. Com sua luta entre as espécies e a "sobrevivência do mais apto", parecia que Darwin havia quebrado a ideia de natureza como algo fixo e harmonioso concebido por Deus. Logo essas ideias evolutivas passaram a ser usadas também na análise das sociedades humanas, e serviram de apoio para concepções de que as diferentes raças representavam estados diferentes do processo evolutivo, e que as diferentes condições ambientais haviam sido fator significativo de diversificação (ARNOLD, 2000: p. 31).

Nesse contexto, as civilizações não eram espécies imutáveis, mas sim evoluíam e caíam em resposta a certas condições ambientais, batalhavam com seus concorrentes pela supremacia no ambiente e sobrevivência.

Podemos encontrar um exemplo do uso dessa teoria podemos encontrar nos dizeres do naturalista Alfred Russel Wallace, que em 1864, que acreditava que na luta pela vida, as populações menos desenvolvidas mentalmente seriam extintas ao entrar em contato com os europeus:

¿No es un hecho que en todas las épocas y en cada rincón del globo, los habitantes de las regiones templadas han sido superiores a los de las regiones tropicales? Todas las grandes invasiones y todos los grandes desplazamientos han sido de norte a sur, pero no al revés; y no tenemos registro de que alguna vez haya existido, como tampoco hoy existe, un solo caso de civilización intertropical (WALLACE Apud. ARNOLD, 2000: p. 32).

Ainda no século XIX, naturalistas, antropólogos, historiadores e geógrafos, reformularam as ideias da influência do meio ambiente sobre o homem, de maneira a satisfazer os imperativos de uma nova era imperial. Esse novo imperialismo, combinado às ideias de darwinismo racial, evolucionismo, positivismo, naturalismo, entre outras teorias, que segundo Schwarcz (SCHWARCZ, 1993: p. 28), foram popularizadas nessa época justamente para fomentar as práticas imperialistas, empurraram as ideias do papel do meio na conformação do homem em proeminências excepcionais, como diz Arnold, entre os anos 90 do século XIX e o início do século XX (ARNOLD, 2000: p. 34).

Tudo isso também pulula e perturba nossos homens de letras e ciências preocupados com os futuros da nação, afinal, estaria o Brasil condenado devido ao seu clima tropical e sua população, formada por parcela expressiva de negros, índios e mestiços, povo que, respeitados cânones vigentes da ciência oitocentista, estariam fadados a desaparecer perante raças superiores, notadamente europeias?

E nesse ponto, clima e raça convergem para um mesmo ponto, afinal, como dissemos, eram as raças inferiores, menos capazes, justamente aquelas oriundas dos trópicos, que, segundo a tradição europeia, foram forjadas sob o signo da preguiça, do sensualismo e da debilidade moral que os trópicos proporcionavam. Mesmo quando o centro da análise estava calcado na raça, e não no clima, esse último elemento não deixava de atuar, pois,

se as consideradas raças inferiores poderiam ser culpadas como responsáveis pelas mazelas do Brasil, os trópicos podiam ser culpados pelas mazelas dessas raças.

Assim, ao analisar a presença do clima ou da natura tropical no contexto da identidade nacional brasileira no século XIX, elemento tão recorrente na historiografia, devemos ter como ponto de partida esse paradigma que norteou o pensamento de nossos pensadores oitocentistas, no qual o bem e o mal andariam lado a lado, no qual o progresso era um sonho possível, e o fracasso era uma realidade palpável, no qual os trópicos reais poderiam ser muitos mais feios e tenebrosos que aqueles difundidos pelos primeiros viajantes e colonizadores que aqui estiveram, mas que também poderiam ser muito mais promissores que aqueles trópicos pregados pelos teóricos setecentistas da Ilustração.

No entanto, vale ainda ressaltar que o conceito de clima no século XIX, apesar de guardar semelhanças com o conceito de clima dos dias de hoje, não era exatamente o mesmo. Se buscarmos nos atuais manuais de geografia o que significa *clima*, encontraremos uma definição que diz que o clima é o conjunto de condições meteorológicas (temperatura, pressão atmosférica, umidade, regime de ventos e chuvas, insolação, entre outros fatores) que caracterizam o estado médio da atmosfera em um determinado ponto da superfície terrestre (OLIVEIRA, 1980: p. 73; GEORGE, 1991: p. 118; DANNI-OLIVEIRA, 2007: p. 14-15).

No entanto, até o início do século XIX, podemos dizer que a

definição de clima era menos ampla, ficando restrita às diferenças de temperaturas nas diferentes regiões. Entretanto, a partir dos estudos de Humboldt, percebemos que o conceito de clima ganhou semelhanças com o que conhecemos hoje, pois passou a considerar outros fatores como seus componentes. Como nos traz Sandra Caponi, segundo o conceito de Humboldt, "o clima é a reunião de condições atmosféricas e meteorológicas que tem uma ação geral e constante sobre os seres organizados" (CAPONI, 2007: p. 18).

Assim, falar de clima, segundo Humboldt, era falar das variações atmosféricas como a temperatura, a umidade, a pressão atmosférica, a pureza do ar, os miasmas, entre outros fatores, existindo uma série de elementos que exerciam influência direta sobre as variações climáticas, tais como a proximidade com os astros e satélites, o magnetismo terrestre, e a ação de vulcões, além dos acidentes geográficos, tais como a presença de golfos, pântanos e montanhas, que como assinala Jean Boudin - naturalista francês que se utilizava dos conceitos de Humboldt -, também atuavam sobre o clima (CAPONI, 2007: p. 18).

A noção de Humboldt então, que ampliava o conceito de clima, ganhou força nos oitocentos (SAINT-HILAIRE, 1835: p. 116; BOUDIN, 1857: p. 217), e também entre os intelectuais brasileiros do século XIX - signatários fiéis dos ensinamentos do naturalista germânico, que fazia parte, inclusive, dos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma dos mais destacados lugares de produção da história e da

identidade nacional nesse Brasil oitocentista -, e foi se sobrepondo às conceitualizações que pregavam o clima unicamente como mudanças de temperatura.

Conclusão

Dessa maneira, podemos concluir que o clima tropical serviu como elemento no qual se calcou uma identidade nacional para o Brasil, no entanto, ao analisarmos esses trópicos, devemos levar em consideração que havia toda uma história do clima tropical a ser levada em conta, que invariavelmente, percorriam as mentes e os escritos

daqueles que se engajavam na construção de uma identidade nacional para o Brasil, no século XIX.

Assim, havia todo um paradigma tropical em questão, que ora era marcado pela exaltação dos trópicos, e ora por sua detração, e que acabaram por estar na base da formação da própria identidade nacional brasileira, que marcou o Brasil como um lugar belo, quente e lindo, mas cheio de problemas, e habitado, em grande parte, por pessoas mais dadas aos prazeres da vida fácil do que propensas a inserir o Brasil em um mundo realmente civilizado.

Bibliografia

- BOUDIN, Jean. *Traité de géographie et de statistique médicale*. Paris: Baillières, 1857.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora, s.d.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CAPONI, Sandra. "Sobre la aclimatación: Boudin y la geografía médica". In. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. V.1. n.1 (jul-out. 1994) - Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2007.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1978.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. L&PM: Porto Alegre, 1984.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A Primeira história o Brasil: história da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil - História a Província Santa Cruz*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- GEORGE, Pierre. *Diccionario de Geografia*. Madrid: Akal Ediciones, 1991.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GLACKEN, Clarence. *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley, 1967.
- HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil (1551 - 1555)*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar, 2006.

- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-VXIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.
- MENDONÇA, Francisco & DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. *Climatologia: Noções Básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999.
- OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. "Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Lery" In. *Revista USP*. São Paulo: USP, CCS, 1989.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SAINT-HILAIRE, Isidore Geoffroy. *Acclimatation et domestication des animaux utiles*. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 1834.
- SANT'ANNA NETO, João Lima. "História da climatologia no Brasil: Gênese e Paradigmas do clima como fenômeno geográfico", In. *Cadernos Geográficos/Universidade Federal de Santa Catarina*. Nº 1. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. "Imagens do Brasil: Entre a natureza e a História" In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 - 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

¿ES IMPORTANTE LA HISTORIA DE LA SALUD-ENFERMEDAD PARA LA SALUD PÚBLICA?

Jorge Márquez Valderrama¹
Universidad Nacional de Colombia

“Casi siempre, el mito consiste precisamente en la extensión de una idea por fuera de los límites donde ella es válida” (MIRKO D. GRMEK, 1977).

Al interrogarnos sobre la importancia de la historia de la salud-enfermedad para la salud pública hoy, es inevitable pensar en la distancia entre un objeto de la historia política y la política misma (Le-Goff, ¿Es la política todavía el esqueleto de la historia?), o entre lo que es objeto de estudio de la historia de las ciencias y lo que puede serlo para las ciencias (Canguilhem,). En el primer caso, cierta historia política acontecimental defiende aún lugares comunes basados en la idea según la cual hay hechos que pueden repetirse por ignorancia del pasado, como si la historia pudiera y debiera enseñarnos a no repetirla y, por ende, a convivir mejor. Pero la historia a secas, la investigación histórica es escéptica frente a esta supuesta pedagogía del pasado, y no busca enseñanzas sino analizar, criticar y comprender el pasado. En el caso de la historia de las ciencias, existe la

celebratoria, que busca por todas partes precursores, antecedentes y se muestra renuente ante las rupturas y discontinuidades, y cuando las acepta, es para ensalzar mejor a algún supuesto héroe. Por lo tanto, una historia con una función precisa: legitimar el hacer científico de un determinado espacio-tiempo. Pero también se practica la historia de las ciencias a secas, que ha hecho evidente que los objetos, problemas, preguntas y hallazgos de los historiadores muy rara vez afectan la ciencia, que no pretende afectarla y que reconoce modestamente la distancia entre los objetos de la historia y los de las ciencias. Por otra parte, así como es temerario querer cambiar el rumbo político de una sociedad mediante la comprensión de su devenir, pienso que es pretensioso intentar cambiar el rumbo de la interrogación científica a partir de la interrogación histórica. En el caso de la medicina, por ejemplo, se puede ser buen médico siendo al mismo tiempo pésimo historiador, o mejor, para ser buen médico es inútil el saber histórico. Aunque estoy convencido de que el saber histórico (como el filosófico y el antropológico) mejoran muchísimo la calidad humana de los médicos. Por otro lado, es deseable que las ciencias

¹ Jorge Márquez Valderrama: profesor titular del Departamento de Estudios filosóficos y culturales de la Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín; coordinador del grupo de Investigación Producción, Circulación y Apropiación de Saberes, PROCIRCAS, de la misma Universidad.

sociales mejoren también el sentido ético de los políticos.

En cuanto a la historia de la salud, como campo de investigación, ya no puede concebirse separada de la constelación epistemológica en la cual se inscribe, donde debe dialogar con otros campos como la historia a secas, la historia de la enfermedad, la historia de la medicina y la antropología médica. Al interrogar su impacto en la salud y la salud pública pienso que debe considerársela como uno de los ejes de interrogación de un esfuerzo trans- y multi-disciplinar. Hay que admitir, además, que ese impacto es más bien débil, pero esto no debe disuadirnos de hacer dialogar entre ellas las prácticas de investigación que se ocupan del fenómeno salud-enfermedad.

Para volver a la historia de la salud-enfermedad, quiero resaltar algunos de los aspectos en los cuales es notorio que la reflexión histórica se ve afectada por nuestra realidad presente y en que ella podría aportar, a su vez, para comprenderla.

1. Medicalización, población, biopolíticas y medicina social: Algunos procesos históricos de transición hacia la modernidad, que comenzaron en las

sociedades occidentales en el siglo XVIII, siguen aún vigentes y continúan transformando nuestras sociedades. Pienso sobre todo en el nacimiento de la medicina social, de esa medicina que desborda la relación médico-paciente y extiende sus campos de acción a lo colectivo, lo público y hasta lo propio de la especie humana.

2. En la enseñanza de las ciencias médicas y ciencias de la salud, el saber histórico es llamado a humanizar el saber científico-técnico para mejorar los procesos de transmisión del conocimiento, para introducir en la educación médica la mirada retrospectiva y crítica de la acción médica y medicalizante (individual y colectiva). Una educación médica demasiado pragmática y tecnificada, demasiado confiada en la prueba diagnóstica y que ha abandonado en mucha parte el entrenamiento para conocimiento clínico, arriesga con hacer olvidar a los

aprendices que el paciente debe ser asumido como individuo.

3. En la crítica muy expandida socialmente a la medicina basada en evidencia (MBE), la historia de la salud aporta análisis de hechos concretos que pueden servir para la comprensión del impacto social de la medicina, así como de las consecuencias, positivas o negativas, de la producción, circulación y apropiación de prácticas y productos de salud. como ejemplos se pueden citar casos como: la prevención en general, diversos tipos de vacunación, usos del preservativo, lucha antitabaco y prevención de adicciones, programas de salud oral. Es particularmente ilustrativa la historia de la vacunación antivariólica, pues se trata de un hito que reforzó el triunfalismo médico y científico surgido en la era pasteuriana².
4. En cuanto a la historia de las enfermedades se puede anotar que gracias a la historia de las prácticas de salud, a la historia de las enfermedades y a la historia de la medicina se ha

comprendido el valor del conocimiento de epidemias pasadas para indagar por las razones de los cambios debidos a interacciones entre las enfermedades, el medio y la huella antrópica. Lo que el historiador Mirko D. Grmek llamó "patocenosis"³, al calcar este concepto sobre el de "biocenosis"⁴, y explicar con él conjunto estructurado en el cual la repartición de las frecuencias de diversas enfermedades presenta ciertas características matemáticas. así, en toda patocenosis histórica, existe un pequeño número de enfermedades muy frecuentes, de morbilidad elevada, y existe también un gran número de enfermedades relativamente raras. Grmek y Sournia consideran como *dominantes* las enfermedades a la vez muy frecuentes y que comportan consecuencias graves para la situación demográfica y la calidad de vida de una población general o de una subpoblación determinada⁵. Según este planteamiento, me atrevería a avanzar que la patocenosis

² CARRILLO, Ana María.

"Los difíciles caminos de la campaña antivariolosa en México". *Ciencias*, 55-56, jul.-dic. 1999, pp. 18-25

³ GRMEK, Mirko D. « Préliminaires d'une étude historique des maladies ». *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 24 (6), 1969, p. 1481.

⁴ Biocenosis o comunidad biótica: concepto para designar el conjunto de los seres vivos que coexisten en un espacio definido o "biotopo" (el conjunto biocenosis+biotopo forma un ecosistema), y que mantiene relaciones entre sí y con el medio que co-determinan su organización y su riqueza específica. Ver: DROUIN, Jean-Marc. "El ecosistema". En: Giordan A., Raichvarg D. *et al. Conceptos de biología vol. 1*, Barcelona, Labor, 1988, p. 136.

⁵ Grmek, Mirko & Sournia, Jean-Charles. "Les maladies dominantes". En: Grmek Mirko D. (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*, vol. 3, "Du romantisme à la science moderne", Paris, Seuil, 1999, p. 272.

actual combina virus patógenos cuya potencia consiste en volverse epidémicos (ej., ébola, sida), inmunodeficiencias provocadas por exposiciones repetidas a contaminaciones de todo tipo y resistencia a los antibióticos en las últimas cuatro décadas. Hay que citar los casos de las pandemias de gripe del siglo XX (1918-1919, gripe española; 1957-1958, gripe asiática; 1968-1969, gripe de Hong Kong), pues son ilustrativos de la necesidad de romper el silencio histórico sobre las catástrofes sanitarias del pasado, para que nos instruyan sobre las que podrían advenir.

5. En la representación social y cultural de las enfermedades, de los procesos salud enfermedad y de la medicina misma. La comunicación pública de la medicina para el conjunto de la población, a través de la relación médico-paciente y las campañas preventivas puede mejorarse enormemente si el médico integrara a su discurso conocimientos que solo se producen en investigaciones de las ciencias sociales (incluida la

historia). Los ejemplos del VIH-sida son demostrativos, pues nos enseñan, frente a la indiferencia de los poderes públicos en plena catástrofe sanitaria, la emergencia de una campaña preventiva promovida por los pacientes mismos; también, la reacción de sociedades más instruidas, más comunicadas y globalizadas frente a lo que se ha llamado "el retorno de las epidemias". Pero desafortunadamente, la historia y las ciencias sociales nos han mostrado la perdurabilidad de imaginarios arcaicos que han impedido en ciertos casos el esclarecimiento de problemas sanitarios y la adopción de prácticas sanas. Por citar un solo ejemplo, evoco el caso del preservativo y la reacción contraria de las autoridades religiosas.

6. En la definición de la enfermedad y en la clasificación de los sujetos humanos, al establecer umbrales entre lo normal y lo patológico, la historia de la salud aporta evidencias valiosas para comprender que tanto la enfermedad como la salud son

resultados de procesos históricos y como tales son realidades que la humanidad puede transformar en uno u otro sentido. El caso del diagnóstico de depresión, tal y como lo estudian Philippe Pignarre⁶, Ian Hacking⁷ y Sandra Caponi⁸ permite acercarnos a la emergencia de una "nueva epidemia", pero como una novedad marcada por el etiquetaje y la normalización de los individuos a través del discurso médico y por la expansión de este discurso a través del marketing farmacéutico. El fenómeno es analizado por investigadores de las ciencias sociales y humanas en toda su complejidad de actores, intereses y representaciones dominantes. La comprensión de los aspectos comunicacionales ha sido fundamental para cuestionar este y otros tipos (¿o estereotipos?) ya instalados en nuestra vida y lenguaje cotidianos con sanción científica por parte de grupos de poder del campo psiquiátrico. Por citar algunos de estos "tipos": el

hiperactivo, el autista, el depresivo, el insomne, el maniaco-depresivo, el ansioso (trastorno de pánico).

A manera de conclusión

Quisiera cerrar este breve ensayo con unas breves apreciaciones sueltas.

No hay contradicción al afirmar que la historia no se necesita para hacer ciencia, pero que es mejor y muy deseable que los científicos conozcan la historia de las disciplinas en que trabajan.

La constatación que aporta la historia de las ciencias del progreso lineal, continuo y perpetuo de las ciencias como uno de los mitos positivistas⁹, refuerza nuestra idea según la cual la historia de la salud-enfermedad tiene mucho que enseñarle al epidemiólogo, al salubrista, al trabajador social, en general, a los expertos de la prevención. Porque la historia de la salud, como la de las ciencias, no se interesa solamente en los logros, progresos y heroísmos del devenir de las situaciones de salud-enfermedad en el mundo, sino que examina los callejones sin salida, las ideologías, las salidas en falso, las

⁶ Pignarre, Philippe. La depresión, una epidemia de nuestro tiempo.

⁷ Hacking, I. *Kinds of people: moving targets*. London: The British Academy, 2006 (Citado por Caponi, 2009).

⁸ Caponi, Sandra. "Un análisis epistemológico del diagnóstico de depresión". *Interface. Comunic., Saúde, Educ.* 13 (29), abr./jun. 2009, pp. 328-329.

⁹ En cuanto los mitos metodológicos hechos evidentes en y por la historia de las ciencias, ver: Grmek, Mirko D. "Quelques mythes méthodologiques en histoire des sciences". En: Claude Blanckaert, Claude Fischer, Jean-Louis et Rey Roselyne (dirs.). *Nature, histoire, société : Essais en hommage à Jacques Roger*. Paris: Klincksieck, 1995, pp. 21-27.

resistencias de la población frente a las campañas y las iniciativas no médicas o no medicalizadas para mejorar las condiciones de vida de enfermos y sanos.

Cuanto más conozcan la historia de una práctica --sobre todo si a ella le es inmanente el envite entre vida y muerte--, más se acercarán sus

practicantes a una mirada crítica y rectificadora de su hacer. En esto, los historiadores podemos cooperar con el personal especializado en salud pública y, por fortuna, el diálogo entre ellos y nosotros es mucho más fecundo ahora que hace 25 años cuando comenzaba a iniciarme en mi profesión.

Medellín, 13 de agosto de 2014.

REFERENCIAS

- CAPONI, Sandra. "Un análisis epistemológico del diagnóstico de depresión". *Interface. Comunic., Saúde, Educ.* 13 (29), abr./jun. 2009, pp.327-338.
- CARRILLO, Ana María. "Los difíciles caminos de la campaña antivariolosa en México". *Ciencias*, 55-56, jul.-dic. 1999, pp. 18-25.
- DROUIN, Jean-Marc. "El ecosistema". En: Giordan A., Raichvarg D. *et al. Conceptos de biología vol. 1*, Barcelona, Labor, 1988, p.125-151.
- GRMEK, Mirko Drazen. "Préliminaires d'une étude historique des maladies". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations.* 24 (6), 1969, pp. 1473-1483.
- GRMEK, Mirko & SOURNIA, Jean-Charles. "Les maladies dominantes". En: Grmek Mirko D. (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*, vol. 3, "Du romantisme à la science moderne", Paris, Seuil, 1999, pp. 271-293.
- GRMEK, Mirko D. "Quelques mythes méthodologiques en histoire des sciences". En: Claude Blanckaert, Claude, Fischer, Jean-Louis et Rey Roselyne (dirs.). *Nature, histoire, société : Essais en hommage à Jacques Roger*. Paris: Klincksiek, 1995, pp. 21-27.
- HACKING, I. *Kinds of people: moving targets*. London: The British Academy, 2006.
- LE GOFF, Jacques. "¿Es todavía la política el esqueleto de la historia?", en: Le Goff, J. *Lo maravilloso y lo cotidiano en el Occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1996, pp. 163-178.

Mnemosine Revista

Volume 6, n.2, abr/jun 2015

PIGNARRE, Philippe. *La Depresión: una epidemia de nuestro tiempo*. Barcelona, Debate, 2003.



O CUIDAR DE SI E A EXPERIÊNCIA DA RESISTÊNCIA EM "A PELE QUE HABITO" (2011) DE ALMODÓVAR

Taciano Valério Alves da Silva¹

RESUMO

O presente artigo empreende uma análise do filme *A Pele que Habito* (2011) do cineasta Pedro Almodóvar, diante das intrincadas redes que se formam em torno do personagem binômio Vicente/Vera, que vivencia uma mudança de sexo à revelia da sua vontade. Para tanto, fazemos uso da gramática fílmica, procurando estabelecer, a partir de planos cinematográficos específicos, os lugares que vão problematizar as questões. A condição do filme *A Pele que Habito* nos afigura com características diversas e conseqüentemente gera efeitos, construindo outras vias de aberturas para pensarmos outras possibilidades das questões de gênero. Certamente, a pele enquanto metonímia aglutina essas vias, porém, no filme, vamos vivenciar esses efeitos dentro de territórios perfilados pelo poder e pela resistência.

Palavras-chave: Cinema. Gênero. Almodóvar.

ABSTRACT

This article film emerges from the intricate webs which the binomial character Vicente/Vera, who goes through a sex-change operation by default. Thus, we have used the filmic language searching to establish, from the specific filmic takes, the places which are going to discuss the skin as a frontier of the gender identity. At last, the condition of *A Pele que Habito* appears to us as different characteristics and consequently conceives effects building other ways leading us to other possibilities concerning to the matter of gender.

Certainly, the skin as metonymy binds these ways, though, in the film we are going to experience these effects inside territories profiled by the power and resistance.

Key words: Skin.Gender.Almodóvar.

Apresentação

No presente artigo percorremos a trajetória de Vicente/Vera personagem transgênero do filme *a Pele que Habito* (2011) do cineasta Almodóvar. Tal personagem, Vicente, foi sequestrado e sofreu uma cirurgia de mudança de sexo, sendo nomeado de Vera. O doutor Ledgard, personagem emblemático vivido pelo ator Antônio Bandejas, é o autor da cirurgia e responsável pela transformação. Resolvemos, então, fazer uma catalogação dos principais fotogramas que encerram o conflito final do filme. Logo, iniciaremos, uma discussão sobre práticas desestabilizadoras para o nosso pensamento, através de outras formas de nos imbricarmos com a verdade, e o cuidar de si. Esta discussão pretende chegar até o nosso personagem Vera/Vicente, visto que há uma busca por outro território que saia do engendramento proposto pelo médico que remete ao terreno fixo da marca de gênero feminino, como algo posto pela norma.

Assim, existe uma aproximação de medidas que aos poucos transforma o nosso personagem Vicente/Vera pelo uso de elementos envoltos da arte, da escrita e do apelo ao cuidar de si. Neste sentido, Vera/Vicente vai buscar na arte de Louis Bourgeois

(1911-2010) maneiras peculiares de fazer uso do tempo e do espaço. Logo, nesta trajetória, entendemos, através de Foucault, a profunda relação de práticas de si como território possível para a reinvenção do sujeito e, conseqüentemente, novas formas de subjetivação.

Localizamos os principais fotogramas que tornam a nossa ação mais próxima de Vicente/Vera na sua busca pela liberdade. Nomeamos algumas imagens pela própria condição que o filme constitui, através da invenção de estratégias peculiares e das práticas envoltas do eu que possibilitem que Vicente/Vera resistam às múltiplas faces do poder.

Assim, chegamos ao desfecho do filme, em que a presença de Vera/Vicente revestida de outra pele provoca uma afirmação inerente ao movimento: "*Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo*" (FOUCAULT, 1995, p.20).

1.1 Da prisão ao cuidar de si

Segundo Nietzsche (2009), um dos grandes equívocos do mundo ocidental é a noção de verdade. Aprendemos a valorizar a ideia e a verdade, desprezando a intensidade dos nossos sentidos, e, por conseguinte, criamos uma ficção em busca das coisas imutáveis, cristalizando nossas potências vitais, através do pensar, de um incessante apelo por tudo aquilo que permanece. Não suportamos o mutável, o devir, a metamorfose. Ansiamos o concreto, a certeza e necessitamos da legitimação e do permanente. A permanência das coisas, nos fala Nietzsche (2009)², se deu quando passamos a dimensionar a existência no mundo, pela régua,

medindo pelas vias do pensamento um lugar ao sol.

Elegemos o pensamento como a nossa morada, através do exercício das ideias e, assim, fundamentamos e regramos a nossa vida junto a noções de identidades, essências e nos fixamos em tudo isso. Para o filósofo, caímos num grande erro ao não transpor esse campo valorativo e, conseqüentemente, nos sustentamos em equívocos, ruínas, desprezando a intensidade do devir, cujo logro é a impermanência das coisas, a mudança, as transformações e os acontecimentos.

A necessidade de fixidez, ou do livro-raiz (DELEUZE; GUATTARI, 1995), aparentemente nos orienta e nos sustenta diante do imponderável. Em suas bases, em seu pivô, habitam as verdades, cuja função é afirmar, através de elementos categóricos, um suposto equilíbrio que garanta a hegemonia do pensamento sobre a vida. Estamos sempre buscando a verdade, acreditando que o inteligível se afirme, pleiteando estabelecer um vínculo com a terra, ancorado na árvore de um conhecimento, cuja razão são os seus frutos.

A compreensão do mundo, a partir de um princípio ordenador, tem o poder de aliviar e tranquilizar o homem diante da extrema exuberância das forças plurais da vida, o alívio do mundo que, como eterno vir-a-ser, acarreta inevitavelmente a dor e a morte. Encarar a inexistência de qualquer intencionalidade do devir é o mesmo que encarar o desconhecido, o incalculável, é enfrentar o caráter enigmático da vida e da morte (MOSÉ, 2011, p. 35).

Sendo o desconhecido entendido como a experiência do

² Para Nietzsche (2009), a origem das ideias do bem e do mal, assim como a constituição do nosso conhecimento, habita no pensamento, tendo como origem à submissão do corpo a noção de ideia essencial operada desde Sócrates e Platão. Tudo isso vai ganhando ao longo dos tempos outros equívocos e mal-entendidos, sendo a igreja e depois a modernidade o alcance maior do apelo, respectivamente ao *além-mundo* e à razão. Assim, segundo o filósofo, a ideia do bem e do mal foi submetida ao privilégio das denominadas castas sacerdotais em que o puro e o impuro se desenvolveram e se agregaram, mais tarde, através do poder das classes dominantes em legitimar fatos, criar leis, gerir a vida: "*Esse direito dos senhores de dar nomes vai tão longe, que se pode considerar a própria origem da linguagem como um ato de autoridade que emana dos que dominam.*" Disseram: "*isto é tal coisa, vincularam a um objeto ou a um fato, tal ou qual vocábulo, e, dessa forma, tomam posse dele*" (Nietzsche, 2009, p. 33).

³ A sobra se manifesta através dos discursos e práticas que não estão inscritos dentro das problematizações que engendram uma ontologia do sujeito, mas que concorrem pelas bordas, através (SILVA; VIEIRA; AMAZONAS, 2012) das políticas pós-identitárias que colocam em xeque as noções de sujeitos marcados por outras vias. Chanter (2011)

fora, das coisas desordenadas, do diferente enquanto estranho, restamos a sobra³ como o lugar dos dessemelhantes, das abjeções, dos monstros e das subjetividades nômadeas tão presentes nas películas almodovarianas, porém ao mesmo tempo cristalizadas pelos mecanismos de poder que impõem obstáculos, raízes, nos trânsitos dessas subjetividades. Ao situarmos o filme *A Pele que Habito* nesse contexto, há, impreterivelmente, um trânsito de marcas alongadas no tecido fílmico, reiterando tanto o estatuto de árvore-raiz, cuja consistência sólida reivindica a presença da arborescência de gênero, assim como a pele enquanto rizoma, vazando para vários lugares.

No cadinho das práticas sociais, o "eu" se forja em peles, delimitando corpos normatizados, identidades contidas em papéis definidores: mulher e homem; assim, fomos criados por uma voz tão ilusória quanto real em seus efeitos de significação, cujos desígnios se materializam nos contornos do humano (SWAIN, 2005, p. 325).

Aqui trazemos o conceito de arborescência de gênero enquanto território que habita constituições engendradas, através da natureza e da cultura. Arborescência porque há sobre as políticas de gênero toda uma constituição de um sujeito que acaba sendo representado e ao mesmo tempo incluído e excluído pelas leis e regulamentações produtivas do poder (BUTLER, 2010), pois elas agem em conformidade com a hegemonia das leis que emancipam e reprimem ao mesmo tempo as identidades que diz representar: "tornou-se impossível separar a

noção de 'gênero' das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (BUTLER, 2010, p. 20).

Assim, existe uma base sólida sustentada pelo discurso da natureza e, por conseguinte, da própria cultura que se apropria de ficções para representar o lugar do masculino e do feminino, tornando as raízes desse contexto presas num terreno de ideias fixas e permanentes, porém passíveis de ser repensadas e desterritorializadas a partir de outros lugares. Pois, como nos diz Swain (2005, p. 327): "*Por que ficar assentados nas raízes e no múltiplo ordenado da árvore, se o tempo é do rizoma?*"

No filme *A Pele que Habito* (2011), os terrenos de gênero parecem se mover e entrar em conflito, pois há na figura do médico um componente da arborescência que confunde sexo com gênero, mas ao mesmo tempo apresenta a pele como linha de fuga. Cabe a todos nós o alerta da pele enquanto possibilidade de rompimento das barreiras de gênero não serem decalcadas, caindo nos atributos de novas reproduções arborescentes. Logo, no título do filme cabem outras moradas vivenciadas pelo personagem Vicente. *A Pele que Habito* é, também, o modo operante do nosso pensamento sobre todos nós, o esteio de invólucros que forjam a nossa maneira de viver, através de apelos marcados pelas leis e regulamentações jurídicas e os seus códigos de inteligibilidades fundamentados em pressupostos que negam o exercício da transformação, como via de acesso ao prazer. O filme questiona o discurso religioso

nos diz que as questões dos transgêneros, por exemplo, colocam em xeque as discussões de gênero e identidade. Nesse contexto, a sobra é o que faz a diferença, pois promove o debate pelo caráter enigmático e desafiador das suas questões que não param de se mostrar, emergir e acontecer.

com a sua metafísica e o seu modo operante de subjugar a vida em detrimento da moral do rebanho⁴, em que as ovelhas estão atadas às filas, cuja visibilidade somente dá lugar ao que é masculino, com o seu exercício habitual, e o feminino, com as prescrições do que é ser uma mulher.

A ciência é, também, questionada enquanto seu lugar e sua localização diante de um discurso que legitima a diferença muitas vezes pela régua, compondo um cenário de normais e anormais. Diante disso, situamos Ledgard. Ele foi categórico ao nomear Vicente de Vera somente depois de ver o seu rosto inscrito pelos códigos de inteligibilidade feminina, ou seja, um rosto em que a epistemologia do armário assegura e afirma o *Ser Mulher*, excluindo outras possibilidades. Essa marca fixa é o que nos aborrece e depõe a favor de o gênero ser uma norma, uma arborescência que não cessa em se refazer, na tentativa de impor a sua dicotomia: masculino/feminino.

No filme, a pele fluida e fugidia, apresentada como possibilidade, devir, fugindo da permanência, do espaço compreendido entre X e Y, torna-se endurecida, inflexível diante do agenciamento⁵ médico. A pele é posta como elemento que faz a mediação de um poderoso homem, arauto do conhecimento, dono do saber que interdita a vida alheia, transformando o outro na imagem e semelhança da sua identidade perdida, do seu fantasma.

Sendo a pele metonímia que rasga as fronteiras e perfila para as subjetividades novas maneiras de convívio e nomadismo, no filme, o

saber do doutor Ledgard nos mostra essa possibilidade capaz de ofertar novas configurações e inscrições a quem deseja, porém Ledgard desliza através da violência e do abuso, pois ele se encontra dissolvido e apresentando aquilo que Foucault (2012) chama de técnicas de poder, que determinam a conduta do indivíduo, submetendo-o a algumas finalidades ou à dominação, objetivando o sujeito. O outro, Vicente, não quer a pele, pois ela não lhe pertence, porém a partir dela, ele precisa restabelecer relação com o mundo, e restituir, diante do seu espaço, novas possibilidades de vida.

Até então, as questões que foram se descortinando e se revelando nos fazem ser conduzidos não mais para quem é Vicente, mas a questionar o que se passa agora com Vicente constituído dentro dos entrelaçamentos de poder. Como ele pode contestar a pele em que habita? Assim, Swain (2005, p. 341) nos pergunta: "*O que fazemos de nós, em torno de que valores nos constituímos, que importância damos às coisas e às palavras que as significam?*"

Refazer-se a partir da própria linguagem que engendrou em Vicente a pele que ele habita é cair nos mesmos regimes de verdade em que o doutor Ledgard se encontra, porém há nos próprios regimes de verdade linhas de fuga, *contraforças*, que atravessam o poder e surgem como mecanismos para um novo lugar. Assim, é o que nos mostra a imagem abaixo, quando Vicente se encontra no entremeio dos elementos do cárcere e do guarda-roupas.

⁴ Termo que remonta a Nietzsche (2009) ao falar da Igreja e dos seus mecanismos que engendram discursos sobre os modos de conduzir a vida, renunciando a si mesmo em detrimento à grande enganadina, ou seja, um além-mundo que não existe, porém muitos são conduzidos por esta moral.

⁵ Tomamos a noção de agenciamento nos termos que coloca Deleuze (1992), para quem tal noção remonta ao conceito de dispositivo de Foucault.

Figura 1



No plano médio, a câmera nos trás para o espaço interno do quarto, tendo ao fundo uma porta protegida por duas grades, além de uma barra de ferro inclinada. Preso, Vicente tem atrás de si toda uma parafernália de elementos que atravancam qualquer possibilidade de fuga e diante dos

seus olhos o espanto e o desdém que as peças do armário lhe causam. A imagem tem o poder de capturar esses dois elementos impactantes, principalmente quando na imagem seguinte, conseguimos ver o que Vicente faz com os objetos do armário.

Figura 02



Na perspectiva da câmera em plongé, Vicente aparece reduzido, pequeno, limitado por um grande olho que tudo vê. As imagens seguintes acentuam essa condição, pois a câmera almodovariana justapõe diversos planos que o enquadram, rasgando os vestidos, usando as mãos, os pés e, principalmente, os dentes, denunciando a sua agressividade ante o posicionamento que a norma evidencia através das roupas. Afinal, Vicente trabalhava num brechó e cuidava de maneira sensível dos manequins que ficavam expostos na loja da sua mãe.

Lembramos que num dado momento, enquanto conversava com Cristina, funcionária do brechó,

Vicente diz o quanto gostaria de vê-la trajada com determinado vestido. No trabalho, Vicente manipulava manequins, achava-os bonitos, porém queria tê-los sobre o corpo de uma mulher, pois ali ainda havia a operação das normas de gênero que delimitavam o espaço. Esse distanciamento e essa relação com as peças agora mudaram de endereço.

Na Figura 02, Vicente insurge contra a imposição de um guarda-roupas, pois a sua pele já fora transformada, manipulada, mas a segunda pele, os adereços e acessórios que pesam sobre o seu corpo parecem denunciar a sua revolta ainda mais, talvez porque, agora, ele tem a escolha, mesmo

preso e vigiado, de dizer que não quer esta segunda pele. Assim, ele exterioriza, através de gestos agressivos, que "nesta pele eu não

habito, nesta pele, eu não sou," porém resta uma sentença: "o que fazer diante desta pele que eu estou?"

Figura 03



Os vestidos reduzidos a farrapos são as respostas e ressonâncias dos seus gestos pronunciados, figura 03. Os pedaços que ocupam a superfície do espaço têm o poder denunciativo da condição de Vicente. Partes que deflagram a mutilação imposta sobre o seu corpo, o sequestro da sua subjetividade, a identidade impressa por um outro. O rastro de panos, pela superfície da sala e pela superfície da cama, também imprime através da imagem a necessidade de Vicente de se reinventar a partir dos mecanismos que forjaram a sua identidade. Alguma coisa ele deve fazer para conseguir conviver fora desse armário em seu espaço.

O espaço delimita a sua condição e impõe para si um fazer-se a partir de um outro espaço, ou seja, tomando Merleau-Ponty (2011), o espaço não é representado pelo ambiente, mas a partir do meio pelo qual as coisas são possíveis. O espaço é abertura para o mundo, carregando no conceito de casa muito mais a morada do sujeito do que o espaço demarcado pelas dimensões físicas e geométricas. O sujeito deve trazer o espaço a partir de um traço que o oriente no mundo

e do seu movimento enquanto subjetividade neste mundo, pois ele se constitui e se reconhece neste espaço/consigo e na relação com o espaço/o outro. Logo, Vicente se põe por outras vias de abertura e possibilidades de fuga à condição/pele em que habita.

O seu espaço enquanto ambiente é demarcado por limites geométricos, além das limitações impostas pelos outros da casa que criam muros, separando o convívio. Diante disso, existe a necessidade de Vicente se fazer enquanto sujeito na dimensão de espaço/subjetividade. Para tanto, ele precisa responder a uma questão: como, em um confinamento, poderei buscar a liberdade? Para Foucault (1985), as relações de poder determinam, também, possibilidades de uma resistência, pois tal mecanismo de resistência aparece integrável às relações de poder e se exerce pela ordem da estratégia e da luta:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia,

quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2012, p. 227).

Segundo Foucault (1988), o poder é produtivo, não impedido de gerar outros mecanismos análogos a ele, bem como resistente às suas consequências, de tal forma que o poder não impede a liberdade, mas a limita: "*não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável*" (FOUCAULT, 2012, p. 227). Logo, inventar-se a partir dos espaços de sujeições e disciplinamento requer uma experiência singular e de inventabilidade, pois sendo o poder vivenciado numa relação de forças, Vicente lança mão de gestos, modos que vão instaurar movimentos de resistência, buscando um tipo de relação consigo, diante das sujeições que experimenta.

Então, se Vicente vivencia um modo de sujeição em que as bases e os alicerces retomam uma ortopedia, projetando sobre ele a docilidade e o sequestro da sua subjetividade, há outra via, em que o autodomínio deve ser buscado, através de práticas direcionadas à firmeza de si, ou seja: Vicente deve fazer se liberar das forças que o produzem para se voltar para si, respondendo ao confinamento, através da dimensão estética e do apelo ao cuidar de si.

Chegar até este ponto pode ser dado na relação com as próprias forças que o fizeram, delimitadas pela astúcia do saber/poder médico que, isolando Vicente num espaço de poucos metros quadrados acaba, também, ofertando a *contraface* do poder, através de elementos em que ele vai fazer bom uso: a mídia e a arte. Estes dois elementos assumem

um protagonismo no filme, pois o primeiro vai revelar o segundo, e o segundo revela as formas de resistência, pois Vicente, fazendo uso de tudo isso, provoca uma luta, uma rebelião silenciosa:

Em toda parte se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer os seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem – e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião (FOUCAULT, 2012, p. 227).

No entanto, antes de nos posicionar nas imagens desta rebelião, em que o cuidado de si se faz presente, cabe-nos pensar que este cuidado de si atua numa via ética, cuja presença no ocidente assumiu sentidos diferentes ao longo do tempo. Foucault (2010) demonstrou o cuidado de si como uma prática que sofreu várias modificações desde a época de Platão, dos filósofos epicuristas e estoicos, passando pela era cristã, até a modernidade.

Em *Alcebiades*, de Platão, isso fica muito claro: você tem que cuidar de si porque tem que governar a cidade. Mas cuidar de si, por causa própria, começa com os epicuristas – torna-se algo muito geral com Sêneca, Plínio, etc.; todos têm que cuidar de si. A ética grega está centrada num problema de escolha pessoal, de estética da existência (FOUCAULT, 2013, p. 304).

Para Foucault (2013), o cuidar de si não ganhou ao longo da historiografia filosófica ocidental uma importância vital, tal como assim o fora no momento áureo da antiguidade clássica e dos primeiros

séculos do cristianismo, momento greco-romano. Na Grécia, segundo Foucault (2010), havia a presença de um termo denominado de *epiméleia heautoû*, que designava cuidado de si mesmo, que no latim significa *cura sui*: “o cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2010, p. 9).

Ou seja, o cuidar de si mesmo é uma atitude para consigo, para com o mundo e para com os outros, pois cuidar de si mesmo é cuidar dos outros também. Ainda, outro termo também se faz presente: é *gnôthi seautón* (conhece-te a ti mesmo). No entanto, o *gnôthi seautón* aparece nalguns textos interligado com a *epimelôu heautoû*, de tal forma que o conhece-te a ti mesmo é enquadrado pelo cuidar de si mesmo:

Para resumir: houve uma inversão na hierarquia dos dois princípios da Antiguidade, “cuida de ti mesmo” e “conhece-te a ti mesmo.” Na cultura greco-romana, o conhecimento de si apareceu como a consequência do cuidado de si. No mundo moderno, o conhecimento de si constitui o princípio fundamental (FOUCAULT, 2014, p. 270).

Assim, segundo Foucault (2013), aconteceu uma primazia do conhecimento de si enquanto herança da filosofia para todos nós e o cuidar de si ficou relegado ao nível de uma espiritualidade esquecida em que havia uma relação de intensidade do sujeito para consigo mesmo, através da tentativa de se modificar, transfigurando-se e

buscando a verdade fora do nível cognoscente da nossa ontologia representativa ocidental. Acrescenta-se a este esquecimento das denominadas artes da existência a presença hegemônica do cristianismo, que passou a trazer técnicas num nível intelectual e de obediência, exame da consciência, sucumbindo a outras vias de possibilidades, pois no cristianismo apregooou-se uma renúncia de si e uma ética geral do não egoísmo.

Sendo na modernidade, ou, como Foucault (2010) nos coloca, momento cartesiano, que tudo tende a ser esquecido: “*Parece-me que o 'momento cartesiano' atuou de duas maneiras, seja requalificando filosoficamente o gnôthi seautón (conhece-te a ti mesmo), seja desqualificando, em contrapartida, a epiméleia heautoû (cuidado de si)*” (FOUCAULT, 2010, pp.14-15).

Para o momento cartesiano fazer evidenciar uma queda da espiritualidade⁶ em detrimento do conhece-te a ti mesmo, somente foi possível porque o sujeito da razão cobra evidências claras e indubitáveis, pois a noção de verdade passa a ser operada num nível de cognoscência objetiva em que os *res cogitans* implica-se através da exclusão, desqualificando o cuidar de si do campo do pensamento filosófico moderno.

Ora, a grande questão que Foucault (2010) nos coloca é que o cuidado de si foi um grande conjunto de condições de espiritualidade, transformações de si, que davam consistência para que o sujeito pudesse ter acesso à verdade, ou seja, na Antiguidade (pitagóricos, Platão, estóicos, cínicos, epicuristas,

⁶ Foucault (2010) toma a espiritualidade a partir das condições que o sujeito propicia, lançada através dos modos de existência, ou seja, a espiritualidade é a condição em que o sujeito se volta para si mesmo, buscando um acesso à verdade.

neoplatônicos), "o tema da filosofia (como ter acesso à verdade?) e a espiritualidade (quais são as transformações no ser mesmo do sujeito necessárias para ter acesso à verdade?) são duas questões que jamais estiveram separadas" (FOUCAULT, 2010, p. 17).

A partir disso, passamos a pleitear o conhecimento em que os níveis de intelegibilidade dão as condições possíveis para se chegar à verdade, em que as regras, os métodos, as condições culturais em que para chegarmos à verdade devemos fazer parte de um consenso científico, além das condições morais em que o status para aquele que deseja conhecer deve se ajustar às normas estabelecidas. Logo, tudo isso passa a afastar, isolar e, sobremaneira, aparece como uma nuvem escura sobre o cuidar de si mesmo:

Se definirmos a espiritualidade como o gênero de práticas que postulam que o sujeito, tal como ele é, não é capaz de salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito (FOUCAULT, 2010, p.19).

O que Foucault vai nos trazer, e problematizar, a partir dessas incursões, são outros níveis possíveis de repensarmos a ética. Ele entende todos os processos de cisão e separação operados ao longo do tempo e chegando na modernidade, sociedade disciplinar, em que os modos de sujeição vão operar a partir de uma ética de

regulamentações em que a vida pensada como uma obra de arte ou mesmo a ética enquanto estética da existência fogem da ordem do dia: "Também a ideia de que a ética pode ser uma estrutura de existência muito forte, sem nenhuma relação com o jurídico per se, com um sistema autoritário, com uma estrutura disciplinar. Tudo isso é muito interessante" (FOUCAULT, 2013, p. 304).

Agora, Foucault nos incita a repensar este esquecimento, o que não é imitar⁷ o cuidar de si dos antigos, mas buscar na história dessas cisões e, de certa forma, equívocos, modos em que, ao nos reportar a tudo isso, ampliaríamos nossas possibilidades de contato conosco e com os outros:

O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos, e não a indivíduos ou à vida: essa arte é algo especializado ou feito por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida? (FOUCAULT, 2013, p. 306).

Ou seja, se para Foucault (2013) o eu não nos é dado, cabe a todos nós recriar como uma obra de arte, e daí a dimensão ética do sujeito se descentra das pulverizações engendradas nos discursos de poder, e buscamos, através das *contrafaces* do poder, um apelo à nossa subjetividade, em que a dimensão da nossa sujeição é construir a nossa existência de um modo estético.

⁷ Ao ser indagado se os gregos ofereciam uma alternativa atraente e plausível para a nossa contemporaneidade, Foucault (2013, p. 299) nos diz que "não se pode encontrar a solução de um problema na solução de um outro problema levantado num outro momento por outras pessoas."

Em primeiro lugar, creio, efetivamente, que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que se encontre em qualquer lugar. Eu sou muito cético, e muito hostil para com esta concepção de sujeito. Penso, ao contrário, que o sujeito se constitui por meio de práticas de assujeitamento, ou de uma maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade, desde um certo número de regras, estilos, convenções que se encontram no meio cultural (FOUCAULT, 1984, p. 11).

Voltemos ao nosso filme. Até então, a condição de Vicente estabelece uma sujeição ao outro que o caracteriza pela dominação em que, em sua pele, estão circunscritos os efeitos de significados e os efeitos das práticas que forjaram a sua identidade. Entendemos que a sua condição remete a uma tragédia, em que se reinventar a partir da arte, que busca um novo campo de relacionamento, em que a experiência e a subjetividade devem ser correlacionadas. O destino de Vicente parece ser unicamente regido pelo conhecimento científico e os excessos do médico Ledgard.

Os usos e os abusos da ciência que cria um mestre da manipulação da pele, um cirurgião plástico cuja prática transparece de maneira límpida, em que a perfeição e a reluzência são a medida de todas as coisas, ou seja, um Deus Apolíneo em que o equilíbrio e a ordem se fazem presentes na sua criação. Esse cirurgião é, de certa forma, uma metáfora da ética narcisista, pois o seu saber atua na produção de corpos que ilustram os cenários da nossa cultura hedonista e consumista.

A marca dessa ética individualista interfere em nossa subjetividade, pois ela passa a ser diretamente associada à materialidade do corpo. Assim, gerir peles é, de certo modo, um dos mais recentes apelos contemporâneos, já que o rosto é aquilo que nos identifica, a pele que o recobre deve ser intensificada, elastecida, revitalizada. Decalcada a imagem e a semelhança do ethos individualista, porém, em que o seu ascetismo é a disciplina, veremos o assujeitamento às práticas normativas se manifestar através da cosmética (MISCOLCI, 2006).

Há, porém, diante do contexto de assujeitamento, uma via que o próprio poder produziu: problematizar tudo isso, e reunir com apelativos buscados a partir de uma ética do cuidar de si, é a ontologia crítica que Vicente nos traz como possibilidade. Fazer uma ontologia crítica de si é reescrever o seu lugar no mundo num espaço que se abre para consigo e para com os outros. Não é, portanto, retornar aos gregos ou à antiguidade, mas pensar naquilo que estamos nos tornando (FOUCAULT, 2014).

Diante da tragédia que assola a existência de Vicente, resta a aposta no *devoir* enquanto meio fundante para fugir da permanente imagem no espelho, em que a aparência define a essência: “ *a estética da existência só é possível como *devoir*, quando desconstrói as representações sociais que criam e impõem identidades*” (MISKOLCI, 2006, p.690). Por esta via e diante da recusa ao assujeitamento, o nosso personagem Vicente utiliza um arsenal, que, parecendo frágil, é rico

por propagar a invenção como uma forma de não devolver aos dominadores a dominação, mas em enaltecer a vida como uma obra de arte. Essa relação só é possível através de modos de existência, ou através do que Foucault, segundo Deleuze (1992), chamou de estilos de vida, em que nos dobramos sobre o poder e o desdobramos.

E por mais que invoque pontos de resistência como contraposição aos focos de poder, de onde vêm essas resistências? Foucault se pergunta: como transpor a linha, como ultrapassar as próprias relações de força? Ou será que estamos condenados a um face a face com o Poder, seja detendo-o, seja estando submetidos a ele? (DELEUZE, 1992, p. 127).

As respostas de Vicente estarão consignadas a produzir a existência como obra de arte, possibilidades de vida, processos de subjetivação. Por conseguinte, fazer da vida uma obra de arte não remete a ser um artista dentro dos termos de constituir e produzir um objeto artístico, mas a ter uma "vida artista" diferentemente da "vida artística."

Para Foucault, a vida artista é uma coisa de toda outra; na verdade, essa expressão designa o trabalho que certas pessoas desenvolvem no sentido de tornar as suas vidas belas, generosas, riosas, intensas, numa relação com uma comunidade de iguais, todos voltados para o desenvolvimento de uma estética da existência, ocupados em fazer da própria vida, e da vida de seu próximo, uma obra de arte. Entre uma vida artística e uma vida artista, as diferenças aparecem sem grandes dificuldades (BRANCO, 2009, p.144).

Por isso, segundo Deleuze (1992, p. 129), quando Foucault faz a sua imersão no mundo grego, ele quer que nós, assim como outros Vicente, respondamos à seguinte questão:

Quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação? Será que temos maneiras de nos constituirmos como "si", e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente "artistas", para além do saber e do poder? Será que somos capazes disso, já que de certa maneira é a vida e a morte que aí estão em jogo?

Tais perguntas nos confrontam a repensar a nossa ética a partir dos modos de subjetivação. As perguntas de Deleuze (1992) tornam-se possíveis diante dos espaços de liberdade em que os indivíduos podem se constituir. Não havendo relação de poder sem resistência (Foucault), as estratégias de luta se manifestam como meio de fazer existir linhas de fuga em que, certamente, a verdadeira política aparece implicada num sujeito que encontra em si maneiras de se conduzir, de se governar.

Assim, a escolha livre de modos de existência perfaz a caminhada do sujeito, muitas vezes solitária, é claro. Por conseguinte, em *A Pele que Habito*, Vicente se encontra como em um labirinto. Encerrado diante dos muros que o cercam e cerceiam a sua liberdade, ele busca como fio de novelo uma *vida artista*, valendo-se de meios achados no próprio calabouço, servido a ele pelo próprio poder e reorientado para si com invenção.

1.2 Do cuidar de si ao suspiro

Ao buscar as imagens que ilustram esse contexto, valemo-nos de fotogramas que se justapõem como um processo, um caminho na estrutura do filme que fecha os *flashbacks* e, também, anuncia as cenas seguintes em que o desfecho se fará presente. Ademais, as imagens abaixo fazem parte dos modos de que Vicente lança mão para a sua transformação, pois no fluxo do filme, ao terminar este conjunto de imagens, ele passa pelo processo de reinvenção, diante dos apelos fundados na sua relação com diversas ferramentas, mídia e arte,

ele chega a um processo de subjetivação.

Descrevemos um conjunto de imagens através de nomeações propositais, atuando como filigranas, elementos que dão sustentação às estratégias de Vicente em seu processo de subjetivação. Tais nomes são entendidos como lugares dos quais o personagem faz uso, propagando a sua resistência. Destacam-se, Imagem Muro, Imagem Presa, Imagem Interior, Imagem Mapa, Imagem Casa e Imagem Abertura. Outras imagens também se juntam a todas elas, estando ligadas à arte de Louis Bourgeois.

Figura 04



Imagem Muro

A parede de cor azul é o muro que separa Vicente/Vera do mundo, pondo em relevo, através da sua escrita, uma comunicação da sua subjetividade que reivindica, pela sua linguagem, o fôlego. Ele/a escreve com os pincéis de maquiagem, demarcando sobre a cor azul, jaleco médico, uma relação que precipita reorientação, pois as datas, os textos intitulados e repetidos "respiro, respiro" deflagaram a sua agonia, mas o ajudam no equilíbrio e na denúncia da sua opressão.

Essa escrita ainda demarca o campo da sua linguagem, pondo o traço, as datas e os desenhos como

registros que o presentificam, o deflagram, e o mantêm vivo. De costas para o poder, Vicente/Vera se comunica consigo e com os outros de si mesmo, pois a partir das datas, a memória lhe confere o tempo e a dimensão em que se ocupar de si é resistir.

A escrita surge como pichações sobre o muro, adquirindo vitalidade por situar Vicente/Vera no mundo, ocupando-se de si mesmo/a diante do tempo que lhe é dado e pelo espaço de pouca convivência com as pessoas. Na imagem acima, inicia-se esta trajetória em que o pincel de maquiagem, objeto de se

fazer através da pele enquanto imagem feminina, é multiplicado em palavras, tintas, cores que ganham intensidade no muro que é visto pela câmera, transmitido para Ledgard.

Diante da parede, Vicente observa, se distancia para ver as suas inscrições de outras formas, deixa espaços entre o que escreve, enumera na parede as datas que fazem parte do tempo em que ficou à mercê do calendário. O muro é o esteio da sua liberdade, possibilitando uma espécie de transição para outro lugar, além da parede. Ademais, a parede é também metáfora, pois em sua materialidade de dureza é exclusão, maus-tratos, sendo erguida através do doutor Ledgard com as concessões do seu saber/poder em que a tinta de cor azul realça a aparente reluzência, mas que somente abriga violações e mecanismos de controle.

Rachar o muro através de palavras, eis a escrita como um dos modos das artes da existência. Aqui a escrita não aparece como na dimensão dos antigos em que, segundo Foucault (2014), a escrita e a leitura formulavam o andaime ascético, porém Vicente/Vera vivencia uma busca de intensificação às práticas de si em que o modo operante é a experimentação e o sujar o muro como exercício de

libertação. As ressonâncias que a sua escrita provoca, como rompimentos de barreiras, auxiliam nas estratégias e no cuidar de si. Tal ato remete aos mecanismos de resistência, ao uso do arsenal pirotécnico que nos diz Foucault (2006), quando lembra a própria escrita e o próprio ato de escrever como subversão do poder.

Meu trabalho estava diretamente ligado à forma das portas nos asilos, prisões, à existência de fechaduras, etc. Meu discurso estava ligado a esta materialidade a estes espaços fechados, e eu queria que as palavras que eu tinha escrito atravessassem muros, fizessem saltar fechaduras, abrissem janelas! (FOUCAULT, 2006, p. 76).

Depois da apresentação do muro, o encontro de Vicente passa a ser com os canais de TV. Através da mídia, ele se organiza e se expande no seu espaço, buscando uma interação. A princípio, três imagens concorrem enquanto possibilidade de relação com este espaço; no entanto, apenas uma imagem é capturada por Vicente, como possibilidade concreta de relacionamento. Detalhe, antes da escolha, uma das três imagens revela, também, algo sobre a sua trajetória. Intitulamos o presente fotograma de Imagem Presa.

Figura 05



Imagem Presa

Repetidas vezes quando Vicente/Vera acessa os canais de TV, vemos a imagem de um tigre caçando um veado. Identificamos o tigre através da pele. O tigre caça a sua presa que não consegue fugir. A presença frágil do pequeno animal, ante o animal maior fisicamente dotado de garras, dentes afiados e velocidade, remete à condição de Vicente/Vera de submissão ao poder, que se manifesta pelas vias do doutor Ledgard. Neste espaço físico, impossível de fuga, onde as tentativas de suicídio⁸ de Vicente atuaram muito mais como produção de saber/poder, para Ledgard, haveria, então, outros caminhos necessários para ele (si mesmo) governar a sua subjetividade. A ImagemPresa posta acima aparece

circunscrevendo a condição existencial de Vicente até então.

Assim, Vicente acessa os canais televisivos em que há, então, de escolher, diante das imagens ofertadas, a sua condição de sujeição ou o seu caminho para um processo de subjetivação (libertação, cuidar de si). Dar um não à Imagem Presa não é o passaporte para a sua fuga, porém é um ato de resistência, uma não conformidade para o que fizeram com a sua pele. Logo, através da comunicação e da interação com a mídia, a imagem que se torna eleita enquanto relação e convívio para o espaço de Vicente é a de um mestre da ioga, que se apresenta através de um plano que ocupa o centro da imagem.

⁸ Lembramo-nos de uma das tentativas de suicídio de Vincente, em que ele cortou os pulsos com o uso de papéis. Diante disso, o doutor Ledgard relocou as peles com peles mais resistentes oriundas de células de porco.

Figura 06



Imagem Interior

Sabemos, através de Foucault (2014), que se ocupar de si mesmo é trazer para o centro da nossa própria existência elementos voltados para a transformação ou, mesmo, uma espécie de transfiguração que incide na nossa maneira de ser e estar no mundo exercido através de uma matriz prática, que Foucault denomina de técnicas de si:

As técnicas de si, que permitem aos indivíduos efetuar, sozinhos ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre o seu corpo e sua

alma, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser; transformar-se a fim de atingir certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 2014, p. 266).

Na Imagem Interior, o mestre diz que o praticante de exercícios da ioga pode treinar em qualquer lugar, em casa, na prisão, no hospital. Os textos pronunciados pelo iogue trabalham na diátese do filme, passando a dialogar nos interstícios

do drama de Vicente, pois *El Cigarral*, enquanto um espaço físico, é definido principalmente como prisão para o nosso personagem, assim como uma clínica com artifícios experimentais, devido às experiências e aos dotes científicos do doutor pesquisador Ledgard.

Nesse espaço, uma grande prisão, Vicente vai procurar abertura para a sua existência, pois é o que sobra como trajetória para a sua vida circunscrita em meio à floresta, *El Cigarral*, em que o caçador Ledgard habita. O mestre e, conseqüentemente, a prática da ioga depõe como uma possibilidade dessa abertura para Vicente, pois a vivência dos exercícios, segundo a iogue, vai

se alojar no interior da pessoa praticante, ocupando um espaço que ninguém pode destruir.

A presença do mestre como aquele que fala e intervém atua em Vicente que, cedendo a sua atenção aos dizeres do iogue, vai procurar colocar em evidência as suas práticas. O interior, a subjetividade passa a ser redimensionada diante de um cuidar de si, porque é indo à interioridade e, a partir disso, obtendo controle sobre si (governo de si), que incidem as possibilidades de mudanças a ser configuradas na sua existência. Dessa forma, Vicente leva a ioga para o muro, escrevendo mais uma vez modos para a sua existência.

Figura 07

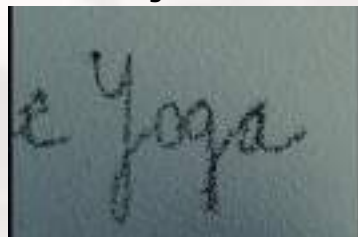


Imagem Mapa

Assim, se na Imagem Interior é o se voltar sobre si e o se dobrar em relação ao poder que se manifesta, ao fazer a inscrição da ioga, Imagem Mapa, o muro vai atuar como um espaço em aberto, mapas que se alongam por toda a extensão do muro, desdobrando o decalque:

Fazer o mapa, não decalque (...). Pode desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (...) Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma

presumida "competência" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 30).

Ou seja, retirar esta pele/pintura dos agenciamentos que territorializam subjetividades numa estrutura, pois esse binômio arborifica sujeitos, prendendo a raízes. Ao compor os mapas, Vicente age sobre o muro, desterritorializando através da escrita de um *si* que transforma o muro em resistência. Cada espaço físico deve ser preenchido no muro recompondo o seu espaço, não físico, mas de relação consigo e com o mundo. A Imagem Mapa traz consigo uma ação

de cumprimento às suas próprias tarefas em que Vicente se exercita e a lembrança é constantemente colocada à prova, pois diante do muro ele não se curva, mas se estende, habitando nele, configurando.

Nessa via de relação com o muro, a mídia vai apresentar outros

mapas compostos pela obra da artista plástica Louise Bourgeois, Figura 08. Inicialmente, pelos canais televisivos, a sua arte ilustra outra possibilidade que Vicente reúne em seu espaço, tecendo abertura para o seu modo de *ocupar-se de si*.

Figura 08



Imagem Obra

A partir do impacto que as imagens lhe trouxeram, Vicente busca na leitura dos livros e na prática a realização de pequenas artes. Essa identificação do seu ocupar-se de si com a arte de Bourgeois decerto coloca em sintonia as metáforas que as imagens manifestam possuidoras de uma força imaginária muito intensa trazida a partir da vivência de sofrimento e de denúncias de sujeições ao masculino que Bourgeois experimentou (ARENAS, 2006).

De fato, a artista francesa construiu uma manifestação artística através das artes plásticas baseada em seu sofrimento decorrente da sua relação com o seu pai, representante de um masculino que a excluía. A sua arte é um depoimento da sua triste condição de infância diante de um anseio imperturbável do seu pai que depositara sobre ela, enquanto era gerada, o desejo de ter um filho homem.

De certa forma, o sentimento de ter sido rejeitada inicialmente pelo pai devido a essa condição revela uma experiência de violência simbólica, sofrida e percebida por ela como impossibilidade de existência em um sexo feminino. Essa constelação feminicida, imaginária e simbólica, a marcou profundamente desde cedo, produzindo efeitos na construção e reinvenção de si, numa direção que lhe possibilitou uma sobrevivência subjetiva, através da arte. Louise associa as suas obras às suas lembranças, dificuldades e traumas. Considera, inclusive, que a arte lhe proporcionou efeitos terapêuticos (COELHO, 2010, p. 3).

Ainda, outras violências, como a traição do pai que levou para dentro de casa uma amante, além da insuficiência da mãe em não administrar toda essa submissão da figura do feminino ao masculino fazem da arte de Bourgeois um espaço de reconstrução. Com a arte, ela carrega consigo uma *vida artística* e uma *vida artista*, conseguindo, através do apelo estético, dar contornos aos seus

dramas e se posicionar no mundo com elementos muito próximos ao feminino, bem como aos vários sujeitos que, tal como ela, se sentem habitar entre muros.

Esta acción aparece en la obra de Bourgeois a través de un mosaico de declaraciones personales, sobre su familia y su experiencia como mujer. En su expresión plástica, cada elemento, material o herramienta, responde a una experiencia profunda que necesita sacar a la luz y que la vincula al mundo exterior, así como a las circunstancias del tiempo presente. Las direcciones que toma en sus decisiones plásticas son varias, a veces distanciadas entre sí, pero con la plausible percepción de un hilo conductor que, como iremos viendo, la comunica con sus vivencias pasadas. Básicamente la actividad artística, constituye para ella una ayuda para afrontar temores y enfocar su vida (ARENAS, 2006, p. 19).

Para Arenas (2006), a obra de Bourgeois possui uma multiplicidade de componentes, sejam pictóricos e esculturais, além de uma importância grandiosíssima ao tomar questões capitais para os debates da crítica feminista. Ao trazer a sua vida inscrita pelos objetos artísticos, Bourgeois acaba por não dissociar a arte da vida e, principalmente, ao imprimir o feminino dentro de aspectos reflexivos e críticos aos lugares alicerçados pelos contextos normativos da cultura, tornou-se, também, uma referência no âmbito da arte enquanto mecanismo de resistência.

A arte, que, como nos diz Deleuze (1992), é o que resiste à morte, servidão, infâmia e à

vergonha, foi do que Bourgeois se apossou para a sua própria existência, operando como modos de subjetivação. Numa das teses que Arenas especifica, as suas referências finais sobre a obra de Bourgeois, remontamos um caminho muito próximo ao drama de Vicente, como também aos sujeitos que, assujeitados às condições infames e predatórias do poder, podem se valer da invenção e da arte como modos de existência:

La obra de Bourgeois se manifiesta como producto de una auto terapia que la ayuda a liberarse del temor que le producen sus traumas. Así trata el cuerpo de la mujer como un lugar en el que puede olvidar la represión y negación de su persona, de la que culpa a su padre (Arenas, 2006, p. 321).

Vicente até então não apareceu no filme como um artista, mas em seu espaço ele toma a arte, *Vida Artística*, como se vale também da *Vida Artista*, substancializando o muro com matérias vivas numa via em que a admiração pelas *monstruosidades* das imagens de Bourgeois se evidencia enquanto um artifício, para melhor se relacionar com a pele em que habita, e se ocupar, estabelecendo conexões consigo e com o mundo. Nessa relação com a obra de Bourgeois, Vicente tomou contato com as imagens, depois livros, e, através dessa influência, construiu os seus próprios modelos, e dos seus modelos a sua estética que cartografa modos para a sua estética.

Figura 09



Figura 10



Essa relação de Vicente com a obra de Bourgeois é posta dentro de uma relação circunscrita no espaço de estetização do sujeito como modos de existência, a partir de uma poética, ou seja, *“qualquer forma de arte capaz de inscrever um percurso em superfície (não apenas uma sucessão de caracteres alfabéticos) constitui uma poética”* (KRUTZEN, 2011, p. 130).

Há, notadamente, nesta via de subjetivação, uma elevação, ascese, de Vicente ao cuidado de si, através de um estilo: *“O estilo determina a modalidade da relação consigo e aponta para um tipo de moral que não persegue a codificação das ações ou a submissão à lei; trata-se de uma moral orientada para a ética, ou*

seja, um tipo de moral definido pelo estilo de existência” (ORTEGA, 1999, p. 60). Ao se sentir tomado pelas imagens da artista plástica, Vicente vai catalogar elementos daquele universo artístico, cuja aparição se deu através da mídia, e cuja aparição poética engloba características subversivas e terapêuticas. Afinal, as ferramentas que ele toma, neste se ocupar de si em contato com a obra de Bourgeois, possuem imperativos estilísticos dotados de possibilidades de se reinventar. Assim, no muro, Vicente vai cartografando, fazendo mapas, ocupando os espaços, desenhando, escrevendo, colocando as datas, deixando espaços entre caracteres, resistindo, reinventando-se.

Figura 11



Imagem Casa

Na Imagem Casa, Vicente trás uma das principais obras de Bourgeois intitulada *Female Maison*, cujo material é formado por dezenas de imagens em que Borgeous apresenta o feminino exposto e preso. No filme, algumas dessas imagens aparecem postas no muro, desenhadas por Vicente.

As pinturas e desenhos intitulados *Femme Maison* eram representações de figuras femininas cujos corpos consistiam parcialmente numa casa. Com esta série, podemos perceber a importância que a artista quis dar à situação social das mulheres naquele período, presas à sua condição feminina – especialmente se considerarmos que as mulheres, na maioria das vezes, precisavam cumprir o papel de mães, esposas e donas de casa. É interessante notar que a casa está localizada na parte superior do corpo. O que poderia significar o quão as mulheres estariam presas ou encobertas, mental e corporalmente, a esta condição (ALMEIDA, 2009, p. 84).

Na imagem acima, o destino do feminino é voltado para a casa, fixando pela anatomia, corpo sem cabeça, um lugar despossuído de razão, visto que a razão é dada apenas para o homem⁹. O que atua na imagem e faz um esteio de interação junto a Vicente são os desdobramentos possíveis de um

controle/de si, através da arte. Se em Bourgeois as esculturas e as pinturas também atuam como corpos híbridos, em que o masculino e o feminino se misturam, em Vicente há um corpo cuja pele que o recobre foi instaurada com as marcas da submissão, de um feminino que ele não queria vestir, porém foi obrigado e abrigado nesta pele, devendo, agora, resistir, e se lançar numa política do si.

Preso, porém vivo, Vicente busca no *intermezzo* dos muros os meios de resistência que o poder também cria. Reinventar-se buscando a interioridade é também saber lidar com esta nova pele, reposicionando nessa imersão ao interior um governo de si em que a subjetividade vai apreender o espaço pelos modos de existência, respondendo que, mesmo no confinamento, é possível resistir. Nesse sentido, interior e exterior se mostram como algo sempre na superfície, seja através dos poros dos muros ou dos poros da pele.

Ao configurar o muro, Vicente vai terminando a sua obra, buscando os mínimos espaços para contornar a sua elevação, diante do sopro¹⁰, que agora se abre para o mundo, dizendo: estou vivo.

⁹ Para Nolasco (1995:32), as representações masculinas de hoje ainda estão calcadas na construção cartesiana e "isso implica que as noções que os homens têm de subjetividade estão mais comprometidas com as definições de consciência do racionalismo de Descartes, e fortalecidas por parte das construções iluministas." Os homens, ainda hoje, trazem uma consciência sobre eles mesmos, produzida por vagos conceitos de autoridade e tradição, como referência para definir o masculino.

¹⁰ Etimologicamente, a palavra respiração remete a espírito, sopro, mudança.

Figura 12

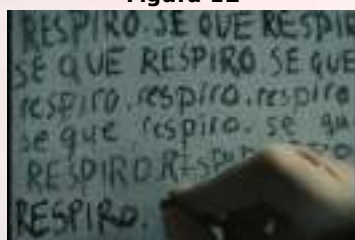


Imagem Abertura

1.4 Do suspiro à impermanência das coisas

Depois dos *flashbacks*, uma nova ordem de imagens vai se estabelecer, voltando ao tempo narrativo presente. Os letreiros aparecem situando a narrativa e os espectadores na continuidade da película. Elegemos alguns fotogramas que atuam na perspectiva de ilustração ao desfecho do filme. Nesse tempo, as ações dramáticas ocupam um novo tipo de

configuração no ambiente espacial da casa e fora dela. O trânsito entre *El Cigarral* e o *Brechó* marca o espaço ocupado pelo personagem Vicente, que agora passamos a tomá-lo como Vera. Essa transformação acompanha a sua implicação diante das práticas de subjetivação e responde às maneiras pelas quais a sua performance estabelece um vínculo estreito com o lugar do feminino definido e desejado por Ledgard.

Figura 13



Imagem Poder

A imagem da faca sendo tomada por Vera e depois levada até um balcão para cortar um abacaxi (ananás) inicia o conjunto de imagens que ocupam a trama final, em que a morte, bem como a volta para casa perfilam alguns dos acontecimentos impactantes. A presença da faca e o ato de cortar remontam aos lugares postos durante o filme, vividos pelo personagem Vicente, cuja pele foi sendo modificada, operacionalizada e, conseqüentemente, a própria subjetividade invadida, cortada, enlaçada pelo saber/poder de Ledgard na busca pela construção de

Vera. Ademais, a imagem da faca dentro do esteio do filme aparece como um elemento de tensão, imprimindo pelo corte a mudança, e nas mãos de Vera a faca ilustra poder, ou seja, o poder que vai aos poucos mudando de lugar.

Também, a faca é um objeto marcante e próximo da navalha, ou da peça que o Deus Thanatos usa para ceifar, colher, as suas vítimas: a foice. Foi com a navalha que o doutor Ledgard imprimiu um terror violento em Vicente, quando a sua barba era feita pouco antes da primeira intervenção cirúrgica.

Figura 14



Consequentemente, a navalha médica enfileirou vários cortes sobre a pele de Vicente no afã de modificar o seu gênero. Já a morte colheu a vida de muitos personagens, ou melhor, de todos aqueles que estão diretamente afiliados ao médico na conjunção familiar.

Outro detalhe da Imagem Poder é a pele/casca que envolve o fruto, em que a dureza e a aspereza se manifestam como propriedades presentes na dimensão externa do abacaxi, assim como a pele de Vera estabelecida como um *fruto* originado do desejo de Ledgard. Na cena, Vera aparece na cozinha preparando um café da manhã para o médico. Agora participante da casa, integrada aos espaços físicos, passando a conviver junto a Ledgard como sua companheira, havendo em sua performance um misto de candura e

estratégia. Ao cortar o abacaxi, Vera se põe como autora desse processo, tomando as rédeas da situação, autorizando-se a usar a pele a seu favor, ou, então, autorizando-se, enquanto mulher de Ledgard, a ocupar o lugar do fantasma, esposa de Ledgard.

Pela primeira vez, ao longo de mais de seis anos presa e confinada em *El Cigarral*, Vera aparece livre espacialmente, sorrindo, porém num rápido momento em que transita pelo interior do seu antigo quarto. Ela se reporta ao muro em que cartografou o seu modo de existência. A temperança e o equilíbrio parecem ser os recheios estratégicos da nossa personagem depois do ocupar-se de si. Esse governo da sua subjetividade vai se desdobrar na relação com Ledgard, cuja afinidade vai aparecer tenuamente.

Figura 15



No muro, a inscrição *El arte es garantía de Salud* desenha, mais uma vez, a via tomada por Vera para chegar a este estado de equilíbrio, a um controle de si. Sendo a arte a garantia de saúde, a filiação será a

garantia da sua liberdade, enquanto Vera, ou melhor, a filiação, é o último caminho para sublinhar a sua estética da existência, dando prosseguimento à sua obra de arte,

em que a estratégia empreende a luta.

Andando pelo quarto, Vera visualiza como nunca as artes e os mapas na parede. Diante domuro,

ela se volta para trás e olha para a câmera/poder que durante todo o tempo a olhava. Intitulamos o fotograma abaixo de Imagem Autoria.

Figura 16



Imagem Autoria

Ao se voltar para trás, o presente aparece posto através da lembrança de um passado que se mostra atualizado pela opressão/câmera, mas subentendido como um acordo com o opressor. Diante da imagem que compõe a cena, Vera se apresenta visivelmente emocionada. Ela expressa admiração, através dos olhos. Há uma relação muito familiar com o espaço geométrico, agora passando a aparecer como uma *experiência do fora* que compôs o seu modo de subjetivação.

Assim, na composição da Imagem Autoria, temos como primeira camada Vera e, na profundidade, *o muro*. Ao tomarmos nota da imagem, há um autor que apresenta diante do poder a sua obra de arte: "*Escrever é, pois, 'mostrar-se', dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro*" (FOUCAULT, 1992, p. 150). O autor, segundo Foucault (1992), não se confunde com o discurso de um indivíduo, mas com os modos de existência produzidos no interior de uma sociedade, através de várias práticas.

A potencialização da ação criadora coloca Vera no enfrentamento ao poder, porém fazendo uma aliança com o opressor. Sair da sujeição e entrar na subjetivação foi uma estratégia-coragem, pois a pele que recobre Vera não definiu quem ela é, mas a fez questionar e buscar vivenciar novas maneiras de ser diante do que foi, e está sendo. Nesse jogo de definição e de trânsito, porém, Vera ocupa, estratégica e momentaneamente, o lugar posto pelo fantasma do médico, que recobra uma fixidez, uma essência. Para Vera, fazer uma aliança não é ser aquilo que Ledgard engendrou, decalcou, criou, desejou, mas fixar tudo isso na pele enquanto uma ficção.

Fazer Ledgard acreditar nesta ficção, em que a paixão se posiciona e a obra de arte fulgura com o seu poder embriagador, eis a herança dos anos de confinamento que criaram em Vera a *contraface* do poder. Assim, ela usa lindos vestidos, anda de tamancos ainda de maneira titubeante, pois o novo caminho pressupõe outra forma de caminhar.

Figura 17



Vai à cidade fazer compras, e cede aos caprichos erráticos do feminino, pois sendo a mulher de Ledgard e nos termos em que ele se apresenta como a norma, Vera parece ser a Vênus exposta num dos quadros na parede da sala do médico. Ademais, na Imagem Autoria, uma luz incide no corpo de Vera, particularizando tanto o seu modo de subjetivação, alvorecer, enquanto um processo amalgamático e de resplandecência, como a Vênus que irradia luz para o doutor Ledgard – pela via da câmara de vigilância e do seu próprio desejo.

Essa busca pelo objeto artístico composto pela caracterização de uma perfeição e de um liame de pureza remonta ao lugar ocupado pelo médico quanto à sua condição de sujeito da racionalidade dotado de uma visão aguçada, que busca clareza ante a objetividade necessária para chegar ao conhecimento de um objeto. O seu saber é mediado pelas tecnologias do poder, fomentando subjetividades (FOUCAULT, 2014), e apelando para a ciência na produção de corpos e verdades transcendentais, cujo destino é o homem.

Ter Vênus era o ideário já posto na parede como escrutínio. Já a réplica dessa representação de Vênus é o objeto humano marcado com seus dualismos clássicos:

homem *versus* mulher. No entanto, Ledgard, o arauto da racionalidade biomédica¹¹, parece sofismar: Em meus domínios, tenho um homem, mas não uma mulher, e quero uma Vênus. Homem, Mulher e Deusa.

Nessa sentença tão desmedida e vaga de compromisso ético com o outro, o médico se desprende de tudo isso num total apagamento da subjetividade alheia, porque Ledgard é um pequeno deus da ciência e por isso a sua presença nos autoriza a dizer: “Ele possui o saber e o poder, mesmo à revelia da ética médica vigente, em transformar o homem em mulher, e, por fim, fazê-la uma deusa, pois a partir da pele tudo pode e o que lhe fortalece é a sua certeza e convicção.” Com uma fé inquebrantável na ciência, Ledgard traz consigo a ideia fixa de que o nosso personagem machadiano falava. O médico é um niilista¹² convicto que acredita na ciência e no homem melhorado, tornado modificável, porém atendendo sempre às súplicas da metafísica da substância em que tudo permanece, havendo impreterivelmente a ideia de essência, em que as identidades são estáveis e há para elas valor de bem e valor de mal.

Esta necessidade de identidade, de unidade, de fundamento, de substância, resulta de uma recusa em afirmar o caráter da vida que é

¹¹ A racionalidade biomédica é implicada num modo operante de se pensar menos o sujeito em sua individualidade e mais as questões biológicas e biomecânicas (TESSE;LUZ, 2008).

¹² Segundo Machado (1999), o niilismo remete sempre a negações dos valores da vida em sua vontade de potência em detrimento dos valores metafísicos.

vontade de potência. É a impossibilidade de duração, própria da vida, que permanece subjacente a toda crença na verdade, na casualidade, no ser (MOSÉ, 2011, p. 38)

Ledgard produz corpos, molda subjetividades, pensa no humano

enquanto finalidade, eixo, raiz, pivô, se regozija em buscar o poder pela via do controle, tanto que na imagem raiz exposta abaixo encontramos o nosso arauto, cuidando meticulosamente de uma planta.

Figura 18



Imagem Raiz

Neste desfecho do filme e diante de poder, Vera ficciona ser o que Ledgard supõe e legitimou a partir do sexo, da anatomia, da natureza. Vera é, por outra via, porém, o oposto de Ledgard, constituindo não por um tipo de sujeito terminado, acabado, como dissera num momento do filme na tentativa de se livrar do médico, mas ela é enigma, processo, transformação, um devir que vai se criando em permanente transformar a si mesmo na relação consigo e com o mundo, cuja herança nos lembra de Zaratustra: "*A grandeza do homem consiste em ser uma ponte e não uma meta*" (NIETZSCHE, 2008, p. 22). Nessa grandeza somente mora desalojamentos, rupturas. A pele de Vera se transfigura da lei normativa que revolve os corpos para

o limiar da passagem, para as intensidades, naquilo que a pele é: metonímia/fronteira.

Nessa ficção, Vera volta das compras e, ao chegar ao interior da casa, encontra o médico Fulgêncio, ex-companheiro e integrante da equipe médica do doutor Ledgard. Fulgêncio entrega um jornal a Ledgard, cujas imagens de pessoas desaparecidas põem Vicente como uma deles, revelando e desmentindo a cirurgia de transgênero como ato mediado pelo seu desejo do paciente. Com a arma em punho e ameaçando Fulgêncio, o médico Ledgard é surpreendido pela presença de Vera que, na cena, se posiciona como a sua mulher, fazendo elogios ao médico Ledgard e saindo em sua defesa.

Figura 19



Imagem Cena

Com a admiração de Ledgard, ela senta em seu colo. Nesse momento, instaura-se completamente a certeza e a confiança do médico quanto à aliança com a sua obra, a sua Vênus. No fotograma, a Imagem Cena é uma encenação. Rapidamente, Vera se vêna foto do jornal sobre a mesa do médico. Essa dualidade, masculino e feminino, entra em conflito, pois Vicente não é mais o mesmo e Vera não é a Vênus sentada no colo de Ledgard, mas um *entre lugar*. Ao olhar para a fotografia, Vera não é o que vê, e tampouco o que Ledgard nomeou. A "verdade" de Vera enquanto ser se encontra numa "essência" a se fazer, num construir a si mesma na impermanência, em um constante vir a ser.

Sendo a pele um rizoma que possibilitou ao médico pela via do poder obstruir as suas linhas pelo decalque construindo fantasmas, Vera quer terminar esta obra, esta ficção, reiterando o rizoma para se abrir ao mundo das correlações. Assim, ela investe pela última vez na ficção em que a relação sexual será o palco. Há, no entanto, um entrave. Sentindo fortes dores diante da penetração vaginal, Vicente/Vera não

quer a continuidade da relação. O doutor Ledgard quer, então, uma penetração anal. Sabemos que antes da cirurgia de transgenitalização, Vicente/Vera tinha uma prática heterossexual. Lembramos que o seu espaço de convívio abrigava o trabalho no brechó e as saídas com os amigos, buscando o envolvimento com drogas e mulheres.

No brechó, a ajudante Cristina, que mantinha uma prática sexual com mulheres, achava que ele gostava de homens, pois se interessava muito pelas artes e, também, pelo envolvimento com os manequins, que ele cuidava com muita sensibilidade. Vemos, então, construções naturalizadas em que sensibilidade remonta feminilidade e homossexualidade. Ao titubear quanto à penetração anal, dizendo que dói, Vicente/Vera afirma também modos existentes no campo da sexualidade, quanto às práticas anais. Ledgard, porém, insiste e pede que ele/ela traga um creme para a continuidade do sexo. Assim, Vicente/Vera desce as escadas, caminha até o escritório de Ledgard, pega o creme, um revólver, e beija a fotografia impressa no jornal.

Figura 20



Figura 21



A Figura 20 apresenta algumas peculiaridades. A velocidade de Vicente/Vera descendo as escadas imprime um tom esvoaçante, asas, através do leve figurino que cobre o seu corpo. A penumbra, mas também os tons azuis que entram pela janela metaforizam a liberdade. O beijo na fotografia, Figura 21, emerge como dois polos que se afiguram através de um eu preso e impresso,

fotografia, no tempo e de um si que vai ressignificando a imagem impressa por outras paragens.

Ao voltar ao quarto, Vicente/Vera entrega o creme ao médico, e depois direciona o revólver para ele. Tomado de surpresa, Ledgard diz que havia uma aliança, uma promessa de união estável, não sabendo, obviamente, que tal aliança se tratava de uma grande ficção.

Figura 22



Com um tiro nos peitos, ele morre; em seguida, debaixo da cama, Vera se esconde à espreita da segunda presa, Marília. Esta, ao entrar no quarto portando um revólver, é alvejada por um tiro, e também morre.

Encerra-se a ficção. Thanatos investiu o seu último capítulo. Não há mais o que se propagar e encenar naquele teatro *El Cigarral*. Assim, a

alegria do trágico se mostra em Vera que, valendo-se de maneiras artistas para suportar o destino que haviam dado para ela, consegue aliviar a dor com uma alegria em afirmar a existência a partir do que se é: mudança, transformação, deslocamento, possibilidade. As asas ganharam novos voos. A partir daí, inicia-se a necessidade de se revelar no espaço com os outros.

Figura 23



Imagem Hiato

Em casa, ao se referir a Cristina, sobre a sua identidade, Vera diz que é Vicente, marcando um território que já não habita, assim como o território Vera em que nunca habitou. Logo, a mãe do filho desaparecido se junta a este *entre lugar*. Um mutismo se faz presente na imagem, mas as ressonâncias da falta de palavras ecoam através de

uma colocação que não é de Vicente e nem de Vera, mas da existência nômade e fronteiriça que o nosso personagem habita na impermanência das coisas, tal como um dia Foucault (1995, p. 20) nos disse: "Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo".

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Flavia Almeida de. *Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009.
- ARENAS, Isabel María Jiménez. *La Expresión Plástica de Louise Bourgeois. Estrategias Feministas para uma Praxis Terapêutica*. Tese de Doutorado. Departamento de Estética. Universitat de Valencia, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- BRANCO, Guilherme Castelo. *Anti-Individualismo, vida artista: uma análise não-facista de Michel Foucault*. In: Rago, Margareth; Veiga – Neto, Alfredo (Orgs). *Para uma vida não-facista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHANTER, Tina. *Gênero: Conceitos – Chave em Filosofia*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.
- COELHO, Maria Thereza Ávila. *Violência Simbólica, testemunho e reinvenção de si: a questão da identidade a partir de Louise Bourgeois*. In: *Fazendo Gênero 9: Diasporas, Diversidade . Deslocamento*. Florianópolis, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia 2*. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Uma Estética da existência*. In: *Le Monde*. 15-16 Juliet 1984. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, 1984.
- _____. *Microfísica do Poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

- _____. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- _____. *O que é um autor?* 3 ed. São Paulo: Editora Passagens, 1992.
- _____. Eu Sou um pirotécnico. In: PolDroit, R. *Michel Foucault. Entrevistas*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- _____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Ditos & Escritos. Poder – Saber. Volume IV. 3º edição*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012.
- _____. Michel Foucault entrevistado por Hubert I. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica*. 2º edição revista. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.
- _____. *Ditos e Escritos. Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade*. Volume IX. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.
- _____. *A Genealogia da Moral*. Tradução de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- KRUTZEN, Eugênia Correia. *Discurso e Autoria: A Escrita terapêutica*. In: Albuquerque Junior, Durval Muniz; Veiga – Neto, Alfredo; Filho, Alípio de Souza. *Cartografias de Foucault*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- MACHADO, Deleuze. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- MERLEAU- PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- MISKOLCI, Richard. *Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência*. Florianópolis: Estudos Feministas, 2006.
- MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.
- ORTEGA, Francisco Javier. *Amizade e Estética da Existência*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.
- SWAIN, Tania Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.
- TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades Médicas e Integralidade. *Revista de Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, pp. 195-206, 2008.

REFERÊNCIA FILMICA

A Pele que Habito, (2011).